



VIII GOVERNO
CONSTITUCIONAL

RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO DO PED

Plano Estratégico de Desenvolvimento de
Timor-Leste 2011-2030: Relatório sobre a
Implementação até 2020

GABINETE DO PRIMEIRO-MINISTRO | ANAPMA

Relatório de Avaliação do PED

Plano Estratégico de Desenvolvimento de Timor-Leste 2011-2030: Relatório sobre a Implementação até 2020

14 de novembro de 2021

Índice

ACRÓNIMOS E SIGLAS.....	3
SUMÁRIO EXECUTIVO	5
INTRODUÇÃO	5
ÂMBITO E METODOLOGIA	6
LIMITAÇÕES A CONSIDERAR NA ANÁLISE DOS RESULTADOS	6
CONCLUSÕES	7
<i>Em geral</i>	7
<i>Metas da Fase 1</i>	8
<i>Metas da Fase 2</i>	8
<i>Financiamento</i>	9
<i>Capital Social</i>	9
<i>Desenvolvimento de Infraestruturas</i>	10
<i>Desenvolvimento Económico</i>	11
<i>Setor do Enquadramento Institucional</i>	13
<i>Conclusão</i>	13
INTRODUÇÃO: OBJETIVOS, METODOLOGIA E DESENVOLVIMENTOS RECENTES....	16
OBJETIVOS.....	16
CONCLUSÕES DA AVALIAÇÃO DE 2017	17
METODOLOGIA	19
DESENVOLVIMENTOS RECENTES	24
<i>Plano de Recuperação Económica</i>	24
<i>Objetivos de Desenvolvimento Sustentável</i>	25
<i>Processo orçamental, acompanhamento e avaliação</i>	27
<i>Mobilização do Financiamento ao Desenvolvimento</i>	30
CAPÍTULO 1: CONCLUSÕES SUMÁRIAS SOBRE A IMPLEMENTAÇÃO DO PED	32
DESAFIOS DA AVALIAÇÃO DA IMPLEMENTAÇÃO DO PED	32
RECOMENDAÇÕES SOBRE O REFORÇO DA IMPLEMENTAÇÃO, MONITORIZAÇÃO E QUADRO DE IMPLEMENTAÇÃO DO PED	33
VISTA GERAL DA IMPLEMENTAÇÃO DO PED PARA 2020.....	34
PROGRESSO GERAL NA REALIZAÇÃO DAS METAS DO PED (FASES 1 E 2)	35
<i>Distribuição das Metas por Subsetores e progresso</i>	37
<i>Distribuição do Financiamento</i>	38
<i>Estatísticas adicionais</i>	39
METAS DE 2015 (FASE 1) E SEU PROGRESSO NO FINAL DE 2020	40
METAS DE 2020 (FASE 2) E SEU PROGRESSO NO FINAL DE 2020	42
CAPÍTULO 2: RESULTADOS DO PED ATÉ 2020, POR SUBSETORES	45
CAPITAL SOCIAL	45
<i>Educação e Formação Profissional</i>	45
<i>Saúde</i>	58
<i>Inclusão Social</i>	67
<i>Ambiente</i>	76
<i>Cultura e Património</i>	80
DESENVOLVIMENTO DE INFRAESTRUTURAS	86

<i>Visão Geral do Setor</i>	86
<i>Estradas e Pontes</i>	89
<i>Água e Saneamento</i>	96
<i>Eletricidade</i>	101
<i>Portos de Mar</i>	106
<i>Aeroportos</i>	108
<i>Telecomunicações</i>	113
DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO	117
<i>Desenvolvimento Rural</i>	117
<i>Agricultura e Pescas</i>	122
<i>Petróleo</i>	134
<i>Turismo</i>	140
<i>Investimento do Setor Privado</i>	146
QUADRO INSTITUCIONAL	149
<i>Segurança</i>	149
<i>Defesa</i>	157
<i>Negócios Estrangeiros</i>	165
<i>Justiça</i>	172
<i>Gestão do Setor Público e Boa Governação</i>	179
<i>Implementação do PED</i>	183
ANEXOS	185
<i>Anexo 1: Situação das metas do PED (2015 e 2020)</i>	185
<i>Anexo 2 : Lista de Metas do PED concluídas no final de 2020</i>	198
<i>Anexo 3 : Lista de metas do PED sem progresso desde o final de 2016</i>	201
<i>Anexo 4: Lista de Metas do PED que não são específicas/ mensuráveis ou foram objeto de mudança de política ou prazo para a realização da meta</i>	202

ACRÓNIMOS E SIGLAS

ADN	Agência de Desenvolvimento Nacional
AusAID	Australian Aid
BAD	Banco Asiático de Desenvolvimento
BM	Banco Mundial
CFP	Comissão da Função Pública
CNA	Comissão Nacional de Aprovisionamento
FDCH	Fundo de Desenvolvimento do Capital Humano
F-FDTL	FALINTIL Forças de Defesa de Timor-Leste
FI	Fundo de Infraestruturas
GBR	Gestão Baseada em Resultados
GRFE	Guia de Reforma e Fomento Económico
INFF	Quadro Integrado de Financiamento Nacional
JICA	Agência de Cooperação Internacional do Japão
LM	Linhas Ministeriais
M&A	Monitorização e Avaliação
MAE	Ministério da Administração Estatal
MAP	Ministério da Agricultura e Pescas
MCIA	Ministério do Comércio, Indústria e Ambiente
MF	Ministério das Finanças
MOPTC	Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações
MPIE	Ministério do Planeamento e do Investimento Estratégico
MPMEs	Micro, Pequenas e Médias Empresas
MPO	Ministério do Planeamento e Ordenamento
MRPM	Ministério dos Recursos Petrolíferos e Minerais
MSS	Ministério da Solidariedade Social
MTAC	Ministério do Turismo, Artes e Cultura
ODS	Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
OGE	Orçamento Geral do Estado
OIT	Organização Internacional do Trabalho
OMS	Organização Mundial de Saúde
ONG	Organização Não Governamental
OSV	Organizações da Sociedade Civil
PED	Plano Estratégico de Desenvolvimento 2011-2030
PMIS	Project Management Information System
PMU	Unidade de Gestão de Projectos (Project Management Unit)
PNDS	Programa Nacional de Desenvolvimento dos Sucos
PNTL	Polícia Nacional de Timor-Leste
PPP	Parceria Público Privada
RAEOA	Região Administrativa Especial de Oé-Cusse Ambeno
RNV	Revisão Nacional Voluntária
S.M.A.R.T	Específica, Mensurável, Alcançável, Relevante, Calendarizada (<i>Specific, Measurable, Achievable, Relevant and Time-bound</i>)

SAII	Subsídio de Apoio a Idosos e Inválidos
SEFI	Secretaria de Estado para o Fortalecimento Institucional
SEJD	Secretaria de Estado da Juventude e do Desporto
SEM	Secretaria de Estado da Mulher
SEPFOPE	Secretaria de Estado para a Política de Formação Profissional e Emprego
SGP	Secretariado dos Grandes Projetos
SISCa	Serviço Integrado de Saúde Comunitária
TIA-GT	Triângulo de Crescimento Timor-Leste - Indonésia - Austrália
UNESCAP	Comissão Económica e Social das Nações Unidas para a Ásia e o Pacífico
UPI	Unidade de Planeamento Integrado
UPMA	Unidade de Planeamento, Monitorização e Avaliação
ZEESM-TL	Zonas Especiais de Economia Social de Mercado de Timor-Leste

SUMÁRIO EXECUTIVO

Introdução

O presente relatório avalia o estado de implementação dos objetivos do Plano Estratégico de Desenvolvimento 2011 – 2030 (PED) no final de 2020, dando seguimento à última avaliação concluída em 2017. O relatório foi encomendado pelo Gabinete do Primeiro-Ministro e levado a cabo por avaliadores independentes.

Foram tomados em consideração os seguintes fatores para determinar se 2021 seria o momento certo para realizar esta avaliação:

- Já passaram três anos desde a última avaliação do PED; na altura da última avaliação, a implementação dos objetivos para a Fase 2 tinha apenas começado há pouco.
- A implementação dos objetivos da Fase 2 deveria estar concluída no final do ano passado (2020).
- Foram realizados outros inquéritos e avaliações, incluindo a Revisão Nacional Voluntária (RNV) e o Censo Agrícola em 2019, que podem apoiar os resultados desta avaliação.
- A RNV constatou que existiam deficiências na recolha de dados. Haverá um Censo Geral da População a ser realizado em 2022, e as deficiências nos dados, tanto da RNV como desta avaliação, podem ser utilizadas para informar a recolha de dados do Censo 2022.
- Esta avaliação fornecerá informação valiosa sobre o que foi alcançado e quais os objetivos ainda pendentes, o que ajudará o Governo a rever e atualizar o PED e ajudará a informar o Planeamento a Médio Prazo que o Governo iniciará em 2022.

O PED 2011-2030 indica um rumo estratégico importante para o desenvolvimento do país. Está dividido em três fases de implementação, correspondentes a metas a curto (**Fase 1 - até 2015**), médio (**Fase 2 - até 2020**), e a longo prazo (**Fase 3 - até 2030**). As metas são definidas em quatro setores: capital social, desenvolvimento de infraestruturas, desenvolvimento económico e quadro institucional.

Este relatório classifica cada meta do PED de acordo com cinco categorias pré-definidas de concretização: "**Concluída**", "**Progresso elevado na implementação**", "**Algun progresso na implementação**", "**Não iniciada**", e "**Sem dados**", sendo que:

- **Concluída** = meta atingida
- **Progresso elevado na implementação** = 80% ou mais da meta foi alcançada
- **Algun progresso na implementação** = a atividade para atingir a meta foi iniciada mas menos de 80% da meta foi atingida
- **Não iniciada** = não foi iniciada nenhuma atividade para atingir o objetivo

- **Nenhum dado** = não existem dados para medir a realização do objetivo ou não foram submetidos aos avaliadores.

As categorias de realização das metas refletem o **progresso global** no cumprimento das metas desde o início da implementação do PED até 2020.

Âmbito e Metodologia

O Relatório avalia os **objetivos do PED alcançados durante o período de 2017 até 2020**. A base para a avaliação é o Relatório sobre a Implementação do PED concluído em 2017 (abrangendo o período de 2011 - 2016).

As metas da Fase 1 (até 2015) e da Fase 2 (até 2020) que não foram atingidas até ao final de 2016, foram objeto de avaliação neste Relatório 2020 e classificadas em quatro setores (capital social, desenvolvimento de infraestruturas, desenvolvimento económico, e enquadramento institucional). As realizações das metas mais amplas da Fase 3 (até 2030) são analisadas apenas indiretamente, através da avaliação das realizações das metas de 2015 e 2020 como marcos de referência.

O relatório foi compilado com base nas seguintes informações

- questionários preenchidos por agências governamentais.
- questionários preenchidos por agências da Organização das Nações Unidas (ONU) que prestam apoio ao Governo de Timor-Leste em atividades de reforma.
- relatórios governamentais disponíveis (relatórios anuais das instituições, relatórios trimestrais de desempenho, etc.) e relatórios produzidos pelo Instituto Nacional de Estatística.
- relatórios de pesquisa e documentação de terceiros, tais como parceiros internacionais e organizações da sociedade civil, são referenciados como relevantes para fornecer informações adicionais sobre a situação num determinado setor/subsetor.

Devido à situação da COVID-19, **não foi possível organizar reuniões presenciais com os interlocutores governamentais durante o período de avaliações.**

Limitações a considerar na análise dos resultados

Ao analisar os resultados, **deve ser tido em conta um contexto de desenvolvimento bastante desfavorável nos últimos quatro anos:** instabilidade política, aprovação tardia do orçamento, envelope fiscal de gastos reduzido, e contração da economia no período 2017-2019, seguido de efeitos sociais e económicos prejudiciais da COVID-19 em 2020.

A interpretação dos resultados deve ter em conta que uma percentagem significativa dos objetivos do PED não é específica nem mensurável - 46% de todos os objetivos em curso no final de 2016 e **80% no setor do Quadro Institucional**, o que torna a avaliação da sua concretização um desafio; consultar o **Anexo 4** para mais pormenores. Os indicadores de desempenho relacionados com esses objetivos (com valores-alvo projetados ao longo dos anos) não foram estabelecidos na altura da adoção do PED nem nos anos subsequentes. Os indicadores

utilizados nos planos anuais e orçamentos dos programas são frequentemente inadequados para medir o progresso das metas do PED. Algumas das metas **representam esforços contínuos e a longo prazo e o seu cumprimento não é limitado no tempo.**

CONCLUSÕES

Em geral

No final de 2020, de um total de 200 metas da Fase 1 (2015) e da Fase 2 (2020), 53 (26%) já foram totalmente atingidas e 46 (23%) estão quase concluídas; 89 metas (45%) registam alguns progressos na implementação; 8 metas (4%) ainda não começaram, e para 4 metas (2%) não existem dados disponíveis para medir a implementação.

Houve um aumento moderado do número de metas finalizadas (de 40 para 53) e metas em vias de conclusão (de 27 para 46) durante o período 2017-2020.

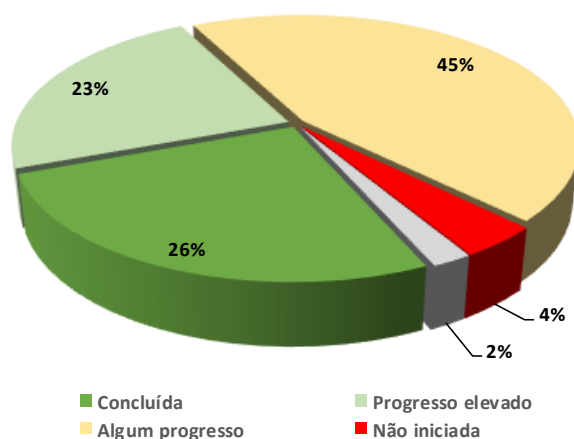


Figura 1: Distribuição global das metas do PED (Fase 1 e Fase 2) desagregado por estado.

13 metas não registaram qualquer progresso nos últimos quatro anos, como se mostra a seguir.

1. Estabelecimento de Centros Regionais de Cultura em Oé-Cusse , Liquiçá, Ermera, Maliana, Ainaro e Suai	Fase 1
2. Apresentação regular de programas de cinema em várias localidades de Díli e acesso a cinema móvel nos municípios uma vez por mês.	Fase 1
3. A Universidade Nacional terá uma licenciatura em Arquitetura	Fase 2
4. Estudos de viabilidade realizados sobre as perspetivas a longo prazo para atrair instalações de processamento de gás para Timor-Leste; sobre potenciais mini-hídricas em todo o território de Timor-Leste; e sobre a viabilidade da construção de uma central termoelétrica para gerar eletricidade a partir do lixo doméstico e industrial de Díli	Fase 1
5. Um novo porto marítimo estará operacional no Suai.	Fase 1
6. Instalações portuárias desenvolvidas em Kairabela e na costa sul, perto de Beaço	Fase 2
7. O Conselho Consultivo Agrícola de Timor-Leste irá formular políticas nacionais para o setor e supervisionar a implementação	Fase 1
8. A construção do Porto do Suai terá sido concluída.	Fase 1
9. Iniciada a primeira fase do projeto de desenvolvimento no novo Betano	Fase 1

10. Estradas nas principais rotas turísticas, incluindo a Grande Estrada da Costa Norte, de Com a Balibó, e de Maliana passando por Ermera até Tíbar, terão sido reabilitadas e sinalizadas	Fase 1
11. Estabelecimento de um centro de formação em turismo e hotelaria em Díli	Fase 1
12. Um Banco Nacional de Desenvolvimento estará a funcionar	Fase 1
13. Terá sido introduzida legislação no Parlamento Nacional para proteger os denunciantes de crimes	Fase 1

Metas da Fase 1

No final de 2020, das 129 metas da Fase 1 (2015), 41 metas (32%) foram totalmente implementadas e 28 metas (22%) estão quase concluídas; 51 metas (39%) registam alguns progressos na implementação; a implementação de 6 metas (5%) ainda não começou; e para 3 metas (2%) não há dados para medir os resultados (Figura 2).

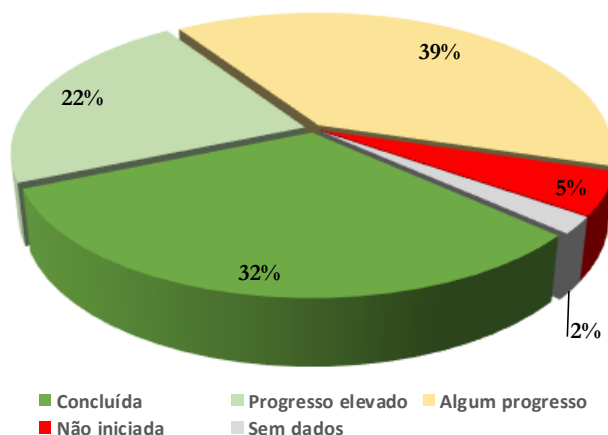


Figura 2: Distribuição das metas de 2015 (Fase 1) desagregado por estado.

Metas da Fase 2

No final de 2020, das 71 metas da Fase 2 (2020), 12 (17%) foram totalmente implementadas e 18 metas (25%) estão quase concluídas; 38 metas (54%) registam alguns progressos na implementação; a implementação de 2 metas (3%) ainda não começou; e para 1 meta (1%) os dados não existem (Figura 3). Com menos de metade de todas as metas para 2020 concluídas ou em fase de conclusão, observa-se um atraso significativo na realização, de acordo com o cronograma original do PED.

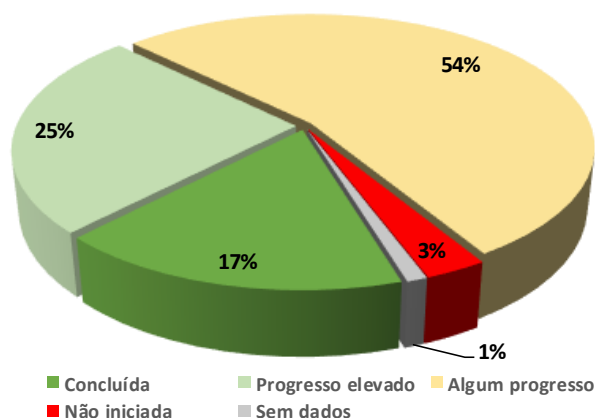


Figura 3: Distribuição das metas de 2020 (Fase 2) desagregado por estado.

Financiamento

O setor de Infraestruturas recebeu uma parte significativa do financiamento na década anterior (manteve-se proporcionalmente elevado em comparação com o financiamento nos outros três setores até 2020 e ao orçamento de 2021). As taxas de execução dos fundos do FI foram extremamente baixas em 2012 e 2013, embora tenham aumentado nos anos seguintes (70-80%). Nos últimos quatro anos, o **Setor de Desenvolvimento Económico recebeu significativamente menos recursos do que outros setores**. Isto está de acordo com a lógica e cronologia de desenvolvimento do PED, onde as melhorias do capital social, infraestruturas e instituições são considerados os pré-requisitos para o crescimento económico.

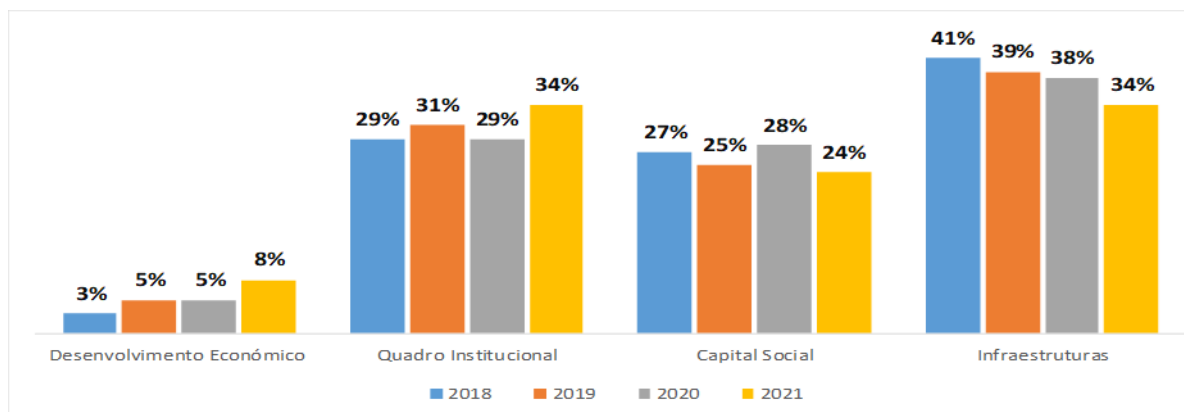


Figura 4: Distribuição dos orçamentos de 2018-2021 por setores do PED

Capital Social

No final de 2020, de um total de 60 metas da Fase 1 (2015) e da Fase 2 (2020), **17 (28%) estavam totalmente implementadas e 14 (23%) estão quase concluídas**; 26 metas (44%) registam alguns progressos na implementação; 3 metas (5%) ainda não começaram, e para 0 metas (0%) não há dados disponíveis para medir a implementação (ver Figura 5 abaixo).

Como apresentado na Figura 6, no período 2017-2020, 2 metas foram finalizadas e 4 alcançaram um progresso elevado.

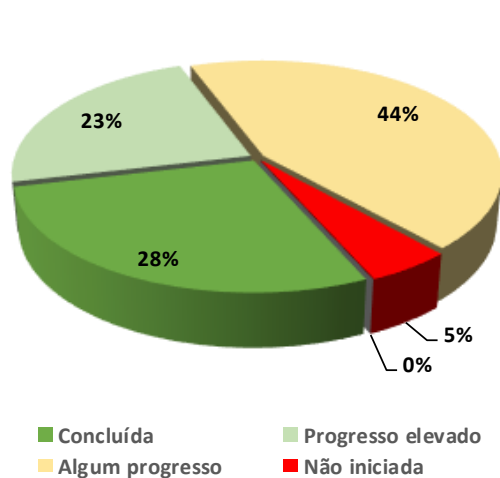


Figura 5: Distribuição global das metas do PED, Setor Social (2020)

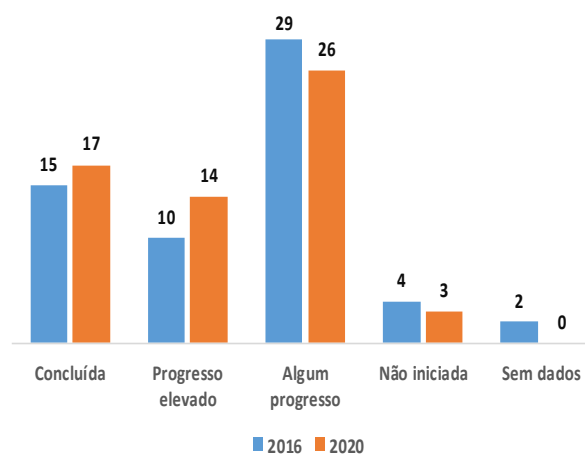


Figura 6: Distribuição das metas do PED (Fase 1 e Fase 2) desagregado por estado, Setor Social (2016 vs 2020)

O quadro abaixo lista as **17** metas da Fase 1 e da Fase 2 concluídas nos últimos quatro anos (2017-2020).

METAS (das Fases 1 e 2) DO PED CONCLUÍDAS NO FINAL DE 2020	Fase PED
Foi desenvolvido um novo currículo nacional para o primeiro e segundo ciclos do ensino básico, incluindo programas de formação, e um manual de aprendizagem aprovado.	Fase 1
3.012 salas de aula da escola do Ensino Básico construídas/reabilitadas	Fase 1
Um Plano Técnico e Vocacional para a Educação e Formação desenvolvido	Fase 2
A UNTL expandiu-se para sete faculdades	Fase 2
O novo sistema nacional de normas, registo e qualificações será alargado a todos os distritos (municípios)	Fase 2
Terá sido implementado um Compromisso Nacional de Formação, proporcionando novas oportunidades de formação em Timor-Leste	Fase 2
Será implementada uma Política Nacional de Conteúdo Laboral, assegurando que as empresas internacionais e nacionais ofereçam oportunidades de formação	Fase 2
Terá sido feito um investimento significativo na construção de instalações de formação e no desenvolvimento de recursos humanos, no setor da formação profissional	Fase 2
Será criado em cada distrito (município) um Centro de Emprego e Orientação Profissional para prestar serviços e aconselhamento em matéria de emprego	Fase 2
70% das mulheres grávidas receberam cuidados pré-natais pelo menos quatro vezes e 65% das mulheres receberam assistência durante o parto.	Fase 1
90% das crianças imunizadas contra a Poliomielite, Sarampo, Tuberculose, Difteria e Hepatite B.	Fase 1
80% da epidemia de Malária controlada	Fase 1
Criação de um sistema de segurança social contributivo universal que garante a todos os trabalhadores timorenses uma pensão (Transita da fase I do PED)	Fase 1
Continuação da proteção social dos veteranos para terem uma vida digna e economicamente segura, incluindo os seus filhos	Fase 1
A proporção de mulheres na função pública e no Parlamento Nacional terá atingido pelo menos um terço	Fase 2
Legislação ambiental e quadro jurídico para a proteção e conservação do ambiente em vigor	Fase 1
Autoridade Nacional para o Protocolo de Quioto estabelecida e Centro Nacional para as Alterações Climáticas em funcionamento	Fase 1

Desenvolvimento de Infraestruturas

No final de 2020, de um total de 45 metas da Fase 1 (2015) e da Fase 2 (2020), **12 (27%) estão totalmente implementadas e 7 (15%) estão quase concluídas**; 21 metas (47%) registam alguns progressos na implementação; 3 metas (7%) ainda não começaram, e para 2 metas (4%) não há dados disponíveis para medir a sua implementação (ver Figura 7 abaixo).

Como apresentado na Figura 8, no período 2017-2020, 7 metas foram finalizadas e 3 alcançaram um progresso elevado.

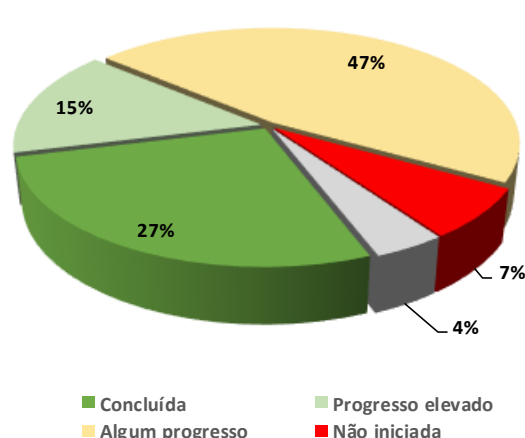


Figura 7: Distribuição global dos objetivos do PED (2016 vs 2020)

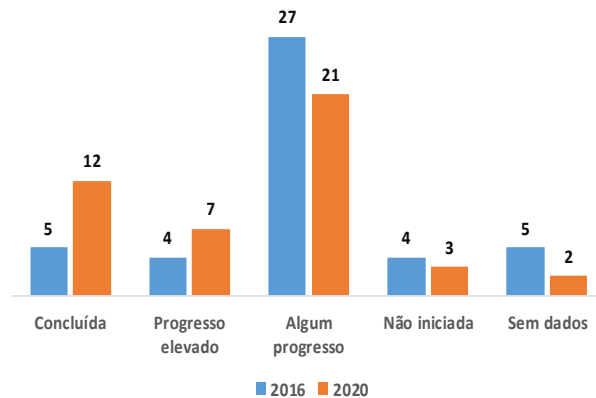


Figura 8: Distribuição das metas do PED (Fase 1 e Fase 2) desagregado por estado

O quadro abaixo enumera as 12 metas da Fase 1 e da Fase 2 completadas nos últimos quatro anos (2017-2020).

METAS (das Fases 1 e 2) DO PED CONCLUÍDAS NO FINAL DE 2020	Fase PED
A ligação rodoviária Dili-Liquiçá-Bobonaro foi reabilitada.	Fase 1
Projeto rodoviário Dili-Aileu-Maubisse-Aituto-Ainaro-Cassa: Estudo de planeamento realizado incluindo cálculo de custos antes do início do projeto em 2015.	Fase 1
Projeto de estrada de Suai para Beaçõ iniciado.	Fase 1
O plano para uma Estrada Nacional Circular terá sido completado	Fase 1
60% de instalações sanitárias disponíveis para os distritos urbanos.	Fase 1
Duas novas centrais elétricas terão sido construídas em Hera e Betano, fornecendo 250 MW de eletricidade para apoiar o desenvolvimento social e económico em Timor-Leste	Fase 1
Será estabelecido um centro de energia solar em Dili (Hera).	Fase 1
A construção de novo porto em Tibar terá sido iniciado.	Fase 1
O Plano Diretor do Aeroporto Internacional Nicolau Lobato terá sido concluído, incluindo novas instalações de terminal e uma pista de aterragem mais longa	Fase 1
Uma autoridade aeroportuária de orientação comercial irá gerir o Aeroporto Internacional Presidente Nicolau Lobato	Fase 1
Segundo o Plano Diretor, o Aeroporto Internacional Presidente Nicolau Lobato será um aeroporto moderno de padrão internacional com capacidade para receber um milhão de passageiros por ano	Fase 2
Estará em vigor um quadro regulamentar para gerir o competitivo mercado de telecomunicações	Fase 1

Desenvolvimento Económico

No final de 2020, de um total de 52 metas da Fase 1 (2015) e da Fase 2 (2020), 16 (31%) estão totalmente implementadas e 11 (21%) estão quase concluídas; 22 metas (24%) registam alguns progressos na implementação; 1 meta (2%) ainda não começou, e para 2 metas (4%) não há dados disponíveis para medir a implementação (ver Figura 9 abaixo).

Como apresentado na Figura 10, no período 2017-2020, foram finalizadas 3 metas e 6 alcançaram um progresso elevado.

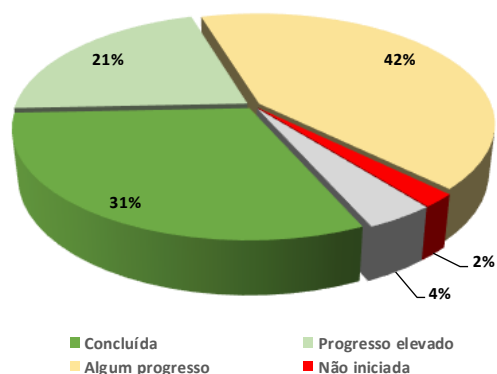


Figura 9: Distribuição global das metas do PED desagregado por estado, Setor Económico (2020)

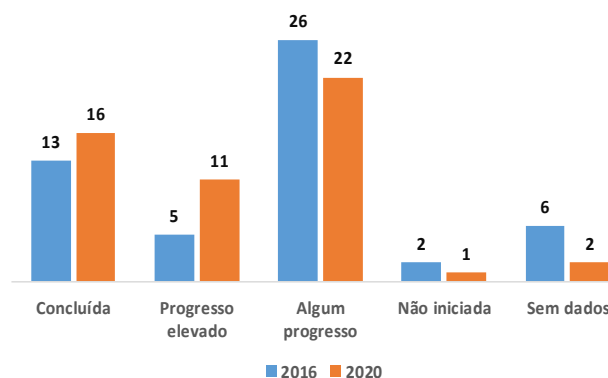


Figura 10: Distribuição das metas do PED (Fase 1 e Fase 2) desagregado por estado, Setor Económico (2016 vs 2020)

O quadro abaixo enumera as 16 metas da Fase 1 e da Fase 2 completadas nos últimos quatro anos (2017-2020).

METAS (das Fases 1 e 2) DO PED CONCLUÍDAS NO FINAL DE 2020	Fase PED
55.000 novas casas terão sido construídas até 2016 para apoiar as famílias em todo o país ao abrigo do Programa dos Objetivos de Desenvolvimento do Milénio ao nível dos Sucos	Fase 1
Conselho Municipal estabelecido e pilotado em 3 a 5 Municípios, como estratégia de desconcentração ou descentralização gradual do exercício de governação	Fase 1
Terão sido desenvolvidas e executadas campanhas estratégicas de extensão para produtos agrícolas	Fase 1
A tonelagem para arroz (grão ajustado para perdas) terá aumentado de 37.500 toneladas para 61.262 toneladas	Fase 1
A produtividade do milho terá aumentado de 1,25 para 1,54 por hectare	Fase 1
Terá havido um aumento do investimento de capital em culturas-chave como o café e a baunilha, a <i>candlenut</i> (Noz da Índia ou Noz das Molucas) e o óleo de palma	Fase 1
Pelo menos 50% das frutas e legumes serão cultivados localmente	Fase 2
O número de cabeças de gado terá aumentado 20%	Fase 2
O aeroporto de Suai terá sido reabilitado	Fase 1
A primeira fase da construção da estrada Suai-Betano terá começado.	Fase 1
O Código Civil estará em vigor para apoiar a execução dos contratos, uma Lei de Terras dará segurança em termos de propriedade e certeza no desenvolvimento e uma Lei do Trabalho terá sido aprovada para definir claramente os direitos e obrigações legais dos empregadores e empregados	Fase 1
Os processos de registo e licenciamento de empresas e a obtenção de uma licença de construção serão eficientes	Fase 1
O "balcão único" para as empresas estará bem estabelecido e funcionará eficazmente	Fase 1
A Agência de Investimento de Timor-Leste será criada e contribuirá para a emergência de novas indústrias e para a diversificação da economia de Timor-Leste	Fase 1
Leis e regulamentos empresariais especiais revistos e implementados para avaliar os riscos e benefícios a partir da aplicação na Zona Económica Especial de Oé-Cusse.	Fase 1
O Instituto de Microfinanças de Timor-Leste será renomeado Banco Nacional Comercial de Timor-Leste e funcionará como um pequeno banco comercial que concede empréstimos e serviços bancários a pessoas em todos os distritos do país	Fase 1

Setor do Enquadramento Institucional

No final de 2020, de um total de 43 metas da Fase 1 (2015) e da Fase 2 (2020), **8 (19%) estão totalmente implementadas e 14 (33%) estão quase concluídas**; 20 metas (46%) registam alguns progressos na implementação; 1 meta (2%) ainda não começou, e para 0 metas (0%) não há dados disponíveis para medir a implementação (ver Figura 11 abaixo).

Como apresentado na Figura 12, no período 2017-2020, 1 meta foi atingida, 6 alcançaram um progresso elevado, e 1 meta fez alguns progressos.

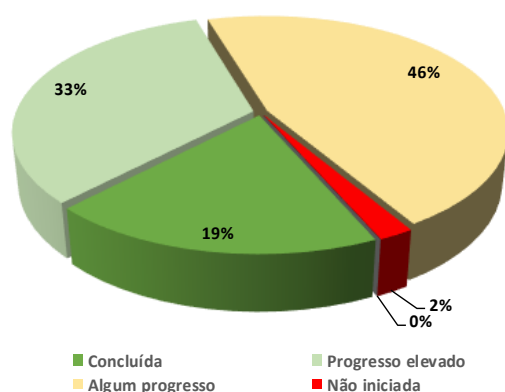


Figura 11: Distribuição global das metas do PED desagregado por estado, Quadro Institucional (2020)

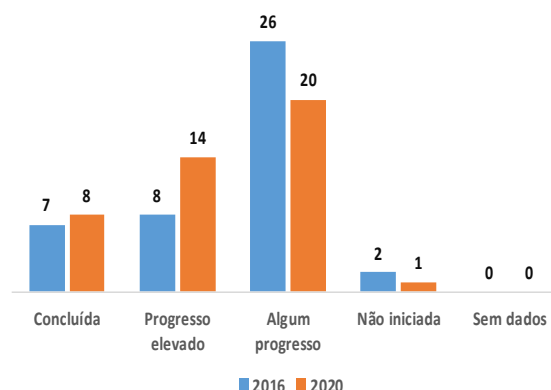


Figura 12: Distribuição das metas do PED (Fase 1 e Fase 2) desagregado por estado, Quadro Institucional (2016 vs 2020)

O quadro abaixo enumera as 8 metas das fases 1 e 2 concluídas nos últimos quatro anos (2017-2020).

METAS (das Fases 1 e 2) DO PED CONCLUÍDAS NO FINAL DE 2020	Fase PED
Um quadro jurídico moderno e eficaz irá reger o setor da segurança	Fase 2
As F-FDTL serão destacadas para operações de manutenção da paz das Nações Unidas com formação e apoio logístico de parceiros de defesa	Fase 1
Timor-Leste terá consolidado e fortalecido as relações com os nossos parceiros e amigos regionais e globais	Fase 1
Uma avaliação global das missões no estrangeiro terá sido conduzida e implementada	Fase 1
Timor-Leste irá desempenhar um papel de liderança na CPLP	Fase 1
Timor-Leste apoiará o g7+ contribuindo para o seu financiamento e de quaisquer outras formas produtivas em que lhe-seja solicitada a prestação de assistência	Fase 1
Haverá uma coordenação sistemática e eficaz do setor da justiça em Timor-Leste e das suas instituições	Fase 1
Lei da Liberdade de Imprensa apresentada ao Parlamento Nacional.	Fase 1

Conclusão

Timor-Leste percorreu um longo caminho na última década. Foram alcançados grandes feitos em todos os setores (especialmente nos subsetores da saúde, educação e agricultura), o que lançou as bases para um maior desenvolvimento do país. **Contudo, tem havido um atraso significativo na realização dos Objetivos do PED.** Esta tendência foi reconhecida no Relatório de Avaliação do PED de 2017 e continuou no período 2017 -2020. A taxa de realização global no final de 2020 e os progressos realizados no período 2017-2020 são ambos modestos.

As justificações para não alcançar os objetivos em conformidade com o plano incluem: restrições orçamentais; capacidade técnica insuficiente dos recursos humanos (falta de capacidade no domínio da engenharia e de equipamento importado para projetos de infraestruturas); indecisões e interferências políticas; objetivos não dependentes apenas das ações governamentais; e o facto de alguns dos objetivos poderem ter sido estabelecidos de forma demasiado ambiciosa ou serem excessivamente complexos. **Uma compreensão mais profunda do progresso num determinado contexto só pode ser obtida ao nível dos objetivos específicos.** É necessário ter em consideração a complexidade e os pré-requisitos para o cumprimento de certos objetivos.

Em geral, a **estrutura de objetivos do PED não é instrumental nem para o planeamento operacional nem para a monitorização e avaliação.** Os objetivos foram estabelecidos a níveis muito diferentes: alguns são mais concretos e operacionais; outros são muito amplos, com uma perspetiva de longo prazo. As interligações e a interdependência entre elas não foram tidas em conta. A **reforma das finanças públicas em curso é utilizada para reforçar o quadro de implementação do PED, em particular através do reforço do planeamento a médio prazo das entidades governamentais e da continuação do trabalho sobre a orçamentação por programas.**

Com a implementação da orçamentação por programas pelas entidades governamentais, houve uma melhoria notável na transparência e compreensibilidade dos documentos orçamentais no período 2017-2021. Foram estabelecidas estruturas orçamentais por programa para refletir as funções desempenhadas pelas instituições governamentais e os recursos financeiros necessários para completar estas ações. Na maioria dos casos, foram criadas ligações entre os programas e os objetivos a médio prazo do PED.

Os Planos Anuais e Relatórios de Desempenho das entidades governamentais analisados durante a avaliação do PED, **fornecem informações valiosas sobre as despesas e a realização dos resultados, mas não foram instrumentais na avaliação do progresso em relação aos objetivos do PED.** Com base no formato dos relatórios e dos dados introduzidos, foi difícil distinguir entre os valores visados e atingidos dos indicadores de desempenho - o que está relacionado com o facto de **não terem sido estabelecidas metas anuais de indicadores de desempenho relacionados com os objetivos do PED.** É uma questão que o planeamento a médio prazo e o estabelecimento de um sistema robusto de monitorização e avaliação ajudarão a resolver. Os planos a médio prazo alinham as metas anuais com as metas a longo prazo, assegurando que as metas a longo e médio prazo sejam decompostas em metas anuais.

Em 2018, a Unidade de Planeamento, Monitorização e Avaliação (UPMA) desenvolveu e lançou um sistema de informação interativo baseado na internet chamado "*Dalan ba Futuru Timor-Leste*" (DBFT), que integra e facilita grandemente o planeamento, monitorização e a produção de relatórios no setor público. O sistema permite que cada entidade governamental apresente diretamente relatórios de progresso e desempenho em relação aos seus respetivos objetivos anuais.

O Anexo 1 apresenta um resumo fácil de ler dos objetivos do PED:

- estado no final de 2016 e 2020;
- as instituições responsáveis;

- a indicação se uma meta não é SMART¹ ou se houve uma mudança de política ou de prazo (indicando a necessidade de revisão da meta na atualização do PED);
- informação se houver um impasse na realização da meta desde 2016;
- informação se a meta incluir dados desagregados por género.

¹ SMART é uma sigla usada na língua inglesa para a definição de Metas (*Specific, Measurable, Achievable, Relevant, Time-bound*)

INTRODUÇÃO: OBJETIVOS, METODOLOGIA E DESENVOLVIMENTOS RECENTES

OBJETIVOS

O Plano Estratégico de Desenvolvimento de Timor-Leste (PED) 2011-2030 foi desenvolvido através de consultas populares realizadas em 2010 em todos os 13 municípios e foi apresentado no Parlamento Nacional. O PED fornece uma visão a longo prazo para o país e é utilizado como a principal referência para o planeamento por qualquer Governo. A implementação do PED está dividida em 3 fases, correspondentes a metas a curto, médio e longo prazo, com as datas finais para cada fase 2015, 2020, e 2030. As metas são definidas em quatro setores: capital social, desenvolvimento de infraestruturas, desenvolvimento económico e quadro institucional.

Em 2016, foi realizada uma avaliação independente das realizações da Fase 1 (2011-2015) pela Assistência Técnica apoiada pela União Europeia (UE), os resultados desta avaliação foram apresentados ao Conselho de Ministros, contudo o relatório nunca foi formalmente finalizado e aprovado pelo Conselho de Ministros. Em 2017, foi encomendada e realizada uma avaliação independente atualizada pela Assistência Técnica apoiada através do programa pelo governo australiano *Governance for Development (GfD)*. O principal objetivo da avaliação atualizada era fornecer informação atual ao novo Governo sobre as realizações dos objetivos do PED.

A implementação do programa de reforma da gestão das finanças públicas (GFP) assistiu à introdução da Orçamentação por Programas em todas as entidades governamentais para o Orçamento Geral do Estado de 2021 (exceto a RAOEA), e as próximas fases do programa de reforma avançarão para o desenvolvimento de planos orçamentados a médio prazo. A fim de informar o planeamento a médio prazo e o estabelecimento de prioridades pelo Governo, é agora oportuno proceder à próxima avaliação da Fase 1 e da Fase 2 do PED.

Os seguintes fundamentos foram considerados para determinar que 2021 seria o momento certo para empreender a próxima avaliação:

- Já passaram três anos desde a última avaliação do PED; na altura da última avaliação, a implementação dos objetivos para a Fase 2 tinha apenas começado há pouco.
- A implementação dos objetivos da Fase 2 deveria estar concluída no final do ano passado (2020). Foi observado no relatório de avaliação de 2016 que apenas 8% dos objetivos tinham sido completados até ao final de 2016. Esta nova avaliação irá dar nota da percentagem concluída até ao final de 2020.
- Foram realizados outros inquéritos e avaliações, incluindo a Revisão Nacional Voluntária (RNV) e o Censo Agrícola em 2019, que podem apoiar os resultados desta avaliação.
- A RNV constatou que existiam deficiências nas recolhas de dados. Haverá um Censo Geral da População a ser realizado em 2022, e as deficiências nos dados tanto da RNV como desta avaliação podem ser utilizadas para informar a recolha de dados do Censo 2022.
- Os resultados desta avaliação fornecerão uma base de referência para o Governo, uma vez que a orçamentação por programas tem vindo a ser implementada em todas as entidades

governamentais. As atualizações das bases de informação ajudarão a melhorar continuamente os quadros lógicos e a reforçar a gestão baseada em resultados (GBR).

- O VIII Governo Constitucional irá rever e ajustar o PED ao longo dos próximos dois anos e meio, com conclusão prevista para o início de 2023, e esta avaliação irá fornecer informações valiosas sobre o que já foi alcançado e quais as metas ainda pendentes, o que ajudará o Governo a rever e atualizar o PED.
- Os resultados ajudarão a informar o Planeamento a Médio Prazo que o Governo iniciará em 2023.

CONCLUSÕES DA AVALIAÇÃO DE 2017

O relatório de avaliação de 2017 observou que houve progressos significativos durante 2016 na implementação das metas da Fase 1 e da Fase 2 do PED, com quase 43% das metas da Fase 1 completa ou quase completa até ao final de 2016 e 17% das metas da Fase 2 completa ou quase completa até ao final de 2016. Estes resultados foram atualizados durante a avaliação de 2021, em conformidade com a informação que ficou disponível após a elaboração do relatório de 2017. Com base em informação atualizada, 41% das metas da Fase 1 foram totalmente ou quase concluídas até ao final de 2016 e 20% das metas da Fase 2 foram totalmente ou quase concluídas até ao final de 2016.

As caixas abaixo mostram o progresso em percentagem das metas totais para cada fase (com base em informação atualizada).

Resultados globais de implementação da Fase 1 do PED (2011-2015) no final de 2016

- 25% completamente alcançadas
- 16% em fase de conclusão
- 51% iniciadas
- 5% não iniciadas
- 2% sem dados ou objetivos não mensuráveis

Resultados provisórios das Metas do PED da Fase 2 (2016-2020) no final de 2016

- 11% totalmente implementadas
- 9% em fase de conclusão
- 59% iniciadas
- 7% não iniciadas
- 14% sem dados ou objetivos não mensuráveis

Quando se analisam os objetivos para 2015 e 2020 combinados, no final de 2016, 40 metas (20%) estavam concluídas e 27 (13%) estavam quase concluídas (como se vê abaixo). No final de 2016, o setor social atingiu 25% das metas, o setor das infraestruturas 11%, o setor do desenvolvimento económico 25% e o setor do desenvolvimento institucional 16% das metas planeadas.

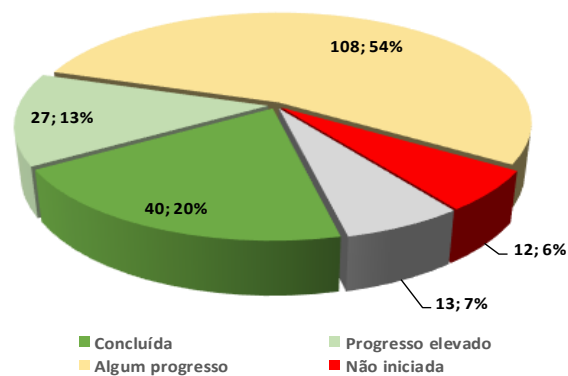
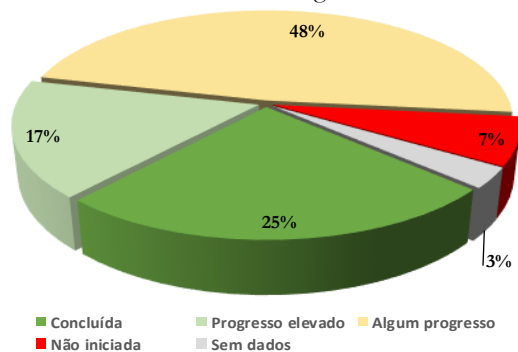
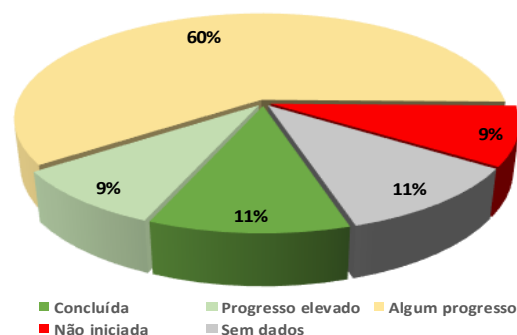


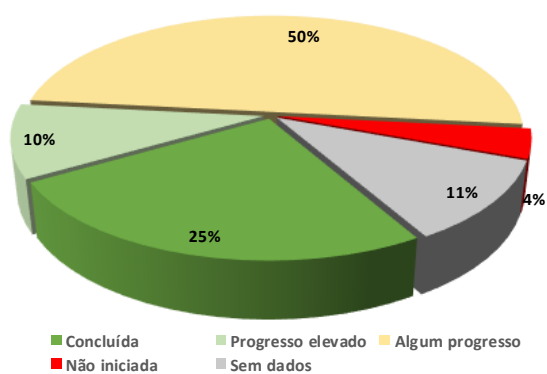
Figura 13: Metas do PED (2015 e 2020) no final de 2016



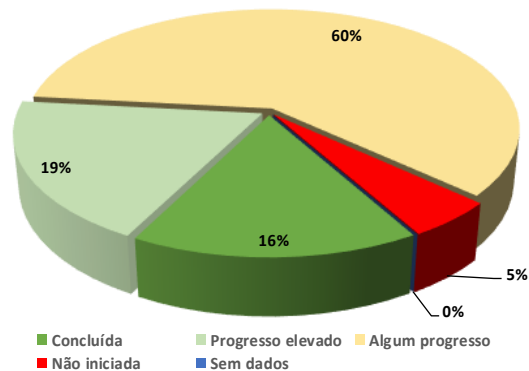
Setor Social (2020)



Desenvolvimento das Infraestruturas (2020)



Desenvolvimento Económico (2020)



Quadro Institucional (2020)

Figura 14: Distribuição global das metas do PED desagregado por estado e por setores

METODOLOGIA

Este Relatório avalia o estado de implementação das metas do PED no final de 2020, com base em informações fornecidas por instituições governamentais e agências da ONU que apoiam o Governo; análise quantitativa e qualitativa; e raciocínio dedutivo.

O processo de avaliação conduzido pelos avaliadores independentes e apoiado pela equipa da UPMA teve início em março de 2021. Devido a graves inundações e deslizamentos de terras em abril de 2021 e a um forte aumento dos casos da COVID-19, o Governo declarou o estado de emergência e introduziu um confinamento. Consequentemente, a avaliação do PED foi suspensa e o processo foi retomado em julho de 2021. As conclusões preliminares do Relatório foram apresentadas e apesiadas pelo Conselho de Ministros pela ANAPMA a 7 de setembro de 2022.

1. Âmbito

O Relatório avalia os **objetivos do PED alcançados durante o período de 2017 até 2020. A base para a avaliação é o Relatório sobre a Implementação do PED levado a cabo em 2017 (abrangendo o período de 2011 - 2016).**

O PED está dividido em três fases de implementação, correspondentes a metas a curto prazo (Fase 1 - até 2015), metas a médio prazo (Fase 2 - até 2020), e metas a longo prazo (Fase 3 até 2030).

As metas da Fase 1 (até 2015) e da Fase 2 (até 2020) - que não foram atingidas até ao final de 2016 - foram sujeitas a avaliação neste Relatório 2020, e classificadas em quatro setores (capital social, desenvolvimento de infraestruturas, desenvolvimento económico, e enquadramento institucional). As realizações das metas mais amplas da Fase 3 (até 2030) são analisadas apenas indiretamente, através da avaliação das realizações das metas de 2015 e 2020 como marcos de referência.

2. RECOLHA DE DADOS

As principais fontes de informação sobre a realização das metas são as seguintes:

- questionários preenchidos por agências governamentais responsáveis pela realização das metas;
- questionários preenchidos por agências da ONU que prestam apoio ao Governo de Timor-Leste e às atividades de reforma;
- relatórios governamentais disponíveis (relatórios anuais das instituições, orçamento por programas, etc.) e relatórios produzidos pelo Instituto Nacional de Estatística;

Outras fontes de informação, incluindo relatórios de investigação e documentação de terceiros, tais como parceiros internacionais e organizações da sociedade civil, são referenciadas como relevantes para fornecer informações adicionais sobre a situação de um determinado setor/subsetor.

Um instrumento primário para a recolha de informação das instituições governamentais foram os **questionários**. Estes foram preparados com base nas pesquisas iniciais dos avaliadores e na revisão de:

- Relatório de Avaliação do PED de 2017;
- Orçamentos anuais e relatórios de desempenho dos anos 2017, 2018, 2019 e 2020;
- Avaliações gerais e setoriais e relatórios de investigação recentes, tais como a RNV, o Censo Agrícola de 2019, relatórios económicos do Banco Mundial, etc.
- Prioridades e políticas governamentais novas ou atualizadas;

Os questionários foram adaptados às especificidades das metas de cada instituição para maximizar a qualidade e a pertinência dos dados recolhidos. Estes questionários incluíram:

- indicadores **diretos** que forneçam uma resposta direta sobre a realização da meta (indicadores quantitativos de sim ou não);
- indicadores **suplementares** propostos já utilizados no quadro orçamental do programa (é introduzida uma ligação a um programa ou subprograma específico), ou tipicamente utilizados na avaliação de políticas relacionadas com a meta específica. A maioria desses indicadores foram também referenciados na Avaliação de 2016 do PED e nos relatórios setoriais, frequentemente produzidos por intervenientes não governamentais (BM, ONU, OMS...);
- informação de um programa/subprograma orçamental específico através do qual a realização da meta é financiada;
- identificação de indicadores de impacto no género, para os quais as instituições devem fornecer dados desagregados por género

Devido à situação da COVID-19, **não foi possível organizar reuniões presenciais com os intervenientes governamentais durante o período de avaliações.**

Os coordenadores de setor da UPMA apresentaram o objetivo da avaliação do PED aos representantes das instituições governamentais e prestaram apoio nos esclarecimentos relativos aos questionários. Nos casos em que as respostas das instituições aos questionários foram insuficientes para a avaliação das metas, os coordenadores da UPMA contactaram as instituições para obter dados adicionais.

As instituições governamentais foram convidadas a:

- introduzir (ou validar) os valores alcançados dos indicadores diretos e suplementares propostos para as metas pelas quais a instituição é responsável;
- comentar o progresso, disponibilidade de dados, relevância dos indicadores, etc. (se aplicável);
- introduzir quaisquer indicadores adicionais apropriados para a avaliação da meta, com os seus valores;
- descrever os resultados e os obstáculos principais no período 2017-2020;
- caso não haja um indicador direto com valor-alvo para 2020, avaliar o progresso na realização dessa meta (escolha entre uma das quatro categorias pré-definidas)

- fornecer dados desagregados por gênero para indicadores selecionados
- fornecer informação sobre relatórios de investigação e documentação relevante para a avaliação
- fornecer informações sobre quaisquer novas políticas, objetivos e medidas subsetoriais (para além do previsto no PED) que tenham sido implementadas entre 2017 e 2020

Outro conjunto de questionários foi preparado para a recolha de contributos dos **principais intervenientes não governamentais e da sociedade civil** - ONG/OSC, organizações internacionais de desenvolvimento e outros parceiros de implementação que apoiam o cumprimento dos objetivos do PED - de modo a garantir que diferentes perspetivas seriam tidas em consideração e que não existiria qualquer enviesamento de informação. Foram enviados questionários a intervenientes não governamentais representativos, classificados por setor e subsetor do PED, com base nos objetivos dos seus programas (a lista de intervenientes foi preparada pela equipa da UPMA). No entanto, apenas a resposta da ONU foi recebida a tempo para o relatório de avaliação. As agências da ONU prepararam um relatório abrangente, sobre o progresso geral nos setores/subsetores que apoiam e destacaram os resultados relevantes para o cumprimento dos objetivos do PED, no período 2017-2020.

O processo de recolha de dados deveria incluir um inquérito independente numa amostra de municípios, com o objetivo de verificar o cumprimento dos objetivos das infraestruturas (construção de escolas, hospitais, estradas, pontes, etc.), ou seja, a conclusão e utilização de novas infraestruturas. Contudo, este segmento do processo de avaliação foi anulado, devido ao estado de emergência e confinamento iniciados no país, como consequência das fortes inundações e do aumento da propagação do COVID-19.

3. AVALIAÇÃO DE DADOS

As metas foram avaliadas principalmente com base nos dados dos questionários (valores dos indicadores diretos e suplementares, informações sobre os principais resultados e desafios no período 2017-2020 e outras informações fornecidas pelas instituições) e nos resultados dos relatórios e documentos relevantes descritos na secção “Recolha de dados”.

Devido ao calendário e tempo de realização deste Relatório, os resultados de final de ano que estavam disponíveis eram os de 2020, pelo que é o fim de 2020 que é tomado como referência para a avaliação dos resultados. No entanto, nos casos em que foram feitos progressos significativos em 2021 (antes de os questionários terem sido submetidos), tal informação é incluída na narrativa, para uma visão atualizada sobre o cumprimento dessas metas.

O relatório classifica cada meta do PED de acordo com cinco categorias pré-definidas de realização das metas: **"Concluída"**, **"Progresso elevado na implementação"**, **"Algum progresso na implementação"**, **"Não iniciada"**, e **"Sem dados"** (quando não existem dados ou não foram submetidos aos avaliadores). As categorias de realização das metas refletem o **progresso global** no cumprimento das metas, **desde o início da implementação do PED até 2020**.

O estado de "progresso elevado na implementação" diz respeito a metas com uma taxa de realização de 80% ou superior. O cumprimento de metas neste estado pode, em geral, ser considerado satisfatório, devendo assim ser distinguido das metas com "Algum progresso na implementação".

No caso de metas não específicas ou não mensuráveis, é difícil distinguir entre "Algum progresso na implementação" e "Progresso elevado na implementação", ou entre "Progresso elevado" e "Concluída", e fazer essa distinção exige um julgamento subjetivo. No entanto, tendo em conta as limitações metodológicas, a utilização de cinco categorias de realização das metas é justificável, uma vez que nos dá uma imagem mais realista do progresso global.

Foi pedido às instituições que avaliassem o nível de progresso e, a classificação final da meta, baseia-se nas respostas das instituições, mas também em qualquer outra informação disponibilizada aos avaliadores.

O progresso relativo na implementação do PED - de 2016 a 2020 - pode, em certa medida, ser avaliado pelo número/percentagem de metas que transitam para o nível mais elevado de conclusão. No entanto, em muitos casos, foram feitos mais progressos no cumprimento das metas, mas a mudança não foi suficiente para fazer passar a meta para o estado mais elevado de conclusão. A fim de identificar as metas para as quais não se registaram progressos desde 2016, foi criado um indicador adicional.

Os avaliadores também avaliaram se a meta é **específica, mensurável, alcançável, relevante e calendarizada, ou seja, de acordo com o princípio S.M.A.R.T.** para estabelecimento de metas. No caso de uma meta não ser S.M.A.R.T. essa informação é incluída na secção de *análise da formulação da meta*. Esta secção também destaca se houve uma mudança de política ou de prazo relacionada com o cumprimento da meta - com base em quaisquer documentos estratégicos recentemente adotados - o que tornaria a meta original do PED desatualizada. Essa análise não foi prevista nos Termos de Referência para avaliação, mas os avaliadores consideraram que ela poderia dar informações contextuais importantes para a avaliação do cumprimento dos objetivos e para uma potencial revisão do documento do PED.

4. APRESENTAÇÃO DE DADOS

O capítulo 1 inclui uma **visão geral da implementação do PED até 2020**, com base em estatísticas, gráficos e classificação das metas de 2015 e de 2020, de acordo com cinco categorias de realização pré-definidas: "Concluída", "Progresso elevado na implementação", "Algum progresso na implementação", "Não iniciada", e "Sem dados". As mesmas análises são realizadas para cada um dos quatro setores do PED. É feita uma comparação com os resultados alcançados no final de 2016.

Isto é complementado por análises dos recursos utilizados pelos setores no período de 2017-2020, tendências de identificação e quaisquer ligações de financiamento e resultados alcançados.

O capítulo 2 inclui:

- **Breve resumo dos progressos por subsetor (progressos em relação a metas a longo prazo, para 2030).** Destaca o nível global de progresso e realizações na implementação do PED, bem como os progressos e realizações no período 2017-2020. O resumo baseia-

se nas realizações das metas individuais dentro do subsetor, bem como nos resultados dos relatórios de pesquisa e documentação.

- **Dados sobre o cumprimento de cada meta:**
 - valores atingidos dos indicadores de desempenho
 - informação caso exista um impasse na realização da meta desde 2016
 - comentários que incluem informações sobre os principais resultados e desafios no cumprimento das metas no período 2017-2020, e notas adicionais.
 - dados desagregados por gênero, sobre os valores alcançados dos indicadores de desempenho - quando aplicável
 - análises da meta - se aplicável - indicando se a formulação da meta não é S.M.A.R.T. ou se houve uma mudança de política ou de prazo relacionado com o cumprimento da meta
- **Revisão das metas concluídas e a transitar no final de 2020, por subsetor.**

O Anexo 1 apresenta um resumo de fácil leitura das metas do PED:

- os seus estados no final de 2016 e 2020;
- instituições responsáveis;
- indicação se uma meta não é SMART ou se houve uma mudança de política ou de prazo (indicando a necessidade de revisão da meta na atualização do PED)
- informação caso exista um impasse na realização da meta desde 2016
- informação se a meta incluir dados desagregados por gênero.

DESENVOLVIMENTOS RECENTES

Entre 2017 e 2020, o país enfrentou vários desafios que afetaram negativamente o progresso e correram o risco de exacerbar as desigualdades existentes. A economia contraiu-se em 2017 e 2018, como resultado do impasse político e de uma redução da despesa pública. A falta de um orçamento de Estado aprovado em 2018, 2019, e 2020 reduziu a despesa pública, afetou a prestação de serviços essenciais e dificultou o crescimento económico.

Timor-Leste continua a ser um dos países mais propensos a catástrofes naturais a nível mundial, altamente vulnerável a inundações, deslizamentos de terras, ciclones, secas, incêndios florestais e terremotos, bem como às consequências das alterações climáticas (subida do nível do mar). Em abril de 2021, as inundações causadas pelo ciclone Seroja criaram a maior catástrofe humanitária da história recente do país, causando perdas humanas e prejuízos económicos consideráveis, e salientando a necessidade de investir na preparação para emergências.

A *Avaliação do Impacto Socioeconómico da COVID-19 em Timor-Leste*², estudo conduzido pelo PNUD em 2020, destaca como a crise da COVID-19 aumentou muitas das vulnerabilidades subjacentes no país, incluindo a falta de infraestruturas básicas, riscos climáticos, acesso limitado aos serviços, bem como os impasses orçamentais e políticos em curso. Os impactos negativos relacionados com a COVID-19 sobre os pequenos agricultores, pessoas que vivem em áreas remotas e zonas urbanas, e as MPMEs, foram exacerbados por estes fatores climáticos, de desenvolvimento e de governação agravados. As desigualdades no seio dos agregados familiares aprofundaram-se, especificamente em relação aos trabalhos não remunerados dos cuidadores, com esse fardo a ser transportado pelas mulheres. Os agregados familiares pobres e vulneráveis estão entre os mais afetados pela crise da COVID-19.

Após as inundações, a COVID-19 começou a espalhar-se rapidamente por todo o país, apesar dos sucessos iniciais na contenção do vírus. O agravamento das emergências sanitária e humanitária prejudicou a recuperação económica em 2021. Contudo, de acordo com o último Relatório Económico do Banco Mundial³, a recente aprovação de um orçamento retificativo pode aliviar os impactos negativos. Prevê-se que o PIB cresça 1,8% em 2021 e que recupere a médio prazo, mas as restrições estruturais continuarão a ser um impedimento a um crescimento mais rápido. As reformas para aumentar a produtividade e a competitividade são fundamentais. A COVID-19 e as recentes cheias puseram em evidência e exacerbaram as debilidades subjacentes no sistema de saúde de Timor-Leste. As perturbações nos serviços de saúde e nutrição resultantes das inundações e da crise da COVID-19, podem ter um efeito multiplicador no acesso aos cuidados de rotina e essenciais, atrasando o progresso do país em termos de resultados de saúde e desenvolvimento do capital humano.

Plano de Recuperação Económica

A prolongada pandemia, as consequências sociais e a crise económica global exigiram do Governo medidas sólidas a médio/longo prazo, para que o país recuperasse o mais rapidamente possível e de uma forma sustentável. Para tal, foi criada a Comissão para a Preparação do **Plano de**

² PNUD, *Avaliação do Impacto Socioeconómico da COVID-19 em Timor-Leste*, (2020)

³ Banco Mundial, *Relatório Económico de Timor-Leste, maio de 2021: Charting a New Path*, (2021), <https://openknowledge.worldbank.org/handle/10986/35720>

Recuperação Económica (2020-23 e anos seguintes), a fim de desenvolver um plano claro, objetivo e realista. O plano foi adotado em agosto de 2020.

Embora o Plano pretenda responder aos impactos negativos gerados pela pandemia, as medidas definidas vão mais longe e visam desenvolver vários setores de atividade económica e resolver os problemas estruturais existentes.

Na primeira fase, são propostas medidas temporárias a muito curto prazo, destinadas a atenuar os impactos da crise. Pretendem assegurar tanto quanto possível os empregos existentes antes da crise e recuperar os rendimentos das famílias, mantendo o emprego e o apoio direto aos cidadãos, e apoiando a sobrevivência das empresas no mercado e a retoma da sua atividade.

Na segunda fase, são propostas medidas estruturais de "recuperação com transformação" económica, a serem implementadas a partir de 2021, prolongando-se por 2022 e anos seguintes. Nesta fase, os objetivos das políticas públicas propostas são: a criação de novos empregos produtivos e decentes; a implementação e consolidação de programas sociais de investimento público (educação, saúde, habitação, proteção social); e a mudança da estrutura produtiva e dos fatores que contribuem para o crescimento económico.

O Programa do VIII Governo Constitucional está centrado no desenvolvimento de quatro setores principais: **agricultura, turismo, petróleo e indústria transformadora**. A expansão dos setores produtivos é fundamental para diversificar a economia e gerar oportunidades de emprego digno. A existência de infraestruturas adequadas, capital humano, estrutura jurídica e instituições eficientes é considerada como o principal "pré-requisito" para o progresso nestes setores. Até agora, tem havido um grande investimento para desenvolver o setor petrolífero e as infraestruturas básicas (estradas, eletricidade, aeroportos, etc.) que poderiam potencialmente apoiar o desenvolvimento de outros setores. Mas, ao mesmo tempo, os setores agrícola, turístico e transformador receberam consideravelmente menos atenção e financiamento na última década.

Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) são um conjunto de 17 objetivos globais interligados, concebidos para serem um "plano para alcançar um futuro melhor e mais sustentável para todos". Os ODS foram criados em 2015 pela Assembleia Geral das Nações Unidas e destinam-se a ser alcançados até ao ano 2030.

O Governo de Timor-Leste adotou a Agenda 2030 e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável através de uma resolução governamental em 2015. O Grupo de Trabalho dos ODS avaliou o alinhamento do Plano Estratégico de Desenvolvimento de Timor-Leste 2011- 2030 com os novos objetivos e metas dos ODS da agenda de 2030 e desenvolveu um roteiro para a implementação da Agenda de 2030 e dos ODS em 2017. O Grupo de Trabalho demonstrou de que forma a Agenda 2030 poderia ser harmonizada com o PED e de que forma o "PED é um veículo para alcançar os ODS". O Grupo de Trabalho delineou os sistemas, estruturas e estratégias que deveriam ser postos em prática pelo Governo para realizar o PED e alcançar os objetivos de desenvolvimento sustentável.

Em 2019, o Governo de Timor-Leste levou a cabo a Revisão Nacional Voluntária (RNV). Esta RNV foi coordenada pelo Grupo de Trabalho dos ODS com o apoio do Ministério dos Negócios

Estrangeiros e Cooperação (MNEC), a Unidade de Planeamento, Monitorização e Avaliação (UPMA) do Gabinete do Primeiro-Ministro e da ONU em Timor-Leste.

A RNV está alinhada com as diferentes fases do PED e concentra-se especificamente nos ODS que estão alinhados com a fase 1 do PED: o desenvolvimento dos recursos humanos, infraestruturas e instituições. Como ponte para a fase 2 do PED, que se centra na competitividade económica, a revisão também avalia o progresso do ODS 8 - Trabalho Digno e Crescimento Económico. Além disso, avalia o progresso para o ODS 17 - Parcerias para os Objetivos), como uma questão transversal que ajuda à implementação dos ODS. Refletindo o progresso do país em matéria de reconciliação e democracia que sustentou o seu progresso em relação aos outros ODS, o ODS 16 (Paz, Justiça e Instituições Fortes) é o tema global do relatório.

A RNV reconhece que o país fez progressos importantes na saúde e na educação, com ganhos alcançados na saúde infantil e materna, bem como aumentos acentuados no número de crianças que frequentam a escola, com paridade de género. São agora necessários mais esforços para combater as disparidades em matéria de saúde e educação entre municípios, concentrar-se na educação de qualidade, e assegurar que as mulheres vulneráveis e as pessoas com deficiência não sejam deixadas para trás. É necessário mais investimento em capital humano para contribuir para a redução do atraso de crescimento e da insegurança alimentar das crianças, que são atualmente ainda elevados. Os esforços crescentes para melhorar o acesso à água e saneamento, um motor da subnutrição em Timor-Leste, também contribuirão para uma população mais saudável e produtiva. Para preparar jovens homens e mulheres para o mercado de trabalho, é também necessário e de forma rápida, investir no ensino secundário, profissional e superior de qualidade, mas também em ciência e tecnologia. O setor privado nascente em Timor-Leste não chega para gerar empregos suficientes para o grande número de jovens que entram no mercado de trabalho e para impulsionar novas áreas de crescimento económico. Por conseguinte, é vital apoiar o crescimento das indústrias produtivas e de mão-de-obra intensiva, em particular, o setor agrícola, a fim de absorver o capital humano que está a ser preparado.

Em 2020, a ONU, após discussões com a UPMA e a Direção Geral de Estatística (DGE) elaborou orientações técnicas sobre a adaptação dos ODS a nível interno. A ONU destacou que a nacionalização dos ODS foi identificada na RNV de 2019, como um próximo passo vital a ser levado a cabo. A nacionalização dos ODS apoiaria o Governo a consolidar uma lista nacional de objetivos específicos dos ODS para os quais as linhas ministeriais estão a contribuir, incluindo objetivos para 2030, proporcionando uma base clara e mais forte para a programação orientada para evidências e a gestão baseadas em resultados (GBR).

Segundo o recente relatório da Comissão Económica e Social das Nações Unidas para a Ásia e o Pacífico (UNESCAP) (julho 2021) sobre os ODS, o desempenho de Timor-Leste mostra que o país enfrenta grandes desafios em 7 dos objetivos dos ODS, incluindo o ODS 1 (Erradicar a pobreza), o ODS 2 (Erradicar a fome) e o ODS 5 (Igualdade de género). Além disso, o país enfrenta ainda desafios para alcançar 7 dos objetivos dos ODS, incluindo o ODS 4 (Educação de Qualidade) e o ODS 8 (Trabalho Digno e Crescimento Económico). O Relatório ESCAP também mostra que faltam dados para o ODS 12 (Consumo e produção responsáveis) e para o ODS 13 (Ação climática). Estas são áreas em que Timor-Leste deve procurar desenvolver dados de base mais claros nos próximos 12-24 meses. A produção de dados relevantes para o ODS 13 (Ação Climática) será apoiada através do projeto recentemente aprovado pelo Fundo Verde para o Clima

"Melhoria dos Sistemas de Alerta Precoce para aumentar a resistência aos riscos hidrometeorológicos em Timor-Leste", que visa transformar as capacidades de informação climática de Timor-Leste e reforçar a capacidade do país para se adaptar às alterações climáticas. Ver Diagrama abaixo: Painel de Controlo e Tendências dos ODS.

Diagrama: Painel de controlo e tendências dos ODS em Timor-Leste



Notes: The full title of Goal 2 "Zero Hunger" is "End hunger, achieve food security and improved nutrition and promote sustainable agriculture".
The full title of each SDG is available here: <https://sustainabledevelopment.un.org/topics/sustainabledevelopmentgoals>

Dados: Relatório de Desenvolvimento Sustentável 2021 - A Década de Ação para os ODS

A ONU apoia o Governo de Timor-Leste na realização das suas aspirações, tal como estão delineadas no PED, e na aceleração do progresso em direção aos ODS, através de avanços em áreas como a **igualdade de género**, a promoção e proteção dos **direitos humanos**, a construção **da resiliência** das pessoas, comunidades e instituições, e o combate às desigualdades através do investimento na proteção social. O princípio de **Não Deixar Ninguém para Trás** (LNOB – sigla em inglês) foi operacionalizado através de uma maior ênfase no trabalho através de parcerias, incluindo com grupos marginalizados representando jovens, Pessoas com Deficiência (PcD) e a comunidade LGBTQI.

Através de um processo de consulta multilateral para identificar formas de acelerar o progresso no PED e nos ODS, foi desenvolvido o Quadro de Cooperação para o Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas (UNSDCF) 2021-2025. O UNSDCF apoia os esforços nacionais para LNOB em seis áreas prioritárias estratégicas entre 2020-2025⁴.

Processo orçamental, acompanhamento e avaliação

O Roteiro para a Reforma da Governação Orçamental em Timor-Leste, adotado em 2017, estabelece um claro caminho de reforma em áreas-chave da orçamentação, planeamento, monitorização e avaliação durante o período 2017-2021, e os papéis da UPMA, do Ministério das Finanças e dos ministérios de tutela neste processo. Este roteiro apoia a implementação do PED através da

⁴ As áreas prioritárias são: 1) nutrição, segurança alimentar e agricultura sustentável; 2) oportunidades económicas sustentáveis e trabalho digno para todos; 3) desenvolvimento infantil e aprendizagem ao longo da vida; 4) cuidados de saúde e bem-estar de qualidade; 5) governação responsável, inclusiva e participativa e serviços públicos de qualidade; 6) gestão sustentável dos recursos naturais e resiliência às alterações climáticas.

ligação das metas do plano de desenvolvimento às estruturas orçamentais e aos fundos orçamentais para o ciclo orçamental anual.

Em 2019, a revisão da OCDE⁵ constatou que o Governo tinha feito progressos substanciais para implementar o Roteiro da Governação Orçamental no período 2017-2018. As principais conquistas incluíram a implementação gradual da orçamentação por programas entre ministérios e agências, a conceção e implementação do sistema de monitorização do desempenho e de elaboração de relatórios sobre a orçamentação por programas, a introdução de uma declaração orçamental de género e a preparação de documentos de política sobre um quadro orçamental de médio prazo e regras orçamentais. A revisão foi a base para a atualização do roteiro, tendo em conta as iniciativas já programadas, as iniciativas que não foram concluídas e as novas rubricas, para refletir os novos desenvolvimentos. As iniciativas prioritárias incluem a implementação das recomendações relativas à orçamentação de capital, acompanhamento e implementação preparadas pelo Fundo Monetário Internacional (FMI), a fim de reforçar o planeamento, avaliação, seleção e gestão em curso de projetos de investimento em infraestruturas.

A reforma da orçamentação por programas é uma das prioridades do *Roteiro da Governação Orçamental*, com o objetivo de aumentar a eficácia e eficiência da despesa pública. Os processos orçamentais nacionais e os Sistemas de Informação de Gestão Financeira foram revistos e adaptados para facilitar esta inovação. A implementação gradual do novo modelo de orçamentação foi liderada pela UPMA e pelo Ministério das Finanças, e comunicada a todo o Governo como uma forma para conseguir um maior alinhamento entre políticas, planos, e orçamentos. Esta orçamentação por programas foi introduzida pela primeira vez no Orçamento Geral do Estado de 2017(OGE 2017), com programas desenvolvidos para 25 entidades, tendo depois vindo a ser aplicada a 56 entidades no OGE de 2020, e implementada em todas as entidades do Governo (exceto na RAOEA) no OGE de 2021. No Orçamento Geral do Estado de 2022, a orçamentação por programas será implementada por todas as entidades.

Os avaliadores do PED testemunharam uma melhoria notável na transparência e compreensibilidade dos documentos orçamentais no período 2017-2021, com a implementação da orçamentação por programas em todas as entidades governamentais. As estruturas orçamentais dos programas (programas, subprogramas e atividades) refletem bem as funções desempenhadas pelas instituições governamentais e os recursos financeiros necessários para completar estas ações, a fim de atingir um objetivo comum. Na maioria dos casos, existem ligações claras entre os programas, as metas do PED a médio prazo e os objetivos dos ODS. Contudo, devido às fracas ligações e à hierarquia pouco clara dos impactos e resultados relacionados com as metas do PED em alguns dos subsetores, as ligações significativas entre os programas e as metas do PED não puderam ser estabelecidas.

Os programas podem ser partilhados entre diferentes agências governamentais e entidades de serviço público, e nesses casos, mais do que uma agência/entidade é responsável pelo cumprimento da meta (resultado) do respetivo programa. Além disso, todas as instituições têm um programa transversal de Boa Governação e Gestão Institucional, mas com as suas próprias dotações orçamentais para cada instituição. O programa transversal está, na medida do possível, limitado aos serviços administrativos e de gestão de apoio ao funcionamento normal da instituição

⁵ OCDE, Roteiro da Governação Orçamental de Timor-Leste: Revisão e Atualização, (2019)

como um todo, mas não está orientado para a prestação de serviços a entidades externas à instituição.

Desde 2019, as autoridades de Timor-Leste têm utilizado um "marcador de género" para identificar até que ponto os programas são sensíveis ao género. As informações fornecidas pelo marcador de género ajudam a Secretaria de Estado para a Igualdade e Inclusão (SEII) e a UPMA a assegurar que todas as instituições tenham um programa ou atividade relacionada com a promoção da igualdade de género. A declaração de duas páginas de Timor-Leste sobre a orçamentação de género, estabelece os instrumentos orçamentais de género que estão a ser implementados pelo Governo, as responsabilidades dos diferentes intervenientes governamentais e as diretrizes sobre o processo de integração da perspectiva de género no planeamento, orçamentação, monitorização e avaliação. Também fornece informações sobre a quantidade de recursos destinados à promoção da igualdade por sexos. A UPMA e a Comissão dos Direitos da Criança também desenvolveram um "marcador infantil", que já se encontra integrado no Sistema *Dalan ba futuro* e que deverá ser revisto/aprovado em breve pelo Conselho de Ministros.

O mecanismo de planeamento e monitorização do Programa do Governo baseia-se na preparação de Planos Anuais e Relatórios de Desempenho, para cada Ministério e Secretaria de Estado, alinhados com o orçamento do programa. Os Planos Anuais enumeram programas e atividades que serão implementados, associados a indicadores de resultados e de desempenho. Com base na monitorização interna e na compilação de relatórios de desempenho preparados por cada entidade, a UPMA revê os resultados e prepara Relatórios Trimestrais e o Relatório Anual de Desempenho das instituições da Administração Pública centrados na execução dos programas. Estes relatórios são submetidos ao Parlamento Nacional.

Até 2015, os Relatórios de Desempenho incluíam apenas informação narrativa, que não estava ligada a despesas. As demonstrações financeiras eram apresentadas separadamente sem referências cruzadas de informação nos Relatórios de Desempenho. Em 2016, o Governo de Timor-Leste testou um formato de relatório para integração do desempenho e informação financeira relacionada com cada programa, que foi sendo melhorado ao longo dos anos.

Os relatórios anuais analisados durante a avaliação do PED (para o período 2017-2020) fornecem informações muito importantes sobre as despesas e a obtenção de resultados (na sua maioria, realizações), mas não foram fundamentais para a compreensão do progresso em relação às metas do PED. Com base no formato dos relatórios e dos dados introduzidos, foi difícil distinguir entre os valores previstos e atingidos dos indicadores de desempenho - o que está relacionado com o facto de não terem sido estabelecidas metas anuais de indicadores de desempenho relacionados com as metas do PED. É uma questão que o planeamento a médio prazo e o estabelecimento de um sistema robusto de monitorização e avaliação ajudará a resolver. Os planos de médio prazo alinham as metas anuais com as metas a longo prazo, assegurando que as metas a longo e médio prazo sejam divididas em metas anuais.

Em 2018, a UPMA desenvolveu e lançou um sistema de informação interativa, baseado na internet, chamado "*Dalan ba Futuro Timor-Leste*" (DBFT), que integra e facilita muito o planeamento, a monitorização e a produção de relatórios no setor público. O DBFT permite às entidades governamentais informações diretamente sobre o progresso e desempenho em relação aos seus objetivos anuais estabelecidos.

Mobilização do Financiamento ao Desenvolvimento

Em 2019, o Governo realizou uma Avaliação do Financiamento ao Desenvolvimento (DFA – sigla em inglês)⁶, que apresenta uma análise das opções de financiamento do PED e serve como documento de referência, nos esforços governamentais para mobilizar o financiamento ao desenvolvimento. A implementação das recomendações supervisionada por uma Equipa Nacional de Supervisão da DFA. A DFA identifica oportunidades para mobilizar fontes adicionais de financiamento e utilizar os recursos financeiros existentes de forma mais eficiente. Esta avaliação inclui os seguintes tópicos:

- Os recursos públicos dominam o financiamento do PED, com a Ajuda Pública ao Desenvolvimento a disponibilizar mais 13%. Uma grande parte da riqueza petrolífera de Timor-Leste já foi extraída. O financiamento privado está a crescer lentamente, e continua a representar uma proporção comparativamente baixa na escala global de recursos. A DFA recomenda o **estabelecimento de uma iniciativa coordenada de promoção do investimento, que concentre esforços ativos no relançamento do investimento nas indústrias de maior prioridade e potencial**. O reforço do quadro político e regulamentar que promove os benefícios mais amplos do investimento para a sociedade e o ambiente e mitiga os riscos, seria outra componente importante dessa iniciativa.
- As finanças públicas são suportadas principalmente pelas receitas petrolíferas - exceto em caso de novas extrações virem a ter lugar, espera-se que as novas receitas petrolíferas acabem até 2022. Em relação ao rápido crescimento das despesas do governo, as receitas internas não provenientes do sector petrolífero financiaram, em média, apenas 13% das despesas do governo, durante a última década. A DFA sublinha a **importância das reformas em curso destinadas a alargar a base tributária, a modernizar a política fiscal e a aumentar a eficiência da cobrança de receitas**. Há também oportunidades para melhorar a eficiência dos investimentos e dos serviços públicos em relação ao PED, **através do reforço dos mecanismos de seleção e priorização de projetos de investimento** relacionados com prioridades estratégicas e políticas governamentais concebidas para concretizar essas prioridades estratégicas.
- Até à data, foram feitos investimentos substanciais em infraestruturas e o Governo está empenhado em continuar a resolver as deficiências das infraestruturas e a expandir as despesas de capital nos próximos anos. No entanto, o desenvolvimento de infraestruturas foi principalmente financiado através de transferências do Fundo Petrolíferos, com empréstimos concessionais e modalidades de Parcerias Público-Privadas (PPP) que financiaram um número limitado de infraestruturas, tendo as primeiras incidido principalmente na reabilitação de estradas nacionais e regionais. A DFA faz uma recomendação para o **desenvolvimento de uma estratégia global de investimento em infraestruturas, reunindo uma série de diferentes fontes de financiamento e estabelecendo mecanismos políticos para encorajar a sua utilização nos aspetos mais apropriados das infraestruturas**. Deve funcionar como um mecanismo para

⁶Avaliação do Financiamento ao Desenvolvimento em apoio à realização do Plano Estratégico de Desenvolvimento e dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável em Timor-Leste, (2019)

priorizar os investimentos e determinar as modalidades mais apropriadas para o seu estabelecimento e manutenção contínua.

A DFA fez agora a transição para desenvolver um Quadro Integrado de Financiamento Nacional (INFF – sigla em inglês) para diversificar o financiamento público e privado, a fim de acelerar o financiamento dos ODS. Isto inclui o estabelecimento de um quadro nacional integrado, bem como a alavancagem financeira através da tributação da saúde, financiamento da diáspora e financiamento do clima. O Ministério das Finanças (MF) está a liderar este processo (o Ministro lançou-o em 2021) e foram criadas as estruturas de governação.

CAPÍTULO 1: CONCLUSÕES SUMÁRIAS SOBRE A IMPLEMENTAÇÃO DO PED

DESAFIOS DA AVALIAÇÃO DA IMPLEMENTAÇÃO DO PED

O PED 2011-2030 foi preparado como um documento que fornece uma direção estratégica importante para o desenvolvimento do país. Contudo, a sua estrutura não é instrumental para o planeamento operacional, monitorização e relatórios sobre o progresso.

As metas foram estabelecidas a níveis muito diferentes: algumas são mais concretas e operacionais, outras muito genéricas e não quantificáveis. Não existe uma hierarquia de metas, baseada na relação entre impacto, resultados e objetivos a mais longo e médio prazo. A falta de uma estrutura hierárquica e de uma relação causal entre as metas, afeta negativamente a qualidade do quadro de monitorização e avaliação.

É muito difícil avaliar o nível de cumprimento das metas que são fixadas de forma demasiado ampla ou com perspetivas a longo prazo. Os indicadores de desempenho relacionados com as metas e os seus valores projetados ao longo dos anos, não foram estabelecidos na altura da adoção do PED. Esta questão é ainda mais problemática se as metas do PED não estiverem ligadas a metas e medidas mais operacionais nos planos a médio prazo e anuais dos Ministérios e Secretarias de Estado, o que é frequentemente o caso. A seleção dos indicadores utilizados nos planos anuais, orçamento dos programas e por relatórios anuais é frequentemente inadequada para avaliar o progresso na realização das metas do PED.

O relatório classifica cada meta do PED de acordo com cinco categorias pré-definidas de objetivos de Concretização: "Concluída", "Progresso elevado na implementação", "Algun progresso na implementação", "Não iniciada", e "Sem dados". No caso de metas que não são específicas ou mensuráveis, é difícil distinguir entre "Algun progresso na implementação" e "Progresso elevado na implementação", ou entre "Progresso elevado" e "Concluída" e, fazer essa distinção exige um julgamento subjetivo. No entanto, reconhecendo as limitações metodológicas, a introdução de cinco categorias de objetivos de realização das metas é justificável, uma vez que proporciona uma visão mais realista do progresso na implementação do PED.

Os avaliadores aferiram se a meta é **específica, mensurável, alcançável, realista e calendarizada, ou seja, se está de acordo com o princípio S.M.A.R.T.** para o estabelecimento de metas. No caso de uma meta não ser 'S.M.A.R.T.' essa informação é incluída na secção de *análise da formulação da meta*. Esta secção também destaca se houve uma **mudança de política ou de prazo relacionada com o cumprimento da meta** - com base em quaisquer documentos estratégicos recentemente adotados - o que tornaria a meta original do PED desatualizada. Essa análise não foi prevista nos Termos de Referência para avaliação, mas os avaliadores consideraram que ela poderia dar informações contextuais importantes para a avaliação do cumprimento dos objetivos e para uma potencial revisão do documento do PED.

Os Relatórios Anuais de Desempenho das entidades governamentais fornecem informações muito importantes sobre despesas e realização de resultados (na sua maioria, impactos), mas não foram totalmente instrumentais na compreensão do progresso em relação aos objetivos do PED. As

metas do PED refletem-se nos Planos e Relatórios Anuais apenas de forma limitada. Com base no formato dos relatórios e dos dados introduzidos, foi difícil distinguir entre os valores previstos e os valores realizados dos indicadores de desempenho. Esta questão está também relacionada com o facto de não terem sido estabelecidas metas anuais de indicadores de desempenho relacionados com os objetivos do PED.

Por vezes não se encontram disponíveis dados-chave para o controlo dos resultados (incluindo estatísticas sobre a cobertura fornecida por diferentes serviços). Ainda mais problemática é a disponibilidade de informações sobre o impacto das medidas.

O cumprimento das metas gerais para 2030 só pode ser analisado indiretamente, através da avaliação do cumprimento das metas de 2015 e 2020, como marcos de referência.

Uma avaliação significativa dos resultados tem de ser feita ao nível do subsetor e das metas, devido às especificidades dos mesmos. É necessário ter em consideração a complexidade e os pré-requisitos para atingir determinadas metas (coordenação interministerial, reformas estruturais e disponibilidade de fundos orçamentais). Há várias explicações para o sucesso ou fracasso: desde mudanças das metas motivadas politicamente, a objetivos que não dependem apenas da ação governamental, até a níveis variáveis de ambição entre objetivos.

RECOMENDAÇÕES SOBRE O REFORÇO DA IMPLEMENTAÇÃO, MONITORIZAÇÃO E QUADRO DE IMPLEMENTAÇÃO DO PED

As principais recomendações para o reforço da implementação, monitorização e quadro de implementação do PED (que devem ser consideradas na revisão e atualização do PED) incluem:

- Deve ser desenvolvida uma Matriz de Resultados global e clara para o PED (com indicadores de impacto e de resultados). Deve ser estabelecida uma hierarquia das metas do PED atuais (ou ajustadas), tendo em conta o calendário de implementação das metas e o seu nível (impacto ou resultado). Deverá também existir uma Teoria da Mudança que sustente e apoie o PED.
- As metas do PED que não são mensuráveis devem ser reformuladas ou desagregadas em múltiplas metas mais específicas e mensuráveis.
- Todas as metas do PED devem ter indicadores de desempenho com valores-alvo projetados.
- O planeamento a médio prazo deve ser utilizado para transformar as metas a longo e médio prazo do PED em metas anuais. Isto ajudará a alinhar as metas anuais nos planos operacionais e na orçamentação por programas com as metas do PED, e permitirá a monitorização anual do desempenho, para alimentar diretamente a monitorização do progresso do PED (sem duplicar os requisitos de informação).
- A melhoria contínua dos quadros lógicos subjacentes às estruturas orçamentais por programa deverá reforçar a gestão baseada em resultados.
- Devem ser consideradas as áreas e metas do PED para as quais o impacto no género ou o impacto noutros grupos vulneráveis, deva ser monitorizado e avaliado. Devem estabelecer-

se mecanismos de recolha de informação desagregada por género ou informação desagregada, de forma a demonstrar o impacto sobre outros grupos vulneráveis.

- Deve considerar-se a expansão das metas do PED em áreas em que Timor-Leste esteja claramente atrasado (que não estão atualmente incluídas no PED). Por exemplo, não há metas relacionadas com a nutrição, apesar das estatísticas alarmantes. De acordo com o Inquérito Alimentar e Nutricional de Timor-Leste (TLFNS – sigla em inglês) 2020, a prevalência de altura abaixo da média, em crianças de 0-59 meses, continua a ser elevada, classificada como um problema de saúde pública "muito elevado" com base nos critérios da Organização Mundial de Saúde (OMS) de 2018. A prevalência peso abaixo da média, de 8,6%, é considerada um problema "grave" de saúde pública.

VISTA GERAL DA IMPLEMENTAÇÃO DO PED PARA 2020

O PED 2011-2030 estabelece metas divididas em três períodos de tempo (2015, 2020, e 2030), e em quatro setores: Capital Social, Desenvolvimento de Infraestruturas, Desenvolvimento Económico e Quadro Institucional.

Este relatório avalia o estado de implementação dos objetivos do PED de 2015 (Fase 1) e de 2020 (Fase 2), no final de 2020. Deve recordar-se que, embora a Fase 1 do PED tivesse sido prevista para o período entre 2011 e 2015, a implementação efetiva do plano só começou no final de 2012, com a tomada de posse do V Governo Constitucional.

A interpretação dos resultados deve ter em conta que uma percentagem significativa das metas do PED não é específica nem mensurável (ver subcapítulo Estatísticas Adicionais), o que torna um desafio avaliar os seus estados de realização.

As explicações para o facto de não alcançarem as metas em conformidade com o plano incluem: financiamento insuficiente (especialmente no período 2017-2020 quando, devido ao impasse político, os orçamentos não foram aprovados atempadamente); falta de capacidade no domínio da engenharia e equipamento que tem de ser importado (para projetos de infraestruturas); (in)decisões políticas; metas não dependentes apenas de ações governamentais; metas demasiado ambiciosas, etc. O estado de emergência, as cercas sanitárias e o confinamento obrigatório foram obstáculos adicionais durante 2020. Uma compreensão mais profunda do progresso na realização de metas num determinado contexto só pode ser obtida a um nível metas específicas - tal como apresentado no Capítulo 2.

PROGRESSO GERAL NA REALIZAÇÃO DAS METAS DO PED (FASES 1 E 2)

No final de 2020, de um total de 200 metas da Fase 1 (2015) e da Fase 2 (2020), 53 metas (26%) foram totalmente implementadas e 46 metas (23%) estão quase concluídas; 89 metas (45%) registam alguns progressos na implementação; 8 metas (4%) ainda não começaram, e para 4 metas (2%) não há dados disponíveis para medir a implementação.

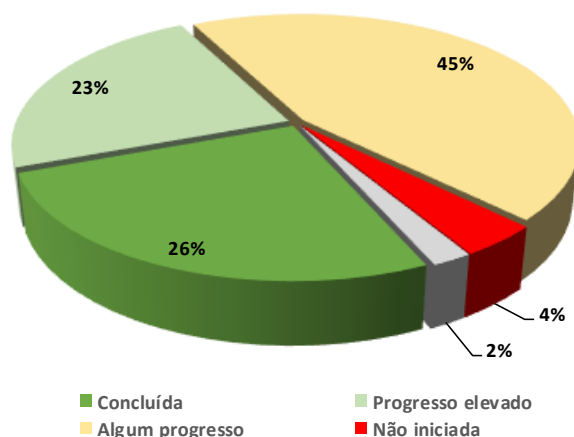


Figura 15: Distribuição global das metas do PED (Fase 1 e Fase 2) desagregado por estado.

Durante o período 2017-2020, houve um aumento moderado do número de metas finalizadas (de 40 para 53) e de metas em vias de conclusão (de 27 para 46). Para 13 metas, não se registaram progressos nos últimos quatro anos. Ao analisar estes resultados, **deve ser tido em conta um contexto de desenvolvimento bastante desfavorável** (impasse político, aprovação tardia do orçamento, redução do envelope de despesas e contração da economia no período 2017-2019, seguido de efeitos sociais e económicos prejudiciais da COVID-19, em 2020).

Distribuição global das metas do PED desagregado por estado no final de 2020

- plenamente alcançada - 53
- em fase de conclusão - 46
- iniciada - 89
- não iniciada - 8
- sem dados - 4

Distribuição global das metas do PED desagregado por estado no final de 2016

- plenamente alcançada - 40
- em fase de conclusão - 27
- iniciada - 108
- não iniciada - 12
- sem dados - 13

Dos quatro setores, o **Desenvolvimento de Infraestruturas** está ligeiramente atrasado, com 42% de todas as metas concluídas ou quase concluídas no final de 2020 (ver Figura 16 abaixo).

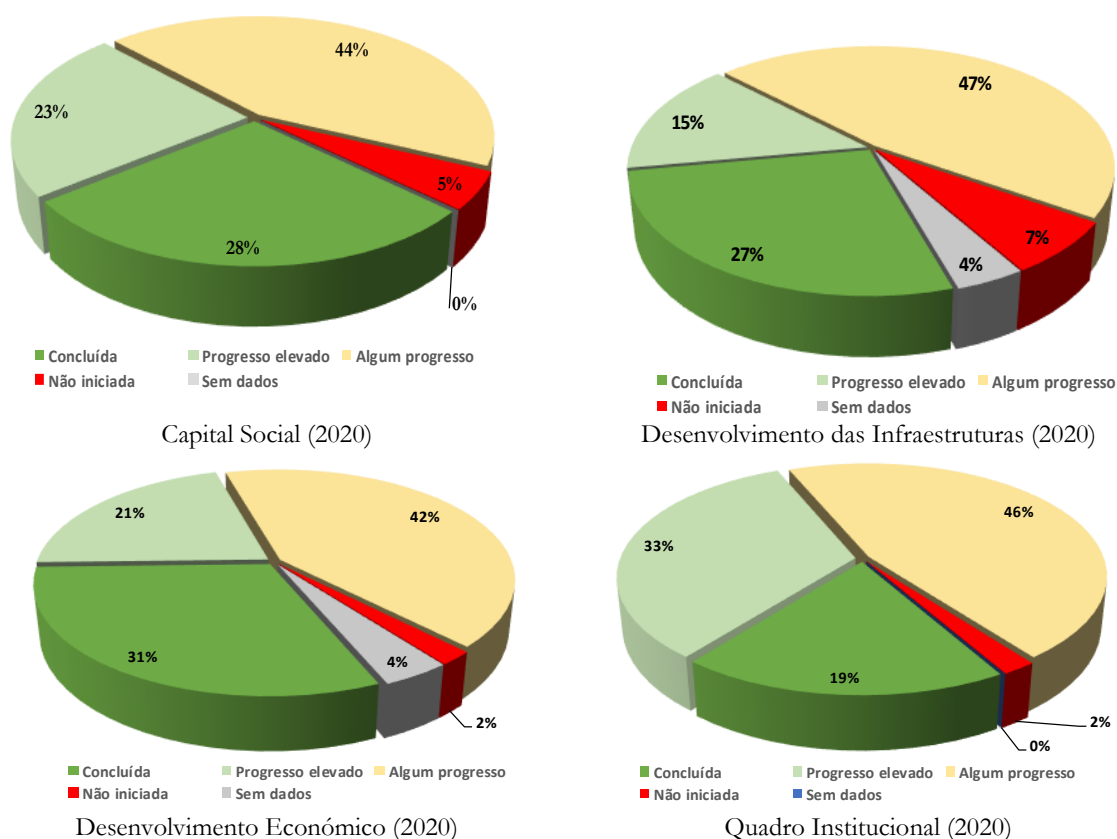


Figura 16: Distribuição das metas do PED desagregado por estado e por setores

Por outro lado, o **setor de Desenvolvimento de Infraestruturas fez os maiores progressos durante o período 2017-2020** - com um número de metas completadas ou em vias de conclusão a aumentar de 9 para 19. No final de 2016, apenas 20% das metas de infraestruturas estavam concluídas ou em vias de conclusão. Este é um setor que requer necessariamente tempo para o desenvolvimento - dada a natureza técnica e financeiramente exigente das obras de construção - o que em certa medida explica os atrasos no final de 2016.

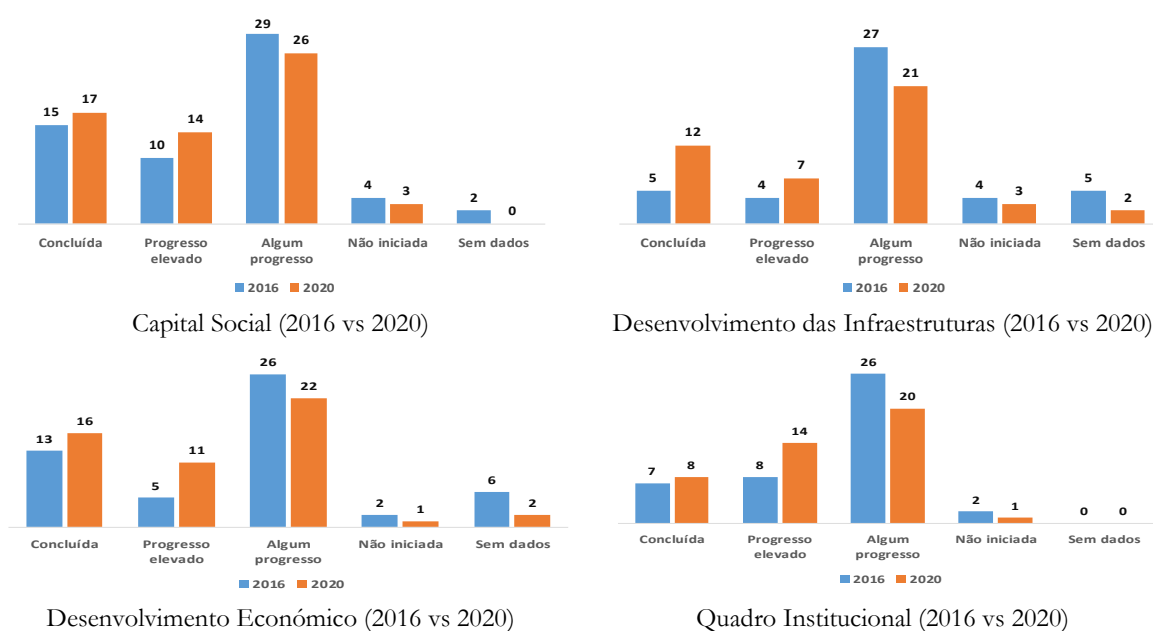


Figura 17: Distribuição das metas do PED por estatuto e por setores -

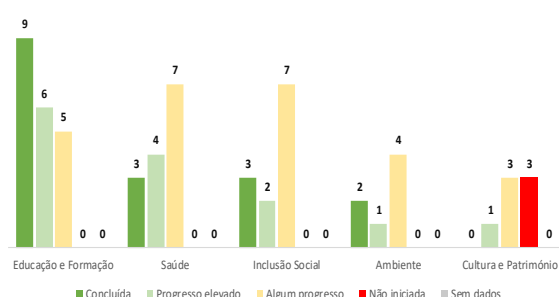
Distribuição das Metas por Subsetores e progresso

O setor Social, subsector de Educação e Formação, lidera, com o maior número (e percentagem) de metas que foram concluídas ou estão quase concluídas. No subsector da Cultura e Património, há três metas que ainda não começaram.

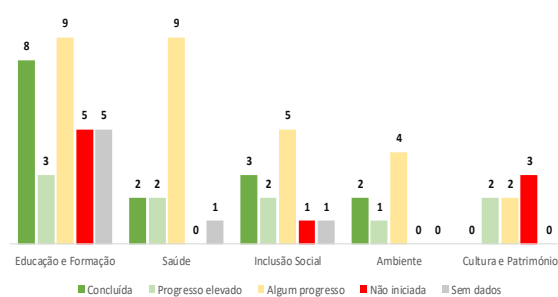
No setor das Infraestruturas, o subsector das Estradas e Pontes tem o maior número (e percentagem) de metas que foram concluídas ou estão quase concluídas.

No setor económico, o subsector da Agricultura e Pescas e o subsector do Turismo têm um maior número (e percentagem) de metas que foram concluídas ou estão quase concluídas, enquanto outros subsectores estão atrasados.

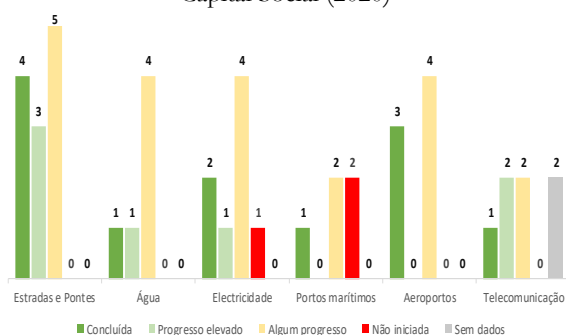
No setor institucional, existe uma distribuição bastante equilibrada de metas por subsector e estatuto.



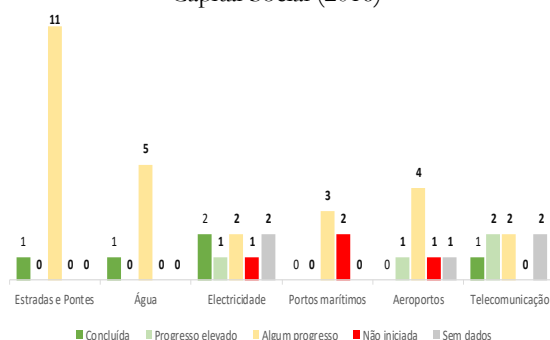
Capital Social (2020)



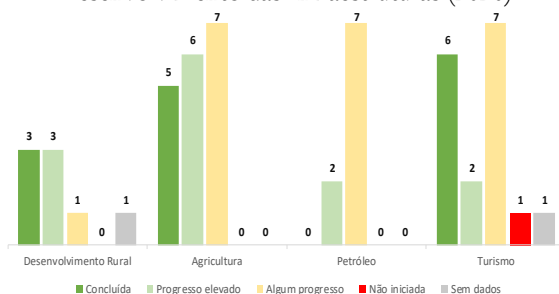
Capital Social (2016)



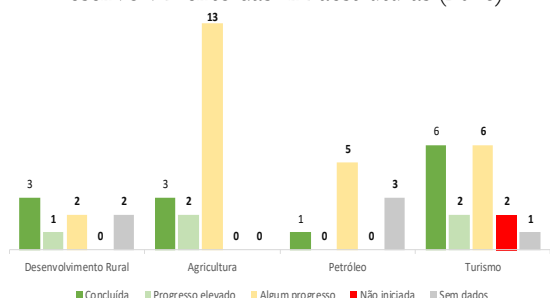
Desenvolvimento das Infraestruturas (2020)



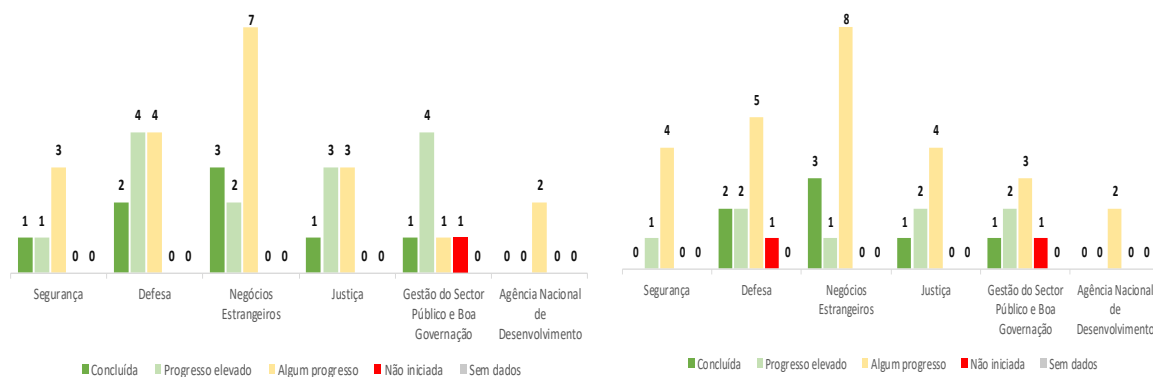
Desenvolvimento das Infraestruturas (2016)



Desenvolvimento Económico (2020)



Desenvolvimento Económico (2016)



Quadro Institucional (2020)

Quadro Institucional (2016)

Figura 18: Distribuição das metas por subsector e seu progresso (2020 vs 2016)

Distribuição do Financiamento

Os progressos no setor do Desenvolvimento de Infraestruturas estão em conformidade com o financiamento significativo que recebeu nos anos anteriores. Este setor continuou proporcionalmente elevado até 2020 e ao orçamento de 2021. A taxa de execução dos fundos do Fundo de Infraestruturas (FI) foi extremamente baixa em 2012 e 2013, mas recuperou nos anos seguintes.

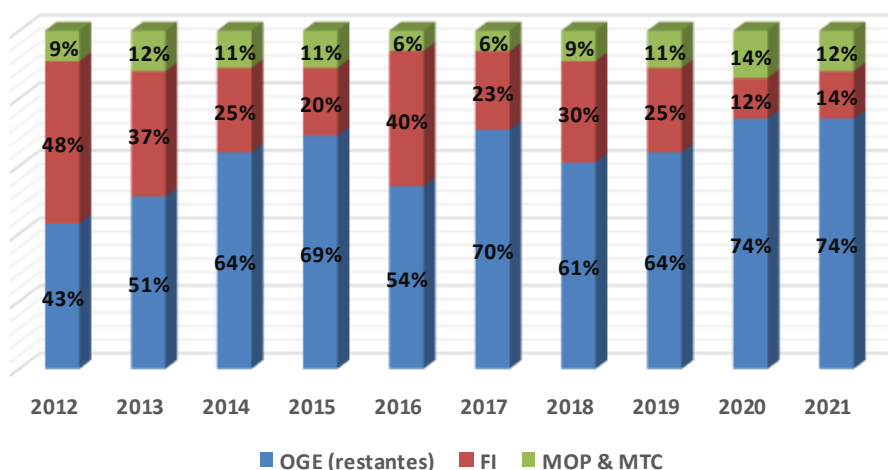


Figura 19: Proporção do FI, do MOP e do MTC em relação ao restante OGE - 2011 a 2017

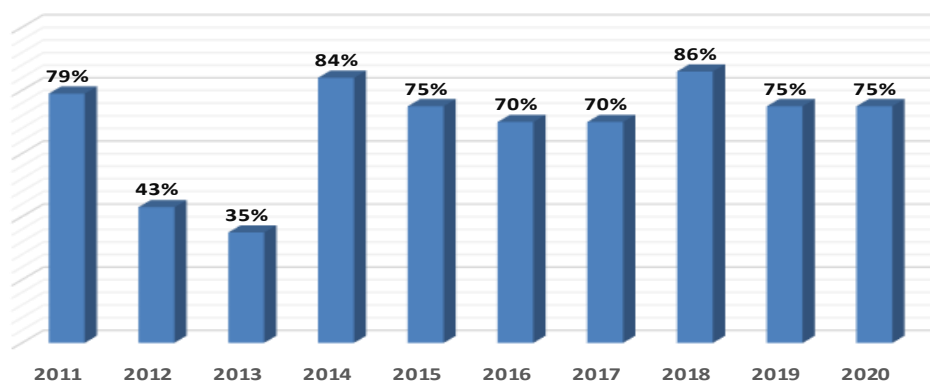


Figura 20: Taxa de Execução do FI (Orçamento vs Pagamentos concretos) - 2011 a 2020

A distribuição do financiamento pelos setores nos últimos quatro anos, indica que o Setor de Desenvolvimento Económico recebeu significativamente menos fundos. Isso está de acordo com a lógica e a cronologia de desenvolvimento do PED, onde as melhorias do capital social, infraestruturas e instituições são os pré-requisitos para o crescimento económico. Com base no Plano de Recuperação Económica, nos próximos anos, serão canalizados mais fundos para o desenvolvimento económico, e particularmente para os subsetores da agricultura, turismo e indústria transformadora.

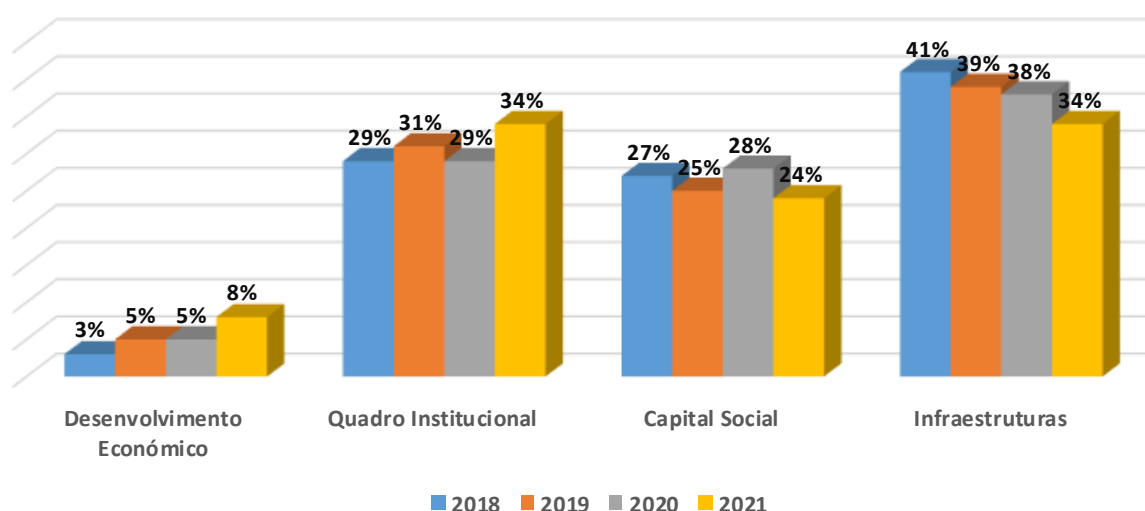


Figura 21: Distribuição do Orçamento entre 2018-2021 por setores (dados do Governo)

Estatísticas adicionais

Formulação de metas

46% das metas que não foram completadas até ao final de 2016, não foram definidas de acordo com o princípio S.M.A.R.T. Normalmente, as metas não são definidas de forma muito ampla, nem são específicas nem mensuráveis. Os indicadores de desempenho relacionados com essas metas - com valores-alvo projetados ao longo dos anos - não foram definidos aquando da adoção do PED nem nos anos seguintes (em outros documentos políticos, planos anuais e orçamento). Assim, para tais metas é um desafio distinguir entre "Algum progresso na implementação" e "Progresso elevado na implementação", ou entre "Progresso elevado" e "Concluído", e, fazer essa distinção, requer um julgamento subjetivo.

Algumas das metas nesta categoria representam esforços contínuos e a longo prazo e a sua realização, na realidade, não é limitada no tempo. Não é possível determinar o estado de realização dessas metas.

A distribuição das metas pelos setores que não estão de acordo com o princípio S.M.A.R.T., é a seguinte: 15 metas no setor Capital Social, 16 metas no setor de Desenvolvimento de Infraestruturas, 14 metas no Setor Económico, e 28 metas no setor de Enquadramento Institucional. Dentro do setor **Enquadramento Institucional, de todas as metas que não**

foram completadas no final de 2016, 80% enquadram-se nesta categoria, tornando a avaliação do progresso neste setor muito difícil.

Seis metas do PED que visam uma mudança nas políticas, ou em que o prazo relacionado com o cumprimento das metas foi marcado com base em quaisquer documentos estratégicos recentemente adotados, torna essas metas originais do PED desatualizadas.

A análise da formulação da meta fornece informação contextual importante para a avaliação do cumprimento da meta e para uma potencial revisão do documento PED.

Nenhum progresso no período 2017-2020

Para 13 metas não houve progressos no período 2017-2020 (3 no setor de Capital Social, 3 no setor de Desenvolvimento de Infraestruturas, 6 no setor de Desenvolvimento Económico, e 1 no setor de Enquadramento Institucional).

Impacto no género

Foram apresentados dados desagregados por género para quatro metas do PED. Os resultados mostram um impacto equilibrado em termos de género (os pormenores são apresentados no capítulo 3 deste Relatório).

METAS DE 2015 (FASE 1) E SEU PROGRESSO NO FINAL DE 2020

No final de 2020, das 129 metas da Fase 1 (2015), 41 metas (32%) já tinham sido totalmente implementadas e 28 metas (22%) estavam quase concluídas; 51 metas (39%) registam alguns progressos na implementação; a implementação de 6 metas (5%) ainda não começou; e para 3 metas (2%) não há dados para medir os resultados (Figura 22).

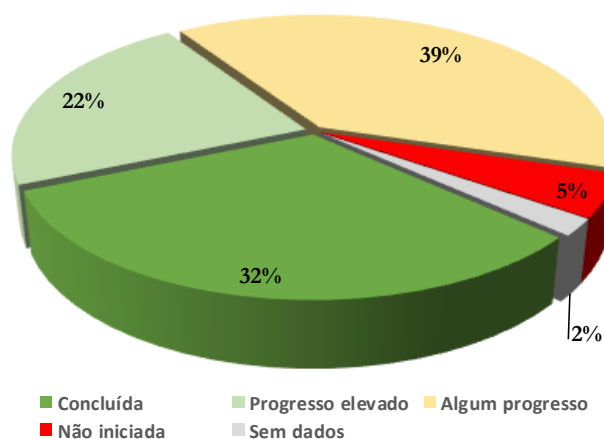


Figura 22: Distribuição das metas de 2015 (Fase 1) desagregado por estado.

Distribuição das metas de 2015 (Fase 1) e seu progresso no final de 2020

- plenamente alcançada - 41
- em fase de conclusão - 28
- iniciada - 51
- não iniciada - 6
- sem dados - 3

Distribuição das metas de 2015 (Fase 1) e seu progresso no final de 2016

- plenamente alcançada - 32
- em fase de conclusão - 21
- iniciada - 66
- não iniciada - 7
- sem dados - 3

Para compreender melhor o progresso na implementação do PED de um ponto de vista geral, apresentam-se os resultados desagregados por setores na Figura 23.

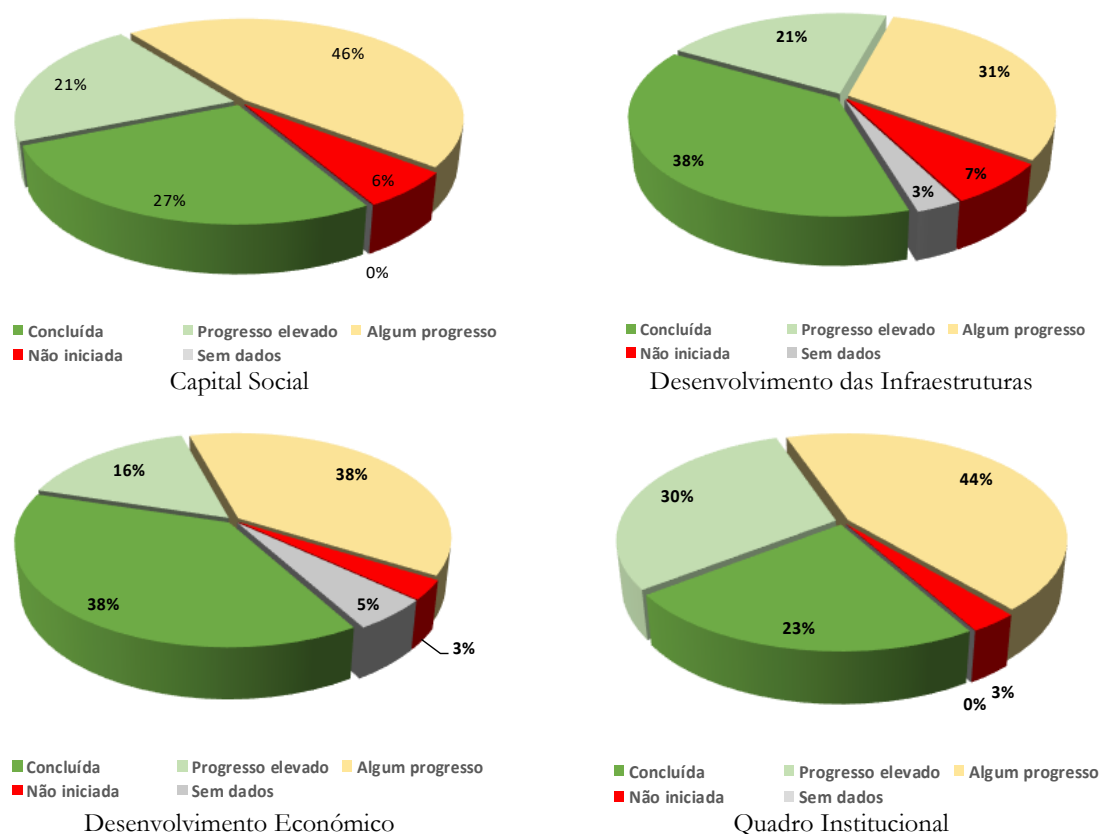


Figura 23: Distribuição das metas do PED para 2015 desagregadas por setor e seu progresso.

Dos quatro setores, o **Desenvolvimento de Infraestruturas** é o que regista a maior percentagem de metas de 2015 concluídas ou quase concluídas (59%). Esta é uma mudança importante em relação à situação no final de 2016, quando o setor das infraestruturas ficou atrás (com apenas 31% das metas concluídas ou em vias de conclusão). Tal como referido no Relatório de Avaliação de 2017, este é um setor que necessita necessariamente de tempo para ser implementado - dada a natureza técnica e financeiramente exigente das obras de construção - e com vários anos de atraso, a maioria dos projetos previstos para 2015 estão agora concluídos ou prestes a serem concluídos.

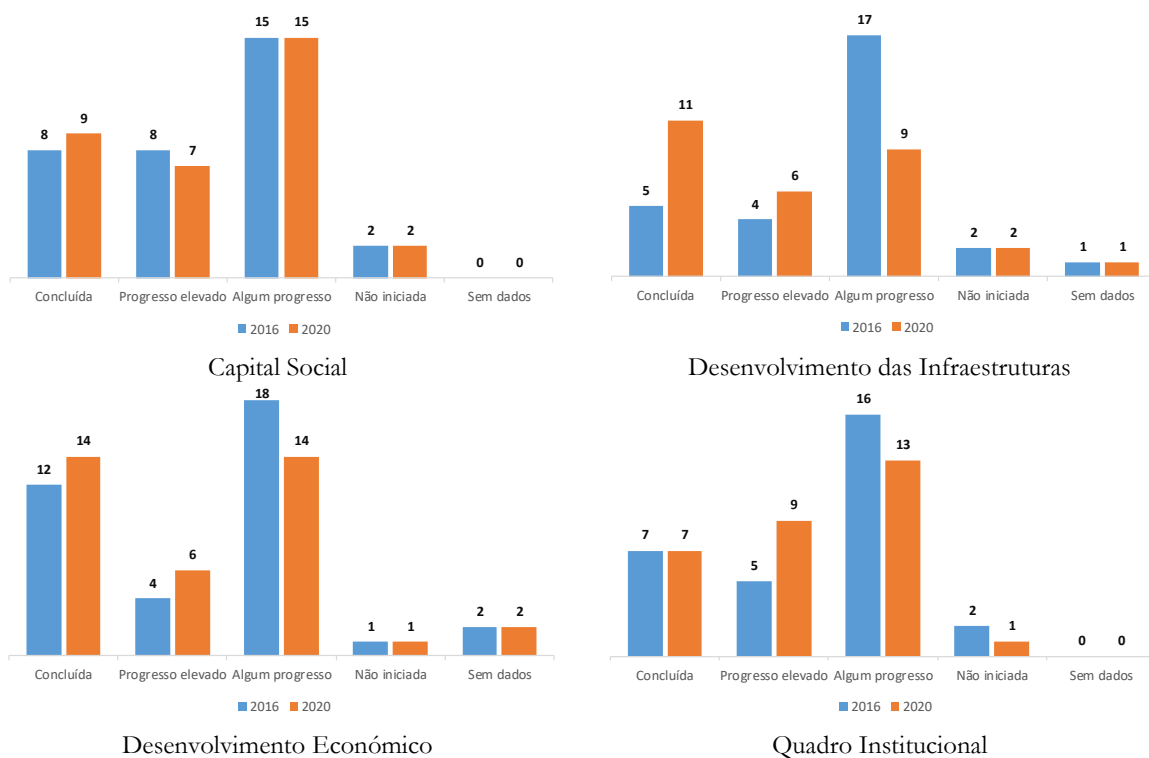


Figura 24: Distribuição das Metas de 2015 por setor e seu progresso (2016 vs 2020)

METAS DE 2020 (FASE 2) E SEU PROGRESSO NO FINAL DE 2020

No final de 2020, das 71 metas da Fase 2 (2020), 12 (17%) já estavam totalmente implementadas e 18 metas (25%) estavam quase concluídas; 38 metas (54%) registam alguns progressos na implementação; a implementação de 2 metas (3%) ainda não tinha iniciado; e para 1 meta (1%) não existem dados (Figura 25). Com menos de metade de todas as metas para 2020 concluídas ou em vias de conclusão, verifica-se um atraso significativo na realização, de acordo com a cronologia original do PED.

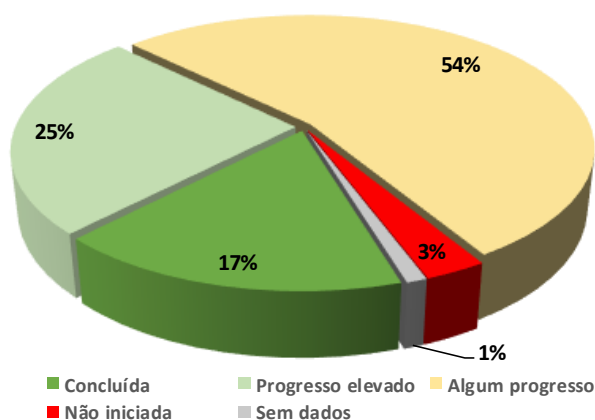


Figura 25: Distribuição das metas de 2020 (Fase 2) desagregado por estado.

Houve um progresso moderado no número de metas completadas e um progresso significativo no número de metas próximas de serem completadas no período 2017-2020.

Distribuição das metas de 2020 (Fase 2) e seu progresso no final de 2020

- plenamente alcançada - 12
- em fase de conclusão - 18
- iniciada - 38
- não iniciada - 2
- sem dados - 1

Distribuição das metas de 2020 (Fase 2) e seu progresso no final de 2016

- plenamente alcançada - 8
- em fase de conclusão - 6
- iniciada - 42
- não iniciada - 5
- sem dados - 10

O setor do Capital Social lidera, com mais de metade das metas concluídas ou quase concluídas. Nos setores do Desenvolvimento Económico e do Enquadramento Institucional, perto de metade das metas para 2020 estão concluídas ou quase concluídas. **O setor de Desenvolvimento de Infraestruturas está muito atrasado, com apenas 13% das metas a recaírem nestas duas categorias.**

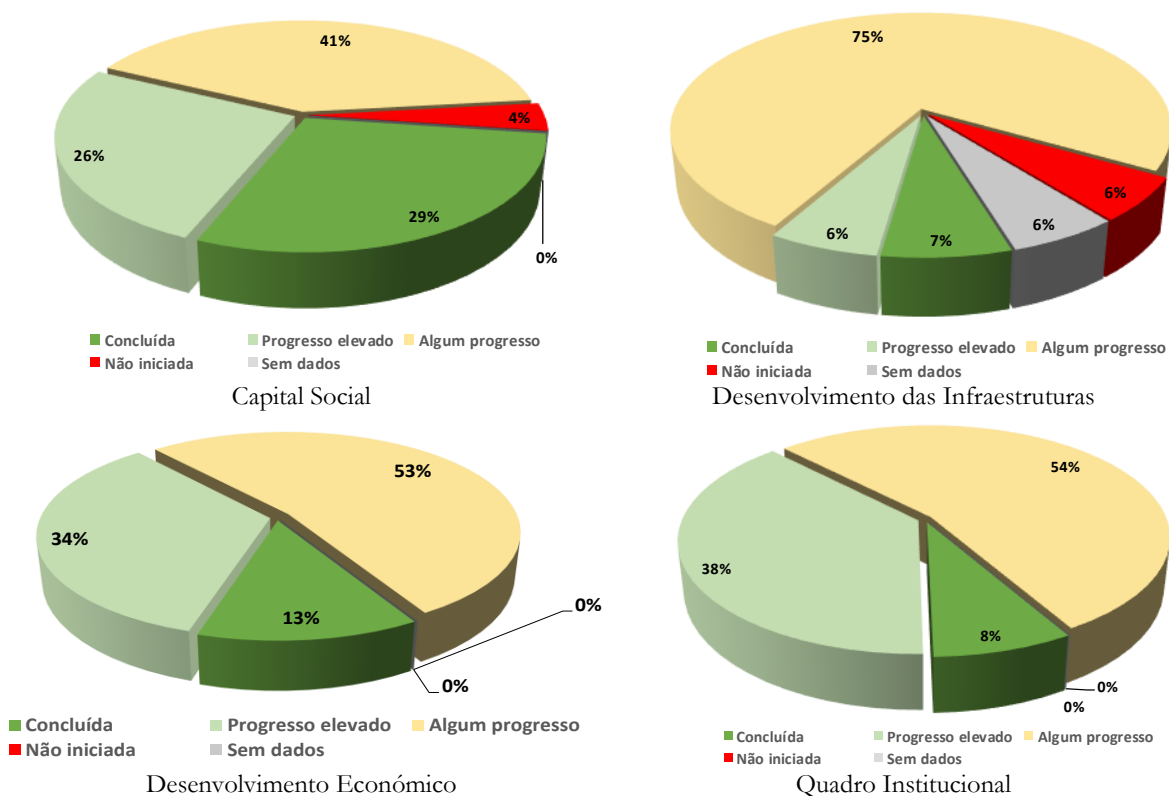
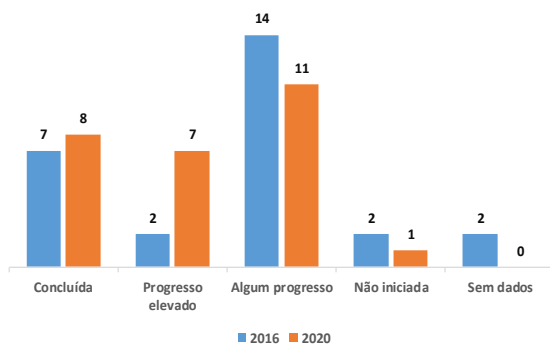
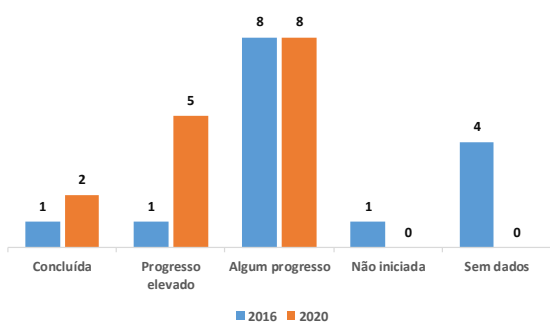


Figura 26: Distribuição das Metas de 2020 (Fase 2) por desagregadas por Setor e seu progresso

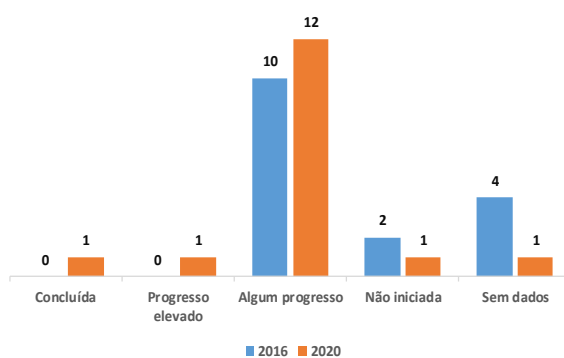
Olhando para a realização das metas de 2020 no período 2017-2020, há um progresso significativo nos setores do Capital Social, Desenvolvimento Económico e Enquadramento Institucional, e um progresso moderado no Desenvolvimento de Infraestruturas.



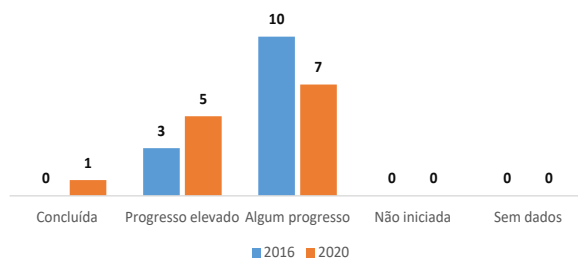
Capital Social



Desenvolvimento Económico



Desenvolvimento das Infraestruturas



Quadro Institucional

Figura 27: Distribuição das metas para 2020 por setor e seu progresso (2016 vs 2020)

CAPÍTULO 2: RESULTADOS DO PED ATÉ 2020, POR SUBSETORES

Este capítulo inclui um breve resumo do progresso em cada subsetor. Destaca o nível global de progresso e realizações na implementação do PED, bem como os progressos e realizações no período 2017-2020. O resumo baseia-se nas realizações das metas individuais dentro do subsetor, bem como nos resultados dos relatórios de investigação e da documentação.

O progresso das metas da Fase 1 (até 2015) e da Fase 2 (até 2020) - **que não foram alcançadas até ao final de 2016** - é avaliado e elaborado.

É utilizado um sistema de cores (tipo semáforo) para cada meta, com os seguintes códigos:

- concluída = verde escuro
- progresso elevado = verde claro
- algum progresso = amarelo
- sem progresso = vermelho claro
- sem dados = cinzento.

CAPITAL SOCIAL

Educação e Formação Profissional

Instituições-chave

Este subsetor é da responsabilidade do Ministério da Educação, Juventude e Desporto (MEJD), Ministério do Ensino Superior, Ciência e Cultura (MESCC), Secretaria de Estado da Política de Emprego e Formação Profissional (SEPFOPE), e Instituto Nacional de Desenvolvimento de Mão de Obra (INDMO). As metas relacionadas com o desenvolvimento de infraestruturas educativas são implementadas em coordenação com o Ministério das Obras Públicas.

Quadro de planeamento estratégico

Em 2010, o Ministério da Educação desenvolveu o Plano Estratégico Nacional de Educação (PENE) 2011-2030, em conformidade com o PED. O Plano Setorial da Educação atualizado foi desenvolvido para o período 2020-2024, com um plano de ação orçamentado.

Foi também elaborada uma política multisetorial de Desenvolvimento da Primeira Infância (ECD – sigla em inglês), que aguarda a aprovação. A Política Nacional para a Educação Inclusiva foi aprovada pelo Ministério em 2012, e aprovada pelo Conselho de Ministros em 2017, mas o seu plano de implementação continua ainda pendente.

As metas do PED refletem-se em grande medida nos Planos Anuais do Ministério da Educação, Juventude e Desporto, do Ministério do Ensino Superior, Ciência e Cultura (MESCC) e, em menor grau, nos Planos Anuais do SEPFOPE.

Timor-Leste comprometeu-se com a Parceria Global para a Educação (GPE – sigla em inglês) para aumentar a despesa pública em relação a um ano base e a manter a despesa pública em educação em 20% ou mais. Em 2019, a dotação orçamental de Timor-Leste para a educação representava apenas 5,5% do orçamento total (dados orçamentais do MEJD) e a dotação

orçamental anual para o MEJD não excedeu 8,4% do orçamento nacional total durante a última década, tendo a sua quota-parte tem vindo a diminuir de forma constante, desde 2014.

O Programa de Recuperação Económica⁷ estabelece objetivos ambiciosos para a melhoria da educação e da formação profissional. Prevê um **aumento da percentagem das despesas em educação** no contexto do OGE anual até, pelo menos, ao final da legislatura, estabelecendo como objetivo para 5 anos a duplicação do peso destas despesas no OGE. Os objetivos do programa - em conformidade com o PED, mas muitas vezes mais específicos - incluem: alargar o número de Centros de Aprendizagem e Formação Escolar (CAFE) até 2-3 por município (na primeira fase, ou seja, 5-6 anos); alargar a rede de centros de ensino secundário, pré-escolar e de formação profissional; obras de manutenção/restauro de edifícios escolares; melhorar os programas de formação de professores para os vários níveis de ensino; etc.

Visão 2030: O povo de Timor-Leste vive numa nação onde as pessoas são educadas e conhecedoras, capazes de viver vidas longas e produtivas, e têm oportunidades de aceder a uma educação de qualidade que lhes permitirá participar no desenvolvimento económico, social e político da nossa nação.

Progresso da Meta a longo Prazo e comentários gerais: A visão está a ser implementada através da realização de objetivos a longo, médio e curto prazo, nos seguintes subsectores da educação: pré-escolar, ensino básico, ensino secundário, ensino recorrente e ao longo da vida, ensino superior, e inclusão social (ver abaixo o progresso).

1.1 Educação pré-escolar

Meta a longo prazo (2030): Todas as crianças dos 442 sucos do país terão acesso a uma pré-escola ou sala de aula de boa qualidade localizada a uma distância razoavelmente curta das suas casas

Progresso da Meta a longo Prazo e Comentários Gerais:

Houve um progresso constante nas taxas de matrículas na pré-escola durante a última década e uma melhoria significativa no período 2017-2020, de 15 a 25%, mas ainda está longe do marco estabelecido no PED para 2020 (50%)⁸. Globalmente, as crianças em Timor-Leste não estão a ser adequadamente preparadas para a escola. As baixas taxas de matrícula no pré-escolar também estão relacionadas com as elevadas taxas de repetição e abandono precoce do ensino primário.

O principal obstáculo para a realização de um marco é o progresso muito modesto na construção de novas pré-escolas. Para contrariar este atraso, deve ser considerado um orçamento adicional, bem como mecanismos mais eficientes para a implementação de projetos de infraestruturas. Além disso, há necessidade de uma política revista para o pré-escolar e de um plano de implementação orçamentado, de um decreto-lei de gestão do pré-escolar, de formação de educadores de infância, de monitorização da implementação da política, de reforço do compromisso com os pais e de outras medidas essenciais para melhorar o acesso a uma educação pré-escolar de qualidade.

⁷ Gov TL, *Plano de Recuperação Económica*, (2020)

⁸ A atualização da NEPE muda a implementação deste de março de 2020 para 2024

Metas de 2015 e concretização

Meta : Pelo menos metade de todas as crianças timorenses (rapazes e raparigas) entre os três e os cinco anos de idade serão matriculadas e receberão uma educação pré-escolar de qualidade (2015)

Concretização: Alguns progressos

Instituição responsável: MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, JUVENTUDE E DESPORTO

	Indicador	2016 Valor Alcançado	2020		Ligação ao orçamento por programas	Comentário sobre Progresso, Disponibilidade de Dados, Relevância do Indicador, etc.
			Valor previsto	Valor alcançado		
1.	% de crianças de 3 a 5 anos registadas	15%	50%	25%	520	Cobertura mínima do Orçamento do Estado para o programa
2.	Número total de pré-escolas acreditadas (valor cumulativo)	88% (299 escolas acreditadas)		1,4% (6 escolas acreditadas)	52002	Nenhum processo de avaliação (sistema cumulativo) em 2016; o secretariado foi estabelecido em outubro de 2019 e o processo de licenciamento foi iniciado em 2020

Comentário:

Registaram-se progressos significativos nas taxas de matrícula no período 2016-2020, de 15 para 25%, mas ainda está longe do valor-meta fixado para 2020 (50%). Os principais problemas para o cumprimento da meta incluem: distância da comunidade até à escola, rendimento familiar insuficiente, etc. Em 2020, os problemas incluem: estado de emergência, cercas sanitárias e confinamento obrigatório.

Com base em dados desagregados por género (no quadro abaixo), foi inscrita uma percentagem ligeiramente mais elevada de raparigas do que de rapazes.

	Realizado em 2016			Realizado em 2020		
	Masculino	Feminino	Total	Masculino	Feminino	Total
% de crianças de 3 a 5 anos registadas em pré-escolas	17.14%	18.34%	17.71%	23.80%	26.56%	25.12%

Objetivo: 253 pré-escolas construídas/reabilitadas com 758 salas de aula (2015).

Concretização: Alguns progressos

Instituição responsável: MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, JUVENTUDE E DESPORTO (MEJD)

	Indicador	2016 Valor Alcançado (Acumulado)	2020		Ligação ao orçamento por programas	Comentário sobre Progresso, Disponibilidade de Dados, Relevância do Indicador, etc. (preencher quando aplicável)
			Valor previsto (Acumulado)	Valor alcançado (Acumulado)		
1.	Número total de pré-escolas construídas/reabilitadas	31	253	97 escolas EPE construídas (66 no período 2017-2020)	52003	As escolas estão dispersas com base na residência da comunidade

Comentário:

A meta para 2015 ainda está atrasada. O maior problema para o cumprimento da meta é a limitação orçamental. Para contrariar este atraso, deve ser considerado um orçamento adicional, bem como mecanismos mais eficientes para a implementação de projetos de infraestruturas. De acordo com o PENDE, as escolas precisam de estar mais próximas da comunidade, o que significa que, até 2030, cada suco precisa de ter pelo menos uma pré-escola.

Entre 2017 e 2020, a ONU apoiou a criação de 104 pré-escolas de base comunitária em Ermera e Viqueque. Um total de 12.875 crianças (6.645 rapazes e 6.230 raparigas) beneficiaram destas pré-escolas comunitárias, o que contribui para cerca de 3-4 por cento do total de matrículas em pré-escolas no país.

Metas de 2020 e concretização

O PED não estabelece quaisquer metas relacionadas com a educação pré-escolar para 2020. Contudo, dadas as baixas taxas de implementação das metas relacionadas com as infraestruturas do pré-escolar, é evidente que as atividades relacionadas com esta área devem continuar na próxima fase de implementação do PED, juntamente com a garantia de uma disponibilização adequada de educadores, para ajudar a atingir as taxas de matrícula visadas - que estão longe de ser atingidas.

1.2 Educação Básica

Meta a longo prazo (2030): Todas as crianças, tanto rapazes como raparigas, poderão concluir um curso completo de Educação Básica de qualidade.

Progresso da Meta a Longo Prazo e Comentários Gerais:

Houve um aumento lento, mas constante das taxas de matrícula de 2012 a 2020, e os valores estão a aproximar-se da meta do PED. Para avaliar a qualidade do ensino primário, devem ser monitorizados e analisados outros indicadores no contexto das tendências das taxas de matrícula. Segundo dados do Ministério, entre 2011 e 2016, a taxa de abandono escolar aumentou ligeiramente de 2% para 2,51% e continuou a subir para 4,09% em 2019. Por outro lado, os dados da mesma fonte mostram uma diminuição da taxa de repetição nos 3 ciclos do ensino básico, de 2011 a 2016, e ainda mais baixa, para 1,12% em 2020.

A aprendizagem dos estudantes deve ser acompanhada regularmente através de uma avaliação a nível nacional para avaliar corretamente as melhorias na qualidade da educação - o que presentemente não é o caso. Tem de haver uma decisão clara sobre qual a avaliação internacional que Timor-Leste quer adotar. Só através da medição dos resultados da aprendizagem das crianças se pode determinar até que ponto o sistema está a ir bem.

Os principais marcos alcançados até ao final de 2016 incluem a adoção de um Currículo Nacional para o ensino básico (1.º e 2.º ciclos) e a ultrapassagem da meta do PED para a construção/reabilitação de escolas primárias.

Metas de 2015 e concretização

Meta : Estará disponível um ensino de qualidade para 93% das crianças timorenses.

Concretização: Progresso elevado

Instituição responsável: MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, JUVENTUDE E DESPORTO (MEJD)

	Indicador	2016 Valor Alcançado	2020		Ligação ao orçamento por programas	Comentários sobre Progresso, Disponibilidade de Dados, Relevância do Indicador, etc.
			Valor previsto	Valor alcançado		
1.	Taxa de matrícula (%)	88%	93%	88,41%	521	Cobertura orçamental mínima aplicada ao programa de infraestruturas educativas
2.	Implementada a Gestão baseada em resultados	-		3 Escolas EB receberam licenciamento operacional		O Secretariado do Licenciamento foi criado em outubro de 2019 e o processo de licenciamento foi iniciado em 2020
3.	Taxa de abandono escolar	2,51%		4,09% (dados EMIS, 2019)		Devido à mudança política do Governo (2017 e 2018)
4.	Taxa de repetição nos 3 ciclos do ensino básico	2,64%		1,12%		Participação dos estudantes no processo de ensino e aprendizagem
5	Total de construção e reabilitação			Foram construídas 2% (23) escolas EB		Limitação do orçamento nacional (OGE)

Comentário:

As taxas de matrícula em 2020 são ligeiramente superiores às de 2016 e estão lenta mas firmemente a aproximar-se da meta estabelecida. Ao avaliar a qualidade do ensino básico, devem ser monitorizados e analisados outros elementos no contexto das tendências das taxas de matrícula. Segundo dados do Ministério, entre 2011 e 2016, a taxa de abandono escolar aumentou ligeiramente de 2% para 2,51% e continuou a subir para 4,09%, em 2019. Por outro lado, os dados da mesma fonte mostram uma diminuição da taxa de repetição nos 3 ciclos do ensino básico, de 2011 a 2016, e ainda mais baixa para 1,12% em 2020. Os resultados de aprendizagem dos estudantes (EGRA/EGMA no G3, resultados PISA e padrões internacionais relacionados) - que são referenciados no PENE - devem também ser monitorizados para avaliar corretamente as melhorias na qualidade do ensino.

Os principais resultados no período 2016-20 incluem o programa prioritário do Governo para a educação básica, formação de professores e gestão do ensino e da aprendizagem. Os principais problemas na realização das metas incluem a mudança de políticas governamentais e uma menor consciencialização familiar.

Com base em dados desagregados por género (no quadro abaixo), tanto as taxas de matrícula como de conclusão das raparigas, têm sido ligeiramente mais elevadas do que as dos rapazes.

Indicador	Realizado em 2016			Realizado em 2020		
	Masculino	Feminino	Total	Masculino	Feminino	Total
Taxa de matrículas (%) nas escolas primárias	86,69%	94,56%	90,38%	82,57%	90,82%	86,44%
% de crianças que completam um curso completo de Educação Básica de qualidade	84,95%	93,14%	91,31%	90,80%	95,17%	93,00%

Metas de 2020 e concretização

O PED não estabelece quaisquer metas relacionadas com o ensino básico para 2020.

1.3 Ensino Secundário

Meta a longo prazo (2030): Todas as crianças terão a oportunidade de obter um curso completo de ensino secundário de qualidade

Progresso da Meta a Longo Prazo e Comentários Gerais:

Tem havido um aumento constante das taxas de matrícula no ensino secundário (de 22,38% em 2011, para 32% em 2016 e para 44,17% em 2020) e na acreditação das escolas secundárias, e um modesto progresso na construção/reabilitação das escolas secundárias e implementação dos novos currículos. A taxa de abandono desceu drasticamente de 2,66 em 2015 para 0,71% em 2019. No entanto, a taxa de transição do ensino básico para o secundário também caiu, de 78% em 2015, para 65% em 2019.

Houve bons resultados na implementação da Educação do Ensino e Técnica e Vocacional e do Plano de Formação. Até 2016, foram estabelecidos os mecanismos que proporcionam oportunidades adicionais de formação e emprego (Política Nacional do Emprego, Compromisso Nacional de Formação, um Centro de Emprego e Orientação Profissional estabelecido em cada distrito).

Metas de 2015 e concretização

Meta : Mudança de paradigma na qualidade e relevância da escola secundária, que permite aos estudantes adquirir experiência prática e competência para o emprego posterior e alargar os conhecimentos científicos para estudos futuros a nível universitário.

Concretização: progresso elevado

Instituição responsável: MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, JUVENTUDE E DESPORTO (MEJD)

	Indicador	2016 Valor Alcançado	2020 Valor Alcançado	Ligação ao orçamento por programas	Comentários sobre Progresso, Disponibilidade de Dados, Relevância do Indicador, etc. (preencher quando aplicável)
1.	Taxa de matrícula (%)	32%	44,17%	522	Eficácia da participação dos estudantes no processo de ensino e aprendizagem
2.	% de escolas secundárias acreditadas		32,7% ou 54 escolas secundárias ESG/ESTV receberam uma licença de funcionamento	52201	Licenciamento de documentos processados entre 2016 e 2020.
3.	% de escolas ESG e ESTV que implementaram programas curriculares		Em processo / UCN	52204	O currículo para o ESG e o ESTV está ainda em processo de preparação
4.	Taxa de abandono escolar	2,66% em 2015	0,71% (2019)		Maior participação de estudantes do ESG e ESTV

5.	Taxa de transição do ensino básico para o secundário	78.26%	65,34% (2019)		Distância das escolas e insuficiente rendimento da economia familiar
Comentário: Os principais resultados no período 2016-20 que contribuem para esta meta, incluem o programa prioritário do Governo para o ensino secundário; a formação de professores, o desenvolvimento curricular e a gestão do ensino e aprendizagem. As principais questões foram a mudança de políticas governamentais e a menor sensibilização das comunidades e da família para a importância da educação em relação aos estudantes do ensino secundário.					
Análise da formulação da meta: A meta não é específica nem diretamente mensurável. Na revisão do PED, deve ser considerada a reformulação das metas e a definição de indicadores de desempenho relevantes e dos seus objetivos.					

Meta: 64 Escolas Secundárias construídas/reabilitadas com 1.280 salas de aula.							
Concretização: Alguns progressos							
Instituição responsável: MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, JUVENTUDE E DESPORTO (MEJD)							
	Indicador	Tipo	2016 Valor Alcançado (Acumulado)	2020		Ligação ao Orçamento por Programas ou Justificação para Proposta de Indicador	Comentários sobre Progresso, Disponibilidade de Dados, Relevância do Indicador, etc. (preencher quando aplicável)
				Valor Previsto (Acumulado)	Valor alcançado (Acumulado)		
1	Número de escolas construídas/reabilitadas	Direto	34	64	17 escolas adicionais construídas, o que significa 51 no total	52202	Limitação do Orçamento Nacional (OGE)
Comentário: Os principais resultados no período 2016-20 incluem o programa prioritário do Governo para: infraestruturas do ensino secundário; gestão do ensino. O principal obstáculo ao cumprimento das metas é a limitação do Orçamento Geral do Estado (OGE).							

Metas 2020 e concretização

Meta: O sistema de formação e educação profissional estará a fornecer a Timor-Leste os cidadãos qualificados de que necessitamos para continuar a construir a nossa nação	
Concretização: Sem dados	
Instituição responsável: MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, JUVENTUDE E DESPORTO (MEJD)	
Análise da formulação da meta: Esta é uma meta amplo e a longo prazo e o seu progresso não pode ser medido adequadamente. Na revisão do PED deve ser considerada a reformulação das metas e a definição de indicadores de desempenho relevantes e dos seus objetivos.	

1.4 Ensino recorrente e aprendizagem ao longo da vida

Meta a longo Prazo (2030): Todas as pessoas que tenham ultrapassado a idade escolar normal ou que não tenham ido à escola terão oportunidade e acesso para completar o ensino básico e secundário.

Progresso da Meta a Longo Prazo e Comentários Gerais:

A taxa de alfabetização da população adulta aumentou de 52,3%, em 2010, para 67,52%, em 2016, e para 68,1%, em 2018, com a introdução do Programa Nacional de Equivalência para pessoas que não tiveram oportunidade de frequentar o ensino formal.

Durante 2016, o Programa Nacional de Equivalência para o Currículo do Ensino Básico foi finalizado e foram abertos 3 centros de aprendizagem comunitários, enquanto que até 2020 o número de centros de aprendizagem comunitários aumentou para 10.

Metas de 2015 e concretização

Meta: Redução do analfabetismo em todas as idades e introdução de um novo Programa Nacional de Equivalências (PNE) que permita uma educação básica rápida para todos inscritos no ensino recorrente.					
Concretização: Progresso elevado					
Instituição responsável: MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, JUVENTUDE E DESPORTO (MEJD)					
	Indicador	2016 Valor Alcançado	2020 Valor Alcançado	Ligação ao orçamento por programas	Comentários sobre Progresso, Disponibilidade de Dados, Relevância do Indicador, etc. (preencher quando aplicável)
1.	Taxa de alfabetização da população adulta	67,52%	68,07% em 2018 Um total de 9.098 estudantes (F – 5.740; M – 3.358) participaram no programa de alfabetização	523	Participação ativa da população no programa de alfabetização (um passo em frente e no bom caminho) em 12 municípios, incluindo a RAEOA, durante 5 anos, de 2016 a 2020;
2.	Número de estudantes matriculados anualmente	943	Em 2016, um total de 4.032 participantes; Em 2017, um total de 1.518 participantes; em 2018, um total de 457 participantes; Em 2019, um total de 2.103 participantes; Em 2020, um total de 988 participantes	523	Gradualmente, a cada ano letivo, a população quer participar neste programa
3.	Taxa de alunos do ensino recorrente que completam o ensino básico	110 participantes (F 67 e M 43)	Total geral: 838 participantes (F 314 e M 524) repartidos da seguinte forma, 2017: total 108 participantes; 2018: total 98 participantes; 2019: total 170 participantes; e 2020: total 352 participantes	523	A maioria dos participantes abandonou as escolas formais; estão ansiosos pela continuação do programa de equivalência do Ensino Secundário.
4.	% de estudantes que completam o programa de alfabetização básica	4.032 participantes (F 2.468 e M 1.564)	Um total de 5.066 estudantes (F 3272 e M 1.794) participaram no programa de alfabetização	52303	Maior taxa de participação feminina (65%) em comparação com a masculina

	e avançam para o Programa Nacional de Equivalências				
5.	% de estudantes que completaram o Programa de Equivalência com sucesso	110 participantes (F 67; M 43)	728 participantes (F 247; M 481)	52304	Maior taxa de participação masculina (66%) em comparação com a feminina; isto significa que os estudantes masculinos abandonam os estudos na escola formal um pouco mais à frente.
6.	Número de centros de aprendizagem comunitários	3	10 Centros Comunitários de Aprendizagem (CCA)		O número de centros cresce em linha com a participação dos alunos das escolas formais que abandonam os seus estudos formais
Comentário: Os principais obstáculos à realização destas metas são a limitação de OGE e a falta de Recursos Humanos (Professores, incluindo Professores para o ensino de Equivalência). Em cada ano os estudantes fizeram um exame nacional de equivalência e obtiveram o Diploma de Equivalência do 3º Ciclo do Ensino Básico					
Análise da formulação da meta: A meta não é específica, ou seja, não determina o nível exato de analfabetismo (global, de um grupo etário específico) que deve ser alcançado para que a meta seja alcançada. Na revisão do PED, deve ser considerada a reformulação da meta.					

1.5 Ensino Superior

Meta a longo prazo (2030): Os diplomados do sistema de ensino superior terão as competências e conhecimentos avançados necessários para analisar, conceber, construir e manter as infraestruturas sociais e económicas de Timor-Leste

Progresso da Meta a longo prazo e comentários gerais:

Houve grandes progressos na expansão da UNTL no período 2017-2020 devido à conclusão de vários projetos de infraestruturas e ao estabelecimento de novas faculdades.

Em termos de melhoria dos padrões de qualidade do ensino superior, foram alcançados os seguintes marcos importantes: 1) foram produzidos e aprovados pelo Conselho Diretivo da ANAAA o manual e instrumento de avaliação; e 2) o processo de avaliação programática e acreditação de 11 cursos superiores e 11 instituições de ensino foi implementado em 2016, enquanto que em 2019 foram acreditadas 14 instituições de ensino superior (das quais 4 novas instituições) e um total de 105 cursos.

Com base nos dados desagregados por género (na tabela abaixo), em 2020 as taxas de matrícula de raparigas na UNTL e no MESC foram mais elevadas do que as de rapazes, enquanto que a situação em 2016 era a oposta.

Objetivo: Timor-Leste terá um sistema abrangente e integrado de ensino superior que (i) é regulado por normas de qualidade rigorosas para o funcionamento de instituições públicas e privadas (ii) proporciona um ensino superior relevante e de qualidade

Concretização: Alguns progressos

Instituição responsável: MINISTÉRIO DO ENSINO SUPERIOR, CIÊNCIA E CULTURA (MESCC)

	Indicador	2016 Valor Alcançado	2020 Valor Alcançado	Ligação ao orçamento por programas	Comentários sobre Progresso, Disponibilidade de Dados, Relevância do Indicador, etc.
1.	% de Instituições de Ensino Superior acreditadas de acordo com as normas da ANAAA, incluindo acreditação programática	11 instituições de ensino superior acreditadas e 11 cursos acreditados (1 curso/instituição)	14 instituições de ensino superior acreditadas entre 18 instituições, 4 novas instituições e 105 cursos acreditados (mais de metade dos cursos) até 2019	A verba do OGE para a ANAAA nos anos 2016, 2017, 2018 foi muito limitada. A partir de 2019 a verba do OGE para ANAAA foi suficiente para cobrir os programas prioritários	As instituições de ensino superior e os cursos estão a ser estabelecidos com base na avaliação e licenciamento operacional do MESCC As instituições e cursos que foram autorizados pelo MESCC diretamente alvo de avaliação e acreditação por parte da ANAAA

Os principais resultados (concretizações) no período 2016-20 que contribuem para a realização da meta:

- A ANAAA introduziu a acreditação programática em 2016, com 11 cursos (1 curso/instituição)
- A ANAAA acreditou outras 3 instituições de ensino superior em 2019 (Instituto Superior de Filosofia e de Teologia (ISFIT), Instituto Filosófico São Francisco de Sales (IFFS) e Instituto de Ciências de Saúde (ICS)
- De 2016 até 2019, a ANAAA credenciou 105 cursos de instituições de ensino superior para o nível de diploma e bacharelato
- Em 2020, o MESCC autoriza/fornece licenças operacionais a 4 novas instituições de ensino superior: Instituto João Saldanha (JSI), Instituto Dom Boaventura Timor-Leste (IBTL), Instituto São João de Brito (ISJB) e Instituto Politécnico Betano (IPB)

Em 2020 o MESCC, juntamente com a ANAAA, avaliou e concedeu licenças para os estabelecimentos de 14 novos cursos (mestrado 7, licenciatura 4 e bacharelato 3) em 7 instituições de ensino superior (UNTL, UNPAZ, UNDIIL, IOB, DIT, ICS, ISC)

Os principais problemas no cumprimento dos objetivos:

- A capacidade financeira da ANAAA, especialmente entre 2016 e 2018; o orçamento não foi suficiente e não permitiu à ANAAA avaliar os cursos de muitas das instituições de ensino superior.

O orçamento em regime duodecimal, em 2020, também reduziu drasticamente a capacidade da ANAAA para avaliar e credenciar 8 instituições previstas, de acordo com o calendário da ANAAA.

Com base em dados desagregados por género (na tabela abaixo), em 2020, as taxas de matrícula de raparigas na UNTL e no MESCC foram mais elevadas do que as de rapazes, enquanto que a situação em 2016 foi a oposta.

UNTL

Indicador	2016			2020		
	Alcançado			Alcançado		
	Masculino	Feminino	Total	Masculino	Feminino	Total
Taxa de matrículas	4.903	4.674	9.577	11.594	13.799	25.373

MESCC

Indicador	2016			2020		
	Alcançado			Alcançado		
	Masculino	Feminino	Total	Masculino	Feminino	Total
Taxa de matrículas	29.952	27.484	57.436	27.856	34.046	61.902

Análise da formulação da meta: A meta não é específica, pelo que é impossível determinar indicadores de desempenho relevantes e os seus objetivos. Assim, a avaliação do progresso é difícil e subjetiva. Na revisão do PED, deve ser considerada a reformulação das metas.

1.6 Inclusão social

Objetivos a longo prazo (2030): O PED prevê uma maior inclusão social no sistema educativo, através do desenvolvimento de políticas específicas e implementação de programas para garantir que as crianças não sejam excluídas da educação com base no seu estatuto económico, género, deficiência ou barreiras linguísticas.

Progresso da Meta a longo prazo e comentários gerais:

A aprovação da Política de Educação Inclusiva pelo Conselho de Ministros em 2017 é um passo significativo para a realização dos objetivos a longo prazo. A implementação da política já começou em 2020, mas de acordo com o contributo da ONU para a avaliação do PED, ainda não foi desenvolvido um plano de implementação detalhado. Alguns dos problemas existentes foram também abordados nos anos anteriores (antes da adoção do documento da política) através de medidas como o Programa de Merenda Escolar, o Programa de Bolsas Escolares e a criação da Unidade de Género e do Gabinete de Educação Inclusiva.

A fim de avaliar o impacto das diferentes medidas sobre inclusão social, os dados sobre as crianças com necessidades especiais e outros grupos desfavorecidos devem ser regularmente recolhidos e atualizados no EMIS.

Meta : Desenvolvida e implementada uma política de inclusão social na educação.

Concretização: Progresso elevado

Instituição responsável: MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, JUVENTUDE E DESPORTO (MEJD)

	Indicador	2016 Valor Alcançado	2020 Valor Alcançado	Ligação ao orçamento por programas ou Justificação para Proposta de Indicador	Comentários sobre Progresso, Disponibilidade de Dados, Relevância do Indicador, etc. (preencher quando aplicável)
1.	Sim/Não: Política desenvolvida e implementada	Nenhuma política especial desenvolvida, mas os programas estão a ser implementados	Política de educação inclusiva desenvolvida e aprovada em 2017 e em fase de implementação	520	Sensibilização dos professores, estudantes e líderes comunitários para a política nacional de educação inclusiva a nível nacional, dos municípios e por nível de escolaridade

Comentário:

O envolvimento de parceiros relevantes no processo de desenvolvimento da política nacional de educação, incluindo na sua implementação, é um dos principais resultados no período 2016-20.

Os principais obstáculos à concretização das metas foram a mudança da política governamental, a cerca sanitária e o confinamento obrigatório.

É difícil avaliar o cumprimento das metas, uma vez que a política de educação inclusiva só recentemente, em 2020, começou a ser implementada.

Análise da meta: A meta é formulada de tal forma que parte dos esforços para a realização da meta - implementação da política de inclusão social - irá continuar durante um período de tempo mais longo. Assim, a meta não pode ser plenamente atingida num determinado momento. Recomenda-se modificar a formulação da meta - por exemplo, se a meta for "*Uma política de inclusão social na educação terá sido desenvolvida e a sua **implementação iniciada***", então o cumprimento do objetivo pode ser avaliado num determinado momento.

No período 2017-2020 foram feitos grandes progressos no que diz respeito ao alargamento do novo sistema nacional de normas, registo e qualificações a todos os distritos.

Metas de 2020 e concretização

Meta: Serão implementadas medidas abrangentes para assegurar o direito à educação a grupos que tenham sido socialmente marginalizados e para permitir a equidade de oportunidades educacionais independentemente da etnia, língua, estatuto socioeconómico, religião, género, saúde (HIV/SIDA), deficiência ou localização (urbana/rural).

Concretização: Alguns progressos

Instituição responsável: MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, JUVENTUDE E DESPORTO (MEJD)

	Indicador	2016 Valor Alcançado	2020 Valor Alcançado	Ligação ao orçamento por programas	Comentários sobre Progresso, Disponibilidade de Dados, Relevância do Indicador, etc.
1.	Sim/Não: Serão implementadas medidas abrangentes para garantir o direito à educação a grupos que foram socialmente marginalizados e para permitir a equidade de oportunidades educativas independentemente da etnia, língua, estatuto	O Ministério da Educação começou a abordar alguns dos problemas existentes, mesmo sem haver ainda	Política de educação inclusiva desenvolvida e aprovada em 2017 e em fase de implementação	520	Sensibilização dos professores, estudantes e líderes comunitários para a política nacional de educação inclusiva a nível nacional, dos municípios e por nível de escolaridade

	socioeconómico, religião, género, saúde (HIV/SIDA), deficiência ou localização	uma política específica de Inclusão Social			
2.	% de estudantes do ensino secundário com necessidades educativas especiais que receberam apoio adequado		Processo de verificação de dados para reajustamento no sistema de base de dados	52506	Verificação de dados a nível do ensino secundário
3.	Dados sobre crianças com necessidades educativas especiais recolhidos e atualizados no EMIS		Processo de verificação de dados para reajustamento no sistema de base de dados	52506	Verificação de dados de escolaridade para toda a educação
Comentário: A aprovação da política de educação inclusiva pelo Conselho de Ministros em 2017 é um passo significativo para o cumprimento da meta. O plano de implementação está ainda por desenvolver (de acordo com a contribuição da ONU para a Avaliação do PED). Uma das questões para o cumprimento dos objetivos é a formação mínima para professores e técnicos. Análise da formulação da meta: A meta não é específica, nem diretamente mensurável. Não é claro o que as medidas "abrangentes" incluem. Assim, a avaliação do progresso é difícil e subjetiva. Na revisão do PED, deve ser considerada a reformulação das metas.					

Meta: O novo sistema nacional de normas, registo e qualificações será alargado a todos os distritos (INDMO)

Concretização: Progresso elevado

Instituição responsável I: INSTITUTO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA MÃO-DE-OBRA (INDMO)

	Indicador	2016 Valor Alcançado	2020 Valor Alcançado	Ligação ao orçamento por programas	Comentários sobre Progresso, Disponibilidade de Dados, Relevância do Indicador, etc.
1.	Sim/Não: O novo sistema nacional de normas, registo e qualificações será alargado a todos os distritos (INDMO)	Atualmente, o sistema de registo e o sistema de desenvolvimento de competências de formação profissional estão centralizados em Díli, através do INDMO.	- Sistema de registo (SIMU-WEB) de beneficiários de formação profissional, carreira profissional, emissão de carteira profissional, estabelecido e em funcionamento em todos os 13 municípios de TL -26 Exposição e aconselhamento profissional realizado, no território nacional. -Autoemprego - disponibilizado apoio financeiro a 192 grupos compostos por 117 formados nos Centros de Formação, 6 grupos	564	

			de deficientes e 69 grupos comunitários. -Sistema de registo de candidatos a trabalhar no estrangeiro, estabelecido em Díli.		
2.	Quadro jurídico e sistemas de registo e qualificações implementados		Estratégia Nacional de Emprego aprovada em 2017.	564	Estratégia Nacional de Emprego aprovada através da Resolução do Governo n.º 44/2017, 12 de julho.
3.	Número de centros de formação profissional/vocacional		-25 Centros de Formação acreditados -64 Centros de Formação registados -131 Centros de Formação Comunitária	564	Formação móvel realizada em 7 Municípios: Ainaro, Baucau, Bobonaro, Covalima, Ermera, Lautém e Manufahi. Construção e reabilitação de salas de aula em centros de formação em Baucau, Bobonaro, Covalima, Díli, Ermera, Manatuto. Apoio orçamental aos Centros de Formação, para adquirir equipamento e instalações de acordo com as necessidades.

Comentário:

Os principais resultados em 2016-2020 incluem: sistema de registo (SIMU-WEB) para registo de beneficiários de formação profissional, carreira profissional e Emissão de Carteira Profissional, estabelecido e em funcionamento em 13 municípios de Timor-Leste; 64 Centros de Formação registados ;131 Centros de Formação Comunitária; formação móvel realizada em 7 Municípios: Baucau, Bobonaro, Covalima, Ermera, Lautém e Manufahi; Estratégia Nacional de Emprego aprovada através da Resolução Governamental n.º. 44/2017, 12 de julho; Timor-Leste enviou 1.676 trabalhadores timorenses para trabalhar na Coreia do Sul e 4.770 para trabalhar na Austrália.

Os obstáculos à consecução dos objetivos incluem uma dotação orçamental anual insuficiente entre 2016 e 2020 - os Centros de Formação acreditados nos municípios não têm capacidade para fornecer formação profissional nos setores ou áreas prioritárias, de acordo com as necessidades municipais e nacionais.

Saúde

Instituições-chave

Este subsetor é da responsabilidade do Ministério da Saúde, enquanto que a implementação de algumas das metas, incluindo as relacionadas com infraestruturas (construção de centros de saúde, hospitais, etc.), requer coordenação com outras agências governamentais, tais como o Ministério das Obras Públicas.

Quadro de Planeamento Estratégico

O Plano Estratégico Nacional do Setor da Saúde (PENSS) 2011-2030 é o documento orientador fundamental que operacionaliza a maioria dos objetivos do PED. O PENSS 2011-30 teve uma revisão intercalar e o PENSS revisto será lançado em breve.

Foram lançadas a Estratégia Nacional de Financiamento (2019-24) e a Estratégia Nacional de Recursos Humanos para a Saúde (2020-25). Além disso, o principal programa de saúde familiar - Saúde na Família - foi relançado. O sistema *HMIS* está a ser reforçado utilizando a plataforma globalmente validada *DHIS-2*.

A estrutura de metas e intervenções nos Planos Anuais do Ministério da Saúde difere ligeiramente da do PED. Tais diferenças tornam difícil acompanhar o progresso do PED com base em relatórios anuais do Ministério.

Visão a longo prazo (2030): Timor-Leste terá uma população mais saudável como resultado de serviços de saúde abrangentes e de alta qualidade, acessíveis a todos os timorenses. Para alcançar esta visão, são tomadas ações em três áreas-chave: prestação de serviços de saúde, recursos humanos para a saúde e infraestruturas de saúde.

Progresso da Visão a Longo Prazo e Comentários Gerais:

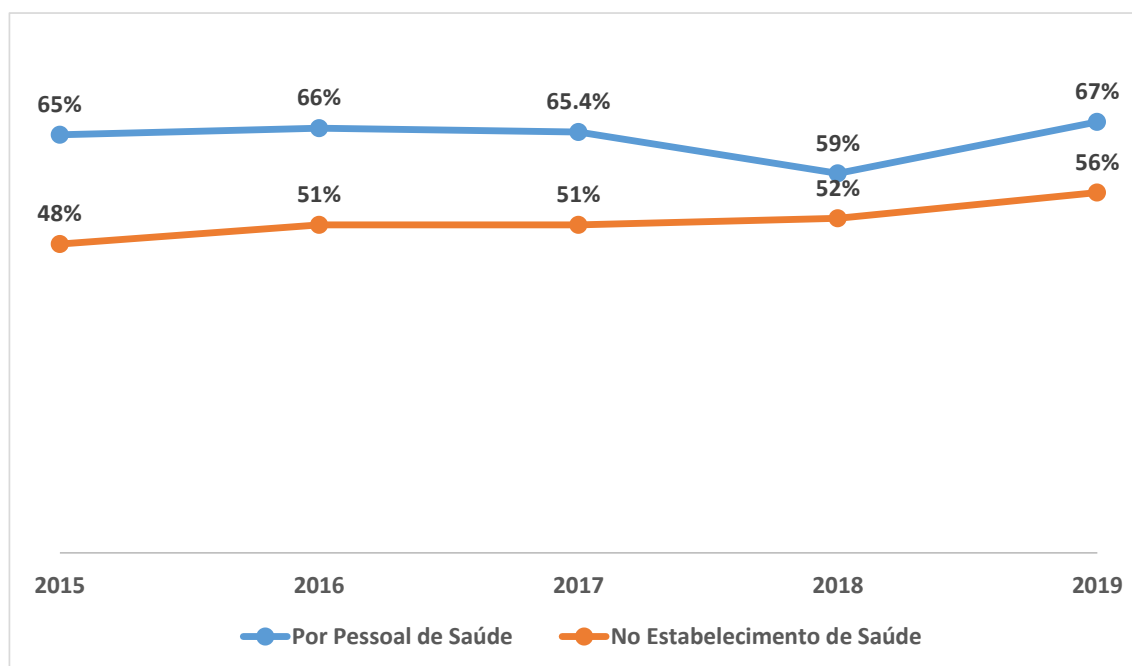
Desde o início da implementação do PED foi feita uma melhoria considerável no subsetor da saúde, tal como reconhecido por várias fontes nacionais e internacionais. No entanto, a falta de financiamento suficiente foi mencionada como um obstáculo a uma implementação mais eficaz.

Entre 2012 e 2016, houve melhorias significativas na acessibilidade e qualidade dos serviços de cuidados de saúde primários, incluindo em zonas rurais remotas, devido a investimentos em infraestruturas de saúde (expansão da rede de Postos de Saúde nos sucos) e recursos humanos. Os progressos na área dos cuidados pré-natais e do parto têm sido notáveis, o que se deve em grande parte ao Programa SISCa e à formação de recursos humanos, e na área da vacinação infantil, excedeu os objetivos. Os progressos notáveis na eliminação da malária são um dos principais êxitos.

Entre 2017 e 2020, o país conseguiu melhorar os indicadores-chave, incluindo uma maior cobertura da imunização⁹ de rotina (poliomielite, DPT-hepatite B, sarampo e BCG para crianças com menos de 1 ano), para 73% (para menos de 1 ano), redução das taxas de mortalidade de crianças com menos de 5 anos, redução do atraso de crescimento de crianças com menos de 5 anos (de 58% em 2010 para 47,1% em 2020¹⁰), redução do peso abaixo da média (de 45% para 40%), aumento gradual dos partos em instalações de saúde (ver gráfico abaixo), aumento da proporção de amamentação exclusiva entre os bebés 0-5 meses, e aumento da proporção de mulheres grávidas que recebem cuidados pré-natais e da proporção de mulheres assistidas durante o parto (atingiu a meta do PED).

⁹Direção Geral de Estatística, Governo de Timor-Leste, *Timor-Leste em Números*, (2019)

¹⁰*Inquérito Alimentar e Nutricional de Timor-Leste* (2020)



Subida no número de partos em instalações de saúde (SBA = *Skilled Birth Attendant* - parteiras)

Houve progressos modestos entre 2017 e 2020, na realização de outras metas do PED. A relevância de algumas das metas deve ser reconsiderada na revisão do PED, em conformidade com as atuais prioridades políticas.

A resposta relativamente bem-sucedida à COVID-19 no domínio da saúde, é atribuída às medidas de saúde pública ousadas e decisivas do Governo desde o início da pandemia para detetar, diagnosticar e prevenir rapidamente a continuação da propagação do vírus. No entanto, o sistema de saúde mostrou a sua fragilidade, com capacidade limitada para lidar com o impacto sanitário de emergências e desastres. A COVID-19 proporcionou uma oportunidade para expandir a capacidade laboratorial, a capacidade de vigilância e reforçou os esforços para melhorar a capacidade de cuidados críticos em todos os Hospitais Regionais e de Referência. Até setembro de 2021, Timor-Leste criou 26 camas de UCI (Unidades de Cuidados Intensivos) e HDU (Unidade de elevada dependência) em comparação com as 5 existentes em dezembro de 2020. Também os trabalhadores de saúde de todo o país receberam formação em controlo de prevenção de infeções, gestão de casos críticos, triagem, formação respiratória e de ventiladores, e colocação de apoio de ventiladores para pacientes agudos.

Objetivo: Sucos com população entre 1.500 a 2.000 habitantes em áreas remotas serão servidos por Postos de Saúde, fornecendo um pacote abrangente de serviços

Concretização: Alguns progressos

Instituição responsável: MINISTÉRIO DA SAÚDE (MS)

	Indicador	2016 Valor Alcançado	2020 Valor Alcançado (valor-meta é 100%)	Ligação ao orçamento por programas	Comentários sobre Progresso, Disponibilidade de Dados, Relevância do Indicador, etc.
1.	% de sucos com população de 1.500 a	Em 2015: 34 dos 79 sucos com	Até agosto de 2020, 318 das 452 aldeias	528s	

	2.000 habitantes em áreas remotas servidas por Postos de Saúde que fornecem um pacote abrangente de serviços	população entre 1.500 a 2.000 habitantes em áreas remotas eram servidos por Postos de Saúde Primários	com uma população entre 1.500 e 2.000 habitantes estavam equipadas com um Posto de Saúde		
2.	Número de oferta global de visitas de cuidados de saúde primários (anual)		Em 2020, o número de visitas domiciliares = 27.419 O número de famílias= 37.291 e de membros da família que receberam visitas 140.584	528, 52803, 5280601	

Comentário: A meta do PED foi especificamente orientada para as necessidades das aldeias de áreas mais remotas - para dar resposta às questões mais urgentes relacionadas com acesso aos cuidados de saúde primários. O Programa do V Governo Constitucional alargou a meta do PED ao objetivo de assegurar, até 2017, o funcionamento adequado de um Posto de Saúde por Aldeia devido à disparidade significativa entre áreas urbanas e rurais (especialmente distantes) no âmbito dos serviços prestados, equipamento, material médico e recheio. Para resolver o problema da retenção de profissionais de saúde em áreas remotas, foi feito um grande investimento para aumentar o número de novos enfermeiros, parteiras e técnicos aliados nas instalações de saúde.

Todas as aldeias, incluindo aquelas com uma população de 1.500 a 2.000 habitantes, beneficiaram do Serviço Integrado de Saúde Comunitária (SISCa) e das Clínicas Móveis para o parto, imunização, planeamento familiar e aconselhamento para grupos vulneráveis como as mulheres grávidas, os idosos e os deficientes. Na ausência de Centros/Postos de Saúde, os Serviços Municipais coordenam com os Chefes de Suco a identificação de espaços físicos para SISCa. Em 2015, foi também lançada uma nova iniciativa, "Saúde na Família", em resposta aos desafios e obstáculos que o país enfrenta em termos de acessibilidade. O Programa integra a Oferta Global de Cuidados de Saúde Primários (PHC - *Package for Primary Healthcare*).

Objetivo: 70% das mulheres grávidas receberão cuidados pré-natais pelo menos quatro vezes e 65% das mulheres serão assistidas durante o trabalho de parto.

Concretização: Concluído

Instituição responsável: MINISTÉRIO DA SAÚDE (MS)

	Indicador	2016 Valor Alcançado	2020 Valor Alcançado	Ligação ao orçamento por programas	Comentários sobre Progresso, Disponibilidade de Dados, Relevância do Indicador, etc.
1.	% de mulheres grávidas que tiveram 4 consultas pré-natais	52%	70%	52805, 5280113	
2.	% de mulheres assistidas durante o trabalho de parto	64,50%	92%	52805, 5280113	
3.	% de mães e recém-nascidos que receberam cuidados pós-natais durante a primeira semana após o nascimento	51%	60%		
4.	% de crianças com menos de um ano de idade completaram as vacinações recomendadas no Plano de Vacinação	71%	93%		
5.	taxa de mortalidade infantil por 100.000	1,9%	1,9%	52805, 5280113	19 mortes/1000 partos seguros.

					Com base em dados do Inquérito Demográfico de Saúde
--	--	--	--	--	---

Meta: Grande sensibilização para o VIH/SIDA, tuberculose, malária e outras doenças transmissíveis reforçada

Concretização: Alguns progressos

Instituição responsável: MINISTÉRIO DA SAÚDE (MS)

	Indicador	2016 Valor Alcançado	2020		Ligação ao orçamento por programas	Comentários sobre Progresso, Disponibilidade de Dados, Relevância do Indicador, etc.
			Valor previsto	Valor Alcançado		
1.	% de pessoas infetadas com VIH que beneficiaram de tratamento Antirretroviral	45%	69%	61%	52801	
2.	% dos casos de tuberculose identificados que foram tratados	91%		Até 2020, 65% de 1.483 casos de TB confirmados bacteriologicamente receberam tratamento do Ministério da Saúde.	52801	
3.	% da comunidade que já tem conhecimentos em Prevenção da contaminação pelo vírus HIV	25% em 2018	50% em 2020 (meta anual no relatório de 2019), 100% em 2023	Homens 20% Mulheres 11%	52801	
4.	Taxa de incidência do VIH		63% em 2020 (Relatório anual)			
5.	Taxa de incidência da malária		0,001 % em 2020 (Relatório anual)			
6.	Taxa de incidência de tuberculose		Número de Incidência 498 = 16,40% (Relatório Anual 2020)			
7.	Cobertura reportada da administração de drogas em massa (MDA) para filariose linfática			80% (no PENSS) * 65%: exigência mínima de cobertura epidemiológica ¹	76% em 2019	

	entre a população total					
8	Número de casos confirmados de boubá relatados			0		Indicadores da NTD relacionados com a Meta 3.3 dos ODS e também, indicados no Plano Estratégico Nacional do Setor da Saúde 2011-2030

Análise da formulação da meta: A meta não é específica, nem diretamente mensurável. Não é claro o que representa a "grande consciência". Assim, a avaliação do progresso é difícil e subjetiva. Na revisão do PED, a reformulação dos objetivos deve ser considerada, bem como a definição de indicadores e dos seus valores-alvo ao longo dos anos, para facilitar a avaliação do cumprimento das metas. As taxas de incidência de VIH, malária e tuberculose são incluídas como indicadores suplementares, para acompanhar indiretamente o progresso (uma maior consciencialização deverá contribuir para taxas de incidência mais baixas).

Meta: Serviços de saúde privados e associações sem fins lucrativos regulados em conformidade com a regulamentação de 2004

Concretização: Alguns progressos

Instituição responsável: MINISTÉRIO DA SAÚDE (MS)

	Indicador	2016 Valor Alcançado	2020 Valor Alcançado (valor-meta é 100%)	Ligação ao orçamento por programas	Comentários sobre Progresso, Disponibilidade de Dados, Relevância do Indicador, etc.
1.	% de unidades de saúde privadas em conformidade com a nova legislação	Em 2015: 50% dos serviços de saúde privados regulados e a cumprir os regulamentos anteriores de 2004. Em 2016 - 48 clínicas seguiam o regulamento de 2004.	Número de unidades privadas de saúde 110	510, 51008, 5100802	

Comentário: Uma nova proposta de legislação sobre unidades privadas de saúde foi desenvolvida em 2015 e a sua aprovação foi planeada para o ano 2017. Não foi fornecida qualquer atualização sobre este tópico pelo Ministério da Saúde. Não foi fornecida qualquer informação se todos os serviços de saúde privados e associações sem fins lucrativos foram regulamentados de acordo com a regulamentação de 2004.

Análise da formulação da meta: Parece que a meta pode estar desatualizada. A sua revisão deve ser considerada na atualização do PED.

Metas de 2020 e concretização

Meta: Todos os Postos de Saúde terão pelo menos um médico, duas enfermeiras e duas parteiras.

Concretização: Alguns progressos

Instituição responsável: MINISTÉRIO DA SAÚDE (MS)

	Indicador	2016 Valor Alcançado	2020 Valor Alcançado	Ligação ao orçamento por programas	Comentários sobre Progresso, Disponibilidade de Dados, Relevância do Indicador, etc.
1.	% dos Postos de Saúde (PS) que preenchem o rácio de pessoal	A maioria dos postos de saúde ainda não tem todas parteiras e enfermeiras, cada posto de saúde tem apenas 1 enfermeira ou parteira e alguns postos de saúde ainda não têm parteiras ou enfermeiras	Total PS em TL até 2020 = 318. 97 PS com 1 profissional de saúde 118 PS com 2 profissionais da saúde e 91 PS com 3 profissionais de saúde. 12 PS não tem profissionais de Saúde	528	

Meta: Haverá um Posto de Saúde para cada 1.000 a 5.000 pessoas.

Concretização: Alguns progressos

Instituição responsável: MINISTÉRIO DA SAÚDE (MS)

	Indicador	2016 Valor Alcançado	2020 Valor Alcançado (valor-meta é 100%)	Ligação ao orçamento por programas	Comentários sobre Progresso, Disponibilidade de Dados, Relevância do Indicador, etc.
1.	% de sucros (1.000 a 5.000 pessoas) que têm um posto de saúde	76%: O número total de postos de saúde é de 313 em 433 sucros	318 das 452 aldeias têm postos de saúde	52807	

Meta: Os centros de saúde ao nível dos subdistritos (Posto Administrativo) prestarão cuidados a entre 5.000 a 15.000 pessoas e gerem em média quatro Postos de Saúde.

Concretização: Progresso elevado

Instituição responsável: MINISTÉRIO DA SAÚDE (MS)

	Indicador	2016 Valor Alcançado	2020 Valor Alcançado	Ligação ao orçamento por programas	Comentários sobre Progresso, Disponibilidade de Dados, Relevância do Indicador, etc.
1.	Número de pessoas atendidas por cada centro de saúde ao nível do subdistrito		Número de Consultas a pacientes em regime Ambulatório (OPD Anual 2020) 2.393.693	528	Em 2020 o número diminuiu devido à pandemia de COVID-19.
2.	Número médio de Postos de Saúde		5	528	

	geridos por centros de saúde				
Comentário da avaliação de 2016: Mais ou menos todos os Subdistritos têm um centro de saúde comunitário (CSC) mas em alguns casos não cumprem os critérios de dimensão da população - são construídos em áreas geográficas onde a população não excede 5.000 pessoas e têm menos de 4 postos de saúde (exemplos são CS Fatumean, Fohoren e Fatululik).					
Análise da formulação da meta: Com base na resposta do Ministério da Saúde, a meta já não é relevante (alguns centros de saúde subdistritais são construídos em áreas onde a população não excede 5.000 pessoas e têm menos de 4 postos de saúde) são construídos em áreas geográficas onde a população não excede 5.000 pessoas. Na revisão do PED, deve considerar-se abandonar esta meta ou fazer a sua reformulação.					

Meta: As aldeias que ficam a mais de uma hora a pé de um Posto de Saúde terão uma parteira local da aldeia ou um profissional de saúde comunitária que tenha recebido formação do Ministério da Saúde.					
Concretização: Progresso elevado					
Instituição responsável: MINISTÉRIO DA SAÚDE (MS)					
	Indicador	2016 Valor Alcançado	2020 Valor Alcançado	Ligação ao orçamento por programas	Comentários sobre Progresso, Disponibilidade de Dados, Relevância do Indicador, etc.
1.	% de aldeias que satisfazem os critérios		96 % (306 postos de saúde preenchidos com profissionais de Saúde: mínimo 1, máximo 3.)	528	

Meta: Serviços de saúde cardiovascular, renal e paliativo estarão disponíveis no Hospital Nacional.					
Concretização: Progresso elevado					
Instituição responsável: MINISTÉRIO DA SAÚDE (MS)					
	Indicador	2016 Valor Alcançado	2020 Valor Alcançado	Ligação ao orçamento por programas	Comentários sobre Progresso, Disponibilidade de Dados, Relevância do Indicador, etc.
1.	Sim/Não: Serviços de saúde cardiológica, renal e paliativa disponíveis no HNGV	A unidade especializada em cardiologia não foi estabelecida, mas existe atualmente a atendimento por especialistas. Serviços de saúde renal são conduzidos no HNGV mas os cuidados paliativos não existem atualmente	SIM. Até 2019, o MS estabeleceu a unidade cardíaca no HNGV.	528	
Comentário: O Ministério da Saúde não forneceu qualquer confirmação sobre o estabelecimento de serviços de cuidados de saúde paliativos.					

Meta: Serão estabelecidos cinquenta e quatro centros de saúde nos cinco municípios que não possuem hospitais.

Concretização: Alguns progressos

Instituição responsável: MINISTÉRIO DA SAÚDE (MS)

	Indicador	2016 Valor Alcançado	2020 Valor Alcançado	Ligação ao orçamento por programas	Comentários sobre Progresso, Disponibilidade de Dados, Relevância do Indicador, etc.
1.	Número de centros de saúde localizados nos cinco municípios que não dispõem de hospitais		31 Serviços de saúde comunitários existiam em 7 municípios sem hospital (Liquiçá = 3 Ermera= 7, Aileu=3, Manatuto=5, Manufahi = 4, Viqueque=5, Lautém=5)		

Meta: O foco passará dos cuidados primários para a prestação de cuidados de saúde especializados.

Concretização: Alguns progressos

Instituição responsável: MINISTÉRIO DA SAÚDE (MS)

	Indicador	2016 Valor Alcançado	2020 Valor Alcançado	Ligação ao orçamento por programas	Comentários sobre Progresso, Disponibilidade de Dados, Relevância do Indicador, etc.
1.	Número de serviços especializados		O número de médicos especialistas é de 41 (F= 14 e M= 27) Os serviços especializados que são oferecidos são : Cardiologia; Medicina interna; Pediatria; Cirurgia; Hemodiálise; Ginecologia; Perinatologia; Neurologia; Oftalmologia; Dermatologia Dentista; Radiologista		

Análise da formulação da meta: A meta não é específica, nem diretamente mensurável. Não é claro o que significa exatamente "mudança de foco". Assim, a avaliação do progresso é difícil e subjetiva. Na revisão do PED, deve ser considerada a reformulação da meta.

Inclusão Social

Instituições-chave

Este subsetor está principalmente sob a responsabilidade do Ministério da Solidariedade Social e Inclusão (MSSI). Além disso, o Ministério da Educação, Juventude e Desporto (MEJD) e a Secretaria de Estado da Juventude e Desporto (SEJD) têm um papel proeminente na realização das metas relacionadas com a inclusão social na área da educação e desenvolvimento juvenil, a Secretaria de Estado da Mulher (SEM) na realização das metas relacionadas com a igualdade de género, e a Secretaria de Estado das Artes e Cultura (SEAC) na realização da meta relacionada com a preservação e celebração da história da luta pela libertação nacional.

Existem Centros de Solidariedade Social nos municípios que implementam todos os Programas de apoio social. O acompanhamento é feito pelo MSSI a nível central, com visitas efetuadas pela Direção Nacional.

Quadro de Planeamento Estratégico

A proteção social progrediu no sentido do estabelecimento de um patamar mínimo de proteção para todos, seguindo a Recomendação da Organização Internacional do Trabalho (OIT) sobre os níveis de proteção social e alinhando com a Agenda 2030, ratificada através de uma Resolução do Parlamento Nacional, em novembro de 2015. A fundação dos níveis de proteção social está ancorada nos direitos humanos, assegurando o acesso efetivo de todos os cidadãos aos cuidados de saúde e um nível básico de segurança de rendimento ao longo da vida, para prevenir e/ou reduzir a pobreza e as múltiplas vulnerabilidades.

A Estratégia Nacional de Proteção Social, que incorpora essa visão, já foi finalizada e o Ministério da Solidariedade Social e Inclusão (MSSI) tenciona submetê-la ao Conselho de Ministros para aprovação, em 2021.

A Política Nacional de Juventude foi aprovada pelo Conselho de Ministros em 2017.

Meta a longo prazo (2030): Timor-Leste será uma sociedade justa em termos de género onde a dignidade humana e os direitos da mulher são valorizados, protegidos e promovidos pelas nossas leis e cultura.

Progresso da Meta a longo prazo:

As principais realizações no período 2012-2016 incluem o seguinte: introdução de um sistema de segurança social contributivo universal que garanta a todos os trabalhadores timorenses uma pensão; implementação de programas de segurança social e desenvolvimento juvenil, e programas e projetos que apoiam e honram os veteranos e as suas famílias; estabelecimento de Unidades de Género nos vários Ministérios e Secretarias de Estado que são responsáveis pela elaboração da política de género. Uma das recomendações do relatório de 2016 foi a de que o MSSI considerasse a reelaboração dos programas de segurança social para a população mais vulnerável, a fim de alcançar uma maior cobertura e impacto nos beneficiários visados. Tal como referido na entrevista de 2016, o MSSI considerou que a principal dificuldade na implementação dos objetivos do PED é a falta de financiamento e articulação com outros ministérios e entidades das quais o MSSI depende largamente.

Houve um progresso modesto no período 2017-2020 na realização das metas do PED. A relevância de algumas das metas deve ser reconsiderada na revisão do PED, em conformidade com as atuais prioridades políticas. Além disso, as definições de várias metas não são S.M.A.R.T. e devem ser reformuladas na revisão do PED para facilitar a monitorização do progresso e a elaboração de relatórios.

Os resultados globais da reforma no subsector (para além dos objetivos específicos do PED) em 2017-2020, são mais impressionantes e incluem o seguinte:

- Em 2018, o **Instituto Nacional de Segurança Social pagou as primeiras prestações** aos beneficiários do sistema contributivo. Atualmente, aproximadamente 41% da força de trabalho está registada no regime contributivo da segurança social, o que aumentou 17 pontos percentuais quando comparado com 2017, quando a implementação teve início. Embora tenham sido dados passos significativos na cobertura em tão pouco tempo, o desafio para Timor-Leste é assegurar que os trabalhadores informais possam também ter acesso ao sistema de segurança social através do esquema voluntário disponível.
- A **Política Nacional de Juventude** foi aprovada pelo Conselho de Ministros em 2017.
- Os programas de proteção social não contributivos (redes de segurança social) permaneceram relativamente estáveis. A cobertura efetiva é ainda muito baixa e os montantes das prestações são inadequados para ter um impacto efetivo na redução da pobreza nacional.
- Uma revisão da **Transferência Condicional de Dinheiro do Programa *Bolsa da Mãe*** começou com um projeto-piloto chamado "Bolsa da Mãe Jerasaun Foun", providenciando uma transferência regular de dinheiro para mulheres grávidas e crianças de tenra idade. Pretende tornar-se a primeira fase de uma reforma abrangente do Programa Bolsa da Mãe, no sentido da universalização dos benefícios infantis até aos 5 anos de idade.
- Em 2020 foi implementado um esquema socioeconómico de Transferência de Dinheiro do Governo - COVID-19. No total, 313.391 famílias de baixos rendimentos receberam uma transferência de dinheiro de US\$ 200 por família e 98% de todos os agregados familiares elegíveis no país foram alcançados, 20% dos quais eram chefiados por mulheres.
- O Plano de Ação Nacional sobre Violência Baseada no Género (VBG) 2017-2021 foi aprovado em 2017.
- A **Estratégia Nacional de Proteção Social** foi finalizada e o Ministério da Solidariedade Social e Inclusão (MSSI) estabeleceu um patamar mínimo de proteção para todos, seguindo a Recomendação da Organização Internacional do Trabalho (OIT) relativa aos níveis de proteção social alinhada com a Agenda 2030. Espera-se que seja apresentado ao Conselho de Ministros e aprovado em 2021.

Metas de 2015 e concretização

Meta: Será operacionalizada e implementada uma Lei sobre Cuidados e Adoção, juntamente com outras medidas de apoio a crianças vulneráveis

Concretização: Alguns progressos

Instituição responsável: MINISTÉRIO DE SOLIDARIEDADE SOCIAL E INCLUSÃO (MSSI)

	Indicador	2016 Valor Alcançado	2020 Valor Alcançado	Ligação ao orçamento por programas	Comentários sobre Progresso, Disponibilidade de Dados, Relevância do Indicador, etc.
1.	Sim/Não: Será operacionalizada e implementada uma Lei sobre Cuidados e Adoção	Lei não preparada	Não há lei, mas as adoções têm sido aplicadas até agora com base na política decretada pelo primeiro Governo Constitucional em outubro de 2005, que serve de base para o processo de adoção no tribunal	581	

Comentário:

A lei de adoção está em processo de elaboração pelo Ministério da Justiça, em coordenação com o MSSI, como ministério-chave para a implementação. Em 2016 foi acordado preparar a lei, contudo a mudança do Governo em 2017 suspendeu o processo. Neste momento existe outro acordo/cooperação entre o MSSI, MJ e UNICEF, que inclui no Plano Anual de Ação (PAA) da UNICEF a continuação do processo para a Lei de Adoção em 2021 e 2022.

Estão disponíveis os seguintes regulamentos:

- Procedimentos Operacionais Padrão para orfanatos e internatos.
- Decreto-Lei sobre a regulamentação das instituições de solidariedade social (incluindo orfanatos)
- Diploma Ministerial de aplicação do Decreto-Lei sobre a regulamentação das instituições de solidariedade social.

A política de adoção desencadeou uma boa cooperação entre os Tribunais e o MSSI no processo de tomada de decisões, porque as decisões dos tribunais baseiam-se nos relatórios sociais preparados pelo MSSI através de importantes avaliações feitas pelas direções técnicas.

Com base na política existente as adoções foram permitidas e, com base nos resultados do controlo efetuado pelas direções técnicas, as crianças que foram adotadas na sequência dos procedimentos judiciais não têm qualquer problema com a sua família adotiva.

Meta: Mais de 40% das crianças com deficiência frequentaram o ensino básico.

Concretização: Alguns progressos

Instituição responsável: MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, JUVENTUDE E DESPORTO (MEJD)

	Indicador	2016 Valor Alcançado	2020 Valor Alcançado	Ligação ao orçamento por programas	Comentários sobre Progresso, Disponibilidade de Dados, Relevância do Indicador, etc. (preencher quando aplicável)
1.	% de crianças com deficiência que frequentaram o ensino básico.	Comentário: Projeto de decreto-lei sobre o Conselho Nacional para a Deficiência	Processo de verificação de dados para reajustamento no sistema de base de dados	52506	Verificação dos dados de escolaridade em todos os níveis de educação nos 12 municípios e na RAEOA

Principais resultados no período 2016-2020 que contribuem para o cumprimento desta meta:

- Programa prioritário do MEJD no VIII Governo constitucional sobre a importância da educação inclusiva

NOTA: Mecanismo de verificação de dados inadequado, ou seja, dados de realização de indicadores não disponíveis.

Meta: Desenvolvimento de benefícios sociais para famílias vulneráveis.

Concretização: Alguns progressos

Instituição responsável: MINISTÉRIO DE SOLIDARIEDADE SOCIAL E INCLUSÃO (MSSI)

	Indicador	2016 Valor Alcançado	2020 Valor Alcançado	Ligação ao orçamento por programas	Comentários sobre Progresso, Disponibilidade de Dados, Relevância do Indicador, etc.
1.	Sim/Não: benefícios sociais para famílias vulneráveis	Foram implementados quatro programas de apoio social (Idosos, Deficientes, Veteranos, e "Bolsa da Mãe"). Serviços de Atendimento Social prestados em todos os municípios	Bolsa da Mãe= 106.418 SAII= 92.727: Terceira idade= 84.442 Deficientes= 8.285	580 Bolsa da Mãe e assistência social incluindo os Veteranos Deficientes (Ministério separado)	Serviços para Bolsa da Mãe e terceira idade prestados nos 12 Municípios, e na RAEOA. Para deficientes, MSSI fornece apoio através de todas as organizações para deficientes em Timor-Leste.
2.	N.º de indivíduos que recebem Serviços de Atendimento Social	2015 = 6.664 2016= 2.173 2017= 5.153 2018= 3.025 2019 = 14.188	Apoio a grupos vulneráveis fornecendo alimentos: 6.982 em 2020. 31.205 + 6.982= 38.185	580	Este apoio social refere-se a alimentos fornecidos a indivíduos ou famílias vulneráveis, incluindo deficientes em todos os municípios.
3.	N.º de indivíduos que beneficiaram do programa Bolsa da Mãe	54.090 em 2015	Bolsa da Mãe: 106.418	580	Os beneficiários da Bolsa da Mãe correspondem ao total da família / agregado familiar 48.820. Dados agregados
4.	N.º de indivíduos que receberam benefícios do programa de subsídios para a terceira idade		Terceira idade e deficientes (SAII): 92.727 • Idosos = 84.442 • Deficientes = 8.285	577	Dados agregados

Comentário:

Foi iniciada uma revisão do Programa de Transferência Condicional de Dinheiro “Bolsa da Mãe” e destacou-se a necessidade de responder à prioridade do Governo na reforma do Bolsa da Mãe, através de um projeto-piloto denominado "Bolsa da Mãe – *Jerasaun Foun*". O projeto-piloto a ser iniciado em 2021, propõe uma transferência regular de dinheiro para mulheres grávidas e para a primeira infância. Pretende-se que esta seja uma primeira fase de uma reforma global do programa Bolsa da Mãe, no sentido da universalização dos benefícios infantis até aos 5 anos de idade e da continuação da aplicação de apoios na saúde e educação para crianças entre os 6 e os 17 anos de idade. O objetivo desta reforma é o de ter um impacto significativo na redução da pobreza entre as crianças, que são atualmente um grupo particularmente vulnerável à pobreza.

De acordo com o relatório da ONU para o PED, os programas de proteção social não contributivos (redes de segurança social) que visam reduzir a pobreza e a vulnerabilidade e promover o acesso a serviços sociais essenciais (saúde, educação) por um vasto leque de grupos de pessoas, incluindo famílias com crianças, permanecem relativamente estáveis. A cobertura efetiva é ainda muito baixa e os montantes das prestações são inadequados para ter um impacto efetivo na redução da pobreza nacional. De acordo com o Diagnóstico Institucional realizado pelo SEFI em 2015, 60% da população mais pobre e mais vulnerável de Timor-Leste continua excluída do apoio social existente, devido aos critérios de elegibilidade estabelecidos.

Análise da formulação da meta: A meta não é específica pelo que é impossível determinar indicadores de desempenho relevantes e os seus objetivos. Assim, a avaliação do progresso é difícil e subjetiva. Na revisão do PED, deve ser considerada a reformulação das metas.

Meta: Será incorporado um currículo revisto "sensível ao género" em todos os níveis do sistema educativo de Timor-Leste.

Concretização: Alguns progressos

Instituição responsável: MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, JUVENTUDE E DESPORTO (MEJD)

	Indicador	2016 Valor Alcançado	2020 Valor Alcançado	Ligação ao orçamento por programas	Comentários sobre Progresso, Disponibilidade de Dados, Relevância do Indicador, etc. (preencher quando aplicável)
1.	Sim/Não: Será incorporado um currículo revisto "sensível ao género" em todos os níveis do sistema educativo de Timor-Leste	Curriculos "sensíveis ao género" integrados no domínio do ensino técnico e profissional.	Sensibilização e monitorização das escolas ao nível do ensino no município de Líquicá, Manatuto, Ermera e Ainaro; Sensibilização das autoridades locais do município de Baucau para o enquadramento legal nacional e internacional	522, 52506	Máxima participação das autoridades locais tais como Administrador de Posto, professores, estudantes, organizações da sociedade civil, grupos de deficientes, e Autoridade Municipal de Baucau

Comentário: Esta meta transversal é sobretudo da responsabilidade do Ministério da Educação. A Secretaria de Estado da Mulher (SEM) criou Unidades de Género nos vários Ministérios e Secretarias de Estado, incluindo o Ministério da Educação, que são responsáveis pela elaboração da política de género. No entanto, a meta não foi totalmente atingida. Foram feitos progressos com a implementação de currículos "sensíveis ao género" no ensino técnico e profissional sob a responsabilidade do SEPFOPE.

Os principais resultados no período 2016-20 que contribuem para o cumprimento desta meta:

- Aumento dos conhecimentos dos estudantes e professores sobre igualdade de género, prevenção da violência baseada no género, abuso sexual e outros

Meta: Será criado um Fundo Nacional da Juventude, que prestará apoio a projetos que apoiem os jovens e o seu desenvolvimento

Concretização: Alguns progressos

Instituição responsável: SECRETARIA DE ESTADO DA JUVENTUDE E DO DESPORTO (SEJD)

	Indicador	2016 Valor Alcançado	2020 Valor Alcançado	Comentários sobre Progresso, Disponibilidade de Dados, Relevância do Indicador, etc.
1.	Sim/Não: Criado um Fundo Nacional para a Juventude para apoiar projetos que apoiem os jovens e o seu desenvolvimento	Fundo não criado devido à decisão do Governo de congelamento na criação de novos fundos. Os programas de apoio aos jovens são implementados.	Em 2016, a SEJD apresentou a necessidade de estabelecer um Fundo Nacional da Juventude ao Conselho de Ministros (CM). No entanto, o CM respondeu que não há necessidade de o estabelecer. Ainda assim, o Governo continua empenhado em disponibilizar apoio financeiro ao programa de desenvolvimento para a juventude.	

2.	Número de beneficiários dos programas de desenvolvimento para jovens		Número total de jovens beneficiários (homens e mulheres) 36.666. [2018-2020]	
Comentário: Como o Fundo Nacional da Juventude não foi estabelecido, não temos qualquer resposta específica relacionada com as realizações que contribuem para esta meta. O principal problema de não ter o Fundo estabelecido é que o apoio ao programa de desenvolvimento da juventude depende fortemente das verbas que são anualmente disponibilizadas pelo Governo à SEJD, e assim não há garantia de sustentabilidade de um fundo fixo de garantia ou certeza para os programas da juventude, de acordo com as metas, para alcançar os resultados destacados no Plano Estratégico da SEJD.				
Análise da formulação da meta: Com base na resposta do CM, pode haver uma mudança na política. Na revisão do PED deve ser considerada a hipótese de abandonar esta meta ou de fazer a sua reformulação.				

Metas de 2020 e concretização

Meta: 75% das raparigas timorenses completarão um curso completo de Educação Básica de qualidade Concretização: Alguns progressos				
Instituição responsável: MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, JUVENTUDE E DESPORTO (MEJD)				
	Indicador	2016 Valor Alcançado	2020 Valor Alcançado	Ligação ao orçamento por programas
1.	% de raparigas timorenses que completam um curso completo de Educação Básica de qualidade	52%	65%	52105
Comentário: O Governo está empenhado em disponibilizar financiamento para a consciencialização do género de acordo com a política de educação inclusiva.				

Meta: O Estado continuará a expandir os programas e projetos que apoiam e honram os nossos veteranos e as suas famílias Concretização: Progresso elevado					
Instituição responsável: MINISTÉRIO PARA OS ASSUNTOS DOS COMBATENTES DA LIBERTAÇÃO NACIONAL (MACLN)					
	Indicador	2016 Valor Alcançado	2020 Valor Alcançado	Ligação ao orçamento por programas	Comentários sobre Progresso, Disponibilidade de Dados, Relevância do Indicador, etc.
1.	Os programas e projetos que apoiam e honram os nossos veteranos e as suas famílias foram expandidos e não é necessária mais expansão (os programas e projetos atuais serão continuamente implementados)?	Foram concedidas pensões e bolsas de estudo aos filhos de mártires, apoiando a sua formação e consequente integração futura no mercado de trabalho.		579	

2.	Número de pensões pagas	Até ao final de 2016 foram efetuados 30.435 pagamentos de pensões e 19.652 pagamentos únicos, em dinheiro	Até ao final de 2020, foram efetuados 31.858 pagamentos de pensões e 19.843 pagamentos únicos, em dinheiro	57901	O Estado reconheceu e valorizou os mártires e combatentes da libertação nacional e as suas famílias.
3.	Número de beneficiários que recebem assistência	Até ao final de 2016, receberam apoios como se segue: 132 filhos de Combatentes da Libertação Nacional (CLN) receberam financiamento para completar os seus estudos. 84 propostas de recolha de restos mortais foram apoiadas. 114 CLN receberam tratamento de saúde 63 caixões foram fornecidos a CLN falecidos.	Até 2020, receberam apoios da seguinte forma: 473 filhos de CLN receberam financiamento para completar os seus estudos. 366 propostas de recolha de restos mortais foram apoiadas. 1.054 CLN receberam tratamento de saúde. 823 caixões foram fornecidos a CLN falecidos.	57902	É da responsabilidade do Estado assegurar e proporcionar proteção especial aos indivíduos mutilados e deficientes da guerra, aos órfãos e àqueles que deram toda a sua vida para lutar pela libertação nacional e por todos aqueles que participaram durante a resistência contra as ocupações estrangeiras.
4.	Número de bolseiros que beneficiaram de bolsas de estudo	Foram disponibilizadas bolsas de estudo a 1.202 filhos de mártires da libertação nacional	Foram disponibilizadas bolsas de estudo a 2.272 filhos de mártires da libertação nacional	57903	Incentivos disponibilizados aos filhos de veteranos através de bolsas de estudo.

Comentário:

Resultados-chave que contribuem para a meta no período 2016-2020:

- Com dados exatos, o processo de implementação estava de acordo com o plano.
- Orçamento suficiente, de acordo com o plano aprovado.
- Boa colaboração entre associações de veteranos municipais e autoridades locais para facilitar a disseminação de informação de acordo com o calendário e orçamento aprovados.

Análise da formulação da meta: A meta não é específica nem mensurável. Na revisão do PED, a reformulação da meta deve ser considerada.

Meta: Investigação extensiva da história da luta pela libertação nacional será preservada e celebrada pelo nosso povo

Concretização: Progresso elevado

Instituição responsável: MINISTÉRIO PARA OS ASSUNTOS DOS COMBATENTES DA LIBERTAÇÃO NACIONAL (MACLN)

	Indicador	2016 Valor Alcançado	2020 Valor Alcançado	Ligação ao orçamento por programas	Comentários sobre Progresso, Disponibilidade de Dados, Relevância do Indicador, etc.
1.	Investigação extensiva da história da luta pela libertação nacional preservada e celebrada pelo nosso povo	10 abrigos subterrâneos da Resistência foram reabilitados, reconstruídos e mantidos.	Dados recolhidos no terreno: Atores da Resistência - 74 Lugares históricos - 148 Entrevistas com atores e testemunhas dos lugares históricos - 208 Livro publicado " <i>Memória Moris FATIN-FATIN ISTÓRIKU FUNU LIBERTASAUN NASIONAL TIMOR-LESTE</i> ":	57901	

Instituição responsável: ARQUIVO E MUSEU DA RESISTÊNCIA TIMORENSE (AMRT)

	Indicador	2016 Valor Alcançado	2020 Valor Alcançado	Ligação ao orçamento por programas	Comentários sobre Progresso, Disponibilidade de Dados, Relevância do Indicador, etc.
1.	Número de exposições sobre a história da libertação nacional	Sem dados.	De 2017 a 2020, mais de 3.306 pessoas visitaram a exposição itinerante intitulada: "Nicolau Lobato" - A Nossa Independência é apenas uma questão de tempo, AMRT" que foi apresentada em Díli, Ermera, Liquiçá, Bobonaro, Manatuto, Baucau, Lospalos, Viqueque e Oé-Cusse ; foram também realizados seminários sobre "Nino Konis Santana" nas escolas secundárias de Ermera, Liquiçá, Aileu, Bobonaro, Lospalos e Dili com a participação de mais de 3.000 estudantes	393	100% AMRT deu prioridade à divulgação e socialização da História da luta pela libertação nacional, especialmente às novas gerações, para que aprendam bem sobre a história da resistência timorense na luta pela Libertação Nacional.
2.	Número de visitantes de exposições sobre a história da libertação nacional	2.606 pessoas, nas 125 visitas guiadas exploraram a exposição permanente.	De 2017 até 2020, houve 30.235 visitantes à exposição permanente no edifício AMRT, sendo provenientes de diferentes grupos, estudantes, instituições, corpo diplomático (nacional e internacional), e 1.453 pessoas visitaram a Sala de Leitura do AMRT.	393	100% dos visitantes eram provenientes de diferentes grupos, estudantes, instituições, corpo diplomático, (nacional e internacional). Manifestaram o seu apreço à Exposição permanente no AMRT sobre a história da Luta pela Libertação Nacional até Timor-Leste ganhar a sua independência.

Comentário:

Os principais resultados que contribuem para a concretização da meta, no período 2016-2020, incluem:

1. **Aberto ao público** especialmente a **Exposição Permanente intitulada ""Resistir é Vencer""; Salão de Leitura para Consulta Pública; A Exposição Temporária** nas instalações do AMRT está aberta de terça-feira até sábado, das 9:30 às 14:30.
2. Apoio Digital *on-line* para acesso público, nacional e internacional, acessível através da Internet (www.amrtimor.org) e inclui mais de 100 mil documentos e fotografias sobre a resistência timorense.
3. Realização da segunda Conferência Internacional sobre o tema: Memória e "Vozes da Resistência" e Seminários nacionais sob o tema: Nino Konis Santana".
4. Formação interna e capacitação na área de Estúdio Audiovisual para o pessoal do AMRT e formação externa especialmente na área de Arquivo, Museu e preservação de documentos, em Portugal e na Indonésia.
5. Reabilitação de 12 (doze) abrigos subterrâneos que costumavam ser utilizados pelos combatentes da libertação nacional

Análise da formulação da meta: A meta representa um esforço contínuo, a longo prazo. Não é possível avaliar se o objetivo foi alcançado. Na revisão do PED, a reformulação da meta deve ser considerada.

Meta: Será construído um Centro Nacional da Juventude em Díli e estarão operacionais Centros da Juventude polivalentes nas zonas rurais

Concretização: Alguns progressos

Instituição responsável: SECRETARIA DE ESTADO DA JUVENTUDE E DO DESPORTO (SEJD)

	Indicador	2016 Valor Alcançado	2020 Valor Alcançado	Ligação ao orçamento por programas	Comentários sobre Progresso, Disponibilidade de Dados, Relevância do Indicador, etc.
1.	Sim/Não: Será construído em Díli um Centro Nacional da Juventude	Nenhum progresso	Um Centro Nacional da Juventude ainda não construído em Díli	301	
2.	Número de Centros de Juventude polivalentes em funcionamento nas zonas rurais		Os Centros de Juventude polivalentes não estão operacionais nas zonas rurais Os Centros Multiusos para Jovens não foram construídos em zonas rurais. Em vez disso, foi selecionada uma casa, chamada Centro da Juventude, que está em uso. Há 7 Centros de juventude construídos com orçamento governamental e existem 7 outras casas do Estado que foram reabilitadas para serem centros de juventude.	Programa 590 Subprograma 59001	

Comentário:

O principal problema para a realização da meta é que não há terrenos disponíveis para a construção, de acordo com as expectativas.

A avaliação da realização das metas físicas ligadas aos centros juvenis polivalentes não é aplicável. No entanto, relativamente às metas ligadas aos centros juvenis, foi possível construir 7 casas para centros juvenis, mas não as outras 7.

Análise da formulação da meta: A meta deve ser revista de acordo com outras opções aceitáveis para o estabelecimento de centros de juventude (em vez de construção). Na revisão do PED, deve ser considerada a eliminação da meta ou a sua reformulação.

Ambiente

Instituições-chave

Este subsetor é em grande parte da responsabilidade da Secretaria de Estado do Ambiente.

Quadro de Planeamento Estratégico

Os planos anuais da Secretaria de Estado do Ambiente referem-se a algumas das metas do PED, mostrando, embora por vezes de forma muito ampla, que estes continuarão a ser relevantes no quadro atual.

Os seguintes documentos estratégicos encontram-se em fase de elaboração ou de finalização: Política Ambiental; Plano Estratégico Ambiental 30 + ; e Política de Alterações Climáticas.

Meta a longo prazo (2030): Timor-Leste terá uma extensa rede de parques nacionais terrestres e marinhos que protegem amostras representativas da nossa biodiversidade

Progresso para a Visão a Longo Prazo e Comentários Gerais:

Até final de 2016, foram feitos progressos através da adoção do quadro jurídico para a proteção e conservação do ambiente e da biodiversidade; criação dos organismos encarregados da implementação das convenções internacionais sobre proteção ambiental e implementação dos protocolos; e atividades destinadas a aumentar a sensibilização do público para a proteção ambiental.

No período 2017-2020 a realização das metas do PED inclui o desenvolvimento, adoção, e implementação do Plano de Ação Nacional de Biodiversidade, e a Estratégia de Proteção da Vida Selvagem de Timor-Leste completada e apresentado o seu Plano Nacional de Adaptação (PNA) na abordagem dos riscos climáticos e na construção da resiliência climática. Tem havido um progresso muito modesto nos regulamentos sobre ar, ruído, poluição do solo e emissões de gases pelos veículos. Foram feitos progressos na implementação do Protocolo de Nagoya sobre o Acesso aos Recursos Genéticos e a Partilha Justa e Equitativa dos Benefícios resultantes da sua Utilização à Convenção sobre Diversidade Biológica, através do início do projeto do PNUA/GEF intitulado, "Estabelecimento do Quadro Nacional e Capacidade Operacional para a Implementação do Protocolo de Nagoya em Timor-Leste".

Para além das metas do PED, foi lançado o primeiro projeto de Financiamento Verde Climático (*Green Climate Financing - GCF*) para assegurar que 130 obras de infraestruturas rurais sejam resistentes ao clima e para integrar o planeamento informado sobre os riscos climáticos em todos os setores. Até 2020, foram plantadas um total de 332.362 mangais (95% de taxa de sobrevivência) e restaurados 71 hectares, e 2.219 hectares foram protegidos com o apoio da ONU. Reflorestação, reabilitação e agro-florestação utilizando várias espécies nativas de plantas, árvores multiusos e árvores de fruto, em áreas terrestres, cobriram 69,5 hectares, entre 2019 e 2020¹¹ - o que demonstra o potencial para novos aumentos na agro-florestação ao longo dos próximos anos. De acordo com a ONU, uma área vital para um maior investimento é na proteção e melhoria da qualidade dos solos em muitas partes do país.

¹¹ Contribuição do PNUD para 2020 - Relatório de Avaliação de 2020 do PED

Em outubro de 2021, o Fundo Verde para o Clima aprovou o projeto "*Enhancing Early Warning Systems to build greater resilience to hydro-meteorological hazards in Timor-Leste*". Este projeto de 21,7 milhões de dólares vai dar resposta à necessidade urgente de serviços de informação climática e de sistemas de alerta precoce a perigos múltiplos (MHEWS) completos e integrados em Timor-Leste. O projeto vai reforçar a capacidade do país para se preparar para e gerir os riscos climáticos, apoiando a criação e utilização de dados e informações climáticas robustas a todos os níveis. Espera-se que 1,03 milhões de pessoas (80% da população) beneficiem diretamente deste projeto, com melhores meios de subsistência e maior resiliência às alterações climáticas e aos riscos relacionados com o clima.

Timor-Leste está a considerar a ratificação da "Emenda Kigali" ao Protocolo de Montreal sobre Substâncias que Esgotam a Camada de Ozono. A "Emenda Kigali" reduzirá a produção e consumo global de hidrofluorocarbonetos (HFC) em mais de 80% nos próximos 30 anos, de acordo com as previsões. Se for plenamente apoiada, a Emenda pode evitar até 0,4°C de aquecimento global até ao final deste século. O Relatório de Análise de custo-benefício para a ratificação da Emenda de Kigali foi preparado com o apoio do Programa das Nações Unidas para o Ambiente (PNUA) no âmbito do projeto intitulado "*Enabling Activities for HFC Phase-down*". O relatório foi traduzido para a língua nacional oficial e está atualmente à espera de ser aprovado pelo Parlamento.

Metas de 2015 concretização

Objetivo: Lei Nacional da Biodiversidade e Conservação da Fauna em vigor, para proteger e conservar a biodiversidade em Timor-Leste					
Concretização: Progresso elevado					
Instituição responsável: SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE (SEA)					
	Indicador	2016 Valor Alcançado	2020 Valor Alcançado	Ligação ao orçamento por programas	Comentários sobre Progresso, Disponibilidade de Dados, Meta e Relevância dos Indicadores, etc.
1.	Leis adotadas e implementadas	Aprovado o Decreto-Lei relativo ao quadro jurídico para a proteção e conservação da biodiversidade. Lei de Conservação da Fauna ainda em preparação.	DL n.º 6/2020, Regime Jurídico para a Proteção e Conservação da Biodiversidade	Programa 590 Subprograma 59002	
2.	Superfície da área protegida		50% (relatório a 3 anos (2018-2020) 10 proibições (<i>Tara bandu</i>), 17 formações em sensibilização levadas a cabo em zonas rurais (Sucos)	Programa 590 Subprograma 59001	

Comentário:

Os principais resultados entre 2017-2020 que contribuem para o cumprimento desta meta incluem a promoção da biodiversidade, ações de Tara bandu, monitorização de animais selvagens e recolha de dados sobre biodiversidade. O maior obstáculo ao cumprimento da meta é a limitação orçamental.

Meta: Regulamentação em vigor sobre ar, ruído, poluição do solo e emissões de gases pelos veículos

Concretização: Alguns progressos

Instituição responsável: SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE (SEA)

	Indicador	2016 Valor Alcançado	2020 Valor alcançado	Ligação ao orçamento por programas	Comentários sobre Progresso, Disponibilidade de Dados, Meta e Relevância dos Indicadores, etc.
1.	Regulamentos adotados e implementados	Desenvolvido o Regulamento para o controlo da poluição do ar, ruído e poluição do solo e atmosférica provocada pelos gases emitidos pelos veículos.	Projeto de Decreto-Lei para controlo da poluição	Programa 590 Subprograma 59001	

A meta não foi alcançada porque não há controlo sobre a poluição atmosférica, dos solos e sonora, o que está a trazer efeitos negativos.

Meta: Haverá uma elevada sensibilização do público para a proteção do ambiente

Concretização: Alguns progressos

Instituição responsável: SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE (SEA)

	Indicador	2016 Valor Alcançado	2020 Valor Alcançado	Ligação ao orçamento por programas	Comentários sobre Progresso, Disponibilidade de Dados, Meta e Relevância dos Indicadores, etc.
1.	Número de atividades realizadas	As leis ambientais foram divulgadas em todos os municípios. Campanhas levadas a cabo a nível nacional. O Programa "Escola Verde" foi implementado.	Lei ambiental divulgada nos 12 municípios, e também na RAEOA. Escolas verdes estabelecidas: 2, EBC Esperança da Pátria - Becora e EBC Cassait, Liquiçá	Programa 590 Subprograma 59001	

Comentário:

A meta está definida de uma forma que é impossível medir diretamente a sua concretização. O progresso só pode ser avaliado indiretamente, com base na extensão das atividades levadas a cabo para aumentar a sensibilização do público para a proteção ambiental. É necessária mais investigação para avaliar o impacto real dessas atividades na sensibilização do público, e introdução de indicadores de desempenho que se relacionem mais diretamente com a meta.

Metas de 2020 e concretização

Meta: 70% dos Programas Nacionais de Adaptação de Ações ao abrigo da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Alterações Climáticas terão sido implementados

Concretização: Alguns progressos

Instituição responsável: SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE (SEA)

	Indicador	2016 Valor Alcançado	2020		Ligação ao orçamento por programas	Comentários sobre Progresso, Disponibilidade de Dados, Relevância do Indicador, etc. (preencher quando aplicável)
			Valor Previsto	Valor Alcançado		
1.	% de Programas Nacionais de Adaptação de Ações implementados	Proposta de ratificação do Acordo de Paris ao abrigo da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Alterações Climáticas	70%	100% Timor-Leste completou e apresentou o seu Plano Nacional de Adaptação (PNA) para abordagem dos riscos climáticos e para construção da resiliência climática.	Programa 590 Subprograma 59003	

Comentário: Resultados-chave no período 2016-2020 que contribuem para o cumprimento da meta:

- O Acordo de Paris foi assinado a 22 de abril de 2016 e ratificado pelo Parlamento Nacional a 16 de agosto de 2017.
- Protocolo de Quioto foi ratificado em 14 de outubro de 2008
- Documentos do NDC e do INDC submetidos ao secretariado da convenção em 2017
- Documento do SNC finalizado e apresentado em 2020.

Os funcionários do Ministério declararam que a meta não pôde ser atingida porque requer recursos orçamentais significativos e que, por essa razão, a meta e o calendário para a sua realização devem ser reconsiderados.

Análise da formulação da meta: A meta não está definida de forma realista, considerando os recursos orçamentais disponíveis e não é exequível a médio prazo. Na revisão do PED, a reformulação da meta deve ser considerada.

Objetivo: Nenhuma família em Díli terá de cozinhar com lenha (2020)

Concretização: Alguns progressos

Instituição responsável: SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE (SEA)

	Indicador	2016 Valor Alcançado	2020		Ligação ao orçamento por programas	Comentários sobre Progresso, Disponibilidade de Dados, Relevância do Indicador, etc. (preencher quando aplicável)
			Valor previsto	valor alcançado		
1.	% de famílias que cozinham com lenha	Distribuídos fogões de barro a 289 famílias, como uma tentativa de reduzir a utilização de lenha	0		Programa 590 Subprograma 59001	

Comentário:

A meta não pode ser alcançada porque requer recursos orçamentais significativos. A meta deve ser revista. A ONU apoiou a sensibilização nacional para os benefícios da redução do consumo de lenha e da poluição do ar interior. Através do projeto Biomassa da ONU, foram produzidas 21.714 cozinhas melhoradas durante o período do projeto (2016-2020), das quais 21.131 lares e 583 estabelecimentos receberam cozinhas melhoradas, poupando 190.310 toneladas de lenha e 204.107 toneladas de emissões de CO2. Estabeleceu-se também 5 ha de floresta em Maubara, Liquiçá, no âmbito da "Jeju - Floresta da Amizade Timor-Leste".
Análise da formulação da meta: A meta deve ser revista, uma vez que não foi estabelecida de forma realista, considerando os recursos orçamentais disponíveis (não realizável).

Cultura e Património

Instituições-chave

Este subsetor é principalmente da responsabilidade da Secretaria de Estado das Artes e Cultura (SEAC) e do Ministério do Ensino Superior, Ciência e Cultura (MESCC).

Quadro de Planeamento Estratégico

O documento-chave que orienta o desenvolvimento do subsetor de arte e cultura é a Política Nacional para a Cultura, adotada em 2009, que esboça objetivos gerais e específicos, programas e atividades. Estes são referidos no PED e também associados a objetivos de desenvolvimento turístico.

Os objetivos do PED estão incluídos nos Planos Anuais da SEAC e do MESCC com uma aproximação considerável, pelo que é um desafio monitorizar a sua implementação através dos relatórios anuais de desempenho. A Política Nacional para a Cultura prevê a criação de uma Comissão Nacional para a Cultura, cujo papel consiste em verificar que os objetivos definidos estão a ser atingidos. Infelizmente esta Comissão ainda não foi criada.

Metas a Longo Prazo (2030): Timor-Leste terá um setor industrial criativo vibrante que dará uma contribuição muito significativa para a nossa economia e para o nosso sentido de identidade nacional. Cerca de 5% dos postos de trabalho em Timor-Leste serão no setor das indústrias criativas.

Estarão localizados Centros Culturais Regionais em todos os 13 distritos.

Progresso na concretização das metas a Longo Prazo:

A concretização das metas do PED tem sido bastante lenta na última década. O subsetor cultural e patrimonial não tem sido a prioridade de desenvolvimento do Governo nos anos anteriores e, devido a restrições orçamentais, os grandes projetos de infraestruturas foram atrasados, o que também afetou o estabelecimento de algumas das principais instituições culturais (que deveriam ter sido criadas em 2015). Apenas o Arquivo Nacional está operacional, tendo havido alguns progressos no sentido da criação do Museu Nacional e da Biblioteca Nacional. Os desafios para a criação do Museu Nacional incluem a obtenção do título de propriedade da terra.

Embora o Museu Nacional ainda não tenha sido criado, os artefactos estão conservados temporariamente e expostos no Salão do Ministério da Educação. Da mesma forma, com o atraso

na criação de uma Biblioteca Nacional, uma minibiblioteca no gabinete da Secretaria de Estado das Artes e Cultura (SEAC) serve esse propósito.

Embora a Academia de Artes ainda não tenha sido criada, são realizadas anualmente atividades de formação, incluindo em artes plásticas, dança e música (violino). No que diz respeito ao Centro Cultural, são realizadas atividades como a recolha de dados arqueológicos e arquitetónicos, investigação do potencial do turismo cultural, turismo comunitário, turismo religioso, etc.

Não tem havido progressos na realização de várias metas para 2015 - essas metas devem ser reconsideradas de acordo com as atuais prioridades políticas, e, ou ~~devem~~ ser abandonadas na revisão do PED, ou deve ser estabelecido um novo calendário de implementação.

Várias metas são transversais e estão sob a alçada das autoridades em matéria de cultura, turismo e ensino superior. A implementação dessas metas deve ser revista conjuntamente pelas instituições responsáveis.

Apenas um Centro Cultural Regional foi criado, principalmente devido a restrições orçamentais, pelo que os progressos na consecução da segunda meta a longo prazo foram moderados.

Metas de 2015 e concretização

Meta: Museu e Centro de Cultura de Timor-Leste; Biblioteca e Arquivo Nacional em funcionamento					
Concretização: Alguns progressos					
Instituição responsável: SECRETARIA DE ESTADO DAS ARTES E CULTURA (SEAC)					
	Indicador	2016 Valor Alcançado	2020 Valor Alcançado	Ligação ao orçamento por programas	Comentários sobre Progresso, Disponibilidade de Dados, Relevância do Indicador, etc. (preencher quando aplicável)
1.	Sim/Não: O Museu Nacional está operacional.	Não.	Não.	39301	Recentemente foi proposto o fundo para o estudo de viabilidade para a futura criação do Museu Nacional, localizado em Hudilaran, Suco Bairro Pitê, Posto Administrativo Dom-Aleixo, Município de Díli em 2022. Bolsa de estudo para 4 estudantes estudar Museologia são oferecidas em 2022
2.	Sim/Não: A Biblioteca Nacional está operacional.	Não.	Não. Taxa de execução de 6,2%	4401	A taxa de execução atingiu 6,2% em atividades no local de implementação. A companhia petrolífera internacional ENI contribuiu com 10.000.000 USD para a construção do edifício da Biblioteca Nacional, pelo que todo o processo de concurso para esta atividade está sob a exclusiva responsabilidade da ENI. O Governo de Timor-Leste é responsável pelos acessos, muro de proteção, drenagem, equipamento (instalação interior) e pela contratação de uma empresa de consultoria para supervisão da obra, no montante de 2.825.000 USD. 4 Bolsas de estudo para estudos de Biblioteconomia serão oferecidas em 2022

3.	Sim/Não: O Arquivo Nacional está operacional.	Sim.	Sim.	39301	
4.	Número de visitantes das exposições		30 visitantes por mês	39301, 4402,4406	30 visitantes por mês antes da pandemia; entre janeiro e fevereiro de 2020, houve 60 visitantes.
5.	Número de cidadãos que tiveram acesso a livros em bibliotecas		30 por mês	4401	30 visitantes por mês antes da pandemia; entre janeiro e fevereiro de 2020, houve 60 visitantes.

Comentário: Embora o Museu Nacional ainda não tenha sido criado, todos os artefactos estão conservados temporariamente e expostos no Salão do Ministério da Educação, recebendo visitas mensais de 30 estudantes no mínimo (antes da pandemia). O número total de artefactos históricos e pré-históricos é de 1.469.

Embora não tenha sido criada uma Biblioteca Nacional, uma minibiblioteca no gabinete da Secretaria de Estado das Artes e Cultura (SEAC) serve esse propósito. Esta biblioteca recebia 30 estudantes mensalmente, no mínimo, antes da pandemia. A quantidade de livros conservados nesta minibiblioteca é superior a 8.000, com vários títulos e divididos em 10 categorias científicas diferentes.

Os desafios para a criação do Museu Nacional incluem: o título de propriedade da terra a ser obtido junto do Ministério da Justiça (a SEAC apresentou um pedido de atribuição ao Ministério da Justiça); impasse político que conduziu a restrições orçamentais; e a pandemia de COVID-19 que determinou o estabelecimento de cercas sanitárias.

Os desafios à criação da Biblioteca Nacional incluem o seguinte: os resultados do anúncio público de concurso deveriam ter sido anunciados em abril de 2021, mas foram adiados devido à cerca sanitária e, portanto, os resultados só serão anunciados no segundo trimestre deste ano.

Meta: Alojamento adequado estabelecido a nível dos Sucos, para promover o Turismo Cultural

Concretização: Progresso elevado

Instituição responsável: SECRETARIA DE ESTADO DAS ARTES E CULTURA (SEAC), MINISTÉRIO DO TURISMO, COMÉRCIO E INDÚSTRIA (MTCI)

	Indicador	2016 Valor Alcançado	2020 Valor Alcançado	Ligação ao orçamento por programas	Comentários sobre Progresso, Disponibilidade de Dados, Relevância do Indicador, etc. (preencher quando aplicável)
1.	Número de alojamentos estabelecidos a nível de sucos	5 albergues remodelados, 1 novo (2015), e atividades em 2016		440	O indicador não é relevante para a SEAC, mas o processo de identificação dos sítios culturais e históricos é da sua responsabilidade. Em 2019 a SEAC identificou alguns sítios culturais tais como o lago Eraulo, a cascata da Bandeira, o lago Salgado de Maubara, sítios culturais arquitetónicos e arqueológicos Ili Kere-kere em Tutuala Lautém (pinturas rupestres e sítios arqueológicos), sítios de pinturas rupestres em Hatu-udo Ainaro, sítio religioso cruz sagrada em Darlau Hatolia, sítio religioso Nossa Senhora Aitara Soibada, Parque Nacional Nino Konis Santana Lautém

Comentário: A identificação dos sítios culturais e históricos é uma responsabilidade da SEAC mas a instalação de instalações turísticas é responsabilidade do Ministério do Turismo. De acordo com a nossa observação, os sítios

identificados pela SEAC existem e há sinais de novas instalações turísticas pelo respetivo Ministério. Pousada de Tutuala, Lautém, Forte de Balibó e Pousada de Maubisse, Termas de Marobo. Porque este indicador é transversal, a SEAC continuará a comunicar com o Ministério do Turismo sobre a futura implementação.

Análise da formulação da meta: A meta não é específica, nem mensurável. Não é claro o que significa alojamento "apropriado". Na revisão do PED, a reformulação da meta deve ser considerada.

Meta: Espetáculo regular de cinema realizado em várias localidades de Díli e acessos de cinema móvel uma vez por mês nos distritos.

Concretização: Nenhum progresso

Instituição responsável: SECRETARIA DE ESTADO DAS ARTES E CULTURA (SEAC)

	Indicador	2016 Valor Alcançado	2020 Valor Alcançado	Ligação ao orçamento por programas	Comentários sobre Progresso, Disponibilidade de Dados, Relevância do Indicador, etc.
1.	Sim/Não: programa regular de cinema realizado em várias localidades de Díli e acesso distrital a programas de cinema móvel uma vez por mês.	Nenhum progresso. A atividade foi adiada devido a restrições orçamentais.	Nenhum progresso.	440	A SEAC nunca orçamentou verba para este programa
2.	Número de localidades fora de Díli que receberam apresentações de cinema	0	0		

Meta: Criação da Academia de Artes e Indústrias Criativas Culturais

Concretização: Alguns progressos

Instituição responsável: SECRETARIA DE ESTADO DAS ARTES E CULTURA (SEAC)

	Indicador	2016 Valor Alcançado	2020 Valor Alcançado	Ligação ao orçamento por programas	Comentários sobre Progresso, Disponibilidade de Dados, Relevância do Indicador, etc. (preencher quando aplicável)
1.	Sim/Não: Academia de Artes operacional	Não. (foram criadas unidades de implementação).	Ainda não	44003	Infraestruturas: O Ministério da Justiça ofereceu um antigo centro cultural (atualmente conhecido como 'artemoris') para a futura instalação da Academia de Artes, mas com base no pedido do Primeiro-Ministro e do Presidente da República, o local foi oferecido ao Conselho de Veteranos em 2020 e, desde então, o Ministério da Justiça não disponibilizou outro local para a futura instalação da academia. A equipa da Unidade de Implementação da academia identificou um terreno em Hera, mas não recebeu qualquer carta de atribuição do Ministério da Justiça. Legislação: o Estatuto da Academia de Artes, Indústria Cultural Criativa e o Decreto-Lei para a criação da academia estão ainda em processo e à espera de serem agendados para discussão no Conselho de Ministros. Recursos Humanos: A SEAC tem 15 diplomados de 3 bolsas de estudo em música, dança e artes plásticas graduados de Cuba.

Comentário:

Os principais resultados (concretizações) no período 2016-2020 que contribuem para a concretização da meta, incluem o desenvolvimento do projeto de Estatuto da Academia de Artes, projeto de decreto-lei para a criação da Academia e Termos de Referência para a equipa de instalação da Academia.

Os principais problemas na realização das metas são a falta de terreno/local para a Academia e a aprovação tardia do estatuto da Academia e do decreto-lei para a criação da Academia. Uma vez que a Academia não pode ser estabelecida de acordo com a cronologia, o plano precisa de ser revisto.

Análise da formulação de metas: A meta não é específica, uma vez que o "estabelecimento de Indústrias Criativas Culturais" pode ser interpretado de diferentes maneiras. Na revisão do PED, deve ser considerada a reformulação da meta.

Meta: Centro Regional de Cultura estabelecido em Oé-Cusse , Liquiçá, Ermera, Maliana, Ainaro e Suai

Concretização: Nenhum progresso

Instituição responsável: SECRETARIA DE ESTADO DAS ARTES E CULTURA (SEAC)

	Indicador	2016 Valor Alcançado	2020		Ligação ao orçamento por programas	Comentários sobre Progresso, Disponibilidade de Dados, Relevância do Indicador, etc. (preencher quando aplicável)
			Valor previsto	valor Alcançado		
1.	Número de Centros Regionais de Cultura estabelecidos (em Oé-Cusse , Liquiçá, Ermera, Maliana, Ainaro e Suai)	0. (Nenhum dos Centros Culturais previstos foi criado, o Centro Lautém está em funcionamento)	5	0	440	Até à data, apenas foi estabelecido um centro cultural no Município de Lautém, enquanto os outros municípios não têm nenhum centro cultural estabelecido. Apenas em 2021, o administrador do município de Baucau iniciou o processo de atribuição de terrenos para a futura instalação de um centro cultural no município de Baucau. Os outros municípios também têm o mesmo plano, mas não têm qualquer atividade, ou seja, ainda não houve atribuição de local entre os terrenos e propriedades municipais e do Ministério da Justiça.

Comentário:

As principais realizações no período 2016-2020 que contribuem para esta meta incluem a coordenação e consulta com as autoridades municipais, mas a carta de atribuição de terras não foi enviada à SEAC; orçamento garantido para o estudo de viabilidade do centro cultural.

Os principais problemas na consecução da meta incluem: não atribuição de terras pelo Ministério da Justiça; o impasse político que levou à utilização do regime duodecimal para sustentar o Governo (2017, 2018 e 2020) e a pandemia da COVID-19 também contribuiu para o atraso. É necessário rever a política para o estabelecimento de centros culturais, uma vez que não pode ser implementada de acordo com o cronograma estabelecido no plano.

Metas de 2020 e concretização

Meta: Será criada uma companhia nacional de teatro e dança, que realizará visitas regulares às regiões					
Concretização: Alguns progressos					
Instituição responsável: MINISTÉRIO DO ENSINO SUPERIOR, CIÊNCIA E CULTURA (MESCC).					
	Indicador	2016 Valor Alcançado	2020 Valor Alcançado	Ligação ao orçamento por programas	Comentários sobre Progresso, Disponibilidade de Dados, Relevância do Indicador, etc.
1.	Sim/Não: Uma companhia nacional de teatro e dança estabelecida	Não. (Em implementação está a operacionalização da Academia para as Artes e Indústrias Criativas Culturais que contribui para este objetivo).	Não	440	A SEAC não foi capaz de estabelecer uma companhia nacional para teatro e dança, mas são realizadas anualmente pela SEAC atividades de teatro e dança, através dos três programas seguintes: • Festival Nacional das Artes e da Cultura, para comemorar o Dia Nacional da Cultura. • Festival Cultural para comemorar a consulta popular e a Proclamação da Independência. • Campanha Nacional sobre Cultura forte, nação forte
2.	Sim/Não: Uma companhia nacional de teatro e dança realiza digressões regulares	Não.	Não		

Meta: A Universidade Nacional disponibilizará uma licenciatura em Arquitetura					
Concretização: Nenhum progresso					
Instituição responsável: SECRETARIA DE ESTADO DA ARTE E CULTURA (SEAC), MINISTÉRIO DO ENSINO SUPERIOR, CIÊNCIA E CULTURA (MESCC).					
	Indicador	2016 Valor Alcançado	2020 Valor Alcançado	Ligação ao orçamento por programas	Comentários sobre Progresso, Disponibilidade de Dados, Relevância do Indicador, etc. (preencher quando aplicável)
1.	Sim/Não: A Universidade Nacional disponibilizará uma licenciatura em Arquitetura	(Não está previsto no processo de planeamento).	Nenhum progresso	440	Em termos de capacitação nacional, especialmente a preparação para a criação da Academia de Artes, a SEAC enviou 15 estudantes para Cuba, para obtenção do Diploma III na área da dança, música e artes plásticas. Em 2022, a SEAC atribuirá mais 32 estudantes para bolsas de estudo de música, dança, artes plásticas, museu, biblioteca, antropologia, sociologia e arqueologia.

DESENVOLVIMENTO DE INFRAESTRUTURAS

Visão Geral do Setor

Instituições-chave:

Os objetivos no setor do desenvolvimento de infraestruturas são principalmente da responsabilidade do Ministério das Obras Públicas (MOP), Ministério dos Transportes e Comunicações (MTC), mas em articulação com o Ministério do Plano e Ordenamento (MPO), e várias agências governamentais e agências autónomas (em particular para projetos de maior dimensão, para os quais a articulação com a Comissão Nacional de Aprovisionamento (CNA), Secretariado dos Grandes Projetos (SGP), Agência de Desenvolvimento Nacional (ADN), etc. são essenciais), com a Bee Timor-Leste, Empresa Pública (BTL) (Água e Saneamento - Implementação) e Autoridade Nacional para Água e Saneamento Instituto Público (ANAS) (Água e Saneamento - Autoridade Reguladora), Autoridade Nacional de Eletricidade (ANE), Autoridade Portuária de Timor-Leste (APORTIL), Autoridade de Aviação Civil de Timor-Leste (AACTL) e Autoridade Nacional de Comunicações (ANC).

Todos os grandes projetos de infraestruturas são implementados através do *Fundo de Infraestruturas* gerido pelo CAFI (*Conselho de Administração do Fundo das Infraestruturas*).

Quadro de Planeamento Estratégico

Os Resultados Estratégicos e o Plano de Transformação para o Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações foram aprovados em 2016¹². Este documento intersetorial reconhece os objetivos a longo prazo do PED, e inclui objetivos adicionais sob a competência do MOP, tais como de gestão de cheias e meteorologia.

O Plano Diretor do Setor dos Transportes, que tem em conta os objetivos do PED, foi preparado em 2018¹³. Os planos anuais do MOP e do MTC seguem em certa medida o quadro do PED, enquanto que os planos anuais das agências têm menos ligações diretas com os objetivos do PED.

O Plano de Ação Anual do Fundo das Infraestruturas, no período 2011-2020, apresentado no livro 2 do orçamento (2011-2020) e no livro 3A (2016-2020) visa também contribuir para a implementação do PED.

Progresso da Visão a Longo Prazo e Comentários Gerais:

Em geral, a implementação dos projetos de infraestruturas tem sido tardia, não produzindo os impactos desejados. A maioria das metas de 2015 e 2020 ainda não foi alcançada.

As deficiências no planeamento e acompanhamento, supervisão e auditoria de projetos, as dificuldades técnicas na implementação, e a falta de estudos *ex-ante* e *ex-post* sólidos, afetaram claramente a eficiência e eficácia das despesas de capital.

Os objetivos do PED a curto e médio prazo foram estabelecidos de forma bastante ambiciosa, especialmente no contexto do financiamento limitado do Governo e dos fracos procedimentos e

¹² MOPTC, *Resultados estratégicos e plano de transformação do Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações, Timor-Leste*, 2015 - 2017; (2015)

¹³ MDRI, *Plano Diretor do Setor dos Transportes*, (2018) <http://www.laohamutuk.org/DVD/2018/TransSecMasterPlanMar2018.pdf>

capacidades de gestão do investimento público das agências governamentais. Algumas das metas deveriam ser claramente revistas numa atualização do PED.

A falta de engenheiros e a falta de equipamento disponível foram mencionadas como algumas das razões pelas quais os empreiteiros locais não foram capazes de conseguir contratos em tempo útil no período 2016-2020. As (in)decisões políticas foram também um fator que explica a razão de alguns projetos não terem sido levados por diante, de acordo com o contributo das instituições para este relatório. Há também problemas com a qualidade e sustentabilidade das infraestruturas, uma vez que alguns dos projetos estão concluídos e na fase de entrega, mas com defeitos significativos.

O desenvolvimento de infraestruturas foi principalmente financiado através de transferências do Fundo Petrolífero, empréstimos concessionais dos Bancos de Desenvolvimento e modalidades de parceria público-privada (PPP) que financiaram um número limitado de infraestruturas. Dada a sua prioridade, as dotações orçamentais para o setor das infraestruturas em 2011-2020 representam uma parte elevada do orçamento total, mas isto não se traduziu necessariamente numa implementação mais eficaz dos objetivos.

Em 2015, o MOPTC analisou o desempenho e identificou grandes fraquezas na implementação de projetos¹⁴, e a maioria dessas conclusões continuam a ser relevantes. Os desafios incluem a falta de planos adequados para manter tanto as estradas como as pontes; priorização e seleção de projetos que é feita numa base *ad hoc*; questões com a conceção de projetos; e dificuldade em assegurar um planeamento eficaz (incluindo uma redefinição das prioridades anuais), inspeção e avaliação dos projetos.

A melhoria da capacidade institucional do setor das infraestruturas é fundamental para assegurar um melhor planeamento, monitorização e inspeção dos projetos em curso e, em última análise, a qualidade e sustentabilidade das infraestruturas. Tem havido alguns progressos no reforço do papel e das capacidades da Agência de Desenvolvimento Nacional (ADN) através do Decreto-Lei nº 60/2020 de 25 de novembro. A ADN foi criada como Instituto Público ("IP"), com 3 responsabilidades principais: 1. Realizar uma avaliação de mérito e viabilidade de todos os projetos de capital de desenvolvimento; 2. Realizar uma inspeção de qualidade e certificação de todos os projetos de capital de desenvolvimento relacionados, em coordenação com as autoridades governamentais relevantes; e 3) Avaliar os pedidos de pagamento, através da análise dos documentos, bem como de visitas, se necessário.

Devem ser consideradas medidas adicionais para reforçar o processo global de gestão do investimento público (PIM - *public investment management*) e a coordenação das diferentes instituições no processo. A maioria das recomendações da *Revisão Conjunta do Ministério das Finanças e do Banco Mundial sobre a Qualidade das Despesas com Infraestruturas*¹⁵ relacionadas com este tópico, ainda se mantém e incluem o seguinte:

¹⁴MOPTC, *Resultados estratégicos e plano de transformação do Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações, Timor-Leste*, 2015 - 2017; (2015)

¹⁵ Banco Mundial, *República Democrática de Timor-Leste - Revisão das Despesas Públicas: Infraestruturas*, (2015) https://www.mof.gov.tl/wp-content/uploads/2015/03/A_Joint_Ministry_of_Finance_and_World_Bank_Report_on_TimorLeste_Public_Expenditure_Review_Infrastructure.pdf

- A atual base de dados de qualidade dos ativos rodoviários deve ser atualizada e os resultados devem ser introduzidos num sistema de gestão de desempenho para melhor planear a manutenção de rotina e periódica, e para limitar a utilização de procedimentos de emergência para a manutenção e reabilitação de estradas.
- Para todos os grandes projetos de infraestruturas novos e existentes, os ministérios de tutela devem apresentar um plano detalhado e os custos das prováveis atividades e custos de operação e manutenção a longo prazo.
- Estabelecer um 'banco de projetos', uma carteira de projetos pré-qualificados com estudos de conceção detalhados, estudos de análise custo-benefício e rácios de custo-benefício elevados a partir dos quais o Comité do Fundo de Infraestruturas pode selecionar projetos prioritários. Todas as principais propostas de infraestruturas devem ser enviadas ao MPIE para avaliação completa, classificação e proposta ao CAFI para decisão.
- Preparar Manuais do *Ciclo do Projeto* para ministérios de tutela que fornecem orientação técnica sobre a preparação de projetos: como preparar perfis de projetos, estudos de viabilidade, estudos de conceção e implementação de projetos: definição de disposições de supervisão e prestação de contas.

Em 2017, o Fundo Monetário Internacional (FMI) recomendou o reforço do processo de avaliação de projetos de infraestruturas, através do desenvolvimento de uma metodologia padrão de avaliação de projetos e da verificação da sua aplicação consistente pelos ministérios de tutela (FMI, 2017).

A Avaliação do Financiamento do Desenvolvimento (2019)¹⁶ faz uma recomendação para o desenvolvimento de uma estratégia global de investimento em infraestruturas, reunindo uma série de diferentes fontes de financiamento e estabelecendo mecanismos políticos para encorajar a sua utilização nos aspetos mais apropriados das infraestruturas. Deve funcionar como um mecanismo para dar prioridade aos investimentos e determinar as modalidades mais apropriadas para o seu estabelecimento e manutenção contínua.

Na sequência da recomendação do DFA 2019, através da Agência de Desenvolvimento Nacional (ADN), com o apoio da Comissão Europeia (CE), realizou os seguintes estudos:

1) Estudo dos Custos do Investimento Público com recomendações:

- a. Introduzir uma análise de custos apropriada no processo de planeamento e orçamentação a médio prazo.
- b. Desenvolver as diretrizes do Estudo de Viabilidade para todos os setores e aumentar a facilidade de utilização.
- c. Desenvolver diretrizes de otimização de custos.
- d. Desenvolver e centralizar uma base de dados de custos.
- e. Desenvolver internamente os conhecimentos necessários para lidar com estes processos em todos os ministérios em Timor-Leste

¹⁶Avaliação do Financiamento do Desenvolvimento em apoio à realização do Plano Estratégico de Desenvolvimento e dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável em Timor-Leste, (2019)

2) Estudo sobre a priorização dos investimentos públicos em Timor-Leste com recomendações específicas:

- A. Implementar um quadro de prioridades que se dedicaria principalmente ao planeamento a longo prazo, permitindo:
 - a. dar prioridade, de forma mais eficiente, a projetos dentro de um determinado setor.
 - b. proporcionar uma priorização credível entre projetos relativos a vários setores, de acordo com critérios objetivos. O MPIE parece ser o organismo mais adequado para realizar este trabalho em estreita coordenação com outros organismos de planeamento e ministérios de tutela e após consulta das partes interessadas.
- B. Melhorar a integração do planeamento a longo prazo no planeamento e orçamentação a médio prazo.
- C. Reforçar o processo de priorização.
- D. Integrar melhor a priorização das infraestruturas no quadro de financiamento.
- E. Reforçar o papel do Secretariado de Grandes Projetos (SGP) como porta de entrada de projetos para uma Agência independente,
- F. Desenvolver uma avaliação ex-post para informar a priorização.
- G. Aumentar o papel das partes interessadas no planeamento estratégico.

Estradas e Pontes

Metas a Longo Prazo (2030): A Estrada Nacional Circular terá sido concluída, para proporcionar uma via de alto padrão em todo o país, capaz de permitir o transporte de um contentor de comprimento total a uma velocidade média de 60 km por hora.

Terão sido construídas novas pontes para permitir o acesso, independentemente das condições meteorológicas, a todos os percursos rodoviários nacionais e distritais.

Progresso em relação às Metas de Longo Prazo e Comentários Gerais:

A melhoria das infraestruturas rodoviárias continua a ser uma prioridade para Timor-Leste. Numa pesquisa de opinião pública de 2018 (Instituto Republicano Internacional, 2018), 27 por cento dos cidadãos afirmaram que as estradas em más condições são a questão mais importante para Timor-Leste, enquanto 38 por cento dos inquiridos sentiram que o estado das estradas piorou nos últimos 12 meses.

Timor-Leste tem uma taxa muito mais baixa de densidade de estradas pavimentadas em bom estado do que a média dos países de rendimento médio ou baixo, salientando-se que a reabilitação de estradas é necessária à medida que o país se aproxima do estatuto de país de rendimento médio (Ministério das Finanças/ Banco Mundial, 2015). Em 2015, a proporção da população rural que vivia num raio de 2 km de uma estrada acessível durante todo o ano, independentemente das estações (indicador ODS) era de 89% e estimava-se que quase 60% da rede rodoviária rural estava em mau ou muito mau estado (Plano Diretor das Estradas Rurais, Ministério das Obras Públicas,

2015). A conclusão da reabilitação das seis estradas prioritárias no âmbito do PED levaria a uma taxa de densidade de estradas pavimentadas em bom estado igual à dos países de rendimento médio-baixo (Ministério das Finanças/Banco Mundial, 2015).

No entanto, **a implementação dos objetivos do PED relativamente a estradas e pontes tem sido lenta ao longo da última década.** Muitos projetos há muito que deveriam ter sido realizados ou, em alguns casos, foram realizados com um baixo grau de sustentabilidade, dada a qualidade das obras. Vários parceiros internacionais de desenvolvimento concentraram-se fortemente na melhoria de estradas, sendo o apoio (incluindo empréstimos) fornecido pelo BAD, JICA, Banco Mundial, AusAid, OIT, etc., no entanto, o progresso global em infraestruturas rodoviárias tem sido modesto.

A realização de análises de custo-benefício e o investimento em avaliações *ex-post* garantiriam que se aprendessem lições sobre a garantia de qualidade e manutenção. Há potencial para estabelecer um programa de manutenção a nível municipal, utilizando mão-de-obra comunitária a par com os empreiteiros, para apoiar o emprego local (DFA 2019¹⁷).

No período de 2016-2020 houve alguma melhoria na realização dos projetos: a maioria das metas para 2015 passaram da categoria "algum progresso" para a categoria "Progresso elevado" e várias foram alcançadas. As metas para 2020 estão agora na categoria de "algum progresso" ou "progresso elevado".

O Governo atribuiu orçamento a partir dos seus próprios fundos, bem como de fontes de financiamento de empréstimos concessionais para melhorar a rede rodoviária nacional e de ligação às capitais municipais e as estradas urbanas de Díli. As seis principais ligações rodoviárias nacionais e regionais estão a ser melhoradas, importantes estradas rurais foram reabilitadas para cumprir normas mínimas (ligando centros municipais e submunicipais), e foi desenvolvido um plano para uma estrada nacional de circunvalação rodoviária.

O MOP relatou os seguintes obstáculos ao cumprimento do objetivo no período 2016-2020: equipamentos fora de serviço e a precisar de peças sobressalentes, vindas do estrangeiro, falta de engenheiros da parte dos empreiteiros, e a pandemia COVID-19 (estado de emergência, cerca sanitária e confinamento obrigatório, foram os principais problemas em 2020 e 2021).

¹⁷Avaliação do Financiamento do Desenvolvimento em apoio à realização do Plano Estratégico de Desenvolvimento e dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável em Timor-Leste (2019)

Metas de 2015 e concretização

Meta: Ligação rodoviária Dili-Manatuto-Baucau totalmente modernizada & alargada em conformidade com as normas internacionais (2015).

Concretização: Progresso elevado

Instituição responsável: MINISTÉRIO DAS OBRAS PÚBLICAS (MOP)

	Indicador	2016 Valor Alcançado	2020 Valor Alcançado	Ligação ao orçamento por programas	Comentários sobre Progresso, Disponibilidade de Dados, Relevância do Indicador, etc.
1.	% de projeto concluído	Troço de estrada Dili-Manatuto 58km completado com prazo de conclusão final em 2019. Manatuto - Baucau, 68km completados para a conclusão final até 2019	Foram completados 48,74 km da estrada Dili-Manatuto com realização física de 99% do projeto, em dezembro de 2020. Manatuto -Baucau – foram completados 57,7km com realização física do projeto a 100%, em dezembro de 2020	FI e MOP 548	Projeto de reabilitação de estradas Dili-Manatuto-Baucau inicialmente supervisionado pela Nippon Koei Co., Ltd., JV Philkoei II e Indokoei, depois substituída pela Equipa de Supervisão Temporária (TST) da PMU

Comentário: Os obstáculos declarados para a meta incluem: equipamentos fora de serviço e a necessidade de encomendar peças sobressalentes do estrangeiro; falta de engenheiros da parte dos empreiteiros e a pandemia da COVID-19.

Meta: Ligação rodoviária Manatuto-Natarbora totalmente melhorada & ampliada de acordo com as normas internacionais (2015).

Concretização: Progresso elevado

Instituição responsável: MINISTÉRIO DAS OBRAS PÚBLICAS (MOP)

	Indicador	2016 Valor Alcançado	2020 Conseguido	Ligação ao orçamento por programas	Comentários sobre Progresso, Disponibilidade de Dados, Relevância do Indicador, etc.
1.	% de projeto concluído	Em desenvolvimento. A construção da estrada Manatuto-Laclubar está em curso desde 2013. A construção teve início no quarto trimestre de 2015	100% e está agora no período de Manutenção de Desempenho Básico	FI e MOP 548	As condições das estradas em Manatuto-Laclubar não são boas devido ao deslizamento de terras e à queda de terras que levam a muitos defeitos. Os empreiteiros precisam de proceder a reparações antes de receberem o certificado de entrega da obra

Comentário:

Os obstáculos para a realização dos objetivos incluem: problemas sociais; equipamentos avariados e a necessidade de encomendar peças sobressalentes do estrangeiro; falta de engenheiros ~~por~~ da parte dos empreiteiros, e a pandemia da COVID-19.

Meta; Projeto rodoviário Dili-Aileu-Maubisse-Aituto-Ainaro-Cassa: Estudo de planeamento realizado incluindo cálculo de custos antes do início do projeto em (2015).

Concretização: Concluído

Instituição responsável: MINISTÉRIO DAS OBRAS PÚBLICAS (MOP)

	Indicador	2016 Valor Alcançado	2020 Valor Alcançado	Ligação ao orçamento por programas	Comentários sobre Progresso, Disponibilidade de Dados, Relevância do Indicador, etc. (preencher quando aplicável)
1.	% de projeto concluído	Projeto rodoviário Dili-Laulara 100% concluído. Projeto rodoviário Laulara - Aituto em curso (40-80% com prazo de conclusão previsto para 2018). Projeto rodoviário Aituto - Ainaro em fase de conceção. Projeto rodoviário Ainaro - Cassa - Natarbora começou em 2016, 30km em curso	Estudo de planeamento concluído	FI e MOP 548	

Comentário: -

Meta: Projeto rodoviário de Suai para Beaço iniciado (2015).

Concretização: Concluído

Instituição responsável: MINISTÉRIO DAS OBRAS PÚBLICAS (MOP)

	Indicador	2016 Valor Alcançado	2020 Conseguido	Ligação ao orçamento por programas	Comentários sobre Progresso, Disponibilidade de Dados, Relevância do Indicador, etc.)
1.	% de projeto concluído	Autoestrada Suai (Suai-Zumalai), 38% concluída	O progresso da autoestrada Suai - Beaço atinge 100%; a manutenção está sob a responsabilidade do MOP/DNEPCC	FI e MOP 548	

Comentários: Meta atingida a 100%, com um total de 30 km de estrada construída. Isto facilitou as viagens de Díli - Suai e a comunidade local pode aceder à auto-estrada de forma eficiente.

Meta: Ligações rodoviárias de Pante Makassar - Oesilo - Tumin completadas (2015).

Concretização: Alguns progressos

Instituição responsável: MINISTÉRIO DAS OBRAS PÚBLICAS (MOP)

	Indicador	Tipo	2016 Valor Alcançado (Acumulado)	2020 Valor Alcançado	Ligação ao orçamento por programas	Comentários sobre Progresso, Disponibilidade de Dados, Relevância do Indicador, etc
1.	% de projeto concluído	Direto	Programa Oé-Cusse /ZESSM (Reabilitação de estradas e pontes em Pante Makasar - O pacote está em curso desde 2014). Reabilitação da estrada nacional em Oé-Cusse , 22 km. - Concluída em 2015. Reabilitação da estrada Tumin-Oesilo, 8 km - concluída em 2015	Makasar para Oesilo, 12km em 28km alcançados. Pante Makasar até Sakato 14,32 km completos. Pante Makasar a Citriana 10 km em 45km completados. Oesilo a Tumin não está completo.	FI e MOP 548	

Sem mais comentários

Meta: Todas as estradas rurais (1270km) reabilitadas por empresas locais (2015).

Concretização: Alguns progressos

Instituição responsável: MINISTÉRIO DAS OBRAS PÚBLICAS (MOP)

	Indicador	2016 Valor Alcançado	2020 Valor Alcançado	Ligação ao orçamento por programas	Comentários sobre Progresso, Disponibilidade de Dados, Relevância do Indicador, etc.
1.	% de estradas rurais (1.270km) reabilitadas por empresas locais	100 km reabilitados 350 km mantidos,	55,25 km de estradas reabilitadas 544,70 km de estrada mantida	FI e MOP 548	Progresso físico 66,1% e progresso financeiro 41,2%.

Comentários:

Os principais resultados na realização da meta incluem: formação aos empreiteiros locais; utilização de material local no terreno; boa coordenação entre empreiteiros, proprietário do projeto autoridades locais, e utilização de trabalhadores locais.

Os obstáculos ao cumprimento da meta incluem: equipamentos fora de serviço e a precisar de peças sobressalentes do estrangeiro, a falta de engenheiros da parte dos empreiteiros e, a pandemia de COVID-19. O estado de emergência, a cerca sanitária e o confinamento obrigatório tornaram-se obstáculos para o atingimento desta meta

Análise da formulação da meta: A reabilitação de estradas rurais parece ser uma meta contínua e a longo prazo. Considerar tornar a meta mais específica na atualização do PED.

Meta: Terão sido efetuados todos os anos, inquéritos de monitorização ao estado das estradas em todas as estradas melhoradas, para determinar as necessidades de manutenção (2015).

Concretização: Alguns progressos

Instituição responsável: MINISTÉRIO DAS OBRAS PÚBLICAS (MOP)

	Indicador	2016 Valor Alcançado	2020 Valor Alcançado	Ligação ao orçamento por programas	Comentários sobre Progresso, Disponibilidade de Dados, Relevância do Indicador, etc.
1.	% de estradas melhoradas que são monitorizadas anualmente através de inquéritos	Quadro para o desenvolvimento e manutenção: Plano Diretor das Estradas Rurais para o período 2016-2020 concluído em 2015 Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações, MOPTC	Quadro para o desenvolvimento e manutenção: Plano Diretor das Estradas Rurais para o período de 2016-2020 concluído em 2015- Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações, MOPTC - Levantamento de inventário para avaliar as obras de estradas rurais em todos os municípios, em conformidade com o Plano Diretor 2016-2020 realizado	FI e MOP 548	
1.1	% de reparações concluídas com base em inquéritos anuais	100%	66%	FI e MOP 548	66% das reparações foram concluídas, com base em inquéritos anuais

Comentários: Os principais resultados na realização da meta incluem: formação aos empreiteiros locais; utilização de material local no terreno; boa coordenação entre empreiteiros, proprietário do projeto e autoridades locais e utilização de trabalhadores locais.

Os obstáculos ao cumprimento da meta incluem: equipamentos fora de serviço e a precisar de peças sobressalentes do estrangeiro, a falta de engenheiros por parte dos empreiteiros e, a pandemia de COVID-19. O estado de emergência, a cerca sanitária e o confinamento obrigatório tornaram-se obstáculos para o atingimento desta meta.

Análise da formulação da meta: A monitorização de estradas rurais é uma atividade anual. Esta é uma meta contínua e a longo prazo. Considerar tornar a meta mais específica na atualização do PED, por exemplo, atingir 80% de monitorização de todas as estradas e 70% de manutenção anual das estradas rurais.

Meta: O plano para uma Estrada Nacional Circular terá sido concluído (2015).

Concretização: Concluído

Instituição responsável: MINISTÉRIO DAS OBRAS PÚBLICAS (MOP)

	Indicador	2016 Valor Alcançado	2020 Valor Alcançado	Ligação ao orçamento por programas	Comentários sobre Progresso, Disponibilidade de Dados, Relevância do Indicador, etc.
1.	% de projeto concluído	Plano Diretor do Setor dos Transportes de Timor-Leste, 2015 - Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações (MOPTC), Plano Diretor do MOPTC redigido, a aguardar aprovação TBD	Concluído	FI e MOP 548	

Metas de 2020 e concretização

Meta: Todas as estradas nacionais e regionais terão sido totalmente reabilitadas de acordo com as normas internacionais (2020).

Concretização: Alguns progressos

Instituição responsável: MINISTÉRIO DAS OBRAS PÚBLICAS (MOP)

	Indicador	2016 Valor Alcançado	2020 Valor Alcançado	Ligação ao orçamento por programas	Comentários sobre Progresso, Disponibilidade de Dados, Relevância do Indicador, etc.
1.	% de estradas nacionais e regionais reabilitadas de acordo com normas internacionais	Em curso 2016 – 2020, de acordo com o plano e o Orçamento do Estado para os Programas de Estradas e Pontes do Fundo de Infraestruturas	Nenhuma informação fornecida	FI e MOP 548	

Sem mais comentários

Análise da formulação da meta: representa um esforço contínuo, a longo prazo. Na revisão do PED, a reformulação das metas deve ser considerada.

Meta: O projeto de reabilitação Dili - Aileu - Maubisse - Aitutu - Ainaro - Cassa será concluído (2020).

Concretização: Progresso elevado

Instituição responsável: MINISTÉRIO DAS OBRAS PÚBLICAS (MOP)

	Indicador	2016 Valor Alcançado	2020 Valor Alcançado	Ligação ao orçamento por programas	Comentários sobre Progresso, Disponibilidade de Dados, Relevância do Indicador, etc. (preencher quando aplicável)
1.	% de projeto concluído	Projeto de Reabilitação da Estrada de Dili-Ainaro Assinado por GOV TL e pelo Banco Mundial (BM) em 2013. Situação atual - projetos em curso: Dili - Aileu, Lote 3, Aileu - Maubisse, Lote 4 (Plano de implementação no relatório anual da FI)	Estrada Dili-Ainaro; Lote 1: Halilaran-Laulara completo a 100% Lote 2: Laulara-Solerema começou a 31 de maio de 2019 e irá concluir-se em novembro de 2021. Alcançou Atingiu 22,62% em dezembro de 2020; Lote 3: Solerema-Bandudatu completo a 100% e agora no período de Manutenção de Desempenho Básico Lote 4: Bandudatu-Aitutu completo a 100% e agora no período de Manutenção de Desempenho Básico; Lote 5 Aitutu-Ainaro completo a 100% e agora no período de Manutenção de Desempenho Básico	FI e MOP 548	Lote 3 Solerema - Bandudatu as condições das estradas não são boas, devido à queda de terrenos e ao deslizamento de terrenos, que leva a muitos defeitos. Investigações e estudos realizados para determinar os defeitos e apurar as respetivas responsabilidades

Comentários: O objetivo não foi alcançado devido a problemas sociais, equipamentos fora de serviço e necessidade de encomendar peças sobressalentes do estrangeiro, falta de engenheiros por parte dos empreiteiros e a pandemia de COVID-19.

Objetivo: O projeto de reabilitação Suai - Cassa - Hatu Udo -Betano - Natarbora - Viqueque - Beço será concluído (2020).

Concretização: Alguns progressos

Instituição responsável: MINISTÉRIO DAS OBRAS PÚBLICAS (MOP)

	Indicador	2016 Valor Alcançado	2020 Valor Alcançado	Ligação ao orçamento por programas	Comentários sobre Progresso, Disponibilidade de Dados, Relevância do Indicador, etc.
1.	% de projeto concluído	Construção e supervisão de estradas e pontes Suai-Betano-Beço, está em curso (Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações, (MOPTC)	Fase II, Revisão do Desenho será feita e foi submetida a concurso	FI e MOP 548	

Comentário: Necessidade de acelerar o processo, bem como de obter a aprovação da DNEPCC/MOPTC. Os principais problemas estão relacionados com questões de aprovisionamento.

Água e Saneamento

Metas a Longo Prazo (2030):

Todos os subdistritos (Postos Administrativos) terão sistemas de drenagem melhorados.

Todos os distritos (Municípios) e subdistritos (Postos Administrativos) terão sistemas de esgotos apropriados.

Progresso em relação às Metas de Longo Prazo e Comentários Gerais:

A água e o saneamento em Timor-Leste melhoraram significativamente, com quase um terço de todas as famílias do país (31%) a ter acesso a saneamento gerido com segurança, em comparação com apenas 8% em 2010 (Censo 2010 e 2015).¹⁸ Este nível, contudo, é ainda muito baixo e é necessário um progresso mais rápido.

Também foram feitos progressos modestos no que diz respeito ao acesso ao abastecimento básico e gerido com segurança desde 2009/2010 (Censo 2010 e 2015). Enquanto em 2009/2010 cerca de 45% dos lares tinham acesso a fontes de água geridas com segurança ou básicas, esta proporção aumentou para 60% em 2015, um aumento impulsionado em grande parte pela distribuição de fontanários públicos em todo o país (Censo 2010 e 2015). É de notar que o aumento positivo no abastecimento de água se verifica principalmente ao nível do serviço básico, que não está necessariamente livre de contaminação. Para que outras fontes de água para além da água engarrafada sejam classificadas como geridas com segurança, é necessário testar a qualidade da água. Embora tenham sido notadas melhorias em algumas áreas de água e saneamento, as

¹⁸ As categorias de classificação das instalações de água e saneamento em 2010 e 2015 não seguiram as definições dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), que deveriam ser corrigidas no próximo recenseamento, a fim de proporcionar uma avaliação mais precisa do estado das instalações, do progresso no cumprimento das metas, e da comparação internacional.

melhorias não foram universais em Timor-Leste e os agregados familiares rurais não beneficiaram na mesma medida que os seus homólogos urbanos. Quase um terço de todos os agregados familiares rurais estão a utilizar água de uma fonte não melhorada como fonte principal de água potável, e mais de metade de todos os agregados familiares ou praticam defecação a céu aberto ou utilizam uma instalação sanitária não melhorada (Censo, 2015).

De acordo com o Inquérito Alimentar e Nutricional de Timor-Leste (TLFNS) 2020, o acesso a **fontes de água melhoradas e a instalações sanitárias melhoradas nas zonas rurais em 2020 foi reportado como sendo de 83,5% e 60,3%**, respetivamente, quando comparado com o mesmo em 2015, respetivamente 68,6% e 44,1%. Além disso, houve uma redução da defecação a céu aberto com seis municípios declarados como livres de defecação a céu aberto (ODF) entre 2018 e 2020 e sete municípios adicionais a avançarem para o estatuto de ODF.

Em relação aos objetivos do PED em água e saneamento, houve progressos em 2016 - 2020, mas nenhum dos objetivos foi alcançado.

O enfoque essencial tem sido dirigido às instalações de água e saneamento; no entanto, é também imperativo investir na gestão dos excrementos e na drenagem das águas pluviais, uma vez que a eliminação e gestão das águas residuais no seu destino final ainda é inadequada.

Um dos principais desafios para avaliar os progressos nos objetivos do PED relacionados com a disponibilidade e qualidade da água é a falta de dados fiáveis sobre a qualidade da água. O Censo de 2015, o Inquérito Demográfico e Sanitário de 2016 e o Inquérito Alimentar e Nutricional de 2020, não incluíram testes da água. É também importante monitorizar o tratamento doméstico da água como padrão, o que só é feito no âmbito do DHS.

Recursos financeiros suficientes para implementar planos diretores urbanos de água e de saneamento e para financiar a manutenção de infraestruturas rurais, são questões com que o país ainda se debate. Devem estar disponíveis recursos globais para assegurar a disponibilidade e os aspetos de qualidade dos serviços, tanto nos domínios comunitários como institucionais (escolas e instalações de saúde). Os investimentos em sistemas de abastecimento de água rural dependem fortemente do financiamento de parceiros de desenvolvimento e de Grupos Comunitários de Gestão da Água, para operações e manutenção. O financiamento de doadores externos para o setor de abastecimento de água e saneamento urbano diminuiu nos últimos anos¹⁹ (Banco Mundial, 2018), e são necessários recursos significativos para implementar e monitorizar na íntegra planos diretores para a reabilitação de drenagem, centros de tratamento, esgotos e sistemas de água em áreas urbanas e capitais municipais. O reforço da capacidade institucional do Ministério das Obras Públicas e outros organismos a diferentes níveis na manutenção e monitorização, dará um importante contributo.

¹⁹ Banco Mundial, *Avaliação do Setor da Água de Timor-Leste e Roteiro*, (2018)

Metas de 2015 e concretização

Meta: O Objetivo de Desenvolvimento do Milênio de 75% da população rural de Timor-Leste ter acesso a água segura, fiável e sustentável, terá sido ultrapassado (2015).

Concretização: Progresso elevado

Instituição responsável: AUTORIDADE NACIONAL DE ÁGUA E SANEAMENTO (ANAS)

	Indicador	2016 Valor Alcançado	2020 Valor Alcançado	Ligação ao orçamento por programas	Comentários sobre Progresso, Disponibilidade de Dados, Relevância do Indicador, etc.
1.	% da população rural com acesso a água fiável e sustentável	Censo 2015: 68,6% dos agregados familiares rurais com acesso a fontes de água potável melhoradas ou seguras	Cobertura de abastecimento de água: 79% (dados SIBS) Cobertura de saneamento: 50% (dados SIBS)	ANAS 420	Alguns dados estão disponíveis, cópias obtidas da ANAS,IP. De acordo com o Inquérito Alimentar e Nutricional de Timor-Leste (TLFNS) 2020, o acesso a fontes de água melhoradas e a instalações sanitárias melhoradas nas zonas rurais, em 2020, foi reportado como sendo de 83,5% e 60,3%.

Comentários: Os principais resultados incluem:

1. Plano Diretor da Água para o Município de Manatuto & RAEOA: 100%; DED: 100%; Implementação: 100% em 2016. Agora na fase de O&M;
2. Plano diretor de Água e Saneamento para 4 Capitais Municipais (Baucau, Viqueque, Lospalos, Same): 100%; DED na fase de finalização;
3. Plano Diretor de Água para a Área Metropolitana de Díli: 100% Finalizado; DED em curso, será finalizado em outubro de 2021;
4. Plano diretor de Água e Saneamento para 6 capitais de Municípios (Aileu, Ainaro, Gleno, Liquiçá, Maliana, Suai): em curso;
5. Estudo de Viabilidade de Parceria Público-Privada (PPP): 100%;
6. Estudo de Viabilidade de Barragem para as ribeiras Gleno e Railaco: 90%;
7. Estudo de Pré-Viabilidade das águas subterrâneas em Díli: 100%;
8. ± 80 renovações e projetos de reabilitação em áreas urbanas e rurais implementados (não incluindo projetos e programas do parceiro WASH);
9. Declaração ALFA (Area *La Soe Fo'er Boot Arbiri*) em 6 Municípios (Bobonaro, Liquiçá, Ermera, Aileu, Ainaro, Manufahi);
10. Aprovação de um quadro jurídico sobre a água (política nacional de abastecimento de água, política nacional de gestão dos recursos hídricos, decreto-lei sobre o controlo de qualidade da água para consumo humano)

Os principais problemas encontrados incluíram o impasse político e a COVID-19.

A realização visada é classificada como Progresso elevado, com base nas seguintes realizações:

1. (c) As Capitais dos Municípios Manatuto & RAEOA têm bom acesso à água, cofinanciado pelo Gov TL e com financiamento do Banco Asiático de Desenvolvimento (BAD). 37% :63%;
2. (c) DED quase completo, em fase de negociação dos fundos para implementação, será financiado através de empréstimo do Banco Mundial e do BAD;
3. c) DED, continua na discussão técnica para o financiamento da implementação;
4. (b) Relatório preliminar;
5. (d) Modalidades de reforma institucional (DL n° 38/2020, 23 de setembro; DL n° 41/2020, 25 de setembro);
6. c) Estudo de viabilidade de recursos hídricos superficiais nas ribeiras de Gleno e Railaco
7. b) Alteração da cobertura de abastecimento de água ± 10,40% em comparação com o censo de 2015.
(b) Mudança de comportamentos higiénicos na utilização de instalações sanitárias

Meta : A melhoria do funcionamento e manutenção do sistema de drenagem de Díli resultará numa cidade mais limpa e na redução das inundações (2015).

Concretização: Alguns progressos

Instituição responsável: AUTORIDADE NACIONAL DE ÁGUA E SANEAMENTO (ANAS)

	Indicador	2016 Valor Alcançado	2020 Valor Alcançado	Ligação ao orçamento do programa	Comentários sobre Progresso, Disponibilidade de Dados, Relevância do Indicador, etc.
1.	% de implementação do Plano Diretor de Drenagem de Díli	Comentário: O Plano Diretor de Drenagem de Díli foi concluído no âmbito do <i>Water and Sanitation Program</i> , do FI. Contrato anual garantido com empresas de limpeza (drenagem) e rotas de drenagem em Díli. Reabilitação do sistema de drenagem em áreas de prioridades concluídas	Plano Diretor Drenagem e Saneamento em Díli 100%, DED 100%. No entanto, as grandes inundações recentes evidenciaram os problemas com o sistema de drenagem.	ANAS 420	Alguns dados estão disponíveis, cópias obtidas da ANAS,IP.

Comentários:

Os principais resultados incluem:

1. processo de concurso para a implementação de Drenagem e Saneamento em Díli;
2. processo de negociação do subsídio do MCC para financiar o sistema de saneamento básico Saneamento, Drenagem na zona central de Díli, e produção de clorine;
3. continuação de O&M/limpeza da Drenagem em Díli;

Os problemas em alcançar resultados atempadamente incluem: o financiamento para a implementação, pelo Governo de TL, não é suficiente; impasse político e COVID-19.

A realização pretendida tem por base a realização de algumas metas:

1. (b) Início do processo de concurso para a implementação da drenagem em Díli Capital;
2. (b) Fase de negociação;
3. (c) 85% da drenagem na capital de Díli está concluída.

Análise da formulação da meta: A meta não é específica. É difícil avaliar o seu estado de realização. Na revisão do PDS, deve ser considerada a reformulação de metas.

Metas de 2020 e concretização

Meta: Todas as escolas públicas serão ligadas a água limpa canalizada.

Concretização: Alguns progressos

Instituição responsável: AUTORIDADE NACIONAL DE ÁGUA E SANEAMENTO (ANAS)

	Indicador	2016 Valor Alcançado	2020 Valor Alcançado	Ligação ao orçamento do programa	Comentários sobre Progresso, Disponibilidade de Dados, Relevância do Indicador, etc. (preencher quando aplicável)
1.	% de escolas governamentais ligadas a água limpa canalizada	70 % das escolas públicas de ensino básico com uma fonte de água melhorada (EMIS Ministério da Educação 2016) 28 % das escolas com acesso suficiente a água todos os dias (Ministério da Educação, 2018b)	58,5% das escolas em Timor-Leste (pré-escolas, escolas primárias e escolas secundárias) têm boas fontes de água potável (EMIS ME, 2015).	ANAS 420	Os dados sobre as escolas públicas que têm instalação água potável canalizada estão no processo final de recolha de dados finais, seguindo-se a publicação sobre o Sistema de Informação de Gestão Educativa (EMIS).

Comentário:

Houve progressos significativos nas áreas de Água e saneamento nas escolas Timor-Leste na última década, melhorando a água e o saneamento nas escolas, com 70 por cento das escolas públicas de ensino básico a terem uma fonte de água melhorada, (EMIS Ministério da Educação 2016). Embora muitas escolas disponham de instalações sanitárias, água limpa e lavagem de mãos, muitas delas não estão operacionais, tendo apenas 28% das escolas acesso suficiente todos os dias (Ministério da Educação, 2018b). Uma vez que mais de metade das escolas retiram a sua água dos sistemas comunitários de abastecimento de água, onde a água não é de boa qualidade, estima-se que em 2015 havia 83,9 estudantes por sanita, o que corresponde praticamente ao dobro do padrão mínimo de 50. No entanto, apenas 68 por cento destes sanitários foram declarados como sendo totalmente funcionais (EMIS, 2015). A nova estratégia de abastecimento de água, saneamento e higiene (WASH) e o plano de ação de custos (2021-2025) para as pré-escolas e o ensino básico explicitam os padrões mínimos para WASH.

Meta: A drenagem será melhorada em todos os distritos (2020).

Concretização: Alguns progressos

Instituição responsável: AUTORIDADE NACIONAL DE ÁGUA E SANEAMENTO (ANAS)

	Indicador	2016 Valor Alcançado	2020 Valor Alcançado	Ligação ao orçamento do programa	Comentários sobre Progresso, Disponibilidade de Dados, Relevância do Indicador, etc. (
1.	N.º de projetos de melhoria de drenagem implementados por ano		Sem mais informações	FI e MOP ANAS 420	
1.1	Número de famílias afetadas pelas cheias, por ano			MOP ANAS 420	

Não foram fornecidos mais comentários

Análise da formulação da meta: A meta não é específica nem mensurável. É difícil avaliar o estado de realização da meta. Na revisão do PED, deve ser considerada a reformulação das metas.

Meta: Haverá infraestruturas apropriadas, bem operadas e mantidas, sustentáveis para a recolha, tratamento e eliminação de águas residuais em Díli (2020).

Concretização: Alguns progressos

Instituição responsável: AUTORIDADE NACIONAL DE ÁGUA E SANEAMENTO (ANAS)

	Indicador	2016 Valor Alcançado	2020 Valor Alcançado	Ligação ao orçamento do programa	Comentários sobre Progresso, Disponibilidade de Dados, Relevância do Indicador, etc. (preencher quando aplicável)
1.	% do território de Díli coberto pelo sistema de esgotos	Construção e supervisão de instalações de água e saneamento sob a tutela do FI - projeto a nível nacional e abastecimento de água em 10 distritos, projeto PPP em preparação	Sem mais informações	ANAS 420	Nenhum sistema detalhado como mencionado na meta; ainda no processo de adjudicação de projetos do Sistema Comunitário de Tratamento de Esgotos (CSTS).
1.1	% de residências de Díli ligadas à rede de esgotos			ANAS 420	

Não foram fornecidos mais comentários.

Análise da formulação da meta: representa um esforço contínuo, a longo prazo. Não é específico e, portanto, é difícil avaliar o estado de realização da meta. Na revisão do PED, a reformulação de metas deve ser considerada.

Eletricidade

Meta a longo prazo (2030): Todos os agregados familiares em Timor-Leste terão acesso à eletricidade, quer através da expansão convencional do sistema elétrico, quer através da utilização de energias renováveis

Progresso para os Objetivos de Longo Prazo e Comentários Gerais:

Alguns objetivos importantes foram alcançados no subsetor da eletricidade na última década. O Programa Nacional de Eletrificação aumentou a capacidade de produção e as ligações através de novas centrais elétricas, instalações de transmissão e distribuição, levando eletricidade aos cidadãos, clínicas de saúde e escolas em todo o país. A linha de distribuição de Díli foi melhorada e a eletrificação rural foi concluída em todos os postos administrativos.

A proporção da população com acesso à eletricidade atingiu 76,5% em 2016 (Urbana: 98,4% Rural: 68,3%), de acordo com o Inquérito Demográfico e de Saúde de Timor-Leste (2016). Em 2020, 85% da população tinha acesso à eletricidade (municípios 100%, postos administrativos 100%, sucros 76% e aldeias 66%), de acordo com o contributo da ANE para este relatório.

Contudo, existem preocupações quanto ao significativo esforço orçamental exigido anualmente para suportar os custos de combustível para manter as centrais de Hera e Betano em funcionamento. Os geradores funcionam atualmente com gasóleo e a mudança para combustíveis pesados ou GNL poderia trazer potenciais poupanças fiscais. Com o aumento da procura (e, potencialmente, dos preços internacionais do petróleo), a carga financeira para o Governo aumentaria ainda mais. O esforço para cobrar o serviço de eletricidade com a compra de contadores pré-pagos é insuficiente, com as receitas das vendas a continuarem a ser muito inferiores aos custos de produção e a diferença a ser subsidiada pelo Governo.

Neste contexto, é particularmente importante insistir nas metas estabelecidas para o investimento em energias renováveis que compensariam, não só em menos despesas a médio prazo, mas também em termos ambientais. O investimento em energias renováveis e o enorme potencial da energia solar, hídrica, eólica desempenhará um papel importante não só na resposta às necessidades energéticas do país, mas também na ajuda a Timor-Leste a cumprir as obrigações decorrentes das convenções sobre alterações climáticas.

O progresso na realização dos objetivos do PED relacionados com as energias renováveis tem sido modesto durante a última década. O número de residências com acesso à luz elétrica alimentada por energia solar aumentou, devido ao programa de implementação de painéis solares do Governo. Durante o período 2017 -2019, o Ministério das Obras Públicas concentrou-se no funcionamento do fornecimento de energia (a partir de combustíveis fósseis). Devido ao orçamento duodecimal, não houve recursos para iniciar estudos sobre a implementação das políticas de energias renováveis.

Uma meta ambiciosa do PED visando que até 2020 *“pelo menos metade das necessidades energéticas de Timor-Leste será suprida por fontes de energia renováveis”* representa um resultado desejado a longo prazo, dependente do cumprimento de outras metas relacionadas com as energias renováveis. Efetivamente, o calendário para o cumprimento desta meta foi transferido para 2030 (plano técnico e geral do Governo).

O Plano de Recuperação Económica (2020)²⁰ dá prioridade à promoção de fontes renováveis de energia – solar, hídrica e eólica, aproveitando os recursos naturais que Timor-Leste possui. Isto deverá levar a um aumento das dotações orçamentais e dos investimentos para projetos de energias renováveis nos próximos anos.

Metas de 2015 e concretização

Meta: Todos em Timor-Leste terão acesso a eletricidade fiável 24 horas por dia					
Concretização: Progresso elevado					
Instituição responsável: AUTORIDADE NACIONAL DE ELETRICIDADE (ANE)					
	Indicador	2016 Valor Alcançado	2020 Valor Alcançado	Ligação ao orçamento por programas	Comentários sobre Progresso, Disponibilidade de Dados, Relevância do Indicador, etc.
1.	% da população com acesso à eletricidade	76,5 % (DHS)	85% Municípios 100%, postos		

²⁰Gov TL, *Programa de Recuperação Económica*, 2020

		Urbano: 98,4% Rural: 68,3%	administrativos 100% aldeias 76% e sucos 66%		
Comentários: Os principais resultados incluem: a) Orçamento suficiente atribuído no fundo de infraestruturas que garanta a conclusão do projeto, b) Bom apoio técnico recebido para facilitar o mecanismo de Implementação do projeto, Os principais problemas são: a) Participação muito baixa dos líderes comunitários para apoiar os benefícios da implementação do projeto para a comunidade, ou seja, disputas locais que afetam a implementação do projeto. b) Muitos implementadores abandonaram os seus projetos devido a problemas financeiros e técnicos. Muitos implementadores empregavam muitos estrangeiros A avaliação interna sobre o progresso da implementação e os pagamentos identificados não foram feitos a muitos projetos, porque os projetos não foram concluídos. A avaliação também foi feita sobre a situação de retenções que não foram pagas porque o executor dos projetos não tem uma comunicação eficaz com a EDTL. Muitas empresas alteraram o seu endereço e números de contacto. Enfrentaram desafios na comunidade porque muitas delas queriam ter as linhas de eletricidade, mas essas linhas não foram incluídas no contrato. Avaliar a capacidade técnica do implementador durante a implementação, Avaliar a capacidade técnica interna da EDTL para supervisionar o progresso da implementação e a qualidade do projeto. Nota: Esta meta foi anteriormente marcada como concluída na Avaliação do PED 2016 devido a uma falta de informação. Foi agora ajustada para progresso elevado.					

Meta: Um novo modelo de gestão energética de Timor-Leste em vigor de acordo com as melhores práticas internacionais (2015).

Concretização: Alguns progressos

Instituição responsável: AUTORIDADE NACIONAL DE ELETRICIDADE (ANE)

	Indicador	2016 Valor Alcançado	2020 Valor Alcançado	Ligação ao orçamento por programas	Comentários sobre Progresso, Disponibilidade de Dados, Relevância do Indicador, etc.
1.	Sim/Não: Um novo modelo de gestão energética de Timor-Leste em vigor	Comentário: Como resultado do Programa de Eletricidade em 2012 – 2015, cerca de 77.062 casas e 43.653 casas em 2016 tiveram acesso às linhas de distribuição, de acordo com o Plano Nacional de Eletrificação	O total de famílias com acesso à eletricidade até 2020 foi de 189.934; este indicador apoia-se na base de dados registada e identificada no serviço EDTL		

Comentários:

Tem havido uma boa participação da comunidade para contribuir para a eletrificação, pois consideram que é o centro de todas as suas atividades.

Os principais problemas para o atingimento da meta são os desafios com materiais básicos para a eletricidade, que são maioritariamente importados de países estrangeiros, e a capacidade técnica e financeira das empresas locais para implementar o projeto. Para atingir a meta, a ANE deve avaliar a capacidade técnica dos implementadores durante a implementação e avaliar o trabalho técnico de acordo com os contratos

Análise da formulação da meta: não é claro o que representa o novo modelo de gestão de energia. Assim, a meta não é específica e medir o seu progresso é difícil.

Meta: Será construído o parque eólico de Lariguto (2015)

Concretização: Alguns progressos até 2016/ Nenhum progresso no período 2017-2020

Instituição responsável: AUTORIDADE NACIONAL DE ELETRICIDADE (ANE)

	Indicador	2016 Valor Alcançado	2020 Valor Alcançado	Ligação ao orçamento por programas	Comentários sobre Progresso, Disponibilidade de Dados, Relevância do Indicador, etc.
1.	% de projeto concluído	Estudo de viabilidade realizado.		ANE 547	
1.1	Volume de eletricidade gerada pelo parque eólico		Nenhuma ação nesta matéria, a EDTL definiu a conversão de gás e fotovoltaica como prioridade a curto e médio prazo	ANE 547	
1.2.	Número de lares alimentados pelo parque eólico		a atividade dos parques eólicos ainda não começou	ANE 547	

Comentários:

Durante o período 2017 -2019, o Ministério das Obras Públicas concentrou-se no funcionamento do fornecimento de energia. Devido ao orçamento duodecimal, não houve recursos para iniciar um estudo sobre a implementação das políticas de energias renováveis. Isto afeta um orçamento elevado para a manutenção do funcionamento do sistema de produção de energia com um custo operacional elevado.

Meta: Terão sido realizados estudos de viabilidade sobre as perspectivas a longo prazo para atrair instalações de processamento de gás para Timor-Leste; sobre potenciais mini-hídricas em todo o território de Timor-Leste; e sobre a viabilidade da construção de uma central termoeletrica para gerar eletricidade a partir do lixo doméstico e industrial de Díli (2015).

Concretização: Não iniciado

Instituição responsável: AUTORIDADE NACIONAL DE ELETRICIDADE (ANE)

	Indicador	2016 Valor Alcançado	2020 Valor Alcançado	Ligação ao orçamento por programas	Comentários sobre Progresso, Disponibilidade de Dados,
1.	Número de estudos de viabilidade realizados	Comentário: A implementação do projeto foi adiada	A EDTL está a trabalhar em conjunto com o ADB para fazer um estudo de viabilidade das fontes de energia renováveis e espera que até 2022 a atividade possa ter início. Haverá estudo e plano para a conversão da central de Hera de HFL para gás natural; a EDTL e o ADB estão a trabalhar em conjunto para assegurar a implementação da conversão a partir de 2022.	ANE 547	

Comentários:

Durante o período 2017 -2019, o Ministério das Obras Públicas concentrou-se no funcionamento do fornecimento de energia. Devido ao orçamento duodecimal não houve recursos para iniciar um estudo sobre a implementação das políticas de energias renováveis.

Metas de 2020 e concretização

Meta: Pelo menos metade das necessidades energéticas de Timor-Leste será fornecida por fontes de energia renováveis (2020).

Concretização: Alguns progressos

Instituição responsável: AUTORIDADE NACIONAL DE ELETRICIDADE (ANE)

	Indicador	2016 Valor Alcançado	2020 Valor Alcançado	Ligação ao orçamento do programa	Comentários sobre Progresso, Disponibilidade de Dados, Relevância do Indicador, etc. (preencher quando aplicável)
1.	% das necessidades energéticas fornecidas por fontes de energia renováveis (ODS: quota de energias renováveis no consumo final total de energia)	Plano Nacional de Eletrificação de Timor-Leste	Plano técnico e geral do Governo até 2030 para atingir 50% de energia renovável, para reduzir a dependência da energia fóssil.	O orçamento ainda está a ser discutido entre o BAD e a EDTL	A pandemia afetou a implementação da referida atividade.

Comentários:

Esta meta representa um resultado desejado a longo prazo de realização de outras metas relacionadas com as energias renováveis, para os quais o estado de progresso é "algum progresso" ou "não iniciado". Durante o período 2017 -2019, o Ministério das Obras Públicas concentrou-se no funcionamento do fornecimento de energia. Devido ao orçamento duodecimal, não houve recursos para iniciar um estudo sobre a implementação das políticas de energias renováveis. Efetivamente, o prazo para a realização deste objetivo foi transferido para 2030 (plano técnico e geral do Governo).

Análise da meta: Com base na resposta da ANE, o cronograma para o cumprimento desta meta foi efetivamente transferido para 2030 (plano técnico e geral do Governo). Na revisão do PED, a revisão da meta deve ser considerada.

Meta: Aproximadamente 100.000 famílias terão acesso à luz elétrica alimentada por energia solar (2020).

Concretização: Alguns progressos

Instituição responsável: AUTORIDADE NACIONAL DE ELETRICIDADE (ANE)

	Indicador	2016 Valor Alcançado	2020 Valor Alcançado	Ligação ao orçamento por programas	Comentários sobre Progresso, Disponibilidade de Dados, Relevância do Indicador, etc.
1.	Número de lares com acesso à luz elétrica alimentada por energia solar	Plano Nacional de Eletrificação de TL	31.000 em 2016.	Implementação através de subvenção pública	A atividade é denominada solar doméstico instalado em cada família com capacidade média de 40Watts

Comentários:

Houve uma boa colaboração com as autoridades de suco. Os chefes de suco / aldeias participaram nos processos de implementação de painéis solares e o progresso geral foi bom. Tem de haver uma monitorização anual contínua do estado dos painéis solares.

Portos de Mar

Comentários gerais: A implementação de projetos neste subsetor está atrasada em relação ao calendário. Os atrasos devem-se em grande parte a dificuldades no processo de aquisição e contratação.

Metas de 2015 e concretização

Meta: Um novo porto marítimo no Suai estará operacional (2015).					
Concretização: Não iniciado					
Instituição responsável: AUTORIDADE PORTUÁRIA DE TIMOR-LESTE (APORTIL)					
	Indicador	2016 Valor Alcançado	2020 Valor Alcançado	Ligação ao orçamento por programas	Comentários sobre Progresso, Disponibilidade de Dados, Relevância do Indicador, etc. (preencher quando aplicável)
1.	% de conclusão do projeto	0% Comentário: A implementação do projeto foi interrompida e espera-se que seja reativada aquando da construção da Base de Abastecimento de Suai. O projeto da Base de Abastecimento de Suai está em curso e o Porto de Suai será combinado com o Porto de Abastecimento ao abrigo do Programa Tasi Mane.	Nenhuma informação	MTC 557 APORTIL 562	
1.1	Número de navios que utilizam o porto, por ano	Em média, 15 navios atracam anualmente no porto de Suai		APORTIL 562	A principal atividade é a descarga de materiais de construção
Comentários: De acordo com a APORTIL, a principal razão desta meta não ter sido alcançado relaciona-se com as decisões políticas. A equipa conjunta APORTIL e JICA observaram todos os portos de Timor-Leste para dar início a um estudo "Projeto sobre o Plano Diretor Estratégico (Regional) de Portos em Timor-Leste", em 2019. O estudo deveria ter começado em 2020, mas devido à pandemia de Covid-19, os peritos do Japão não puderam viajar para Timor-Leste.					
Análise da formulação da meta: Parece haver uma mudança de política/de prazos para o cumprimento das metas.					

Meta: As instalações portuárias em Com, Atauro, Vemasse e Oé-Cusse Ambeno terão sido melhoradas (2015).

Concretização: Alguns progressos

Instituição responsável: AUTORIDADE PORTUÁRIA DE TIMOR-LESTE (APORTIL)

	Indicador	2016 Valor Alcançado	2020 Valor Alcançado	Ligação ao orçamento por programas ou Justificação para Proposta de Indicador	Comentários sobre Progresso, Disponibilidade de Dados, Relevância do Indicador, etc. (preencher quando aplicável)
1.	% de conclusão do projeto - Com	0% Comentário: sob a tutela do Fundo de Infraestruturas	0%	MTC 557 APORTIL 562	O que é preciso ser preparado são: Termos de Referência (preparado pelo dono do projeto), Estudo de viabilidade, DED e construção física.
	% de conclusão do projeto - Atauro	0% Comentário: sob a tutela do Fundo de Infraestruturas	0%	MTC 557 APORTIL 562	O que é preciso ser preparado são: Termos de Referência (preparado pelo dono do projeto), Estudo de viabilidade, DED e construção física.
	% de conclusão do projeto - Vemasse	0% Comentário: sob a tutela do Fundo de Infraestruturas	0%	MTC 557 APORTIL 562	O que é preciso ser preparado são: Termos de Referência (preparado pelo dono do projeto), Estudo de viabilidade, DED e construção física.
	% de conclusão do projeto -Oé-Cusse Ambeno	A construção do Porto em Oé-Cusse foi concluída.	100%	MTC 557 APORTIL 562	Há uma necessidade de manutenção anual para assegurar o seu funcionamento. O porto é considerado como um subsídio de apoio do Governo japonês.

Comentários:

O porto de Oé-Cusse está pronto para vista e observação. A principal razão para esta meta não ter sido alcançada está relacionada com as decisões políticas.

Análise da formulação da meta: Esta meta não é específica e é difícil de medir.

Meta: Terá sido iniciado um novo porto em Tibar (2015).

Concretização: Concluído

Instituição responsável: AUTORIDADE PORTUÁRIA DE TIMOR-LESTE (APORTIL)

	Indicador	2016 Valor Alcançado	2020 Valor Alcançado	Ligação ao orçamento por programas	Comentários sobre Progresso, Disponibilidade de Dados, Relevância do Indicador, etc. (preencher quando aplicável)
1.	% de conclusão do projeto	O Porto de Tibar é um projeto em modalidade PPP que está em curso desde 2013 e na fase mais avançada do ciclo de um projeto. Em 2016 o Governo assinou o contrato. A construção do porto foi iniciada em 2017.	O Porto de Tibar está em construção.	MTC 557 APORTIL 562	Projeto do Porto de Tibar: Modelo PPP

Não foram fornecidos mais comentários

Metas de 2020 e concretização

Objetivo: O Porto de Tibar estará a funcionar eficientemente como a principal instalação portuária de Timor-Leste (2020).

Concretização: Alguns progressos

Instituição responsável: AUTORIDADE PORTUÁRIA DE TIMOR-LESTE (APORTIL)

	Indicador	2016 Valor Alcançado	2020 Valor Alcançado	Ligação ao orçamento por programas	Comentários sobre Progresso, Disponibilidade de Dados, Relevância do Indicador, etc. (preencher quando aplicável)
1.	Sim/Não porto de Tibar operacional	Comentário: Atrasos na implementação. A modalidade PPP escolhida para o Porto de Tibar foi uma concessão a 30 anos. O porto de Tibar começará a funcionar e em operações em 2020.	Ainda em fase de construção. 50% concluído.	MTC 557 APORTIL 562	
1.1	Número de navios que utilizam o porto por ano			APORTIL 562	

Não foram fornecidos mais comentários.

Análise da formulação da meta: Esta meta não é específica e é difícil de medir.

Meta: Terão sido desenvolvidas instalações portuárias em Kairabela e na costa sul, perto de Beço (2020).

Concretização: Não iniciado

Instituição responsável: AUTORIDADE PORTUÁRIA DE TIMOR-LESTE (APORTIL)

	Indicador	2016 Valor Alcançado	2020 Valor Alcançado	Ligação ao orçamento por programas	Comentários sobre Progresso, Disponibilidade de Dados, Relevância do Indicador, etc. (preencher quando aplicável)
1.	% de conclusão do projeto	Não iniciado	0	MTC 557 APORTIL 562	Nenhuma instalação desenvolvida

Nenhum comentário fornecido

Nota: Esta Meta foi previamente avaliada como algum progresso em 2016 devido a uma falta de informação. Esta meta ainda não foi iniciada.

Aeroportos

Comentários gerais: A implementação de projetos neste subsetor está atrasada em relação ao calendário. As razões dos atrasos incluem a falta de documentação de preparação e financiamento dos projetos.

Metas de 2015 e concretização

Meta: Os aeroportos distritais de Maliana, Baucau e Oé-Cusse Ambeno terão sido reabilitados (2015).

Concretização: Alguns progressos

Instituição responsável: AUTORIDADE DA AVIAÇÃO CIVIL DE TIMOR-LESTE (AACTL)

	Indicador	2016 Valor Alcançado	2020 Valor Alcançado	Ligação ao orçamento por programas	Comentários sobre Progresso, Disponibilidade de Dados, Relevância do Indicador, etc. (preencher quando aplicável)
1.	% de conclusão do projeto	Aeroporto de Oé-Cusse concluído. Aeroportos de Baucau e Maliana não financiados	Aeroporto de OÉ-CUSSE - ROTA DO SÂNDALO Aeroporto de Oé-Cusse considerado como Aeroporto Internacional com a designação: Aeroporto Internacional Rota do Sândalo (ICAO: WPOC). Por causa disso, não é considerado como um Aeroporto Regional e atualmente a sua manutenção e operação (O&M) não é gerida pela ANATL, E. P., uma vez que, de acordo com a lei da ZEESM, este Aeroporto está incluído na zona especial. AEROPORTO REGIONAL DE BAUCAU A reabilitação de escritórios numa parte do Aeroporto Regional de Baucau, que começou em dezembro de 2019, foi concluída a 100% até janeiro de 2021, com financiamento do Fundo de Infraestruturas (FI). AEROPORTO REGIONAL DE MALIANA O orçamento de 2021 incluiu algumas verbas para a realização de um estudo de viabilidade para o aeroporto regional de Maliana e outros aeroportos regionais. Devido à pandemia da COVID-19, o inquérito e o estudo de viabilidade para estes aeroportos regionais não foram realizados	AACTL 559 ZEESM	- No Aeroporto de Baucau, o escritório da ANATL, E. P. está a ser remodelado (espaço de escritório, casa de banho, cozinha), instalada cerca com arame à volta do Aeroporto de Baucau (substituindo a cerca antiga, que estava danificada). - Uma vez que não se pôde realizar em 2021, a ANATL, E. P. reservará o orçamento para o estudo de viabilidade dos aeroportos regionais em 2022, nomeadamente para: Viqueque, Lospalos, Maliana e Manufahi).

Comentários:

Os principais motivos pelo qual o objetivo não foi alcançado incluem: Pandemia COVID-19 e limitação do pessoal técnico na área da aviação civil e engenharia civil.

O cumprimento da meta é avaliado como tendo algum progresso. No Aeroporto Regional de Baucau, foram feitos alguns progressos, a nomeadamente efetuada a reabilitação de alguma parte dos edifícios existentes e a instalação de uma vedação com arame à volta do aeroporto.

No Aeroporto Regional de Maliana, foram também feitos alguns progressos. Foram preparados os Termos de Referência para consultores que realizarão o estudo de viabilidade do aeroporto de Maliana e de outros aeroportos regionais.

Meta: O Aeroporto Internacional Presidente Nicolau Lobato será gerido por uma autoridade aeroportuária de orientação comercial (2015).

Concretização: Concluído

Instituição responsável: AUTORIDADE DA AVIAÇÃO CIVIL DE TIMOR-LESTE (AACTL)

	Indicador	2016 Valor Alcançado	2020 Valor Alcançado	Ligação ao orçamento por programas	Comentários sobre Progresso, Disponibilidade de Dados, Relevância do Indicador, etc. (preencher quando aplicável)
1.	Sim/Não: Foi criada uma autoridade aeroportuária orientada para o comércio e que gere o aeroporto internacional PNL?	Não. Comentário: O Plano Distrital de Aviação foi concluído e os trabalhos estão em curso	Aeroporto Internacional Presidente Nicolau Lobato gerido e operado pela ANATL, E. P. desde 2017, com base no Decreto-Lei n.º 14/2014 Decreto n.º 14/2003 sobre a Empresas Públicas Decreto do Governo n.º 8/2005	AACTL 559	

Comentários:

Os principais resultados incluem: Do ponto de vista das infraestruturas, a ANATL, E. P. é uma Empresa Pública que geriu o Aeroporto IPNL durante os seus primeiros 4 anos (2017 - 2020), atividade bem comprovada pelos resultados da reabilitação das componentes do Aeroporto (pista, terminal de passageiros e outros).

O foco para o período de 2020 a 2024 será a coordenação com parceiros (ADB, JICA, BM, DFAT) para o Desenvolvimento do Aeroporto IPNL.

Objetivo: O Plano Distrital de Aviação terá sido concluído e os trabalhos estarão em curso (2015).

Concretização: Alguns progressos

Instituição responsável: AUTORIDADE DA AVIAÇÃO CIVIL DE TIMOR-LESTE (AACTL)

	Indicador	2016 Valor Alcançado	2020 Valor Alcançado	Ligação ao orçamento por programas	Comentários sobre Progresso, Disponibilidade de Dados, Relevância do Indicador, etc. (preencher quando aplicável)
1.	Sim/Não: Plano Distrital de Aviação concluído e trabalhos em curso	Comentário: Plano Diretor do Setor dos Transportes preparado	No plano orçamental de 2021, no âmbito do Fundo de Infraestruturas (FI), alguns fundos já tinham sido reservados para o Estudo de Viabilidade dos Aeroportos Regionais de Lospalos, Viqueque, Maliana e Manufahi. Mas devido à pandemia global COVID-19, a ANATL, E. P. e equipa técnica não conseguiram realizar o estudo sobre os aeroportos regionais; o estudo é realmente necessário para identificar	AACTL 559 e ZEESM	

			imediatamente as condições e necessidades de cada aeroporto.		
Comentários: Os principais problemas para não alcançar o resultado incluíam: a pandemia COVID-19 e a limitação de pessoal técnico na área da aviação civil e da engenharia civil. O cumprimento da meta é avaliado como tendo algum progresso. Algum progresso. Foram preparados os Termos de Referência para consultores que realizarão o estudo de viabilidade do Aeroporto de Maliana e de outros aeroportos regionais.					

Metas de 2020 e concretização

Meta: O Plano Diretor do Aeroporto Internacional Presidente Nicolau Lobato permitirá que este seja um aeroporto moderno de padrão internacional, com capacidade para acolher um milhão de passageiros por ano (2020).

Concretização: Alguns progressos

Instituição responsável: AUTORIDADE DA AVIAÇÃO CIVIL DE TIMOR-LESTE (AACTL)

	Indicador	2016 Valor Alcançado	2020 Valor Alcançado	Ligação ao orçamento por programas	Comentários sobre Progresso, Disponibilidade de Dados, Relevância do Indicador, etc. (preencher quando aplicável)
1.	Capacidade de passageiros do aeroporto de Díli - por ano	Comentário: Plano Diretor desenvolvido. Implementação da Autoridade Aeroportuária adiada por um ano, para 2018	Capacidade de 41.242 passageiros	AACTL 559	Dados estatísticos dos últimos cinco anos (2016 - 2020) identificaram um aumento no total de passageiros, mas desde março de 2020, quando a pandemia COVID-19 atingiu o país, as operações aéreas foram suspensas pelo Governo; o aeroporto esteve aberto apenas para o movimento de carga e não para o movimento de passageiros.
	Número de voos de/para o aeroporto de Díli - por ano				

Comentários:

Os principais resultados incluem: Foi realizado um plano diretor para o Aeroporto IPNL que possa servir de norma para o desenvolvimento do Aeroporto a médio e longo prazo. Foi criado um Grupo de Trabalho Interministerial para coordenar com todos os parceiros que expressam o seu interesse em apoiar o desenvolvimento do Aeroporto IPNL. Há muitos aspetos completados de acordo com as normas internacionais para o Aeroporto.

Os principais problemas incluem: dificuldade do Aeroporto IPNL em cumprir os critérios da ICAO (Autoridade da Aviação Civil Internacional) para ser um Aeroporto Internacional e os critérios para obter a certificação da ICAO.

Meta: Timor-Leste terá uma rede de aeroportos distritais totalmente operacionais, incluindo aeroportos no Suai, Baucau, Oé-Cusse Ambeno, Lospalos, Maliana, Viqueque, Ataúro e Same (2020).

Concretização: Alguns progressos

Instituição responsável: AUTORIDADE DA AVIAÇÃO CIVIL DE TIMOR-LESTE (AACTL)

	Indicador	2016 Valor Alcançado	2020 Valor Alcançado	Ligação ao orçamento por programas	Comentários sobre Progresso, Disponibilidade de Dados, Relevância do Indicador, etc. (preencher quando aplicável)
1.	Número de aeroportos distritais operacionais	A construção do aeroporto do Suai está concluída		AACTL 559	Indicar quais os aeroportos distritais que estão operacionais.
1.1	Número de voos de/para cada aeroporto distrital por ano		AEROPORTO DO SUAI: Em 2019 passageiros totais à chegada; 3.049 e passageiros totais à partida 2.964	AACTL 559	

Nenhum comentário fornecido

Objetivo: O Aeroporto de Baucau funcionará como um aeroporto alternativo ao Aeroporto Internacional Presidente Nicolau Lobato e como uma base militar (2020).

Concretização: Alguns progressos

Instituição responsável: AUTORIDADE DA AVIAÇÃO CIVIL DE TIMOR-LESTE (AACTL)

	Indicador	2016 Valor Alcançado	2020 Valor Alcançado	Ligação ao orçamento por programas	Comentários sobre Progresso, Disponibilidade de Dados, Relevância do Indicador, etc. (preencher quando aplicável)
1.	Sim/Não: Aeroporto de Baucau a operar como uma base militar	Comentário: O desenvolvimento do Aeroporto de Baucau foi adiado. Ainda não foi elaborado um estudo de viabilidade.	O Governo de TL, através do Ministério dos Negócios Estrangeiros e Cooperação, coordenou com os Estados Unidos da América o desenvolvimento de infraestruturas no Aeroporto Regional de Baucau. Esta coordenação teve início em 2019, mas não é claro até hoje como será implementado o financiamento deste aeroporto e que componentes incluem os fundos dos EUA.	AACTL 559	
2.	Número de voos de/para o				

	Aeroporto de Baucau por ano - militar				
3.	Número de voos de/para o Aeroporto de Baucau por ano - comerciais				
4.	Número de passageiros por ano				
Comentários: O Governo dos EUA concordou recentemente em financiar a reabilitação do Aeroporto de Baucau. A cerimónia de construção realizou-se a 12 de julho de 2021.					

Telecomunicações

Objetivos a longo prazo (2030): teremos uma rede moderna de telecomunicações que ligará as pessoas em Timor-Leste umas às outras e ao mundo, e que nos permitirá tirar o máximo partido dos avanços das telecomunicações globais.

Progresso em relação às Metas de Longo Prazo e Comentários Gerais: No subsetor das telecomunicações, foram alcançados resultados significativos durante a última década. Em 2012 o Governo abriu o mercado das telecomunicações e três empresas internacionais estão a prestar serviços de telecomunicações em TL, a preços mais acessíveis. Os investimentos em infraestruturas de TI melhoraram a velocidade da Internet e a acessibilidade do serviço.

A introdução de ligações por cabo de fibra ótica, e assim, garantir o acesso de alta velocidade à Internet a todos os cidadãos a um preço razoável, é vital para se tornar uma economia dinâmica e garantir que os cidadãos pobres não fiquem para trás.

A proporção de indivíduos que utilizam a Internet (ODS 17.8.1) era bastante baixa em 2016, com apenas 26,8% de indivíduos a utilizarem a Internet, 31,1% de homens e apenas 22,4% de mulheres (DHS, 2016). Não há dados disponíveis para avaliar os progressos até 2020 neste indicador. As assinaturas fixas de Internet de banda larga por 100 habitantes (indicador ODS 17.6.2) aumentaram de forma muito significativa em 2017 (0,26) em comparação com os valores de 2015 e 2016 (0,08).²¹

A utilização das tecnologias de informação e comunicação para a inclusão económica e social das mulheres é também cada vez mais importante em Timor-Leste. Foram obtidos ganhos impressionantes na cobertura de telemóveis, com um número significativo de mulheres a possuírem um telemóvel, 65,6% de mulheres e 77,3% de homens (RNV 2018). Em 2008, o PED estimava que apenas 68% da população vivia em zonas cobertas por sinais de redes móveis (Gabinete do Primeiro-Ministro, 2010). Embora a cobertura das redes de telemóveis tenha aumentado muito, apenas 2% tanto dos homens como das mulheres utilizam um telemóvel para transações financeiras (DHS, 2016).

Não existem dados atuais sobre a conectividade em edifícios públicos na educação e saúde. Tem havido progressos no fornecimento de acesso a infraestruturas de comunicação de qualidade ao

²¹ Revisão Nacional Voluntária, Relatório sobre a Implementação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentáveis, (2019)

Governo nacional e agências municipais: em 2016 a Autoridade Nacional de Comunicações (ANC) forneceu conectividade (100 mbps) a 65 agências governamentais, enquanto que em 2020 forneceu conectividade (200 mbps) a 196 agências governamentais (56 nacionais e 140 municipais).

A ANC não forneceu quaisquer novos dados sobre o progresso das metas do PED para o Relatório de Avaliação de 2020.

Metas de 2015 e concretização

Objetivo: Haverá uma cobertura telefónica móvel fiável e acessível fornecida a todos os timorenses (2015).					
Concretização: Progresso elevado					
Instituição responsável: AUTORIDADE NACIONAL DAS COMUNICAÇÕES (ANC)					
	Indicador	2016 Valor Alcançado	2020 Valor Alcançado	Ligação ao orçamento por programas	Comentários sobre Progresso, Disponibilidade de Dados, Relevância do Indicador, etc.
1.	% da população com acesso à rede telefónica móvel	96%		MTC 555 ANC 563	
Não foram fornecidos mais comentários					
Análise da formulação da meta: Esta meta não é suficientemente específica, pelo que é difícil de medir, sem indicadores de desempenho e sem o estabelecimento dos seus valores-alvo.					

Meta: Haverá acesso fiável, acessível e de alta velocidade à Internet disponível em todas as capitais de distrito e zonas circundantes (2015).					
Concretização: Progresso elevado					
Instituição responsável: AUTORIDADE NACIONAL DAS COMUNICAÇÕES (ANC)					
	Indicador	2016 Valor Alcançado	2020 Valor Alcançado	Ligação ao orçamento por programas	Comentários sobre Progresso, Disponibilidade de Dados, Relevância do Indicador, etc.
1.	Velocidade da Internet via Satélite	Comentário: Fases 3 e 4 do Projeto Nacional de Conectividade em curso	Nenhuma outra informação fornecida	MTC 555 ANC 563	
1.1	Percentagem de capitais de distrito e áreas circundantes que têm acesso à Internet de alta velocidade, fiável e acessível			MTC 555 ANC 563	
Não foram fornecidos mais comentários					
Análise da formulação da meta: Esta meta não é suficientemente específica, pelo que é difícil de medir, sem indicadores de desempenho e sem o estabelecimento dos seus valores-alvo.					
Meta: Todas as escolas, postos de saúde e clínicas de saúde estarão ligados à Internet (2015).					
Concretização: Sem dados					
Instituição responsável: AUTORIDADE NACIONAL DAS COMUNICAÇÕES (ANC)					

	Indicador	2016 Valor Alcançado	2020 Valor Alcançado	Ligação ao orçamento por programas	Comentários sobre Progresso, Disponibilidade de Dados, Relevância do Indicador, etc.
1.1	% de escolas ligadas à Internet	Comentário: Atraso na implementação. Sem dados	Nenhuma informação fornecida	MTC 555 ANC 563	
1.2	% de postos de saúde ligados à Internet	Comentário: Atraso na implementação. Sem dados	Nenhuma informação fornecida	MTC 555 ANC 563	
Não foram fornecidos mais comentários					

Metas de 2020 e concretização

Meta: Todo o território de Timor-Leste terá acesso a uma Internet fiável, acessível e de alta velocidade (2020).

Concretização: Alguns progressos

Instituição responsável: AUTORIDADE NACIONAL DE COMUNICAÇÕES (ANC)

	Indicador	2016 Valor Alcançado	2020 Valor Alcançado	Ligação ao orçamento por programas	Comentários sobre Progresso, Disponibilidade de Dados, Relevância do Indicador, etc.
1.	Indicadores técnicos de fiabilidade, velocidade, preço, etc.	Comentário: Negociações para alcançar um acordo e trazer para Timor-Leste a ligação por cabo de fibra ótica que garantirá o acesso de alta velocidade à Internet a todos os cidadãos a um preço razoável	O Governo de Timor-Leste finalizou o documento <i>Front End Engineer Design Review</i> (FEED) e como resultado, até ao final de dezembro de 2021 será assinado o contrato com o empreiteiro, a ligação do cabo submarino.	MTC 555 ANC 563	Em 2019 foram aprovados os requisitos técnicos de Alto Nível para o projeto de Fibra Ótica. Em 2020, foi criada a comissão interministerial e o grupo de trabalho técnico interministerial para levar a cabo a implementação do projeto de fibra ótica. Em julho de 2021 foi lançado o concurso internacional para a instalação de cabo submarino de fibra ótica de Darwin-Dili-Timor-Leste. Até 2023 será concluída a instalação do cabo submarino de fibra ótica de Darwin-Dili-Timor-Leste.
1.1	Cobertura de Internet para % do território de Timor-Leste.			MTC 555 ANC 563	
1.2	Serviço de Internet com uma boa relação qualidade/preço em comparação com outros países			MTC 555 ANC 563	
Não foram fornecidos mais comentários					

Análise da meta: A meta não é específica. É difícil avaliar o estado de realização da meta. Na revisão do PED, a reformulação da meta deve ser considerada para incluir as especificações técnicas desejadas da Internet.

Meta: Todos os estudantes e profissionais de saúde terão dispositivos portáteis de acesso à Internet (2020).

Concretização: em dados

Instituição responsável: AUTORIDADE NACIONAL DAS COMUNICAÇÕES (ANC)

	Indicador	2016 Valor Alcançado	2020 Valor Alcançado	Ligação ao orçamento por programas	Comentários sobre Progresso, Disponibilidade de Dados, Relevância do Indicador, etc. (preencher quando aplicável)
1.	% de estudantes com acesso à Internet	Sem dados	Sem mais informações	MTC 555 ANC 563	Como é isto medido?
1.1	% de profissionais de saúde com acesso à Internet			MTC 555 ANC 563	Como é isto medido?

Não são fornecidos mais comentários

Análise da formulação da meta: A recolha da informação necessária para avaliar o progresso no cumprimento dos objetivos parece problemática. Na revisão do PED, a eliminação da meta ou a sua reformulação deve ser considerada.

Meta: Timor-Leste fará parte do mundo tecnológico (2020).

Concretização: Alguns progressos

Instituição responsável: AUTORIDADE NACIONAL DAS COMUNICAÇÕES (ANC)

	Indicador	2016 Valor Alcançado	2020 Valor Alcançado	Ligação ao orçamento por programas	Comentários sobre Progresso, Disponibilidade de Dados, Relevância do Indicador, etc.
1.	Porcentagem da população com acesso à Internet de alta velocidade	Comentário: o Programa de Tecnologias de Informação (TI) implementado através do Fundo de Infraestruturas apoiou as fases 3 e 4 do Projeto Nacional de Conectividade; a melhoria da Internet por Satélite de 20 Mbps para 60/80 Mbps e, também, a instalação do sistema <i>FreeBalance</i>	Nenhuma outra informação fornecida	MTC 555 ANC 563	
2	Proporção de indivíduos que utilizam a Internet	Total: 26,8% Homens: 31,1% Mulheres: 22,4% (2016 DHS)			

Não foram fornecidos mais comentários

Análise da formulação da meta: A meta não é específica. É difícil avaliar o estado de realização da meta. Na revisão do PED, deve ser considerada a sua reformulação.

DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO

Embora tenham sido feitos grandes progressos no sentido de alcançar metas a longo prazo, há espaço para mais melhorias. As tendências mostram que o total de membros de cooperativas financeiras aumentou para 4.781, em 2020, com um total de ativos de 3,05 milhões de dólares e o número de empresas registadas aumentou para 8.280 empresas, em 2020. Para sustentar isto, há necessidade de encontrar diferentes fontes de financiamento para expandir formas e meios de apoiar e aumentar a produtividade das micro e pequenas empresas para criar mais empregos. Fornecer mais financiamento ou permitir que as empresas tenham acesso a financiamento, a custos acessíveis, pode ser uma opção. Isto poderia ajudar a aumentar a sua produtividade e apoiar a economia local para impulsionar e tirar muitas pessoas da pobreza, devido ao efeito multiplicador, que poderia levar à criação de mais negócios e mais empregos.

Desenvolvimento Rural

Instituições-chave

Os objetivos deste setor são da responsabilidade de vários ministérios e agências. Uma das metas para 2020 está tão amplamente definida que representa um esforço interministerial na melhoria das infraestruturas sociais nas zonas rurais. As instituições-chave incluem o Ministério do Plano e Ordenamento (MPO), Secretaria de Estado das Cooperativas (SECOOP), Serviço de Registo e Verificação de Empresarial (SERVE), e Ministério da Agricultura e Pescas (MAP).

Quadro de Planeamento Estratégico

Embora indiretamente, os Planos Anuais das instituições responsáveis referem-se a algumas das suas respetivas metas PED, mas não a todas.

Meta a longo prazo (2030): O setor privado será a principal fonte de crescimento dos rendimentos e do emprego nas zonas rurais de Timor-Leste

Progresso em relação às metas de Longo Prazo e Comentários Gerais:

A meta a longo prazo centra-se no crescimento económico e nas oportunidades nas zonas rurais e tem havido grandes progressos na realização das metas do PED para esse fim. Tem sido prestado apoio às cooperativas em várias áreas e existe um elevado número de empresas registadas nos Centros de Desenvolvimento Empresarial. Os dados desagregados por género, demonstram um progresso significativo de 2016 a 2020 em número e percentagem, de membros femininos de cooperativas que beneficiam dos programas. Os serviços dos Centros de Desenvolvimento Empresarial foram utilizados de forma bastante equilibrada por proprietários de empresas, do sexo masculino e feminino e uma percentagem significativa de empresas registadas são propriedade de mulheres (44,7% em 2020).

Por outro lado, o objetivo amplamente definido para 2020 “*Será completado um programa de urbanização rural, proporcionando à nossa população acesso a estradas, água e saneamento, escolas, clínicas médicas, e acesso a mercados e eletricidade*” tem em conta um aspeto social do desenvolvimento rural. Nesse domínio, foram também relatadas melhorias significativas no período de 2015-2020.

De acordo com o Inquérito Alimentar e Nutricional de Timor-Leste (TLFNS) 2020, o acesso a fontes de água melhoradas e a instalações sanitárias melhoradas nas zonas rurais em 2020 foi

reportado como sendo de 83,5% e 60,3%, respetivamente, quando comparado com os mesmos indicadores em 2015, que eram respetivamente 68,6% e 44,1%. Além disso, houve uma redução da defecação a céu aberto, com seis municípios declarados como livres de defecação a céu aberto (ALFA – sigla em tétum) entre 2018 e 2020, e sete municípios adicionais a avançarem para o estatuto ALFA.

O Plano Diretor das Estradas Rurais e Estratégia de Investimento (RRMPIS – sigla em inglês) em 2015, estimava que quase 60% da rede rodoviária rural se encontrava em mau ou muito mau estado. A identificação de uma Rede Rodoviária Rural Central permitiu a concentração de recursos limitados em estradas prioritárias. Mais de 600 km de estradas rurais foram reabilitadas pela **Organização Internacional de Trabalho (OIT)**, através dos seus projetos R4D (552 km) e ERA-AF (53 km), cobrindo cerca de 30% da rede de estradas rurais de base. Isto beneficiou mais de 170.000 pessoas nas zonas rurais, que têm agora melhor acesso a serviços e mercados.

Metas de 2015 e concretização

Meta: Será preparado um Quadro Nacional de Planeamento para sustentar o desenvolvimento de Timor-Leste					
Concretização: Progresso elevado					
Instituição responsável: MINISTÉRIO DO PLANO E ORDENAMENTO (MPO), UPMA/ANAPMA					
	Indicador	2016 Valor Alcançado	2020 Valor Alcançado	Ligação ao orçamento por programas	Comentários sobre Progresso, Disponibilidade de Dados, Relevância do Indicador, etc.
1.	Sim/Não: Adotado um Quadro Nacional de Planeamento	Comentário: No âmbito do Programa de Desenvolvimento Urbano e Rural do FI: - Foi implementado o Sistema de informação LiDAR para cartografia e planeamento. - Os planos espaciais para a zona Sul de Timor-Leste (Suai, Same e Viqueque) foram concluídos.	Elaboração da Lei de Planeamento, Monitorização e Avaliação (UPMA) ²²		
2.	Adotado programa nacional de investimento público				

²² Atual ANAPMA

Comentário:

Uma nova lei de Planeamento, Monitorização e Avaliação está atualmente a ser elaborada pela UPMA/ANAPMA e espera-se que seja apresentada ao CM até ao final de setembro. Incluirá o Quadro Nacional de Planeamento e as responsabilidades das instituições (atualmente o MPO é responsável pelo planeamento estratégico, a UPMA é responsável pelo planeamento a médio prazo e o MF é responsável pelo planeamento anual).

O planeamento a médio prazo levado a cabo pela UPMA/ANAPMA baseia-se no Programa Quinquenal do Governo, preparado por cada novo Governo e aprovado pelo Parlamento Nacional, no prazo de um mês após o Governo ter tomado posse. Representa o compromisso do novo Governo para um mandato de cinco anos (leva em consideração as promessas e políticas eleitorais). Embora considere os objetivos e metas do PED, não existe atualmente qualquer mandato legal para que qualquer Governo o faça. Portanto, existe uma clara diferença entre o plano do Governo a médio prazo e o PED Nacional a mais longo prazo.

Os municípios também têm um projeto de planeamento exigido nos termos dos seus decretos-lei.

Resultados-chave que contribuem para o progresso da meta:

- Em 2017 foi realizado um estudo de otimização do *Pipeline* no montante de 172.240,00 USD (Orçamento Geral do Estado - TIMOR GAP)

- Em 2017 foi realizado um Estudo de Impacto Ambiental no montante de 169.610,00 USD (Orçamento Geral do Estado - TIMOR GAP)

-Em 2016 foi concluído um estudo pré-FEED sobre a instalação de Gás Natural Liquefeito GNL com um custo total de 3,8 milhões de USD (Orçamento Geral do Estado - TIMOR GAP)

-No início de 2019, foi realizado um estudo Pré-FEED para Instalações *off-shore* e pesquisa de locais alternativos para Fábrica de GNL em Natarbora, com um custo total de até 563.247,00 USD, mas o estudo foi suspenso em agosto de 2020.

Estratégias Municipais e Regionais: No âmbito do projeto financiado pela KOICA, a ONU apoiou o desenvolvimento dos Planos Estratégicos Municipais de Desenvolvimento para as Autoridades Municipais de Bobonaro e Baucau. A ONU apoiou a RAEOA (Enclave de Oé-Cusse Ambeno) no desenvolvimento da estratégia regional para 2019-2023.

Análises de formulação de metas: A meta não é específica, ou seja, não é claro quais as componentes que o Quadro Nacional de Planeamento deve implicar. Não é possível avaliar se a meta foi alcançada. Na revisão do PED, a reformulação da meta deve ser considerada.

Objetivo: Será prestado apoio a cooperativas que desenvolvem atividades do setor privado numa variedade de áreas.

Concretização: Progresso elevado

Instituição responsável: SECRETARIA DE ESTADO DAS COOPERATIVAS (SECOOP)

	Indicador	2016 Valor Alcançado	2020 Valor Alcançado	Ligação ao orçamento por programas	Comentários sobre Progresso, Disponibilidade de Dados, Relevância do Indicador, etc.
1.	Número de cooperativas apoiadas.	Foram financiados 394 grupos de cooperativas nas áreas de criação de caprinos, suínos, bovinos e aves de capoeira, horticultura, aquicultura e pesca marítima	Cooperativas Financeiras: Total de membros de cooperativas de crédito 4.781, M=2.500 F=2.281 com ativos no valor de 3,057,118.00 USD Cooperativas não financeiras: membros 2.106, M=1.361, F=745 com ativos no valor de 557.801,00 USD	Programa SECOOP 588	

2.	Número de membros da cooperativa que beneficiam dos programas	2.810	Cooperativas Financeiras: Total de membros de cooperativas de crédito 16.604, M=8.268 F=8.336 com ativos no valor de 8.292.164,00 USD Cooperativas não financeiras: Total de membros 2.106 M=1.361, F= 745 com ativos no valor de 557.801,00 USD	Programa SECOOP 588	
----	---	-------	---	---------------------	--

Comentário:

Resultados-chave que contribuem para a concretização da meta:

- Formação de sensibilização dos membros das cooperativas M= 8.125, F= 5.923 = total 14.048. Formação básica sobre cooperativas + formação especializada M= 4.356, F= 3.253 = 7.609

A meta ainda não foi alcançada porque:

- a) Não existe um centro de formação apropriado para dar formação.
- b) Número limitado de formadores
- c) Fundos limitados

Os dados desagregados por género (ver abaixo) demonstram um progresso significativo de 2016 a 2020, em número e percentagem, de membros femininos de cooperativas que beneficiam dos programas.

Indicador	2016			2020		
	Conseguido			Conseguido		
	Masculino	Feminino	Total	Masculino	Feminino	Total
Número de membros da cooperativa que beneficiam dos programas	2.945	1.705	4.650	2.500	2.281	4.781

Análise da formulação da meta: A meta não é específica. Não é claro quando é que seria alcançada. Na revisão do PED, a reformulação da meta deve ser considerada.

Meta: Será prestado um serviço de títulos a pedido aos agricultores dispostos a pagar pelo serviço.

Concretização: Sem dados

Instituição responsável: MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PESCAS (MAP)

	Indicador	2016 Valor Alcançado	2020 Valor Alcançado	Ligação ao orçamento por programas	Comentários sobre Progresso, Disponibilidade de Dados, Relevância do Indicador, etc.
1.	Número de agricultores que utilizam o serviço de títulos			574	

Metas de 2020 e concretização

Meta: Será completado um programa de urbanização rural, proporcionando à nossa população acesso às estradas, água e saneamento, escolas, clínicas médicas, acesso aos mercados e a eletricidade

Concretização: Alguns progressos

Instituição responsável: MÚLTIPLAS

Comentários:

De acordo com o Inquérito Alimentar e Nutricional de Timor-Leste (ILFNS) 2020, o acesso a fontes de água melhoradas e a instalações sanitárias melhoradas nas zonas rurais em 2020, foi reportado como sendo de 83,5% e 60,3%, respetivamente, quando comparado com os mesmos indicadores em 2015, com respetivamente 68,6% e 44,1%. Além disso, houve uma redução da defecação a céu aberto, com seis municípios declarados como livres de defecação a céu aberto (ALFA) entre 2018 e 2020 e sete municípios adicionais a avançarem para o estatuto de ALFA.

O PED estimou que 90% da rede rodoviária estava em mau estado no momento da preparação, enquanto o Plano Diretor das Estradas Rurais e Estratégia de Investimento (RRMPIS) estimou que quase 60% da rede rodoviária rural estava em mau ou muito mau estado. A identificação de uma Rede Rodoviária Rural Central foi feita, o que permitiu concentrar recursos limitados nas estradas prioritárias. Mais de 600 km de estradas rurais foram reabilitadas pela OIT através dos seus projetos R4D (552 km) e ERA-AF (53 km) —que estão atualmente em manutenção de rotina, correspondendo a cerca de 30% da rede de estradas rurais de base. Isto beneficiou mais de 170.000 pessoas nas zonas rurais, que têm melhor acesso a serviços e mercados.

O Governo de Timor-Leste tem feito um investimento significativo em infraestruturas comunitárias através do Programa Nacional de Desenvolvimento dos Sucos (PNDS). Este programa visa melhorar o nível de vida dos cidadãos nas zonas rurais, apoiando homens e mulheres no planeamento, construção e gestão de projetos de infraestruturas de pequena escala na sua aldeia, com base nas suas necessidades e prioridades. As comunidades recebem subvenções anuais do Governo e são apoiadas para planear e implementar projetos por engenheiros civis, conselheiros financeiros e facilitadores do desenvolvimento social. Além de aumentar o emprego na comunidade, mais de 1.300 projetos de infraestruturas básicas foram construídos ou reabilitados pelas comunidades, incluindo clínicas de saúde, salas de aula, estradas rurais, bombas de água e esquemas de irrigação (Secretariado para a Promoção da Igualdade e Inclusão, 2019).

Entre 2009 e 2019, programas apoiados por agências da ONU estabeleceram 136 sistemas de água rurais, enquanto forneciam água a 92 escolas em 134 aldeias de difícil acesso em Timor-Leste, beneficiando pelo menos 45.495 pessoas. Além disso, entre 2009 e 2020, os Programas de Saneamento Total Liderados pela Comunidade (CLTS) da UNICEF nas zonas rurais de Timor-Leste, levaram as comunidades a construir 21.154 casas de banho domésticas, beneficiando pelo menos 130.962 titulares de direitos em pelo menos 378 aldeias.

Não havendo informações ou dados sobre inquéritos recentes, estudos, ou avaliações no subsetor do desenvolvimento rural, é um desafio tirar conclusões sobre os progressos.

Análise da formulação da meta: A meta não é específica, nem diretamente mensurável. Na revisão do PED, deve ser considerada a reformulação da meta e a definição de indicadores de desempenho relevantes e dos seus objetivos.

Meta: Haverá 9.000 empresas registadas nos Centros de Desenvolvimento Empresarial

Concretização: Progresso elevado

Instituição responsável: SERVIÇO DE REGISTO E VERIFICAÇÃO EMPRESARIAL (SERVE)

	Indicador	2016 Valor Alcançado	2020 Valor Alcançado	Ligação ao orçamento por programas	Comentários sobre Progresso, Disponibilidade de Dados, Relevância do Indicador, etc.
1.	Número de empresas registadas nos Centros de Desenvolvimento Empresarial	Sem dados. 4.098 empresas	4.182 empresas, total de 8.280		4.098 + 4.182 = 8.280 empresas O número de empresas mostrou resultados positivos para alcançar o plano de chegar a 9.000 empresas

Comentários:

Os principais resultados no período 2016-2020 incluem:

1. Harmonização do registo comercial e licenciamento com a política governamental de boa governação;
2. Registo comercial gratuito no SERVE, IP; sem custos;
3. O SERVE, IP estabeleceu sucursais em 9 Municípios para efetuar o registo comercial;
4. Aumento do número de funcionários para os serviços aos utilizadores.

Os dados desagregados por género (ver abaixo) demonstram que os serviços dos Centros de Desenvolvimento Empresarial foram utilizados de uma forma bastante equilibrada, por proprietários de empresas masculinos e femininos. Há uma alta percentagem de empresas registadas que são propriedade de mulheres.

Indicador	2016			2020		
	Alcançado			Alcançado		
	Homens proprietários	Mulheres proprietárias	Total	Homens proprietários	Mulheres proprietárias	Total
Número de empresas registadas nos Centros de Desenvolvimento Empresarial	1.071	1.055	2.126	2.471	1.995	4.466

Agricultura e Pescas

Instituições-chave

As metas deste subsector são principalmente da responsabilidade do Ministério da Agricultura e Pescas (MAP).

Quadro de planeamento estratégico

O Plano Estratégico do MAP 2014-2020 estabelece uma combinação de legislação, políticas, programas e projetos através de cinco objetivos estratégicos que se reforçam mutuamente: (i) aumento da produção e produtividade de culturas selecionadas, espécies animais, pescas e silvicultura; (ii) melhoria do acesso aos mercados e adição de valor; (iii) criação de um ambiente propício; (iv) reforço organizacional; e (v) gestão sustentável dos recursos.

Quanto ao setor privado na agricultura, o plano indica áreas (desenvolvimento de infraestruturas rurais, transporte, armazenamento, fabrico e transformação, comercialização, serviços contratuais e disponibilização de fatores de produção) onde o setor privado tem um papel vital a desempenhar no desenvolvimento da agricultura. No entanto, o plano não fornece uma estratégia específica para o desenvolvimento do setor privado na agricultura.

O Plano de Recuperação Económica (2020) coloca a tónica no desenvolvimento da agricultura no período pós-COVID como um dos motores do crescimento económico do país e propõe medidas específicas a médio prazo. Com base nisso, o subsector deverá receber maior atenção e financiamento nos próximos anos.

Os Planos Anuais do Ministério contribuem para a implementação do PED, mas não fazem referência direta às metas, um fator que torna difícil o controlo regular do cumprimento. Foi evidente, numa ampla reunião com o Ministério, durante a Avaliação do PED em 2016, que muitas destas metas deveriam ser revistas e atualizadas. Durante a Avaliação do PED, em 2016, foram observadas deficiências na sistematização da informação e comunicação sobre a implementação das atividades.

Dadas as dificuldades de obtenção de dados fiáveis para todo o setor da agricultura e pescas, é particularmente urgente melhorar os mecanismos de monitorização das atividades, que poderiam ser facilitados com sistemas de comunicação e transferência de informação mais robustos e transparentes, no âmbito do MAP.

Metas a Longo Prazo (2030):

As perdas de armazenamento de arroz na exploração terão sido reduzidas de 20% para cerca de 5%. Timor-Leste terá pelo menos quatro nichos de produtos de culturas de elevado rendimento, que podem ser consistentemente exportados.

Progresso em relação às metas de Longo Prazo e Comentários Gerais:

O setor agrícola é potencialmente a espinha dorsal da economia não petrolífera, com mais de 70% da população envolvida na agricultura (Censo, 2015). O país é dotado de um potencial agrícola substancial e, no entanto, é um país com défice alimentar, importando aproximadamente 40 por cento das suas necessidades alimentares básicas anuais (Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, 2017). A produtividade da produção agrícola continua a ser baixa.

Em termos de aumento da produtividade agrícola, o PED previu um aumento do apoio à produção das culturas mais relevantes em Timor-Leste: arroz, milho, café, baunilha, etc., o que, em geral, levou a um aumento da produtividade dessas culturas. Uma série de serviços adicionais deveria ajudar a aumentar a produtividade na área cultivada e a produtividade a traduzir-se num aumento da rentabilidade. Entre estes serviços encontram-se os serviços de extensão agrícola, o reforço dos mercados agrícolas e o desenvolvimento da política de importação agrícola que apoia os interesses dos agricultores timorenses. Um mecanismo paralelo de apoio à atividade agrícola é o desenvolvimento de infraestruturas de irrigação e barragens, onde se têm verificado atrasos no cumprimento dos objetivos do PED.

Durante a última década, os programas de apoio ao desenvolvimento do milho, tubérculos, frutas e legumes nas comunidades rurais, aumentaram significativamente. Os rendimentos totais da produção de arroz e milho melhoraram devido aos esforços sustentados no desenvolvimento e introdução de variedades melhoradas. Isto assegurou e continuou a assegurar o abastecimento dos mercados urbanos, mesmo durante as recentes inundações de abril de 2021 e a pandemia da COVID-19. As cadeias de valor das mercadorias produzidas localmente aumentaram, o acesso à mecanização agrícola ao longo da cadeia de valor agrícola melhorou e a produção de culturas de base aumentou, mas todas estas a partir de uma base baixa.

Foram conseguidas várias concretizações chave no subsector da Agricultura e Pescas durante o período 2016-2020:

- a primeira Lei de Bases das Florestas foi adotada em 2017.
- o primeiro Censo Agrícola foi concluído com sucesso em 2019 e o relatório foi publicado em 2020.
- melhoria do acesso à mecanização agrícola ao longo das cadeias de valor agrícola e crescente envolvimento de empresas privadas ao longo das cadeias de valor agrícola.
- dois mercados de agricultores estabelecidos desde 2019.

- melhoria da produção de culturas básicas - redução das práticas de corte e queima, e melhoria da produção de sementes de culturas básicas no país.
- O número de cabeças de gado aumentou 20% (a partir dos níveis de 2010).
- Estratégia e Plano de Ação Nacional para o Desenvolvimento da Cadeia de Abastecimento de Bambu em Timor-Leste, adotado em 2018.
- O Instituto Nacional de Pescas e Aquicultura de Timor-Leste foi criado e totalmente equipado com as instalações necessárias para a investigação e desenvolvimento da pesca e da aquicultura.
- As receitas geradas pela pesca oceânica e o volume de peixe exportado aumentaram significativamente no período de 2016 a 2020 (de acordo com os dados do MAP)

Metas de 2015 e concretização

Meta: A tonelagem de arroz (ajustada às perdas) terá aumentado de 37.500 toneladas para 61.262 toneladas					
Concretização: Concluída					
Instituição responsável: MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PESCAS (MAP)					
	Indicador	2016 Valor Alcançado	2020 Valor Alcançado	Ligação ao orçamento por programas	Comentários sobre Progresso, Disponibilidade de Dados, Relevância do Indicador, etc.
1.	Tonelagem de arroz (ajustada às perdas)	2015: 60.295 toneladas 2016: 35.351 toneladas devido à má estação 2017: 36.982 toneladas 2018: 57.418 toneladas 2019: 79.703 toneladas	Produção de arroz: 83.304 toneladas 3.4 toneladas por hectare	574	
2.	Toneladas de milho produzido	Produção de milho 2015: 64.795 toneladas (com produtividade média de 2,1 toneladas por hectare) 2016: 57.409 toneladas (com produtividade média de 2,1 toneladas por hectare) 2017: 59.148 toneladas (com produtividade média de 2,2 toneladas por hectare) 2018: 83.643 toneladas (com produtividade média de 2,3 toneladas por hectare) 2019: 75.689 toneladas (com produtividade média de 2,5 toneladas por hectare)	Produção de milho: 77.606 toneladas, com produtividade média de 2,3 toneladas por hectare	574	
Comentário: Os principais resultados no período 2016-2020 que contribuem para a concretização das metas: a) Área de cultivo de arroz atingiu 62.142 hectares; b) Eficácia na descasca de arroz atingiu 61,6%; c) Perdas de Produção durante a pré e pós-colheita, reduzidas a 25%; d) Produção de sementes de arroz 105 toneladas; e) A área de cultivo de milho atingiu 176.950 hectares; f) Perdas de produção durante a pré e pós-colheita reduzidas a 25%.					

Meta: Terá sido feito um inventário exaustivo dos sistemas de irrigação.

Concretização: Alguns progressos

Instituição responsável: MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PESCAS (MAP)

	Indicador	2016 Valor Alcançado	2020 Valor Alcançado	Ligação ao orçamento por programas	Comentários sobre Progresso, Disponibilidade de Dados
1.	Sim/Não: Lista com inventário dos sistemas de irrigação concluída	Comentário: Plano Diretor de Irrigação concluído em 2015 e conceito para barragens introduzido nas 15 principais ribeiras de Timor-Leste. Foram iniciados projetos de irrigação: como resultado, foram cobertos 6.814 hectares por projetos de irrigação do FI. a) Estudo de viabilidade e desenho do esquema de irrigação para todo o território concluído em 2011; b). 8 sistemas de irrigação reabilitados utilizando o Fundo de Infraestruturas e apoio dos países parceiros, especialmente do Governo do Japão	No ano fiscal de 2019, o MAP apresentou novas propostas, através do Fundo de Infraestruturas, para o estudo detalhado de 27 sistemas de irrigação no território e construção de 2 novos sistemas de irrigação: Galata, no Município de Baucau e Laivai, no Município de Lautém. As propostas para a construção destes dois projetos foram aprovadas pelo FI para iniciar no ano fiscal de 2021. Os documentos para os referidos projetos estão a ser verificados pela Agência de Desenvolvimento Nacional (ADN) antes de serem enviados à Comissão Nacional de Aprovisionamento (CNA) para iniciar o processo de concurso no ano fiscal de 2021.	574	
2.	Área com sistemas de irrigação com base nos planos	6.814 hectares cobertos por projetos de irrigação FI.	7.479,55 hectares (zonas potenciais)	574	

Comentário:

Os principais resultados, no período 2016-2020, que contribuem para o cumprimento das metas incluem:

- a) Construção de irrigação em Buluto, para 780 hectares potenciais, concluída e inaugurada em janeiro de 2017;
- b) Construção de irrigação de Larisula, com área potencial de 350 hectares, concluída e inaugurada em outubro de 2018;
- c) A primeira pedra para irrigação em Dardau foi lançada em julho de 2019. De acordo com o plano, estará concluída em 2021.

O MAP não pôde alcançar algumas metas, porque a atribuição de orçamento do Capital de Desenvolvimento para reabilitar alguns sistemas potenciais é limitada (por exemplo, de 2016 a 2020, as novas construções de irrigação incluíram apenas a irrigação Dardau, que foi construída em 2019 e está agora em curso, embora o MAP já tenha apresentado muitas outras propostas ao Secretariado de Grandes Projetos (SGP).

Análise da formulação da meta: A meta não é específica nem diretamente mensurável. Na revisão do PED, deve ser considerada a reformulação da meta e a definição de indicadores de desempenho relevantes e dos seus objetivos.

Meta: Terão sido desenvolvidos projetos-piloto para barragens e águas subterrâneas e os resultados terão sido utilizados para o desenvolvimento

Concretização: Alguns progressos

Instituição responsável: MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PESCAS (MAP)

	Indicador	2016 Valor Alcançado	2020 Valor Alcançado	Ligação ao orçamento por programas	Comentários sobre Progresso, Disponibilidade de Dados
1.	Número de barragens e projetos-piloto de águas subterrâneas desenvolvidos	Reservatórios com capacidade para 75.000 litros de água estabelecidos em 2 locais	Reservatórios com capacidade de 75.000 litros para armazenamento de água, estabelecido em 3 locais (Ahik, Aidabaleten e Tilomar)	574	

Comentário: Foi desenvolvido um Plano Diretor para barragens nas principais ribeiras de Timor-Leste, mas os projetos-piloto ainda não foram implementados. Em 2016, numa reunião do CAFI no ADN, o então presidente do CAFI, pediu ao MAP que entregasse o resultado do estudo preliminar sobre as barragens à ADN. A este respeito, o MAP passou a responsabilidade à ADN para supervisionar a continuidade do programa. Contudo, o orçamento não foi transferido para a ADN, pelo que a ADN recomenda que o MAP dê continuidade à realização do estudo preliminar sobre as barragens.

Análises de formulação de metas: A meta não é específica, nem diretamente mensurável. Na revisão do PED, deve ser considerada a reformulação da meta e a definição de indicadores de desempenho relevantes e dos seus objetivos.

Objetivo: O Conselho Consultivo Agrícola de Timor-Leste irá formular políticas nacionais para o setor e supervisionar a implementação

Concretização: Algum progresso até 2016 / Nenhum progresso desde 2017.

Instituição responsável: MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PESCAS (MAP)

	Indicador	2016 Valor Alcançado	2020 Valor Alcançado	Ligação ao orçamento por programas	Comentários sobre Progresso, Disponibilidade de Dados, Relevância do Indicador, etc.
1.	SIM/NÃO: Conselho Consultivo operacional.	Não. Comentário: Através do SAPIP, o MAP está em vias de estabelecer o Conselho Consultivo Agrícola de TL. Não: O MAP desenvolveu as diligências necessárias para criar este conselho, mas devido a um conflito com a lei salarial básica, o conselho não foi formalizado		510	O SAPIP é um projeto financiado pelo GASFP/Banco Mundial.

Comentário: Alinhamento de conflitos com a lei salarial básica. Nenhum progresso desde 2016.

Meta: O Instituto de Investigação e Desenvolvimento de Timor-Leste vai orientar e planejar investimentos adicionais em investigação, desenvolvimento e extensão para todos os principais subsectores agrícolas

Concretização: Alguns progressos

Instituição responsável: MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PESCAS (MAP)

	Indicador	2016 Valor Alcançado	2020 Valor Alcançado	Ligação ao orçamento por programas	Comentários sobre Progresso, Disponibilidade de Dados, Relevância do Indicador, etc.
1.	SIM/NÃO: Instituto de Investigação e Desenvolvimento Operacional.	Não. Comentário: Embora não tenha sido criado o Instituto de Investigação e Desenvolvimento, uma Direção no MAP é responsável por algumas das funções previstas	Estabelecido o Secretariado para o Instituto de Desenvolvimento e Investigação, para preparar os estatutos do futuro Instituto	574	

Comentário:

a) O MAP criou a Direção Nacional de Investigação, que atualmente lidera os trabalhos relacionados com a pesquisa e investigação, especialmente na área da investigação, identificação e seleção de sementes apropriadas para multiplicação e distribuição a nível nacional. A Direção Nacional tem também algumas funções importantes ligadas à recolha, tratamento e divulgação de informação sobre as condições agroclimáticas, com 43 estações agroclimáticas em todo o território;

b) O MAP tem também 3 Centros de Investigação (Loes, Betano e Darasula) e 3 Estações de Investigação (Quinta Portugal-Aileu, Ululefa-Maubisse e Raimaten-Maliana);

c) O MAP estabeleceu um secretariado, para preparar o estabelecimento deste Instituto, especialmente no que diz respeito aos seus estatutos.

O principal problema relacionado com o cumprimento das metas é que os Estatutos do Instituto de Desenvolvimento e Investigação ainda não estão concluídos.

Objetivo: As atividades de pesca tradicional terão aumentado e a pesca terá aumentado na Zona Económica Exclusiva

Concretização: Alguns progressos

Instituição responsável: MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PESCAS (MAP)

	Indicador	2016 Valor Alcançado	2020 Valor Alcançado	Ligação ao orçamento por programas	Comentários sobre Progresso, Disponibilidade de Dados, Relevância do Indicador, etc.
1.1	Número de pescadores que receberam formação em Centro de Formação	120 pescadores	135 pescadores	574	
1.2	Número de navios de pesca registados	3.630 unidades	O número de pescadores tradicionais ou de pesca manual aumentou até 5.244 unidades	574	
1.3	Captura total de peixe (toneladas), em terra (aquacultura) e no mar	85,34 toneladas	14.157,69 toneladas	574	Estatísticas de pesca da <i>Food and Agriculture Organization of the United Nations</i> (FAO)?

1.4	Captura (toneladas) na ZEE (Zona Económica Exclusiva)	-	1.401,12 toneladas	574	
-----	---	---	--------------------	-----	--

Comentário:

Resultados-chave que contribuem para a concretização da meta:

2016:

a) As atividades de pesca tradicional aumentaram de 3.630 embarcações para 4.000 e os pescadores tradicionais ou a pesca artesanal aumentaram de 6.360 para 7.000;

2017:

a) As atividades de pesca tradicional aumentaram de 3.630 embarcações para 4.000 e os pescadores ou artesãos tradicionais aumentaram de 6.360 para 7.000;

b) Pesca na zona económica exclusiva realizada por 18 embarcações, cujas operações, realizadas pela empresa *HONGLONG FISHERIES Lda.* (15 unidades) geraram receitas no valor de 312.450 USD; empresa *BEST SEAFOOD Lda.* (3 unidades) com receitas no valor de 90.120 USD. Receitas da pesca artesanal: 2.620 USD e consumo de peixe 6,1 Kg/ ano.

2018:

a) As atividades de pesca tradicional aumentaram de 3.630 embarcações para 4.000 e a pesca tradicional ou manual aumentou de 6.360 para 7.000;

b). Pesca na zona económica exclusiva realizada por 18 embarcações, cujas operações, realizadas pela empresa *HONGLONG FISHERIES Lda.* (15 unidades) geraram receitas no valor de 16.454 USD; empresa *BEST SEAFOOD Lda.* (3 unidades) com receitas 90.155 USD. Receitas da pesca artesanal 5.930 USD e consumo de peixe 6,1 Kg/ ano.

2019 :

a) as atividades de pesca tradicional diminuíram de 3.630 embarcações para 2.856 e os pescadores tradicionais ou de pesca manual aumentaram de 6.360 para 7.000;

b) as receitas da pesca manual 8.475 USD e consumo de peixe 6.1 Kg/ ano.

2020 :

a) as atividades de pesca tradicional diminuíram de 3.630 embarcações para 2.856 e os pescadores tradicionais ou a pesca manual aumentaram de 5.185 para 5.244;

b) receitas da pesca manual 6.552 USD e consumo de peixe 6.1 Kg/ ano.

Os principais problemas para o cumprimento da meta incluem:

a) Os navios e os pescadores diminuíram porque: Orçamento Geral limitado, mentalidade e capacidade dos pescadores na gestão dos recursos, limitação das infraestruturas básicas.

b) as receitas diminuíram porque: não há empresas de pesca industrial que tenham investido na pesca.

Análise da formulação da meta: A meta não é específica. Não é possível avaliar se a meta foi alcançada. Na revisão do PED, a reformulação da meta deve ser considerada.

Meta: Serão implementados um Plano de Gestão Florestal e uma Política Nacional de Bambu e Estratégia de Marketing

Concretização: Progresso elevado

Instituição responsável: MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PESCAS (MAP)

	Indicador	2016 Valor Alcançado	2020 Valor Alcançado	Ligação ao orçamento por programas	Comentários sobre Progresso, Disponibilidade de Dados, Relevância do Indicador, etc.
1.	Sim/Não: O Plano de Gestão Florestal está em vigor	Não. Foi elaborado o Projeto de Lei sobre o Regime Geral da Silvicultura, tendo sido adotado o Plano de Investimento Florestal.	Não: Plano de Gestão Florestal ainda não desenvolvido. A Lei sobre o Regime Geral das Florestas foi adotada em 2017.	576	

1.	Sim/Não: A Política Nacional de Bambu e Estratégia de Marketing está em vigor	Não. O Centro de Bambu transformado em dentro de Investigação, Desenvolvimento, Formação e Promoção do Bambu com responsabilidade nessas áreas	Sim: Estratégia e Plano de Ação Nacional para o Desenvolvimento da Cadeia de Abastecimento de Bambu em Timor-Leste adotado em 2018	576	
----	---	--	---	-----	--

Comentário:

Resultados-chave que contribuem para o cumprimento das metas: Quadro jurídico e político produzido pela Direção Geral das Florestas:

- a) Lei N.º 14/2017 - Regime Geral das Florestas;
- b) Decreto-Lei N.º. 5-2016 - Sistema Nacional das Áreas Protegidas;
- c) Plano Nacional para a Conservação Florestal (2013);
- d) Política, Objetivo e Estratégia do Setor Florestal (Revisão 2017);
- e) Estratégia e Plano de Ação Nacional para o Desenvolvimento da Cadeia de Abastecimento de Bambu em Timor-Leste 2018

A Lei de Bases das Florestas e a revisão da Política Florestal Nacional que orientará o desenvolvimento de regulamentos subsequentes e estratégias e planos nacionais relevantes para esta meta.

Esta meta deveria ter sido implementada em coordenação com o MCIA, que também tem responsabilidades nesta área.

Meta: Viveiros de base comunitária plantarão um milhão de árvores.

Concretização: Progresso elevado

Instituição responsável: MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PESCAS (MAP)

	Indicador	2016 Valor Alcançado	2020 Valor Alcançado	Ligação ao orçamento por programas	Comentários sobre Progresso, Disponibilidade de Dados, Relevância do Indicador, etc.
1.	Número de árvores plantadas anualmente em viveiros comunitários	230.000 mudas produzidas Sementes para árvores de madeira comercial florestal, madeira de conservação, madeira urbana e árvores de fruto) 140.000 pés produzidos	790.000 Sementes para árvores de madeira comercial florestal, madeira de conservação, madeira urbana e árvores de fruto produzidas em 2019. 1.522.677 pés produzidos	576	

Comentário:

2016: Sementes para floresta (madeira comercial, madeira de conservação, madeira urbana e frutas) 140.000 produzidas, no Centro de Viveiros Maubara;

2017: Sementes para floresta (madeira comercial, madeira de conservação, madeira urbana e frutas) 400.000, produzidas no Centro de Viveiros Maubara;

2018: Sementes para floresta (madeira comercial, madeira de conservação, madeira urbana e frutas) 120.000, produzidas no Centro de Viveiros Maubara;

2019: Sementes para floresta (madeira comercial, madeira de conservação, madeira urbana e frutas) 790.000, produzidas no Centro de Viveiros Maubara, Viveiro Permanente em Viveiros Comunitários;

2020: Sementes para floresta (madeira comercial, madeira de conservação, madeira urbana e frutos) 72.677, produzidas no Centro de Viveiros Maubara.

De acordo com a contribuição da ONU para a avaliação do PED, os 5 centros de viveiros governamentais em grande escala e, pelo menos, 20 viveiros comunitários, estão bem estabelecidos e produzem entre 800 mil a 1,2

milhões de mudas de árvores anualmente. As mudas são disponibilizadas a todos os membros da comunidade que as desejem plantar nas suas próprias áreas. Dependendo da disponibilidade do orçamento governamental, são também organizadas, anualmente, atividades de plantação de árvores e têm como objetivo plantar até um milhão de árvores por ano. Contudo, este objetivo não foi alcançado devido à falta de orçamento estatal atribuído para a atividade. Foi elaborado um projeto de estratégia nacional de desenvolvimento florestal comunitário e aguarda-se a revisão e adoção pelo Governo.

Metas de 2020 e concretização

Meta: A oferta alimentar terá excedido a procura.

Concretização: Alguns progressos

Instituição responsável: MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PESCAS (MAP)

	Indicador	2016 Valor Alcançado	2020 Valor Alcançado	Ligação ao orçamento por programas	Comentários sobre Progresso, Disponibilidade de Dados, Relevância do Indicador, etc.
1.	% das necessidades alimentares básicas importadas (anualmente)	aproximadamente 40 % das necessidades alimentares básicas anuais (Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, 2017)	Arroz importado 66.131 toneladas	574	
2.	Valor total criado pelo setor agrícola	Produção agrícola superior a 57.409,09 toneladas			

Comentário:

De acordo com a avaliação do PED da ONU para 2020, Timor-Leste continua a ser um país importador líquido de alimentos, uma vez que a produção local só pode cobrir até 60% do total da procura nacional, particularmente de alimentos básicos (principalmente arroz). Não foi feito qualquer estudo para avaliar a dependência das importações de culturas hortícolas e frutícolas, embora a produção de vegetais frescos tenha registado um forte aumento nos últimos 7 anos, com tendências semelhantes às dos frutos frescos. Também tem havido um "empurrão" do Governo para encorajar os consumidores a "comprar e consumir" mais produtos produzidos localmente.

A ONU apoia o desenvolvimento de estatísticas agrícolas e de informação sobre segurança alimentar para ajudar o Governo a orientar melhor os seus objetivos.

Meta: A área de arroz irrigado terá aumentado 40%, de 50.000 ha para 70.000 ha

Concretização: Progresso elevado

Instituição responsável: MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PESCAS (MAP)

	Indicador	2016 Valor Alcançado	2020 Valor Alcançado	Ligação ao orçamento por programas	Comentários sobre Progresso, Disponibilidade de Dados, Relevância do Indicador, etc.
1.	Área de campos de arroz irrigados	32.280 ha	70.000 ha	62.142 ha	

Comentário:

Foi realizada uma área de demonstração de arroz com utilização de fertilizante orgânico (POC NASA, SUPER NASA e HARMONIC) em 9 sistemas de irrigação: Buluto (Lalawa + Vemassee), Raibere, Casa, Bonuk, Oebaba, Carau-Ulun, Maliana I, Bebui, Larisula, Tono e Naktuka.

Meta: A produção média de milho terá aumentado para 2,5t/ha

Concretização: Progresso elevado

Instituição responsável: MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PESCAS (MAP)

	Indicador	2016 Valor Alcançado	2020 Valor Alcançado	Ligação ao orçamento por programas	Comentários sobre Progresso, Disponibilidade de Dados, Relevância do Indicador, etc.
1.	Produção média de milho	2,04 ton/ha	2,3 ton/ha	574	

Comentário:

Foi realizada uma área de demonstração de arroz com utilização de fertilizante orgânico (POC NASA, SUPER NASA e HARMONIC) em 9 sistemas de irrigação: Buluto (Lalawa + Vemassee), Raibere, Casa, Bonuk, Oebaba, Carau-Ulun, Maliana I, Bebui, Larisula, Tono e Naktuka.

Meta: O número de cabeças de gado terá aumentado 20%

Concretização: Concluído

Instituição responsável: MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PESCAS (MAP)

	Indicador	2016 Valor Alcançado	2020 Valor previsto	2020 Valor Alcançado	Ligação ao orçamento por programas	Comentários sobre Progresso, Disponibilidade de Dados, Relevância do Indicador, etc.
1.	Números de cabeças de gado	O número total da produção animal foi de 1.972.847 Composto por espécies animais, tais como: a). Galinha local 928.806; b). Suínos (porcos) 419.169; c). Ovinos (Ovelhas) 40.498; d). Caprinos (cabras) 158.467; e). Cavalos 50.751; f). Vacas 221.767; g). Bois 128.262 e crescimento da população animal de 2010 a 2015 foi de 26 % ou aumento da produção para 402.634	20% em comparação com os números de gado de 2010	a). No processo de desenvolvimento da produção animal doméstica, de 2015 a 2020 atingiu-se um crescimento de 22 %; b). O crescimento da população de 2016 a 2020 sofreu uma redução de 4%, em relação a 2015, mas ainda assim cumpre as metas especificadas no PED		

Comentário:

Os principais resultados que contribuíram para a realização da meta incluem:

- programa de extensão, socialização e formação para grupos identificados em áreas potenciais, isto é, criação de animais, seleção de animais produtivos, introdução de alimentos nutritivos para animais e resistência secas longas, aumento de sementes para alimentação dos animais, engorda de animais para trazer para os mercados;
- Distribuição de sementes para alimentação de animais a grupos-chave com um sistema de crédito (rotativo) para multiplicar a população animal;

- c). Distribuição de sementes para alimentação animal de alta qualidade nutritiva para multiplicar nas áreas de pastagem na forma comunitária para garantir os períodos de alimentação animal deficiente nas épocas secas mais longas;
- d). Programa de Inseminação Artificial (IA) e Inseminação Manual (MI), para reforçar a qualidade animal local e aumentar a população animal;
- e). Eficácia da implementação da vacinação e do tratamento gratuito dos animais no país.

Os desafios para atingir as metas incluem:

- a). a sensibilização da comunidade para a criação intensiva de animais para aumentar o rendimento ainda é muito baixa;
- b). o mercado para animais ainda não está maximizado e, por conseguinte, há um interesse reduzido dos proprietários de animais em lutar por melhores formas de criar animais;
- c). as condições climáticas extremas em TL, com as duas últimas épocas com pouca chuva (apenas 4 meses efetivos) enquanto que a época seca foi quase 8 meses, afetou a qualidade alimentar dos animais domésticos durante o Verão;
- d). O orçamento anual para o subsector Pecuária não está alinhado com o plano elaborado, mas de acordo com o pacote estabelecido, o que afeta a sustentabilidade do programa.

Meta: A produção de café terá duplicado após a reabilitação de 40.000 hectares de plantações de café.
Concretização: Progresso elevado

Instituição responsável: MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PESCAS (MAP)

	Indicador	2016 Valor Alcançado	2020		Ligação ao orçamento por programas	Comentários sobre Progresso, Disponibilidade de Dados, Relevância do Indicador, etc.
			Previsão	Alcançado		
1.	Tonelagem de café produzido	Produção de café 2016: 17.872,01 toneladas, com produtividade média 0,2 toneladas por hectare 2017: 11.332 toneladas 2018: 10.869 toneladas 2019: 13.315,25 toneladas	Duplicar a produção a partir de 2010	Produção de café em 2020: 12.653 toneladas com produtividade média de 0,22 toneladas por hectare	574	
1.1	Área de plantação de café reabilitada de 2010 a 2020	250 hectares de plantações de café reabilitadas (MAP)	40.000 hectares	3.768 Hectares (MAP=1.458 e CCT=2.310)	574	

Comentário:

Resultados-chave que contribuem para o objetivo:

2016:

- a). 508 hectares de plantação de café reabilitados;
- b). nova plantação estabelecida com 123,5 hectares e
- c). 9.901 toneladas de café exportadas;

2017:

- a). 450 hectares de plantação de café reabilitados;
- b). nova plantação estabelecida com 50 hectares e
- c). 6.569 toneladas de café exportadas;

2018:

- a). 6.301 7.719;

2019:

- a). Reabilitação de uma plantação de café de 500 hectares;
- b). nova plantação estabelecida com 116 hectares e
- c). 7.719 toneladas de café exportadas;

2020:

- a). 7.719 toneladas de café exportadas.

Os principais problemas para a realização das metas incluem o orçamento limitado atribuído ao MAP, especialmente à Direção Nacional do Café e das Plantas Industriais

Meta: Haverá pelo menos três tipos de atividades de aquacultura para apoio às comunidades costeiras
Concretização: Alguns progressos

Instituição responsável: MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PESCAS (MAP)

	Indicador	2016 Valor Alcançado	2020 Valor Alcançado	Ligação ao orçamento por programas	Comentários sobre Progresso, Disponibilidade de Dados, Relevância do Indicador, etc. (preencher quando aplicável)
1.	Número de tipos de atividades de aquacultura para apoio às comunidades costeiras	Desenvolvidas lagoas de peixe-leite (<i>Milkfish</i>) com 1 hectare no município de Manatuto		574	
2.	Apoio prestado às comunidades costeiras	Barcos: 40 unidades Motores: 40 unidades	Barcos: 38 unidades; Redes: 2.074; Motores: 38	574	

Comentário:

Foram introduzidas e testadas no país tecnologias de aquacultura em água doce, aquacultura em água salobra e maricultura durante o período de revisão do PED. Contudo, devido à elevada dependência das importações de alevins e rações para peixes, agravada pela variabilidade climática (seca, doenças, etc.), o desenvolvimento da aquacultura não progrediu significativamente. No entanto, houve um aumento de atividades neste setor, com o setor privado a desempenhar um papel significativo e a fazer boa escala de negócios - pelo menos durante alguns anos antes da pandemia.

Existem pelo menos dois viveiros de peixes (estatais) e vários viveiros comunitários totalmente operacionais durante todo o ano e que fornecem alevins aos aquicultores. Foi criado um Instituto Nacional de Aquacultura Pesqueira e está bem equipado com as instalações necessárias para atividades de investigação e desenvolvimento no domínio da pesca e da aquacultura. No entanto, o centro necessita de grande atenção por parte do Governo para um maior investimento em técnicos especialistas para gerir e operar o centro de modo a poder servir plenamente o seu propósito.

O principal problema para o cumprimento da meta é a limitação orçamental.

Análise da formulação da meta: A meta não é específica. Não é possível avaliar a meta foi alcançada. Na revisão do PED, a reformulação da meta deve ser considerada.

Objetivo: O setor das pescas será baseado na exportação e ter-se-á expandido para incluir a pesca oceânica.					
Concretização: Progresso elevado					
Instituição responsável: MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PESCAS (MAP)					
	Indicador	2016 Valor Alcançado	2020 Valor Alcançado	Ligação ao orçamento por programas	Comentários sobre Progresso, Disponibilidade de Dados, Relevância do Indicador, etc. (preencher quando aplicável)
1.	% de peixe exportado	0,01 %	0,20 %	574	
1.1	Receitas geradas pela pesca oceânica	47.185,00 USD	606.627,20 USD	574	
1.2	Tonelagem de peixe exportado	56,96 toneladas	1.401,12 toneladas	574	
Comentário: Com base em dados sobre exportação de peixe e receitas geradas, a situação melhorou significativamente nesta área (progresso elevado).					
Análise da formulação da meta: A meta não é específica. Não é possível avaliar se a meta foi alcançada. Na revisão do PED, a reformulação da meta deve ser considerada.					

Petróleo

Instituições-chave

Este subsetor é da responsabilidade do Ministério do Petróleo e Minerais. A construção de infraestruturas relacionadas com o setor petrolífero - centrando-se no projeto Tasi Mane, requer uma estreita coordenação com o Ministério das Obras Públicas.

Quadro de planeamento estratégico

Os Planos Anuais do Ministério continuam a fazer referência (por vezes apenas aproximadamente) às metas do PED.

Meta a longo prazo (2030): O projeto Tasi Mane terá sido concluído, estabelecendo uma indústria petrolífera dinâmica e integrada, ligada por uma autoestrada na costa sul de Timor-Leste

Progresso em relação aos Objetivos de Longo Prazo e Comentários Gerais:

A criação de uma indústria de petróleo e gás em terra, na costa sul, é considerada fundamental para o desenvolvimento de um forte setor industrial em Timor-Leste. O projeto Tasi Mane em três clusters costeiros apoiará o desenvolvimento da indústria petrolífera de Timor-Leste, desde a sua atual natureza extrativa, até a uma indústria mais diversificada e de maior valor acrescentado, passando pelo processamento em terra. Isto seria conseguido através de uma fábrica de Gás Natural Liquefeito (GNL), uma refinaria, e um núcleo da indústria petroquímica. Espera-se também que o investimento na costa sul estimule o desenvolvimento da região com a reabilitação

dos aeroportos regionais, uma nova autoestrada e outras infraestruturas. O ambicioso projeto Tasi Mane requer um grande investimento financeiro inicial, enquanto que os seus benefícios socioeconómicos podem demorar mais tempo a concretizar-se. Devido à natureza do setor petrolífero, que é afetado por fortes flutuações nos preços da procura, este é um investimento com alguns riscos. Atrair investidores privados é importante para proteger o fundo petrolífero e sustentar o crescimento económico (RNV 2019).

Tem havido um atraso na implementação de projetos de infraestruturas neste subsector. A multiplicação dos atores e agências envolvidos tem dificultado o processo de tomada de decisões a nível político. Mesmo assim, as entidades do setor têm avançado com uma série de outras políticas paralelas à construção de infraestruturas mais demoradas. Estas políticas foram referenciadas na parte narrativa do PED sem um período de tempo particular, e por isso não foram consideradas como "metas".

Outras concretizações deste setor ao longo dos dez anos, incluem a criação de um quadro institucional e legislação adequada. Neste contexto, foi criada, em 2011, uma Companhia Nacional de Petróleo, em 2012, o Instituto do Petróleo e Geologia e, em 2016, uma empresa mineira nacional, Murak-Rai Timor-Leste S.A. (MRT), que deverá proteger os interesses do Estado na exploração dos recursos minerais do país. Igualmente importante foi o investimento feito pelo Ministério na formação dos recursos humanos na indústria petrolífera, nas áreas de geologia, química, engenharia, e petróleo, entre outras.

Finalmente, é de notar que, nos últimos anos, Timor-Leste tem mantido um compromisso para com a transparência das receitas provenientes dos recursos de petróleo e gás, continuando a cumprir as normas exigidas pela EITI (*Iniciativa de Transparência da Indústria Extrativa*) e trocando experiências com os países vizinhos e parceiros. O projeto de Lei sobre Transparência estabelece um conjunto de princípios, regras e procedimentos de transparência a serem seguidos por todas as empresas privadas e organismos governamentais envolvidos em atividades de exploração de recursos naturais em Timor-Leste.

Metas de 2015 e concretização

Meta: A construção do Porto do Suai terá sido concluída					
Concretização: Alguns progressos nas atividades de preparação de projetos até 2016/Não há progressos desde 2017					
Instituição responsável: MINISTÉRIO DO PETRÓLEO E MINERAIS (MPM)					
	Indicador	2016 Valor Alcançado	2020 Valor Alcançado	Ligação ao orçamento por programas	Comentários sobre Progresso, Disponibilidade de Dados, Relevância do Indicador, etc.)
1.	% de conclusão do projeto	Projeto cancelado em 2011 com previsão para reiniciar a base de abastecimento de Suai. O projeto da Base de Abastecimento do Suai está pendente de uma decisão da	O projeto ainda se encontra pendente	FI	À espera da decisão política do Governo sobre o projeto Tasi Mane. A TIMOR GAP gostaria de continuar o projeto fase a fase

		Câmara de Contas ao recurso apresentado pelo Governo.			
--	--	---	--	--	--

Meta: Primeira fase do projeto da refinaria Betano iniciada

Concretização: Alguns progressos

Instituição responsável: Ministério do Petróleo e Minerais (MPM)

	Indicador	2016 Valor Alcançado	2020 Valor Alcançado	Ligação ao orçamento por programas	Comentários sobre Progresso, Disponibilidade de Dados, Relevância do Indicador, etc. (preencher quando aplicável)
1.	% conclusão do projeto	Avaliação de Impacto Ambiental (AIA) iniciada em 2016 e os relatórios finais do Plano de Gestão Ambiental (PGA) e da Declaração de Impacto Ambiental (DIA) elaborados	Realizou-se uma revisão por pares, sobre os estudos realizados, que foi concluída em março de 2021		Estudo de revisão por pares realizado pela equipa e pelo consultor interno, não havendo, portanto, qualquer custo adicional envolvido.

Comentário:

Resultados-chave que contribuem para a meta:

- em 2018 a licença ambiental foi assegurada
- 253 hectares de terra identificados
- 4.564.998,11 USD compensados (Fundo de Infraestruturas)
- Estudo FEED para fábrica de refinaria concluído para 30.000 barris/dia (Orçamento Geral - TIMOR GAP)
- Estudo de otimização realizado e concluído (Orçamento Geral - TIMOR GAP)

Os principais problemas para o cumprimento das metas incluem:

- FID pendente, porque o parceiro *PTT Thailand* pediu para parar, alegando que a Taxa Interna de Retorno (TIR) não é atrativa.
- Em 2019, a direção fez um novo estudo de otimização para procurar uma solução para o referido projeto, mas ainda em condições de incerteza devido à matéria-prima (a produção de *BayuUndan* diminuiu, e a incerteza do desenvolvimento do campo do *Greater Sunrise*), necessita de intervenção e decisões políticas do Governo, especialmente no que diz respeito ao custo da eletricidade e aos impostos.

Meta: A primeira fase da construção da estrada Suai-Betano terá começado

Concretização: Concluído:

Instituição responsável: MINISTÉRIO DO PETRÓLEO E MINERAIS (MPM), MINISTÉRIO DAS OBRAS PÚBLICAS (MOP)

	Indicador	2016 Valor Alcançado	2020 Valor Alcançado	Ligação ao orçamento por programas	Comentários sobre Progresso, Disponibilidade de Dados, Relevância do Indicador, etc. (preencher quando aplicável)
1.	% conclusão do projeto	As obras de construção da primeira fase do projeto da autoestrada (troço 1: Suai - Zumalai) iniciaram-se em 2016, alcançando um progresso de 15,67% até ao final do ano	Projeto alcançou os 100% (primeira fase)	52003	Informações detalhadas sobre este assunto podem ser obtidas junto do dono da obra, o Ministério das Obras Públicas. A TIMOR GAP prestou apoio à comunidade, especialmente em questões relacionadas com compensação e libertação de terras e propriedades.

Comentário:

Resultados-chave que contribuem para a meta: Construção de 30,4 km de autoestrada concluídos

Meta: Novo projeto de desenvolvimento em Suai terá sido concluído.

Concretização: algum progresso desde 2011 com as atividades de preparação de projetos, nenhum progresso desde 2016?

Instituição responsável: MINISTÉRIO DO PETRÓLEO E MINERAIS (MPM), MINISTÉRIO DO PLANO E ORDENAMENTO (MPO)

	Indicador	2016 Valor Alcançado	2020 Valor Alcançado	Ligação ao orçamento por programas	Comentários sobre Progresso, Disponibilidade de Dados, Relevância do Indicador, etc. (preencher quando aplicável)
1.	% conclusão do projeto	Memorando de Entendimento (MdE) entre TIMOR GAP e a empresa <i>Dili Development</i> para o desenvolvimento de um parque industrial no Novo Suai. Desde a assinatura do Memorando de Entendimento, nenhum progresso foi registado. Está dependente do progresso do Projeto da Base de Abastecimento do Suai		FI	O plano de desenvolvimento da nova cidade de Suai visa responder à atividade e funcionamento da Base de Abastecimento do Suai. O desenho detalhado e o conceito de desenho da nova cidade do Suai, estão sob a responsabilidade do Ministério das Finanças.

Comentário: O projeto está pendente, porque a Base de Abastecimento do Suai também está pendente

Meta: Primeira fase do projeto de desenvolvimento da Nova Betano iniciado.					
Concretização: Algum progresso até 2016 com a preparação do projeto, nenhum progresso desde 2017					
Instituição responsável: MINISTÉRIO DO PETRÓLEO E DOS MINERAIS (MPM)					
	Indicador	2016 Valor Alcançado	2020 Valor Alcançado	Ligação ao orçamento por programas	Comentários sobre Progresso, Disponibilidade de Dados, Relevância do Indicador, etc.
1.	% conclusão do projeto	MdE em vigor entre TIMOR GAP e a empresa <i>Andrade</i> . Desde a assinatura do Memorando de Entendimento, nenhum progresso foi registado.		FI	O plano de desenvolvimento da nova cidade de Betano visa responder à atividade e operação da Refinaria em Betano. O desenho detalhado e o conceito de desenho da nova cidade de Betano, estão sob a responsabilidade do Ministério das Finanças.
Comentário: O projeto está pendente, porque o projeto da Refinaria de Betano também está pendente.					

Metas de 2020 e concretização

Meta: A segunda fase da Base de Abastecimento de Suai terá sido concluída.					
Concretização: Alguns progressos nas atividades de preparação de projetos					
Instituição responsável: MINISTÉRIO DO PETRÓLEO E MINERAIS (MPM)					
	Indicador	2016 Valor Alcançado	2020 Valor Alcançado	Ligação ao orçamento por programas	Comentários sobre Progresso, Disponibilidade de Dados, Relevância do Indicador, etc.
1.	% conclusão do projeto	Nenhum progresso	Terrenos identificados e atribuídos. O projeto ainda não começou.	FI	Ainda não foi iniciada a primeira fase
Comentário: Resultados-chave que contribuem para a meta: - 1.113 hectares de terra identificados e atribuídos à Base de Abastecimento de Suai - 414 hectares de terras e propriedades libertadas. Necessidade de libertar mais 699 hectares (provisório) - A compensação total é de 13.311.743,57 USD (Fundo de Infraestruturas) - Concluído o design FEED da base de abastecimento do Suai Os principais problemas para o cumprimento das metas incluem: - Em 2015 foi assinado um contrato para a Base de Abastecimento de Suai entre o empreiteiro <i>Hyundai Engineering & Construction Co., Ltd.</i> e o Ministério do Petróleo e dos Recursos Minerais (MPRM), no montante de 719.212.000,00 USD; - Em 2015, o Tribunal de Contas recusou o visto; - Em 2015 o Governo recorreu ao Tribunal de Recurso e em 2017 o Tribunal de Recurso aceitou e visou o contrato - Presentemente aguarda a decisão do Governo					

Meta: A primeira fase do projeto da refinaria terá sido concluída.

Concretização: Alguns progressos nas atividades de preparação do projeto

Instituição responsável: MINISTÉRIO DO PETRÓLEO E DOS MINERAIS (MPM)

	Indicador	2016 Valor Alcançado	2020 Valor Alcançado	Ligação ao orçamento por programas	Comentários sobre Progresso, Disponibilidade de Dados, Relevância do Indicador, etc. (preencher quando aplicável)
1.	% conclusão do projeto	Nenhum progresso	Estudo de revisão por pares para todos os estudos realizados anteriormente, e concluídos em março de 2021	FI	O estudo de revisão por pares foi conduzido por uma equipa e consultores internos, pelo que não houve custos adicionais.

Comentário:

Resultados-chave que contribuem para a meta:

- Em 2018 - Licença ambiental assegurada ~~garantida~~
- 253 hectares de terra identificados
- Compensação total 4.564.998,11 USD (Fundo de Infraestruturas)
- Estudo FEED ED para fábrica de refinaria concluído para 30.000 barris/dia (Orçamento Geral - TIMOR GAP)
- Estudo de otimização realizado e concluído (Orçamento Geral - TIMOR GAP)

Os principais problemas para o cumprimento das metas incluem:

- FID pendente, porque o parceiro *PTT Thailand* pediu para parar, alegando que a Taxa Interna de Retorno (TIR) não é atrativa.
- Em 2019, a direção fez um novo estudo de otimização para procurar uma solução para o referido projeto, mas ainda em condições de incerteza devido à matéria-prima (a produção de *BayuUndan* diminuiu, e a incerteza do desenvolvimento do campo do *Greater Sunrise*), necessita de intervenção e decisões políticas do Governo, especialmente no que diz respeito ao custo da eletricidade e aos impostos.

Meta: O Porto de Beaço estará concluído.

Concretização: Alguns progressos nas atividades de preparação de projetos

Instituição responsável: MINISTÉRIO DO PETRÓLEO E DOS MINERAIS (MPM)

	Indicador	2016 Valor Alcançado	2020 Valor Alcançado	Ligação ao orçamento por programas	Comentários sobre Progresso, Disponibilidade de Dados, Relevância do Indicador, etc.
1.	% conclusão do projeto	Nenhum progresso	Estudo FEED concluído em 2019	FI	Este é um projeto integrado entre gasodutos, instalações de GNL e portos

Comentário:

Resultados-chave que contribuem para a meta:

- Em 2017 foi realizado um estudo de otimização do *pipeline* no montante de 172.240,00 USD (Orçamento Geral do Estado - TIMOR GAP)
- Em 2017 foi realizado um Estudo de Impacto Ambiental no montante de 169.610,00 USD (Orçamento Geral do Estado - TIMOR GAP)
- Em 2016 foi concluído um estudo pré-FEED sobre a instalação de GNL com um custo total de 3,8 milhões USD (Orçamento Geral do Estado - TIMOR GAP)
- No início de 2019, foi realizado um estudo Pré-FEED para Instalações Marítimas e o levantamento de locais alternativos para instalações de GNL em Natarbora, com custo total pendente de até 563.247,00 USD, mas o estudo foi suspenso em agosto de 2020.

O resultado deve estar em linha com o resultado das negociações do campo do *Greater Sunrise*.

Turismo

Instituições-chave

O subsetor é largamente da responsabilidade do Ministério do Turismo, Comércio e Indústria, com algumas metas a necessitarem de coordenação com outros ministérios, incluindo o MOP, no que diz respeito a obras de infraestruturas para o setor.

Quadro de Planeamento Estratégico

Um dos obstáculos ao desenvolvimento mais avançado do subsetor no período anterior, foi a falta do plano setorial e da política de turismo aprovada.

Em 2017 foi publicada uma Estratégia Nacional de Turismo intitulada *Growing Tourism to 2030*, que fornece um conjunto de ideias muito genéricas sobre o setor e o seu papel no desenvolvimento de TL, com a colaboração de programas e projetos específicos. O Plano Estratégico para o Turismo 2020-2030 deverá ser finalizado em 2021.

O Programa de Reforma Económica (2020) coloca a tónica no desenvolvimento do turismo no período pós-COVID como um dos motores do crescimento económico do país e propõe medidas específicas a médio prazo. Com base nisso, o subsetor deverá receber maior atenção e financiamento nos anos seguintes.

Os Planos Anuais do Ministério apenas fazem referências aproximadas ao PED.

Meta a longo prazo (2030): Timor-Leste terá uma indústria turística bem desenvolvida que atrairá um grande número de visitantes internacionais, contribuindo substancialmente para o rendimento nacional e das comunidades locais, criando empregos em todo o país.

Progresso em relação aos Objetivos de Longo Prazo e Comentários Gerais:

Timor-Leste pode ser um destino turístico sustentável atrativo para reuniões de negócios e férias, de nicho, com uma beleza natural intacta, história interessante e um património cultural único. A fim de aumentar o número de visitantes, são necessários investimentos contínuos em infraestruturas. O turismo tem potencial para gerar um número significativo de empregos e pode tornar-se um motor sustentável de crescimento, mas para que o turismo gere emprego, os trabalhadores locais precisam de ter as competências adequadas. Uma análise sólida do mercado turístico e uma conceção e planeamento cuidadosos de medidas promocionais são também necessários para estimular o desenvolvimento do turismo.

Ao longo da última década registaram-se progressos na promoção do potencial turístico nacional através de campanhas, reabilitação/construção de algumas infraestruturas turísticas e melhor marcação da atração turística.

No período 2018-2020, não foram relatadas outras atividades relacionadas com a reabilitação de estradas e sinalização de rotas turísticas, nem com a implementação de uma estratégia de marketing turístico internacional. Foi construído um centro de informação turística no município de Díli e houve um modesto progresso na colaboração do Governo e do setor privado para desenvolver infraestruturas turísticas.

O *Inquérito aos Viajantes de 2019*²³ relata que mais de 38.000 viajantes de lazer visitaram Timor-Leste em 2019 - o que representa um modesto aumento do número de viajantes de lazer em relação a 2017 (36.975), e que gastaram cerca de 23 milhões de dólares americanos. Estes números são ainda muito modestos.

Metas de 2015 e concretização

Meta: Estradas nas principais rotas turísticas, incluindo a Grande Estrada da Costa Norte de Com a Balibó, e de Maliana passando por Ermera até Tibar, terão sido reabilitadas e sinalizadas					
Concretização: Progresso elevado até 2016, nenhum progresso desde 2017					
Instituição responsável: MINISTÉRIO DO TURISMO, COMÉRCIO E INDÚSTRIA (MTCI)					
	Indicador	2016 Valor Alcançado	2020 Valor Alcançado	Ligação ao orçamento por programas	Comentários sobre Progresso, Disponibilidade de Dados, Relevância do Indicador, etc. (preencher quando aplicável)
1.	Número de locais com sinais afixados	Sinalização rodoviária e indicadores colocados em locais turísticos em Díli, Liquiçá e Bobonaro.			
2.	Percentagem de rotas turísticas reabilitadas e sinalizadas				
Comentário: A meta está relacionada com a promoção do potencial turístico nacional através de campanhas, melhores sinais e a criação de pacotes turísticos. A implementação apresenta resultados positivos: foi iniciada a instalação de sinalização nas rotas e locais turísticos em todo o país. No entanto, não parecem ter sido colocados mais sinais desde 2016 (nenhuma informação apresentada pelo Ministério).					
Análise da formulação da meta: A meta não é específica. Não é possível avaliar se o objetivo foi alcançado. Na revisão do PED, a reformulação da meta deve ser considerada.					

Meta: Serão implementados pacotes turísticos globais para cada uma das Zonas Turísticas Oriental, Central e Ocidental					
Concretização: Alguns progressos					
Instituição responsável: MINISTÉRIO DO TURISMO, COMÉRCIO E INDÚSTRIA (MTCI)					
	Indicador	2016 Valor Alcançado	2020 Valor Alcançado	Ligação ao orçamento por programas	Comentários sobre Progresso, Disponibilidade de Dados, Relevância do Indicador, etc.
1.	Sim/Não: Pacotes turísticos implementados	Comentário: Estabelecidas as zonas turísticas especiais.	Nenhum pacote a ser estabelecido em cada zona	531	

²³ The Asia Foundation, 2019 <https://asiafoundation.org/publication/2019-survey-of-travelers-to-timor-leste/>; The Asia Foundation, 2017 <https://asiafoundation.org/publication/2017-survey-of-travelers-to-timor-leste/>

	para cada uma das zonas				
2.	Número de turistas que visitam cada uma das zonas por ano		O número de visitas turísticas em cada zona é desconhecido. Em vez disso, é usado o número de turistas que entram em TL através do aeroporto de Díli: 2019: 38.074 turistas visitantes gastaram 23,2 milhões de dólares (dados recolhidos em conjunto com a Asia Foundation)	531	

Comentário:

Relativamente à criação de pacotes turísticos, este objetivo está mais atrasado, uma vez que depende de operadores privados. Timor-Leste continua a ser um destino turístico de acesso caro e, portanto, não competitivo com outros destinos na região. Com o acesso realizado principalmente por via aérea, as ligações são limitadas e os preços dos voos caros.

Os principais problemas para o cumprimento das metas incluem: Sítios turísticos ainda não desenvolvidos, precisam de ser desenvolvidos antes de se estabelecer um pacote e ser vendido no estrangeiro.

Meta: Uma estratégia de marketing turístico internacional estará a funcionar

Concretização: Alguns progressos

Instituição responsável: MINISTÉRIO DO TURISMO, COMÉRCIO E INDÚSTRIA (MTCI)

	Indicador	2016 Valor Alcançado	2020 Valor Alcançado	Ligação ao orçamento por programas	Comentários sobre Progresso, Disponibilidade de Dados, Relevância do Indicador, etc. (preencher quando aplicável)
C	Sim/Não: Estratégia de marketing turístico internacional está a funcionar	Estratégia de promoção turística adotada e variedade de eventos concretizada		531	

Comentário:

Uma estratégia de promoção do turismo "*Growing Tourism to 2030 - Enhancing a National Tourism Destination Identity*" adotada em 2016 está a ser implementada. Isto incluiu uma campanha publicitária e 12.000 brochuras e DVDs produzidos, para os quais foram filmadas áreas de 7 municípios para divulgação no estrangeiro. O *website* www.timorleste.tl foi lançado para a promoção internacional do turismo, com informações sobre o país, bem como alojamento, as várias atividades e planeamento de viagens em todo o território nacional.

Análise da formulação da meta: A meta não é específica. Não é possível avaliar se a meta foi alcançada. Na revisão do PED, a reformulação da meta deve ser considerada.

Meta: Será criado um centro de formação em turismo e hospitalidade em Díli.

Concretização: Não iniciado

Instituição responsável: MINISTÉRIO DO TURISMO, COMÉRCIO E INDÚSTRIA (MTCI)

	Indicador	2016 Valor Alcançado	2020 Alcançado	Ligação ao orçamento por programas	Comentários sobre Progresso, Disponibilidade de Dados, Relevância do Indicador, etc.
1.	% de conclusão do projeto	Centro de Informação Turística de Díli em construção (40% progresso). (este é um local de construção diferente da meta.)	Desenho e Caderno de Encargos estão prontos. Construção ainda não iniciada	531	Se o centro de formação tiver sido concluído, o centro de formação está operacional?
1.1	Número de pessoas formadas por ano				

Comentário:

Centro de Turismo e Hotelaria ainda não estabelecido e a questão principal é o local de construção. De acordo com o plano inicial, o Centro de Turismo e Hotelaria deveria ser construído em redor do Centro de Convenções de Díli (CCD), mas o espaço não é suficiente porque havia outro plano para construir um auditório.

NOTA: Na Avaliação do PED de 2017, o objetivo alcançado foi marcado como "algum progresso", devido à informação de que o Centro de Informação Turística em Díli está em construção (40% de progresso). Contudo, é um local de construção diferente do local do centro de turismo e hospitalidade de Díli.

Objetivo: O Governo terá trabalhado com o setor privado para desenvolver infraestruturas turísticas de apoio às áreas vitais do turismo ecológico, marítimo, histórico, cultural, de aventura e desportivo, bem como do turismo de conferências e convenções

Concretização: Alguns progressos

Instituição responsável: MINISTÉRIO DO TURISMO, COMÉRCIO E INDÚSTRIA (MTCI)

	Indicador	2016 Valor Alcançado	2020 Valor Alcançado	Ligação ao orçamento por programas	Comentários sobre Progresso, Disponibilidade de Dados, Relevância do Indicador, etc.
1.	Número de projetos implementados	Infraestruturas reabilitadas com concessão de gestão do setor privado: Fortaleza de Baguia; Pousadas de Maubisse, Hatubuiliku, Same, Tutuala, Maliana e nova construção de Atauro.	O MTCI trabalhou em conjunto com o setor privado para gerir 4 pousadas, nomeadamente as de: Hatubuiliku, Maubisse, Tutuala e Maubara, incluindo o forte de Balibó e também 6 zonas de restauração, em Metiaut Díli.	532	

Comentário: -

Análise da formulação da meta: representa um esforço contínuo, a longo prazo (não específico nem mensurável). Na revisão do PED, a reformulação da meta deve ser considerada.

Objetivo: Centro de informação turística será estabelecido em Díli, Lospalos e Baucau

Concretização: Progresso elevado					
Instituição responsável: MINISTÉRIO DO TURISMO, COMÉRCIO E INDÚSTRIA (MTCI)					
	Indicador	2016 Valor Alcançado	2020 Conseguido	Ligação ao orçamento por programas	Comentários sobre Progresso, Disponibilidade de Dados, Relevância do Indicador, etc.
1.	% de conclusão do projeto em Díli, Baucau e Los Palos	Dili: Centro de Informação Turística (CIT) 40% implementado. Baucau e Los Palos têm a construção prevista para 2017	Dili 100% Baucau está em fase de concepção e de finalização de Caderno de Encargos. Lospalos ainda não começou. Foi estabelecido um centro de informação turística em Díli em 2018, outro centro de informação será construído em Baucau e Bobonaro entre 2021-2030	534 e FI	O centro de informação construído em Lecidere, aldeia de Bidau, Município de Díli, está agora em funcionamento e operacional
Comentário: Em 2018 foi construído um centro de informação no município de Díli e continuará com 2 outros centros, entre 2021-2030, nos municípios de Baucau e Bobonaro. O problema da instabilidade governamental afetou a implementação do programa porque não havia fundos definitivos.					

Meta: Foram construídas e remodeladas infraestruturas turísticas vitais, incluindo o aeroporto de Díli, os aeroportos regionais e infraestruturas de telecomunicações melhoradas					
Concretização: Alguns progressos					
Instituição responsável: MINISTÉRIO DO TURISMO, COMÉRCIO E INDÚSTRIA (MTCI)					
	Indicador	2016 Valor Alcançado	2020 Conseguido	Ligação ao orçamento por programas	Comentários sobre Progresso, Disponibilidade de Dados, Relevância do Indicador, etc. (preencher quando aplicável)
1.	Sim/Não As infraestruturas turísticas vitais terão sido construídas e remodeladas	O aeroporto de Díli foi remodelado. Como resultado da implementação do Programa de Turismo no âmbito do Fundo de Infraestruturas durante 2014-2016, foram concluídos 6 projetos no total	2 projetos no âmbito do Fundo de Infraestruturas construídos entre 2017-2020, 9 parques reabilitados e um centro de informação turística estabelecido em Díli	534 e FI	Lista das infraestruturas turísticas vitais necessárias.
Comentário: O problema da instabilidade governamental afetou a implementação do programa porque não havia fundos definitivos.					
Análise da formulação da meta: representa um esforço contínuo, a longo prazo. Não é possível avaliar se a meta foi alcançada. Na revisão do PED, a reformulação da meta deve ser considerada.					

Metas de 2020 e concretização

Meta: Será lançado um programa de desenvolvimento de infraestruturas turísticas envolvendo o setor privado

Concretização: Alguns progressos

Instituição responsável: MINISTÉRIO DO TURISMO, COMÉRCIO E INDÚSTRIA (MTCI)

	Indicador	2016 Valor Alcançado	2020 Valor Alcançado	Ligação ao orçamento por programas	Comentários sobre Progresso, Disponibilidade de Dados, Relevância do Indicador, etc. (preencher quando aplicável)
1.	Número de infraestruturas turísticas concluídas envolvendo o setor privado			534 e FI	É necessário desenvolver uma lista de desenvolvimento de infraestruturas turísticas envolvendo o setor privado.

Comentário:

Resultados-chave que contribuem para a meta:

- Zonas de restauração de Metiaut, Dili, manutenção e reabilitação de rotina de Pousadas.
- Trabalhar em conjunto com o setor privado para gerir as zonas de restauração e pousadas.

Análise da formulação da meta: A meta não é específica, nem diretamente mensurável. Na revisão do PED, deve ser considerada a reformulação da meta e a definição de indicadores de desempenho relevantes e dos seus objetivos.

Objetivo: Os principais destinos turísticos funcionarão com infraestruturas melhoradas, atividades e negócios locais bem estabelecidos, e materiais promocionais

Concretização: Alguns progressos

Instituição responsável: MINISTÉRIO DO TURISMO, COMÉRCIO E INDÚSTRIA (MTCI)

	Indicador	2016 Valor Alcançado	2020 Valor Alcançado	Ligação ao orçamento por programas	Comentários sobre Progresso, Disponibilidade de Dados, Relevância do Indicador, etc.
1.	Número total de visitas turísticas anuais em Timor-Leste	36.975 em 2017	38.000 em 2019		

Comentário:

O *Inquérito aos Viajantes de 2019*²⁴ refere que mais de 38.000 viajantes de lazer visitaram Timor-Leste em 2019 - o que representa um modesto aumento no número de viajantes de lazer em relação a 2017 (36.975), gastando cerca de 23 milhões de dólares americanos. Estes números são ainda muito modestos.

Análise da formulação da meta: A meta não é específica, nem diretamente mensurável. Na revisão do PED, deve ser considerada a reformulação da meta e a definição de indicadores de desempenho relevantes e dos seus objetivos.

²⁴ The Asia Foundation, 2019 <https://asiafoundation.org/publication/2019-survey-of-travelers-to-timor-leste/>; The Asia Foundation, 2017 <https://asiafoundation.org/publication/2017-survey-of-travelers-to-timor-leste/>

Investimento do Setor Privado

Instituições-chave

Este subsetor do PED é bastante genérico, com responsabilidades de implementação distribuídas através de diferentes agências governamentais e, muitas vezes, exigindo uma coordenação institucional.

Quadro de Planeamento Estratégico

O VI Governo Constitucional aprovou em Conselho de Ministros o Guia para a Reforma e Crescimento Económico de Timor-Leste (GRFE), implementado pelo Gabinete do Ministro de Estado, Ministro Coordenador dos Assuntos Económicos (MECAE), ministérios de tutela e agências sob a coordenação do MECAE. O GRFE dá prioridade à implementação de medidas económicas estruturais no âmbito de cada uma das áreas prioritárias identificadas no Plano Estratégico de Desenvolvimento de Timor-Leste para 2011-2030, para facilitar o investimento privado, promover a diversificação económica e criar emprego sustentável.

Visão: Para construir a nossa nação e proporcionar empregos e rendimentos ao nosso povo, atrairemos investidores para os nossos setores-chave da indústria, estabeleceremos parcerias com empresas internacionais na construção das nossas infraestruturas e apoiaremos as empresas locais no seu arranque e crescimento.

Progresso em relação à Visão e Comentários Gerais:

Todos os objetivos do PED definidos para este subsetor, com exceção da criação do Banco Nacional de Desenvolvimento, foram adotados até 2016. Isto inclui a adoção e implementação da legislação de apoio ao investimento e crescimento das empresas, tais como o Código Civil e o Direito do Trabalho, processo efetivo de registo de empresas, licenciamento e obtenção de licenças de construção, Lojas de Balcão Único ("*one-stop-shops*") para empresas, bem como o estabelecimento da Agência de Investimento de Timor-Leste e zonas económicas especiais.

Não se registaram progressos na criação do Banco Nacional de Desenvolvimento no período de 2016-2020. A relevância deste objetivo deve ser reconsiderada na revisão do PED.

No período abrangido pelo relatório, o MCAE coordenou eficazmente com os departamentos governamentais: (i) Ministério do Turismo, Comércio e Indústria (MTCI); (ii) Ministério da Agricultura e Pescas (MAP); (iii) Secretaria de Estado da Formação Profissional e Emprego (SEFOPE); (iv) Secretaria de Estado das Cooperativas (SECOOP); e (v) Secretaria de Estado do Ambiente (SEA); na implementação da política económica. Além disso, o MCAE lançou as Mesas Redondas entre o Setor Público e o Setor Privado, durante as quais são realizadas consultas sobre as aspirações dos operadores económicos e a recolha de contribuições para a preparação de medidas de política pública que promovam o setor privado. Foram concedidas subvenções às Pequenas e Médias Empresas (PME) e foram acompanhados 80 grupos beneficiários do programa de subvenções em 11 municípios.

A agenda legislativa implementada no âmbito do GRFE inclui as seguintes iniciativas:

1. Planos de desenvolvimento para o setor agrícola (café, silvicultura, pecuária);

2. Quadro de Reforma do Investimento de Timor-Leste, incluindo a Política de Investimento e a Lei do Investimento Privado.
3. Política de Turismo de Timor-Leste;
4. Política de Aviação Civil de Timor-Leste;
5. Lei das Terras e Propriedades;
6. Criação da Agência de Investimento e Exportação de Timor-Leste (TradeInvest);
7. Lei sobre Arbitragem e Resolução de Litígios (com o Ministério da Justiça);
8. Lei de Promoção das Exportações;
9. Lei das Sociedades Comerciais;
10. Legislação sobre o Registo Comercial (regulamentação de licenças e atividades comerciais);
11. Lei sobre Insolvência e Recuperação de Empresas (em processo legislativo);
12. Quadro para a definição da Política de Concorrência e da respetiva Lei;
13. Lei de Proteção do Consumidor; e
14. Revisão e atualização da Estratégia Nacional de Emprego de Timor-Leste.

Outros resultados chave no subsector incluem:

- 1) Comissão Interministerial para o Estudo de Impacto Socioeconómico da COVID-19 liderada com sucesso e eficazmente coordenada: (i) Pacote de Estímulo Económico com 6 componentes e 19 estratégias desenvolvidas, aprovadas e implementadas; (ii) Conectividade, Fornecimento e distribuição de produtos básicos, Telecomunicações, Serviços, Créditos, e componentes de Apoio Monetário;
- 2) O processo de adesão à Organização Mundial do Comércio (OMC) foi relançado após cumprimento, aprovação e apresentação de todos os requisitos técnico-documentais anteriores, nomeadamente (i) Documento de Perguntas e Respostas; (ii) Plano de Ação Legislativa; (iii) Lista de Controlo da Avaliação Aduaneira; (iv) Reuniões virtuais preparatórias; (v) Primeira Reunião do Grupo de Trabalho da OMC sobre Timor-Leste (vi) Início da preparação da documentação técnica para a Segunda Reunião do Grupo de Trabalho da OMC sobre Timor-Leste; (vii) Liderança do processo de negociação da adesão na qualidade de Chefe de Negociação para Timor-Leste;
- 3) Participação efetiva no processo de adesão de Timor-Leste à ASEAN: (i) Grupo de Trabalho sobre a Comunidade Económica da ASEAN com participação permanente de técnicos da equipa do MCAE; (ii) Partilha de esforços assegurada com o processo de adesão à OMC;
- 4) Facilitação da implementação de vários Projetos de Investimento Privado: (i) *Pelican Paradise*; (ii) *TL Cement*; (iii) *Heineken*; (iv) *Asosiasaun Kafe*; (v) *Suburama Developer Pvt Ltd*; (vi) *Jackson Lay Hospitality*; (vii) *Cadoras Company*; (viii) *China Harbor Timor Lda.*; e (ix) Diálogo contínuo com promotores de vários projetos de investimento privado;
- 5) Realização de um diálogo entre o setor privado e o público sobre 5 setores: (i) "Lei de Terras e Propriedades, visto de trabalho, Taxa de Segurança Social, Juros de Crédito sobre Pagamentos Atrasados no Setor Privado, (ii) desenvolvimento do setor privado através de reformas económicas, (iii) garantia de crédito, (iv) afastamento entre o setor privado e o setor público, (v) política de investimento.

- 6) Importantes projetos de Investimento Privado já acordados e autorizados (atribuição de certificados de investimento: *Pelican Paradise*, *TL Cement*, *Aselda*, *Stamford Medical Center*, entre outros);
- 7) Número de políticas e legislação propostas: A aprovação da nova proposta de Lei de Investimento Privado em Conselho de Ministros (CM), e no Parlamento Nacional, em abril de 2017, aguarda a promulgação do Presidente da República (PR); Lei sobre Sociedades Comerciais: Aprovação e promulgação da nova Lei das Sociedades Comerciais pelo Presidente da República, e publicada em 17 de maio; Aprovação de dois decretos governamentais que regulamentam a Lei das Sociedades Comerciais no CM, em 27 de junho de 2017; Aprovado o novo regime do Registo Comercial e publicado pelo Decreto-Lei n.º 16/2017, de 17 de maio; Aprovação em CM, em maio de 2017, da proposta do decreto-lei que cria o Sistema de Garantia de Crédito às pequenas e médias empresas timorenses, aguarda a promulgação do PR; Apresentação e aprovação em CM do decreto-lei sobre o licenciamento das atividades económicas em 27 de junho de 2017; Aprovação em CM da proposta de lei de Autorização e envio para o Parlamento Nacional;

Metas de 2015 e concretização

Meta: Um Banco Nacional de Desenvolvimento estará a funcionar

Concretização: Não iniciado

Instituição responsável: MINISTRO COORDENADOR PARA OS ASSUNTOS ECONÓMICOS (MECAE)

QUADRO INSTITUCIONAL

Segurança

Instituições-chave

Este subsetor é da responsabilidade do Ministério do Interior (MI) e da Polícia Nacional de Timor-Leste (PNTL).

Quadro de Planeamento Estratégico

O Plano Estratégico de Segurança Interna 2011-2030 foi elaborado de acordo com a visão e ações definidas no PED.

Os Planos e Relatórios Anuais do Ministério não dão ênfase a metas e atividades concretas relacionadas com a implementação do PED. Uma atualização do PED deve considerar uma definição mais precisa de metas e indicadores de desempenho para facilitar a monitorização do progresso neste subsetor.

Metas a Longo Prazo (2030): O setor da segurança, incluindo a PNTL, será totalmente reformado e operará com profissionais qualificados e empenhados, apoiados por infraestruturas e equipamentos modernos e regidos por regulamentos que apoiam a eficácia, a responsabilidade e a boa governação do setor

Progresso em relação aos Objetivos de Longo Prazo e Comentários Gerais:

Foram alcançados progressos significativos na reforma do setor da segurança ao longo da década, através do reforço do quadro regulamentar e institucional, bem como dos recursos humanos em áreas chave de operação.

As realizações na área regulamentar e institucional estão relacionadas com a adoção de um conjunto de leis de segurança (incluindo a Lei Orgânica do Ministério do Interior e sua revisão), e a criação da Polícia Científica de Investigação Criminal, da Autoridade Nacional de Proteção Civil, e da Direção Nacional de Segurança Rodoviária.

Em relação à formação de recursos humanos, foram dirigidos esforços significativos para o recrutamento de novos agentes policiais e formação em áreas específicas, desenvolvimento do programa de formação e currículo do Curso de Formação de Sargentos da PNTL, e regulação do teste de admissão à PNTL. Foram feitos investimentos significativos em equipamento e infraestruturas policiais, incluindo alojamento da polícia para melhorar o funcionamento da força. O policiamento comunitário foi reforçado com a mobilização de Oficiais de Polícia de Suco em todo o território nacional.

O reforço das forças de segurança permitiu ao país ultrapassar o recente impasse político e manter a paz e a estabilidade. A estratégia de reforma da polícia, incluindo a introdução de agentes de Suco e abordagens de policiamento comunitário, provou ser muito eficaz na promoção da segurança e na melhoria do desempenho da polícia (RNV, 2019). As abordagens de policiamento comunitário demonstraram que a criminalidade em Timor-Leste pode ser grandemente reduzida através da criação de confiança e da promoção de parcerias mais eficazes, cooperação e resolução de

problemas entre a comunidade e a polícia (*The Asia Foundation*, 2016a²⁵). Apesar do sucesso destas iniciativas, é importante que a abordagem policial orientada para a comunidade seja adotada pela força policial mais ampla (PNTL) e vá além das unidades de polícia comunitária (RNV, 2019).

De acordo com o Inquérito à Percepção sobre a Polícia Comunitária²⁶ de 2018, as percepções do público sobre a segurança melhoraram claramente ao longo da década. Esta tendência geral de aumento da confiança na segurança é reforçada por elevados níveis de confiança, confiança e apreço pela Polícia Nacional de Timor-Leste (PNTL) e pela crescente orientação comunitária do seu trabalho.

Ao mesmo tempo, há, porém, um reconhecimento claro de que a PNTL necessita de muito mais recursos, formação e desenvolvimento profissional, particularmente sobre a lei e a forma como esta é aplicada. Há necessidade de uma maior compreensão dos processos adequados e clareza sobre os papéis na resolução de disputas no seio da PNTL e entre os atores comunitários e o público em geral (CPP *Survey*, 2018). Do lado positivo, nos últimos anos, verificou-se uma diminuição dos casos de agentes policiais envolvidos em violações dos direitos humanos. Segundo a Provedoria de Direitos Humanos e Justiça (PDHJ), durante 2019 houve apenas 4 casos de agentes policiais, que tinham frequentado a formação em direitos humanos, envolvidos em violações de direitos humanos - um decréscimo em relação aos anos anteriores.

Globalmente, tem havido um declínio significativo nas preocupações das pessoas com a segurança, particularmente a sua própria segurança ou a da sua família (CPP *Survey*, 2018). A diminuição mais notável das preocupações tem sido com a segurança da própria família, de 75%, em 2015 para 61%, em 2018. Houve também uma diminuição da preocupação com a segurança física (70% para 61%) de 2015 para 2018.

Em 2018, a esmagadora maioria do público (83%), os líderes comunitários (93%) e a PNTL (95%) afirma que a PNTL e os cidadãos estão a trabalhar em conjunto para resolver os problemas de segurança na sua comunidade. Embora estas respostas estejam a níveis muito semelhantes aos de 2015, representam um aumento acentuado a partir de 2013 (público=50%, líderes comunitários=78%, PNTL=91%).

Mais de três em cada quatro inquiridos (78%) acreditava que ter uma maior percentagem de mulheres na PNTL iria melhorar os serviços de policiamento em Timor-Leste. Esta opinião foi defendida por uma percentagem mais elevada de inquiridos de Díli (84%) em comparação com o resto do país (75%).

No período 2016-2020, o Ministério do Interior aumentou o seu empenho na criação de um ambiente favorável à participação das mulheres no setor da segurança e à proteção dos direitos das mulheres que servem no setor. A revisão da lei da PNTL - que representa o próximo passo para um quadro legal moderno e eficaz do setor da segurança (objetivo PED 2020) - assegurou que o pessoal feminino da polícia tenha direito a licença de maternidade com pagamento integral do

²⁵*Voluntary National Review, Report on the Implementation of the Sustainable Development Goals*, (2019)

²⁶ O Inquérito às Percepções da Polícia Comunitária (CPP) de 2018 representa o quinto inquérito do seu género em Timor-Leste, tendo a *Asia Foundation* realizado o seu primeiro inquérito a nível nacional sobre percepções de segurança em Timor-Leste em 2008. Os inquéritos foram repetidos em 2009, 2013, 2015 e 2018. https://asiafoundation.org/wp-content/uploads/2019/09/Timor-Leste-Community-Police-Perceptions-Survey-Summary-of-Key-Findings_EN.pdf

salário e benefícios, entre outras medidas, para remover as barreiras que as mulheres enfrentam nos procedimentos de recrutamento e promoção.

No período abrangido pelo relatório, foram feitos progressos no sentido de assegurar operações eficientes e eficazes dos bombeiros, com a criação da Autoridade Nacional de Proteção Civil, recrutamento de oficiais dos bombeiros e fornecimento de equipamento. Com o aumento do número de agentes policiais encarregados do tráfego e da segurança rodoviária, tem havido uma diminuição constante de acidentes de trânsito anualmente (de 1.830, em 2017, para 1.483, em 2020).

As metas do PED no subsetor da segurança são definidas em termos muito amplos (não específicos, nem mensuráveis) e representam na sua maioria esforços contínuos, a longo prazo. Por estas razões, é bastante difícil e subjetivo avaliar a realização das metas com base em categorias definidas, ou seja, determinar se uma meta passou de "algum progresso" para "progresso elevado" ou de "progresso elevado" para "concluído". Uma atualização do PED deve considerar uma definição mais precisa de metas e indicadores de desempenho para facilitar a monitorização do progresso no subsetor.

Metas de 2015 e concretização

Meta: A reconstrução e reforma do setor da segurança terá proporcionado os recursos humanos e o quadro institucional necessários para proporcionar uma capacidade operacional eficaz em áreas-chave, incluindo a prevenção e investigação do crime, a segurança pública e o controlo das fronteiras (2015) Concretização: Algum progresso					
Instituição responsável: MINISTÉRIO DO INTERIOR (MI)					
	Indicador	2016 Valor Alcançado	2020 Valor Alcançado	Ligação ao orçamento por programas	Comentários sobre Progresso, Disponibilidad e de Dados
1.	Recrutamento de novos agentes policiais e formação em áreas específicas	Recrutamento de 121 agentes da polícia (F=7/M= 114) Formação para 259 agentes da Academia de Polícia de Díli: incluindo 63 agentes da Polícia de Suco (OPS), 12 agentes formados sobre o tráfego na Indonésia e 25 agentes formados na área do tráfego em Díli. - Formação na Indonésia para 15 agentes da polícia na área das TI e 6 agentes na área dos Serviços de Recursos Humanos,	1º Curso de Promoção pelo Inspetor Oficial (CPOI), com um total de 53 formandos - Formação em TI para 452 agentes da Polícia de Suco (OPS) - Formação a 210 membros que trabalham na área das pessoas vulneráveis - Formação KSOT para 35 oficiais - Formação promocional para 15 oficiais a passar de Oficial Superior para Oficial Inspetor - Curso de treino para 65 Comandantes de Esquadrão - Formação de líderes para membros da PNTL, 20 mulheres da PNTL	Subprograma Setor de segurança	

		Planeamento e Finanças. <i>DIKBANGSPES</i> formação para 14 agentes das Unidades Especiais de Polícia (UEP) na Indonésia	- Formação em língua portuguesa para 114 membros da PNTL - Formação de preparação para participar na Missão de Paz da ONU - 52 membros da Unidade Especial de Polícia - Curso de Policiamento Comunitário para 82 membros da PNTL de todos os Municípios, incluindo RAEOA - A partir de 2015 -2018 formação para 423 agentes da autoridade sobre identificação, encaminhamento, investigação e recolha de dados de vítimas de tráfico de seres humanos - Etc.		
2.	Estabelecidos quadros jurídicos e de política para o policiamento comunitário	O policiamento comunitário é atualmente reconhecido no preâmbulo da Lei Orgânica da PNTL, do Plano Estratégico da PNTL, e da lei dos Sucos. (2018) Fonte: <i>Asia Foundation</i>	Regulamento disciplinar, Decreto Lei nº 44/2020, de 7 de outubro, aprovado e publicado no Jornal da República Decreto-lei sobre Lei Orgânica da PNTL, Estatuto do Pessoal, Regime Salarial, Regime de Promoção: Gabinete de Apoio Jurídico da Presidência do Conselho de Ministros (PCM), Gabinete de Apoio Jurídico do PM, MI e PNTL em fase final (projeto de lei)	Subprograma Setor de segurança	
3.	% de comunidades (de 65 postos administrativos) com acesso a serviços de alerta e resposta precoce à prevenção de conflitos.	0%, porque não há dados	100% dos 65 Postos Administrativos Total de casos 713: resolvidos 205, em processo 207, processo de crime público, 301	Subprograma 43001: Prevenção de conflitos	
4.	% do público que acredita que a situação de segurança no último ano melhorou	56% (2015) Fonte: <i>Asia Foundation</i> - Inquérito à Perceção da Polícia Comunitária	53% (2018)		

5	Número de incidentes que requerem o envolvimento da polícia	Resultados das Estatísticas Nacionais da Criminalidade (2016 = 4.002); (2017 = 3.956); (2018 = 4.404); (2019 = 4.495).	Resultados das Estatísticas Nacionais da Criminalidade: 4.151	366: PNTL SEGURANÇA NACIONAL	O gráfico de incidentes mostra que em 2016 o número de acidentes foi pequeno em comparação com os anos seguintes, e que, em 2020 voltou a diminuir. (Relatório anual da IMS).
6.	Número de casos de Violência Baseada no Gênero	Resultados da Violência Doméstica, a nível Nacional (2016 = 405); (2017 = 313); (2018 = 255); (2019 = 371).	Resultados da Violência Doméstica a nível Nacional (2020 = 357).	41204 Subprograma: Implementação do NAP-GBV	(Relatório anual da IMS).

Comentários:

Os principais resultados no período 2016-2020 incluem: revisão aprovada do decreto-lei da PNTL; recrutamento e formação; melhoria das infraestruturas básicas e do equipamento.

Em 2020, o MI concluiu a Avaliação da Gestão Integrada de Fronteiras e, em 2021, aprovou um projeto para introduzir um novo Sistema de Gestão de Fronteiras (*Migration Information Data Analysis System* MIDAS). O Governo em 2021 está também a planear desenvolver um Plano de Ação Nacional de Imigração e Gestão de Fronteiras.

Os principais obstáculos ao cumprimento de metas foram as mudanças políticas.

Análise da formulação da meta: A meta não é específica e é difícil avaliar o progresso no cumprimento da meta. Na revisão do PED, deve ser considerada a reformulação da meta e a definição de indicadores de desempenho relevantes e dos seus valores-alvo. Deve ser considerado uma meta ou indicador separado relacionado com a gestão de fronteiras.

Meta: Um programa de apoio à melhoria dos recursos humanos, infraestruturas e equipamento garantirá que os bombeiros possam desempenhar as suas funções de forma eficiente e eficaz (2015)

Realizações: Alguns progressos

Instituição responsável: MINISTÉRIO DO INTERIOR (MI)

	Indicador	2016 Valor Alcançado	2020 Valor Alcançado	Ligação ao orçamento por programas	Comentários sobre Progresso, Disponibilidade de Dados, Relevância do Indicador, etc. (preencher quando aplicável)
1.	Sim/Não: Bombeiros a funcionar eficiente e eficazmente	Autoridade Nacional para a Proteção Civil (ANPC) ainda não criada Equipamento mínimo	Criada a Autoridade Nacional para a Proteção Civil. Equipamento para bombeiros comprado	Programa 431: Proteção Civil Subprograma 43101: Proteção Civil e Serviço de Incêndios	

2.	Número de oficiais do Corpo de Bombeiros		Processo de recrutamento para 2019/2020: 60 bombeiros	Programa 431: Proteção Civil Subprograma 43101: Proteção Civil e Serviço de Incêndios	Processo de recrutamento para 2019/2020: 60 bombeiros Processo de recrutamento para 2021, 96 bombeiros Plano de recrutamento para 2022, 324 bombeiros Mão-de-obra total para os bombeiros em 2022, 844 bombeiros
3.	Número de intervenções dos bombeiros			Programa 431: Proteção Civil Subprograma 43101: Proteção Civil e Serviço de Incêndios	Da força de trabalho dos Bombeiros Nacionais e Municipais

Comentários:

Os principais resultados incluem Decreto-Lei, recrutamento, formação e desenvolvimento profissional, infraestruturas básicas incluindo equipamento para os *Bombeiros*, relações bilaterais entre os sindicatos dos Bombeiros nos Países de Língua Portuguesa (UBPLP), programas de geminação e Memorando de Entendimento (Mde) entre o Governo do Território Norte (Austrália) e o Governo de Timor-Leste, Agências de primeiros socorros - especificamente o Corpo de *Bombeiros*, incluindo visitas a Timor-Leste do Serviço de Bombeiros do Território do Norte (Austrália) em janeiro de 2017, contribuição para uma análise conjunta das necessidades de formação e das lacunas de capacidade em fevereiro, formação em Timor-Leste em meados de 2017 e formação para os Serviços de Bombeiros de Timor-Leste em Darwin em setembro/outubro.

Os principais problemas foram a política, os recursos humanos e o equipamento operacional.

Análise da formulação da meta: A meta não é específica e é difícil avaliar o progresso no cumprimento da meta. Na revisão do PED, deve ser considerada a reformulação da meta e a definição de indicadores de desempenho relevantes e dos seus valores-alvo.

Metas de 2020 e concretização

Meta: Um quadro jurídico moderno e eficaz regerá o setor da segurança (2020)

Concretização: Concluído:

Instituição responsável: MINISTÉRIO DO INTERIOR (MI)

	Indicador	2016 Valor Alcançado	2020 Valor Alcançado	Ligação ao orçamento por programas	Comentários sobre Progresso, Disponibilidade de Dados, Relevância do Indicador, etc. (preencher quando aplicável)
1.	Um quadro jurídico moderno e eficaz estabelecido	Foi adotado um conjunto de leis relativas à segurança interna	Conseguido		

Comentários:

De acordo com a resposta do Ministério do Interior, o objetivo foi alcançado. Foi aprovada a revisão do decreto-lei da PNTL.

A revisão aprovada da lei PNLT assegura que o pessoal feminino da polícia tenha agora direito a licença de maternidade com pagamento integral do salário e benefícios, entre outras medidas para remover barreiras que as mulheres enfrentam nos procedimentos de recrutamento e promoção. A PNLT tem aumentado o seu empenho em criar um ambiente favorável à promoção da participação das mulheres no setor da segurança, e à proteção dos direitos das mulheres que servem no setor. A revisão legal incluiu uma lei disciplinar de assédio e abuso sexual.

Análise da meta: A meta não é específica e é difícil avaliar o progresso no cumprimento da meta. Na revisão do PED, deve ser considerada a reformulação da meta e a definição de indicadores de desempenho relevantes e dos seus valores-alvo.

Meta: Uma Unidade de Trânsito e Segurança Rodoviária bem formada e profissional assegurará que as nossas estradas são seguras e que as leis rodoviárias são cumpridas (2020)

Concretização: Progresso elevado

Instituição responsável: POLÍCIA NACIONAL DE TIMOR-LESTE (PNLT)

	Indicador	2016 Valor Alcançado	2020 Valor Alcançado	Ligação ao orçamento por programas	Comentários sobre Progresso, Disponibilidade de Dados, Relevância do Indicador, etc.
1.	Número de agentes policiais encarregados do trânsito e da segurança rodoviária	Distribuir 200 agentes de polícia para o tráfego, no território nacional.	Distribuir 400 agentes de polícia para o tráfego, no território nacional.	423: Segurança e Ordem Pública Subprograma 42301: Segurança rodoviária	A distribuição da polícia de trânsito no território, mostra um número reduzido de crimes. <i>(de acordo com o plano de operações no terreno).</i>
2.	Número de acidentes de viação	Resultados dos acidentes de trânsito nacionais em (2016 = 1.737); (2017 = 1.830); (2018 = 1.712); (2019 = 1.554);	Resultados dos acidentes de trânsito nacionais 1.483	423: Segurança e Ordem Pública Subprograma 42301: Segurança rodoviária	O gráfico de acidentes de viação mostra que em 2016 o número é elevado, enquanto que em 2020 o número de acidentes diminuiu. <i>(De acordo com o relatório anual do MIS ao Comandante da PNLT).</i>

Comentários:

Os principais problemas para o cumprimento da meta em 2016-2020 incluíram:

1. Longo impasse político
2. Sem estabilidade de governação;
3. Insuficiente dotação orçamental;
4. Não há distribuição de uniformes para os membros da polícia;
5. Infraestrutura e equipamento inadequados;

Análise da formulação da meta: A meta não é específica e é difícil avaliar o progresso no cumprimento da meta. Na revisão do PED, deve ser considerada a reformulação da meta e a definição de indicadores de desempenho relevantes e dos seus valores-alvo.

Objetivo: A formação de recursos humanos e o desenvolvimento profissional proporcionarão uma PNTL competente e moderna Concretização: Algum progresso					
Instituição responsável: POLÍCIA NACIONAL DE TIMOR-LESTE (PNTL)					
	Indicador	2016 Valor Alcançado	2020 Valor Alcançado	Ligação ao orçamento por programas	Comentários sobre Progresso, Disponibilidade de Dados, Relevância do Indicador, etc. (preencher quando aplicável)
1.	Número de queixas contra a polícia	Queixas registadas pelo Departamento Nacional de Justiça em (2016 = ..); (2017 = ...); (2018 = ...); (2019 = 120 casos);	Queixas registadas pelo Departamento Nacional de Justiça (2019 = 181 casos);	423: Segurança e Ordem Pública	Tipos de queixas contra a polícia; 1. Violência doméstica; 2. Abuso sexual; 3. Agressão física; 4. Abuso de poder. (tal como registado pelo Departamento Nacional de Justiça PNTL.).
2.	% do público que descreve o desempenho da PNTL como melhor do que há um ano	A polícia continua a fazer vigilância nas áreas críticas para os crimes.	A polícia aumenta o número de vigilância para prevenir áreas identificadas como críticas para os crimes.		77% (2018) Fonte: <i>Asia Foundation</i> - Inquérito à Perceção da Polícia Comunitária
3.	% de mulheres nas forças policiais	Pessoal da PNTL 3.668; M = 3.060 F = 608	Total de pessoal da PNTL 4.105; M = 3.490 F = 615		15% Estatísticas PNTL (2018)
Comentários: Os principais resultados no período 2016-2020 incluem: aumento do número de novos agentes policiais; desenvolvimento de capacidades através de formação académica e técnica; desenvolvimento de infraestruturas e equipamento adequados e atribuição de orçamento adequado. Os principais problemas encontrados incluem: longo impasse político; ausência de estabilidade de governação; dotação orçamental insuficiente e infraestruturas e equipamento inadequados;					
Análise da formulação da meta: A meta não é específica e é difícil avaliar o progresso no cumprimento da meta. Na revisão do PED, deve ser considerada a reformulação da meta e a definição de indicadores de desempenho relevantes e dos seus valores-alvo.					

Defesa

Instituições-chave

Este subsetor é da responsabilidade do Ministério da Defesa, Instituto de Defesa Nacional, e das FALINTIL - Forças de Defesa de Timor-Leste.

Quadro de planeamento estratégico

Os Planos Anuais do Ministério, mesmo que nem sempre se refiram diretamente às Metas do PED, contribuem para a sua implementação e contêm informação relevante sobre o seu controlo anual.

O Conceito Estratégico de Defesa e Segurança Nacional (CEDSN) foi aprovado pelo Governo em dezembro de 2016.

Metas a Longo Prazo (2030): Asseguraremos que as FALINTIL-FDTL (F-FDTL) tenham a capacidade de defender a nossa nação, ao mesmo tempo que apoiam a segurança interna e a sociedade civil de Timor-Leste, e contribuem para os esforços para enfrentar as ameaças à paz e estabilidade regional e global.

As F-FDTL serão bem treinadas, com as infraestruturas necessárias para controlar e proteger as nossas águas territoriais e participar como parceiro de pleno direito nos exercícios navais internacionais.

As F-FDTL terão a capacidade de responder eficazmente a múltiplos compromissos militares em simultâneo

Progresso em relação às Metas de Longo Prazo e Comentários Gerais:

Na última década, foram feitos progressos na área do quadro regulamentar e de planeamento estratégico: Foram adotadas as Leis Nacionais de Segurança e Defesa, Lei Orgânica e Regulamentos do Ministério da Defesa, e Conceito Estratégico Nacional de Defesa e Segurança, tendo sido investidos esforços significativos na formação da força.

A necessidade de reparação de infraestruturas após a Independência, limitou o processo de recrutamento, uma vez que não era possível aumentar o número de recrutas sem condições estruturais. Os procedimentos orçamentais e de aprovisionamento não facilitaram um processo mais rápido, uma vez que o pacote fiscal atribuído não era suficiente para satisfazer as necessidades.

Também foram feitos grandes progressos nas relações com parceiros internacionais. Neste contexto, Timor-Leste participou em operações de manutenção da paz no quadro das Nações Unidas, embora a capacidade para operações de manutenção da paz precise de ser ainda reforçada.

No período 2016-2020, foram feitos progressos na transformação das F-FDTL, do nível preparatório para uma força de nível profissional e convencional. As concretizações incluem um maior desenvolvimento do quadro legal, desenvolvimento do Sistema de Autoridade Marítima (lei, estrutura, sistema administrativo e coordenação interministerial.), desenvolvimento do plano da Força Aérea, estudo de viabilidade para o estabelecimento da Academia Militar, reforço das capacidades dos recursos humanos das F-FDTL, etc.

As metas do PED no subsetor da defesa, são definidas em termos muito amplos (não específicos, nem mensuráveis) e representam na sua maioria esforços contínuos, a longo prazo. Por estas

razões, é bastante difícil e subjetivo avaliar a realização das metas com base em categorias definidas, ou seja, determinar se uma meta passou de "algum progresso" para "progresso elevado" ou de "progresso elevado" para "concluído". Uma atualização do PED deve considerar uma definição mais precisa de metas e indicadores de desempenho para facilitar a monitorização do progresso neste subsetor.

Metas de 2015 e concretização

Meta: As F-FDTL irão operar como uma força de defesa convencional e profissional (2015)					
Concretização: Progresso elevado					
Instituição responsável: FALINTIL - FORÇAS DE DEFESA DE TIMOR-LESTE (F-FDTL)					
	Indicador	2016 Valor Alcançado	2020 Valor Alcançado	Ligação ao orçamento por programas	Comentários sobre Progresso, Disponibilidade de Dados, Relevância do Indicador, etc. (preencher quando aplicável)
1.	Legislação estabelecida	Lei sobre aquisições militares preparada		Programa 388: Defesa Nacional	
2.	Número de membros das F-FDTL	Em curso	2.156 membros efetivos	Programa 388: Defesa Nacional	Em 2021, estava previsto o recrutamento de 600 novos recrutas e o processo agora está em curso. Em 2022, planeava-se recrutamento de mais 1.200 recrutas; depende da possibilidade de orçamento para 2022. Para 2023, continua o plano de recrutar mais 1.200 recrutas.
3.	Sistema de Autoridade Marítima	Estabelecer o Sistema de Autoridade Marítima	Desenvolver o Sistema de Autoridade Marítima (lei, estrutura, sistema administrativo e coordenação interministerial).	Programa 388: Defesa Nacional.	Quadro jurídico da Autoridade Marítima concluído (leis e decretos). Desenvolver o núcleo interministerial da Autoridade Marítima, coordenação e sistema administrativo. Fornecer capacitação e desenvolver a componente Naval para desempenhar a sua missão de vigilância, controlo e monitorização das atividades marítimas no âmbito do sistema de autoridade marítima em Timor-Leste.
4	Força Aérea	Desenvolver a Força Aérea (<i>Lei Orgânica F-FDTL</i>)	Desenvolver a Força Aérea (<i>Plano de Força 2020</i>)	Programa: Defesa Nacional	1. Definir missão, plataforma legal, estrutura, estatuto e orgânica para a Força Aérea 2. Definir o desenvolvimento prioritário da força aérea para 2022 3. Promover a componente aérea para participar de forma integral na área da Defesa e também patrulhar a zona

					aérea nacional, bem como a missão de prestar apoio humanitário ao povo de Timor-Leste.
8	Academia Militar	Ainda não implementado	Processo inicial de estudo de viabilidade. (o plano começou em 2020 e o estudo de viabilidade começou em 2021).	Programa 388: Defesa Nacional	Desenvolver missão, enquadramento legal, estatuto, estrutura, modelo de academia militar, currículo e formadores. Desenvolver plano e construção de instalações de infraestruturas.

Comentários:

Os principais resultados incluem:

1. Funcionalidade, ação e missão das Forças Armadas em funcionamento para assegurar a estabilidade, paz, segurança e defesa nacional no território de Timor-Leste.
2. Transformação das F-FDTL do nível preparatório para uma força de nível profissional e convencional.

O principal problema é que existe uma falta de capacidade nas F-FDTL. É necessário mais desenvolvimento de capacidades.

Análise da formulação da meta: A meta não é específica e é difícil avaliar o progresso no cumprimento da meta. Na revisão do PED, deve ser considerada a reformulação das metas e a definição de indicadores de desempenho relevantes e dos seus valores-alvo.

Meta: Tendo transferido competências especializadas, conhecimentos e experiência para uma nova geração de membros das F-FDTL, os veteranos das F-FDTL serão apoiados para se reformarem com dignidade e ajudados nas transições de carreira e nos planos de reinstalação (2015)

Concretização: Alguns progressos

Instituição responsável: MINISTÉRIO DA DEFESA (MD)

	Indicador	2016 Valor Alcançado	2020 Valor Alcançado	Ligação ao orçamento por programas	Comentários sobre Progresso, Disponibilidade de Dados, Relevância do Indicador, etc. (preencher quando aplicável)
1.	Reestruturação dos Recursos Humanos nas F-FDTL e Ministério da Defesa (MD)	Em curso	Em curso	Programa 388: Defesa Nacional	Desenvolver os recursos humanos das F-FDTL para se preparar para operar com boa capacidade militar. Eventualmente, isto levará a uma boa defesa nacional, o que trará ganhos de confiança aos cidadãos e à autoestima das F-FDTL.
2	Desenvolvimento ou formação profissional (nacional e/ou internacional).	Em curso	216 militares aprovados para receber bolsas de estudo	Programa 388: Defesa Nacional	10% dos militares ativos previstos e desenvolvimento das F-FDTL através de um plano de formação para 2015-2020.
3	Curso de formação e desenvolvimento profissional da manutenção da Paz.	Em curso	256 beneficiários do exército.	Programa 388: Defesa Nacional	Contribuir para a Paz para as Nações Unidas através da parceria em Defesa.

4	Reforma Política e Quadro de Remuneração para as F-FDTL	Em curso	Projeto de lei sobre a remuneração das F-FDTL submetido ao CM	Programa 388: Defesa Nacional	Uma política para o bem-estar das forças militares, salário e subsídios está a ser desenvolvida.
5	Reforma Militar.	23 veteranos	Em processo	Programa 388: Defesa Nacional	Processo de aposentação e subsídios para ex-veteranos

Comentário:

Os principais resultados incluem:

1. Os recursos humanos das F-FDTL têm progredido significativamente
2. Promoção e regeneração dos futuros comandos das F-FDTL
3. Plano de aposentação e remuneração em vigor

Análise da formulação da meta: A meta não é específica e é difícil avaliar o progresso no cumprimento da meta. Na revisão do PED, deve ser considerada a reformulação da meta e a definição de indicadores de desempenho relevantes e dos seus valores-alvo.

Meta: Sistemas e tecnologias da informação terão sido integrados no sistema de Comando, Controlo, Comunicações, Computadores e Informação (2015)

Concretização: Alguns progressos

Instituição responsável: MINISTÉRIO DA DEFESA (MD)

	Indicador	2016 Valor Alcançado	2020 Valor Alcançado	Ligação ao orçamento por programas	Comentários sobre Progresso, Disponibilidade de Dados, Relevância do Indicador, etc.
1.	Sistemas e tecnologias da informação integrados no sistema de comando, controlo, comunicações, computadores e informação	Não iniciado		Programa 388: Defesa Nacional Subprograma 38804:38804: Sistema de Comando e Controlo (MD)	
	Desenvolver a Unidade de Comunicação das F-FDTL	Em curso	Em curso	Programa 388: Defesa nacional	Unidade de Comunicação das F-FDTL desenvolvida no centro de Metinaro.
2	E-Governança	Em curso	Fase inicial: Em 2020, o Ministério da Defesa começou a desenvolver um conceito e um sistema de Governança eletrónico.		Em 2021 o sistema de governação eletrónico está em fase de implementação e inclui sistema de comunicação e TI. Centralizar o mecanismo de TI para uniformizar o mecanismo de comunicação adequado, rápido e seguro no trabalho administrativo.
3	Sistema de Comando e Controlo	Em curso	Estudo de viabilidade iniciado: 2019-2020 - O Ministério da Defesa iniciou	Programa 388: Defesa Nacional	-Criar e desenvolver o Centro de Operações Conjuntas (CSOC) que visa assegurar o funcionamento das F-FDTL.

			um estudo para desenvolver um sistema de comando e controlo centralizado.		- O Segundo Comando de Controlo das Comunicações é controlado no edifício do Ministério da Defesa. - Criar um sistema de controlo eficaz para o funcionamento na área do Serviço Militar - Aquisição de equipamentos de comunicação a instalar na Sede Geral das F-FDTL em Fatuhada, em Hera, em Metinaro, em Baucau e também nos postos das F-FDTL para apoiar os serviços militares.
--	--	--	---	--	---

Comentários:

Ainda não há resultados porque o processo apenas começou em 2020. O Sistema Nacional de Comunicação de Defesa e Segurança ainda não pode apoiar totalmente as operações e os serviços das F-FDTL.

Análise da formulação da meta: A meta não é específica e é difícil avaliar o progresso no cumprimento da meta. Na revisão do PED, deve ser considerada a reformulação da meta e a definição de indicadores de desempenho relevantes e dos seus valores-alvo.

Meta: Serão criados quadros legais para estabelecer o controlo democrático sobre as F-FDTL (2015)

Concretização: Progresso elevado

Instituição responsável: MINISTÉRIO DA DEFESA (MD)

	Indicador	2016 Valor Alcançado	2020 Valor Alcançado	Ligação ao orçamento por programas	Comentários sobre Progresso, Disponibilidade de Dados, Relevância do Indicador, etc. (preencher quando aplicável)
1.	Quadro legal em vigor	Em curso, adotado o Conceito Estratégico Nacional de Defesa e Segurança Este objetivo foi atingido; no entanto, há trabalho adicional a ser empreendido na área jurídica	Conclusão do Quadro Jurídico 80%: 1. Lei orgânica do Ministério da Defesa; 2. Estatuto dos Militares nas F-FDTL; 3. Estatuto dos Militares em Missões Humanitárias e de Paz; 4. Regras de Direito dos Serviços Militares; 5. Lei da Defesa Nacional; 6. Lei Orgânica do Ministério da Defesa; 7. Regime remuneratório; 8. Lei Orgânica das F-FDTL; 9. Lei Orgânica da Unidade das FALINTIL; 10. Regulamentação da Lei Orgânica do Ministério da Defesa	Programa 388: Defesa Nacional	O quadro legal foi finalizado e atingiu 80%. Aprovado pelo CM e pelo Parlamento Nacional A lei / leis orgânicas estão em vigor e no processo de execução.
			Projeto de Quadro Jurídico: 60%	Programa 388:	1. O quadro legal foi finalizado e obteve 60 % de aprovação.

			1. Regulamento Interno da Comissão para os Assuntos do Mar; 2. Regras para o Centro de Operações Marítimas; 3. Regulamento das Capitânias; 4. Regulamento das Medalhas Militares; 5. Regime de fornecimento de combustível às F-FDTL pela Timor Gap; 6. Alteração do Estatuto dos militares das F-FDTL; 7. Alteração das Regras disciplinares militares; 8. Lei da Programação Militar	Defesa Nacional.	
--	--	--	---	------------------	--

Comentários:

Os principais problemas incluem:

1. É difícil ao Estado e ao Governo implementar/executar programas de desenvolvimento para as forças armadas quando não existe base legal.
2. A implementação da atividade não pode ser desenvolvida de acordo com as políticas e as prioridades previamente estabelecidos.

Análise da formulação da meta: A meta não é específica e é difícil avaliar o progresso no cumprimento da meta. Na revisão do PED, deve ser considerada a reformulação da meta e a definição de indicadores de desempenho relevantes e dos seus valores-alvo.

Meta: Haverá uma coordenação e cooperação mais estreita entre as F-FDTL e a PNTL, com papéis e responsabilidades claramente definidos (2015)

Concretização: Progresso elevado

Instituição responsável: MINISTÉRIO DA DEFESA (MD)

	Indicador	2016 Valor Alcançado	2020 Valor Alcançado	Ligação ao orçamento por programas	Comentários sobre Progresso, Disponibilidade de Dados, Relevância do Indicador, etc. (preencher quando aplicável)
1.	Cooperação/coordenação reforçada	Em curso As reuniões de cooperação e coordenação ocorrem periodicamente entre as instituições, incluindo o Sistema Nacional de Integração de Segurança.	Em curso	Programa 388: Defesa Nacional Subprograma 38801: Cooperação no domínio da Defesa, Segurança e Segurança Civil-Militar (MD e F-FDTL)	Estabelecer cooperação interna entre F-FDTL e PNTL nas áreas da segurança, cooperação civil-militar, no âmbito do apoio humanitário e reforço da coordenação internacional, na área da Defesa e Diplomacia de Cooperação na área da defesa.

Comentários: Muitas atividades ainda não começaram e porque o PED não está refletido no Plano de Programação Militar
Análise da formulação da meta: A meta não é específica e é difícil avaliar o progresso no cumprimento da meta. Na revisão do PED, deve ser considerada a reformulação da meta e a definição de indicadores de desempenho relevantes e dos seus valores-alvo.

Meta: As mulheres nas F-FDTL terão um papel mais importante na defesa nacional e mais oportunidades para progredir nas suas carreiras (2015)
Concretização: Alguns progressos

Instituição responsável: MINISTÉRIO DA DEFESA (MD)

	Indicador	2016 Valor Alcançado	2020 Valor Alcançado	Ligação ao orçamento por programas	Comentários sobre Progresso, Disponibilidade de Dados,
1.	% de mulheres nas F-FDTL	Cerca de 10% dos efetivos das F-FDTL são mulheres 233 mulheres nas F-FDTL	quase 11% dos efetivos das F-FDTL são mulheres Há 232 mulheres nas FDTL	Programa 412: Política de Género	
2.	% de mulheres de alta patente	<i>Ranking</i> - a maioria das mulheres são Sargento e abaixo disso, 1 foi promovida a Tenente	<i>Ranking</i> – a maioria das mulheres estão no posto de Tenente ou abaixo, 6 mulheres promovidas a Tenente. 2 mulheres promovidas a Aspirante. 73 mulheres promovidas a Sargento. 151 mulheres promovidas a Cabo e Soldado	Programa 412: Política de Género	

Comentários: Os principais resultados incluem: socialização e disseminação de informação ao nível da comunidade até ao suco sobre a vida militar. Foram alcançados alguns progressos. A participação das mulheres na vida militar atingiu 11% de acordo com a quota planeada, e, até 2030 deverá atingir 30%.
Análise da formulação da meta: A meta não é específica e é difícil avaliar o progresso no cumprimento da meta. Na revisão do PED, deve ser considerada a reformulação das metas e a definição de indicadores de desempenho relevantes e dos seus valores-alvo.

Meta: As F-FDTL funcionarão como uma força de defesa credível e bem equipada, com capacidade e versatilidade para realizar uma série de missões e contribuir tanto para a segurança nacional como para o desenvolvimento nacional (2020)
Concretização: Progresso elevado

Instituição responsável: Ministério da Defesa

	Indicador	2016 Valor Alcançado	2020 Valor Alcançado	Ligação ao orçamento por programas	Comentários sobre Progresso, Disponibilidade de Dados, Relevância do Indicador, etc. (preencher quando aplicável)
1	Estabelecer postos de F-	2 postos estabelecidos	2 postos estabelecidos (postos	Programa 388:	Até 2030, as F-FDTL precisam de estabelecer 8

	FDTL no território de Timor-Leste.	(Tunu-bibi e Tilomar)	de Ataúro e Oé-Cusse)	Defesa Nacional	postos militares no território de Timor-Leste. Estudo de viabilidade iniciado em 2021, para o posto de Maukatar, para implementação em 2022.
2	Estabelecer Pontos de Sinalização Naval	Não iniciado	Em fase de Estudo de Viabilidade	Programa 388: Defesa Nacional	O início da construção está previsto para 2022 (primeira fase).
3	Porto Naval	Não iniciado	Em fase de Estudo de Viabilidade	Programa 388: Defesa Nacional	Plano de construção do Porto Naval Hera, Zona C, Zona A e Quebra Mar Primeira fase.
4	Bairro Militar	Não iniciado	Em fase de Estudo de Viabilidade	Programa 388: Defesa Nacional	Em 2021 inicia a construção e terminará em 2023.
5	Base da Unidade FALINTIL	Não iniciado	Em fase de Estudo de Viabilidade	Programa 388: Defesa Nacional	Em 2021 inicia a construção e terminará em 2023.
5	Base Militar - DAMLARAN	Não iniciado	Fase de estudo de viabilidade	Programa 388: Defesa Nacional	Em 2021 inicia a construção e terminará em 2023.
6	Quartel para Oficiais, Sargento e soldados	Não iniciado	Fase de estudo de viabilidade	Programa 388: Defesa Nacional	Em 2022, fase de estudo de viabilidade e implementação a iniciar em 2023.
8	Gabinete de Transmissão e Comunicação Rádio da FDTL	Não iniciado	Fase de estudo de viabilidade	Programa 388: Defesa Nacional	Em 2022, fase de estudo de viabilidade e implementação a iniciar em 2023.
9	Edifício do Ministério da Defesa	Não iniciado	Em fase de Estudo de Viabilidade	Programa 388: Defesa Nacional	Plano de construção em 2021, primeira fase.

Comentários:

1. As Infraestruturas e Equipamento para as F-FDTL em 2016-2020 ainda não alcançaram resultados de acordo com o plano estabelecido.
2. A partir de 2019-2021 há progressos no desenvolvimento dos equipamentos e infraestruturas que são suficientes e adequados para as F-FDTL.

Análise da formulação da meta: A meta não é específica e é difícil avaliar o progresso no cumprimento da meta. Na revisão do PED, deve ser considerada a reformulação da meta e a definição de indicadores de desempenho relevantes e dos seus valores-alvo.

Meta: As F-FDTL serão uma força democrática e responsável baseada no respeito pelo Estado de direito e pelos direitos humanos, com elevados padrões de disciplina (2020) Realizações: Alguns progressos					
Instituição responsável: MINISTÉRIO DA DEFESA (MD)					
	Indicador	2016 Valor Alcançado	2020 Valor Alcançado	Ligação ao orçamento por programas	Comentários sobre Progresso, Disponibilidade de Dados, Relevância do Indicador,
1.	Desenvolver um quadro legal	Em curso	Em curso	Programa 388: Defesa Nacional	Desenvolver legislação para a Defesa, permite estabelecer pilares de defesa nacional para implementar a política de defesa nacional, especialmente no aspeto militar (Defesa) e ao mesmo tempo com o objetivo de controlo da democracia pelas F-FDTL.
Comentários: Algumas atividades ainda não começaram, porque o PED não está refletido no Plano de Programação Militar.					
Análise da formulação da meta: A meta não é específica e é difícil avaliar o progresso no cumprimento da meta. Na revisão do PED, deve ser considerada a reformulação da meta e a definição de indicadores de desempenho relevantes e dos seus valores-alvo.					

Negócios Estrangeiros

Instituições-chave

Este subsetor é da responsabilidade do Ministério dos Negócios Estrangeiros e Cooperação.

Quadro de planeamento estratégico

Foram desenvolvidos o Plano Estratégico do Ministério dos Negócios Estrangeiros e Cooperação (MNEC) para 2012-2017 e um plano revisto para 2015-2017.

O relatório de implementação do PED do Ministério estava bem alinhado com as metas previstas, e os Planos Anuais e os relatórios de desempenho trimestrais têm também uma ligação direta com as metas, o que facilitou o acompanhamento passo a passo da visão estratégica em termos de política externa.

Metas a Longo Prazo (2030): Timor-Leste terá assumido uma posição de pacificador e mediador global e estará a desempenhar um papel ativo na prevenção e resolução de conflitos

A PNLT e as F-FDTL terão a capacidade de ser plenamente utilizadas pelas Nações Unidas nas suas atividades de manutenção e imposição da paz

Timor-Leste terá pelo menos 30 embaixadas internacionais

Progresso em relação aos Objetivos de Longo Prazo e Comentários Gerais:

Timor-Leste fez progressos no processo de adesão a instituições e organizações regionais e mundiais relevantes (ASEAN, organizações da ONU, etc.).

Também tem havido progressos na melhoria da estratégia de política externa e do quadro operacional e de serviço das missões diplomáticas.

Embora nem toda a legislação diplomática necessária esteja em vigor, foi preparada uma série de legislação.

Metas de 2015 e concretização

Meta: Timor-Leste terá plena adesão à ASEAN, com embaixadas em todos os países da ASEAN						
Concretização: Progresso elevado						
Instituição responsável: MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS E DA COOPERAÇÃO (MNEC)						
	Indicador	2016 Valor Alcançado	2020 Meta	2020 Valor Alcançado	Ligação ao orçamento por programas	Comentários sobre Progresso, Disponibilidade de Dados, Meta e Relevância dos Indicadores, etc.
1.	Adesão à ASEAN	Processo de adesão em curso	Adesão plena	Progresso elevado	Programa 400 Subprograma 40001	O processo de candidatura de Timor-Leste para se tornar membro de pleno direito da ASEAN foi intensificado nos últimos 3 anos; no entanto, foram identificados alguns obstáculos, tais como insuficiência de recursos humanos e a capacidade técnica nos trabalhos técnicos. Na votação recente da ASEAN (em agosto de 2021) Timor-Leste foi rejeitado por Singapura.
Meta: Timor-Leste terá membros em instituições e organizações globais relevantes que melhor sirvam as necessidades do nosso povo.						
Concretização: Alguns progressos						
Instituição responsável: MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS E DA COOPERAÇÃO (MNEC)						
	Indicador	2016 Valor Alcançado	2020 Meta	2020 Valor Alcançado	Ligação ao orçamento por programas	Comentários sobre Progresso, Disponibilidade de Dados, Relevância do Indicador, etc.
1.	Participação em instituições e organizações globais relevantes		Adesão plena	Tornar-se membro da OACPS-EU, e da Convenção TPNW	Programa 400 Subprograma 40001	OACPS-UE, Convenção TPNW
Comentários:						
Os principais resultados incluem:						
- Membro da OACPS-EU desde 2019, uma nova plataforma de cooperação entre os países ACP e a UE.						
-Em 2020, TL aderiu e ratificou convenções relacionadas com a organização marítima com o objetivo de internacionalizar o porto de Tibar, para que seja mais seguro e protegido. Desde 2020, o PN já ratificou 4 das 17 convenções.						
- Membro do TPNW, apoiando a proibição de armas nucleares no mundo.						
Os principais problemas incluem: a falta de recursos humanos para apoiar TL nas organizações às quais TL adere; para além dos benefícios, TL também é obrigado a implementar quaisquer decisões das organizações, o que também requer recursos humanos e financeiros capazes. TL só deve aderir a organizações que deem prioridade às necessidades urgentes do país.						

Análise da formulação da meta: A meta não é específica e é difícil avaliar o progresso no cumprimento da meta. Não é claro o que está incluído em "instituições globais relevantes".

Meta: Terá sido publicado um Livro Branco de Política Externa que estabelece uma visão abrangente para a política externa de Timor-Leste (2020)

Concretização: Alguns progressos

Instituição responsável: MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS E DA COOPERAÇÃO (MNEC)

	Indicador	2016 Valor Alcançado	2020 Valor Alcançado	Ligação ao orçamento por programas	Comentários sobre Progresso, Disponibilidade de Dados, Relevância do Indicador, etc. (preencher quando aplicável)
1	Sim/Não: Um Livro Branco sobre Política Externa Publicado	Rascunho em processo	Novos progressos na elaboração	Programa 400 Subprograma 40001	O objetivo não foi alcançado devido à falta de recursos humanos. Após consulta com os líderes políticos, o esboço sugere a simplificação do documento, por ser demasiado académico e não prático. São necessários mais documentos que sirvam de guia para a política externa de TL.

Comentários:

Os principais resultados incluem o Livro Branco numa nova fase de elaboração.

O objetivo não foi alcançado devido à falta de recursos humanos. Após consulta com os líderes políticos, o esboço sugere a simplificação do documento, por ser demasiado académico e não prático. São necessários mais documentos que sirvam de guia para a política externa de TL.

Meta: Timor-Leste terá missões diplomáticas capazes de uma vasta gama de serviços de qualidade, incluindo conhecimentos específicos para atrair o comércio interno, o investimento e o turismo para o país

Concretização: Progresso elevado

Instituição responsável: MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS E DA COOPERAÇÃO (MNEC)

	Indicador	2016 Valor Alcançado	2020 Valor Alcançado	Ligação ao orçamento por programas	Comentários sobre Progresso, Disponibilidade de Dados, Relevância do Indicador, etc. (preencher quando aplicável)
1	Número de missões	34 missões no estrangeiro, com 5 países	Programa de ajuda anual dos parceiros de desenvolvimento, como por exemplo: Austrália, Nova Zelândia, EUA, Japão, Coreia, China, Portugal, União Europeia (UE)	Programa 400 Subprograma 40001	Trabalho em curso

Comentários:

Os principais resultados incluem:

- Os diplomatas do MNEC nas embaixadas e missões no estrangeiro atualizam regularmente toda a informação e dados sobre os setores e produtos potenciais para o comércio e investimento.
Além disso, o MTICI também nomeou três (3) adidos de comércio para apoiar a embaixada em Pequim, Jacarta, e Lisboa, na promoção do comércio e do investimento. Estes países são os principais parceiros comerciais e investidores em Timor-Leste.
 - TL levou as médias empresas a produzir e comercializar produtos no país com a *Heineken*;
 - Organizou a visita de milhares de turistas da Austrália a Timor-Leste;
 - Negociou com a Nova Zelândia a evacuação de estudantes de Wuhan;
 - Ajudou cerca de 1.000 cidadãos timorenses a ir trabalhar para o Reino Unido;
 - Facilitou o trânsito pela Malásia;
 - Facilitou o regresso de milhares de engenheiros aos Mega Projetos onde estão a trabalhar em TL (por exemplo, Estradas, etc.);
 - Facilitou a entrada dos voos Euro Atlântico trazendo professores de Portugal para a TL, para reiniciar a atividade escolar;
 - Deu assistência a centenas de trabalhadores sazonais timorenses de e para a Austrália e Coreia do Sul;
 - Evacuou 72 estudantes timorenses de cursos de formação profissional de Israel;
 - Deu assistência a centenas de doentes para tratamento médico em vários países da Ásia;
 - Em coordenação com o Ministério da Saúde e com outros Ministérios/Instituições relevantes competentes, recebeu equipamento de prevenção da COVID-19.
- Os principais problemas incluem:
- O MNEC tem um número limitado de pessoal qualificado com formação, com experiência prévia de trabalho, experiência, ou especialização na área do comércio, investimento e turismo.
 - A pandemia COVID-19, que afeta e causa dificuldades na coordenação interna ou externa para implementar os programas planeados e/ou atividades de emergência e urgentes.

Análise da formulação da meta: A meta não é específica e é difícil avaliar o progresso no cumprimento da meta. Na revisão do PED, deve ser considerada a reformulação da meta e a definição de indicadores de desempenho relevantes e dos seus valores-alvo.

Meta: Toda a legislação diplomática necessária estará em vigor

Concretização: Alguns progressos

Instituição responsável: Ministério dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação

	Indicador	2016 Valor Alcançado	2020 Valor Alcançado	Ligação ao orçamento por programas	Comentários sobre Progresso, Disponibilidade de Dados, Relevância do Indicador, etc. (preencher quando aplicável)
1	Sim/Não: Quadro legal em vigor	Lei orgânica do MNEC - DL n.º 34/2015 aprovado; Foi preparada uma série de legislação (mencionada no PED)	Informação sobre regulamentação desenvolvida, fornecida na secção de comentários (principais resultados).	Programa 400 Subprograma 40001	

Comentários:

Os principais resultados incluem:

- Proposta de alteração ao Decreto-Lei n.º 34/2015, de 2 de setembro, que aprovou a nova lei orgânica do MNEC.
- Proposta de "*Lei de Precedências do Protocolo do Estado e Guiões*";

• Revisão do decreto governamental que regula a transição do pessoal permanente do MNEC para o quadro da carreira diplomática. • Proposta de "Regime Remuneratório dos Funcionários Diplomáticos" e outro diploma relacionado com o "Estatuto da Carreira Diplomática". • Proposta de Decreto-Lei que aprovou os "Estatutos do Instituto de Estudos Diplomáticos" • Revisão "Estatutos da ACT-L"; • Regulamentação dos "Privilégios e Emolumentos Consulares"; • Proposta "Diploma Ministerial Conjunto que regula os Subsídios e Abonos para os funcionários diplomáticos e outros funcionários colocados nos serviços periféricos externos"; • Proposta "Diploma ministerial que regula a emissão de cartões de identidade para agentes diplomáticos, pessoal administrativo e técnico das Missões Diplomáticas e outras pessoas dotadas de estatuto especial e regime das autorizações de trabalho para conjunções e familiares de diplomatas"; • Proposta "Diploma ministerial que regula o procedimento de envio e receção de Cônsules Honorários"; • Revisão "Diploma ministerial relativo à utilização da sala VIP do aeroporto"; • Proposta de "Diploma ministerial de Classificação das missões diplomáticas e postos consulares"; • Proposta de "Decreto-lei que Estabelece o Regime de Nomeação e Colocação de Adidos nos Serviços Periféricos do MNEC"; • Revisão "Lei n.º 6/2010, de 12 de maio, sobre Tratados Internacionais"; • Revisão "Lei de Património do Estado"; • Proposta de "Regime Jurídico do Repatriamento"; • Proposta "Diploma sobre as Imunidades dos Diplomatas". Os principais problemas para não alcançar o objetivo são a falta de recursos humanos e financeiros. Análise da formulação da meta: A meta não é específica e é difícil avaliar o progresso no cumprimento da meta. Na revisão do PED, deve ser considerada a reformulação da meta e a definição de indicadores de desempenho relevantes e dos seus valores-alvo.

Metas de 2020 e concretização

Meta: Timor-Leste será um membro-chave da ASEAN, com reconhecida experiência em desenvolvimento económico, gestão de pequenas nações, boa governação e eficácia e prestação de ajuda (2020) Concretização: Alguns progressos					
Instituição responsável: MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS E DA COOPERAÇÃO (MNEC)					
	Indicador	2016 Valor Conseguido	2020 Valor Alcançado	Ligação ao orçamento por programas	Comentários sobre Progresso, Disponibilidade de Dados
1	Sim/Não: Membro	Processo de adesão em curso	Processo de adesão em curso	Programa 400 Subprograma 40001	Em votação recente da ASEAN (em agosto de 2021) TL foi rejeitado por Singapura.
Comentário: O processo de candidatura de Timor-Leste para se tornar membro de pleno direito da ASEAN tem sido intensificado nos últimos 3 anos. TL está ainda no processo de consolidação e fortalecimento das suas instituições de governação e estruturas económicas, um processo que requer um tempo e esforços consideráveis, e uma forte abordagem governamental para alcançar os objetivos pretendidos Os principais problemas incluem a exigência de toda uma abordagem e empenho governamentais para alcançar os objetivos pretendidos Sugerir para abandonar/substituir a meta, com as seguintes razões: - Requer uma abordagem e um esforço governamentais para atingir o objetivo pretendido. - Alguns dos objetivos pretendidos, por exemplo, estratégia de desenvolvimento económico (setorial), ou prestação de ajuda estão para além do mandato central do MNEC.					

- O MNEC lidera a estratégia global e a coordenação tanto antes como depois da adesão à ASEAN, mas a capacidade de implementar o acordo e as atividades da ASEAN são as responsabilidades dos vários ministérios/agências. Por conseguinte, não só o MNEC, mas também todos os ministérios/agências da tutela contribuem para alcançar o objetivo pretendido.

Análise da formulação da meta: A meta não é específica e é difícil avaliar o progresso no cumprimento da meta. Na revisão do PED, deve ser considerada a reformulação da meta e a definição de indicadores de desempenho relevantes e dos seus valores-alvo.

Meta: Teremos conseguido a adesão a comités e agências especializadas da ONU (2020)

Concretização: Alguns progressos

Instituição responsável: MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS E DA COOPERAÇÃO (MNEC)

	Indicador	2016 Valor Alcançado	2020 Valor Alcançado	Ligação ao orçamento por programas	Comentários sobre Progresso, Disponibilidade de Dados, Relevância do Indicador, etc. (preencher quando aplicável)
1	Sim/Não: Membro	Processo de adesão em curso	Processo de adesão em curso	Programa 400 Subprograma 40001	

Comentários:

Os principais resultados incluem:

1. O Conselho de Ministros aprovou em 12 de março de 2021 a candidatura de TL como membro do Conselho dos Direitos Humanos, em Genebra.
2. Em fevereiro de 2020, TL teve a oportunidade de enviar 4 agentes policiais como parte da Força de Manutenção da Paz da ONU para o Sudão do Sul.
3. Em fevereiro de 2021, o MNEC facilitou a candidatura de agentes da Polícia para participarem na missão de manutenção da paz na Europa de Leste.

Para se tornar membro das agências da ONU, TL precisa de preparar recursos humanos e financeiros adequados, considerando que somos obrigados a promover os objetivos de determinada organização e a participar e organizar vários eventos internacionais. Neste momento, o MNEC tem recursos humanos limitados para cobrir vários encontros internacionais, conferências, eventos, etc.

Análise da formulação da meta: A meta não é específica e é difícil avaliar o progresso no cumprimento da meta. Na revisão do PED, deve ser considerada a reformulação da meta e a definição de indicadores de desempenho relevantes e dos seus valores-alvo.

Meta: Timor-Leste será reconhecido como modelo e referência na resolução de conflitos regionais e na construção da paz (2020)

Concretização: Alguns progressos

Instituição responsável: MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS E DA COOPERAÇÃO (MNEC)

Comentários:

TL conseguiu estabelecer uma Comissão para a Paz e Reconciliação com a Indonésia;

TL promoveu o diálogo para resolver os conflitos no país, e também com os países da região (por exemplo, a reconciliação com a Indonésia e a resolução do problema das fronteiras marítimas através da conciliação obrigatória não vinculativa com a Austrália)

Os principais resultados incluem:

1. g7+ tornou-se uma plataforma para TL promover e partilhar experiências em paz e reconciliação, TL contribui financeiramente para que o g7+ funcione. Em outubro de 2019, o g7+ tornou-se observador permanente na ONU.

2. Ex-Jugoslávia: Uma delegação da Bósnia-Herzegovina veio a TL para procurar aconselhamento para a promoção da paz e reconciliação entre timorenses e a reconciliação com a Indonésia. A CVA tornou-se a primeira comissão bilateral para a reconciliação no mundo.
 3. Em 2019, o g7+ já não se encontra sob a estrutura governamental de TL, tornando-se assim e funcionando como uma organização Internacional.
 4. Em outubro de 2020, TL já não é considerado como parte do grupo de estados e nações frágeis.
 5. A reconciliação com a Indonésia foi bem feita e a resolução da fronteira marítima com a Austrália também foi bem-sucedida.
- Os principais problemas incluem:
- A fim de ser mais ativo nesta questão, TL precisa de aumentar os seus recursos humanos e financeiros.
 - As disputas políticas internas, que afetam a voz uniforme para a resolução dos conflitos.

Análise da formulação da meta: A meta não é específica e é difícil avaliar o progresso no cumprimento da meta. Na revisão do PED, deve ser considerada a reformulação da meta e a definição de indicadores de desempenho relevantes e dos seus valores-alvo.

Meta: O Ministério dos Negócios Estrangeiros desempenhará um papel central na atração de negócios, investimento e emprego para Timor-Leste como zona de serviços financeiros e tecnologias de informação.

Concretização: Alguns progressos

Instituição responsável: MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS E DA COOPERAÇÃO (MNEC)

Comentários:

As condições de TL para atrair investimento e empresas neste setor precisam de ser mais desenvolvidas, incluindo melhorias da lei para a banca, investimento, tributação, etc.

Os principais resultados incluem:

- Durante este período, o MNEC e a TradeInvest com o apoio de embaixadas e missões de TL em Singapura, Malásia, Filipinas, Melbourne, e Darwin organizaram fóruns de negócios destinados a promover o comércio e oportunidades de investimento em mineração, agricultura e turismo.
- Os fóruns empresariais ainda não visaram áreas específicas de serviços financeiros ou de TIC.
- As leis do sistema bancário/financeiro, investimento, tributação e criação de agências para a prestação de serviços e equipamentos de informação e tecnologia já estão em vigor, embora ainda necessitem de ser melhoradas.
- Em 2018, Timor-Leste iniciou o desenvolvimento do seu primeiro Perfil Migratório. Este processo está ainda em curso. Além disso, em 2019, foi publicado o primeiro Relatório de Indicadores de Governança Migratória de Timor-Leste. Além disso, através do Quadro Integrado de Financiamento Nacional (INFF) e do projeto de Diversificação Financeira em Timor-Leste aprovado em 2020, o Governo planeia desenvolver a sua primeira Política da Diáspora, Plano de Ação Nacional e Estratégia de Mobilização de Remessas.

Os principais problemas são, entre outros, a necessidade de um melhor sistema bancário/financeiro, sistema informático, infraestruturas da conectividade (por exemplo, estradas, eletricidade, etc.), segurança (por exemplo, assédio sexual nos locais públicos), etc.

Sugestão: abandonar/adiar a meta específica para a promoção do investimento em serviços financeiros e de TIC.

As áreas específicas para o comércio ou promoção do investimento são definidas e propostas ao MNEC pelos ministérios/agências de tutela.

O papel principal do MNEC é organizar e facilitar fóruns de negócios através de embaixadas/missões de TL no estrangeiro.

Análise da formulação da meta: A meta não é específica e é difícil avaliar o progresso no cumprimento da meta. Na revisão do PED, deve ser considerada a reformulação da meta e a definição de indicadores de desempenho relevantes e dos seus valores-alvo.

Justiça

Instituições-chave

Este subsetor é da responsabilidade do Ministério da Justiça, em coordenação com organismos independentes do Estado como a Procuradoria Geral da República, os Tribunais, o Conselho Superior da Magistratura, a Defensoria Pública e a Ordem dos Advogados.

Quadro de planeamento estratégico

O Ministério tem um Plano Estratégico Setorial anterior ao PED²⁷, que contribuiu para a elaboração do Plano Nacional para este setor. O Plano Setorial é mais operacional do que o PED e inclui medidas específicas para o cumprimento de cada meta.

Os Planos Anuais do Ministério não estão diretamente alinhados com o PED, ainda que contribuam para a sua implementação, mas estão estreitamente alinhados com o Plano Estratégico Setorial, facilitando assim o acompanhamento da sua implementação.

Numa entrevista com o Ministério da Justiça, durante a Avaliação do PED, em 2016, a dificuldade de atribuir responsabilidades para o cumprimento dos objetivos foi clara devido à forma genérica que estes são estabelecidos no PED. O setor da justiça é de facto um dos mais complexos no PED, tanto em termos de medição de resultados como na definição de responsabilidades, devido à natureza abstrata dos objetivos. Numa futura atualização, seria importante que estas dificuldades fossem resolvidas através de objetivos claros e concretos para cada entidade, de modo que as linhas de trabalho de governação, que não entrem em conflito com a separação de poderes, possam ser identificadas.

Visão a longo prazo: Ser uma nação que administra a justiça reconhecendo o primado da lei e da Constituição, respeitando a independência dos tribunais e proporcionando o acesso à justiça para que todos os cidadãos possam obter uma resposta rápida, eficaz e justa para proteger os seus direitos, prevenir ou resolver disputas e controlar o abuso de poder, através de processos transparentes e acessíveis.

Progresso em relação à Visão a Longo Prazo e Comentários Gerais:

A avaliação geral sobre a implementação dos objetivos do PED no setor da justiça, ao longo da última década, é que existem atrasos e desafios significativos. Tendo em conta a dificuldade em medir o progresso das metas, podemos ver alguns progressos, o que, no entanto, não significa que as metas tenham sido plenamente atingidas. No entanto, é de notar que é também um dos setores que normalmente requerem mais tempo para se desenvolverem plenamente.

Em termos de monitorização e informação, os mecanismos estabelecidos dentro do Ministério são também vulneráveis, sem muita informação e estatísticas disponíveis.

Foram feitos alguns progressos na coordenação dos atores do setor da justiça, através da institucionalização do Conselho de Coordenação da Justiça e da aplicação do Sistema Integrado de Gestão da Informação.

²⁷ Ministério da Justiça, *Plano Estratégico para Timor-Leste 2011-2030*, (2010), com a aprovação do Conselho de Coordenação da Justiça, Díli. http://www.mj.gov.tl/files/JSSP_PORTUGUESE.pdf

Uma das lacunas mais críticas do sistema judicial timorense é a falta de advogados e juizes bem formados. A contínua falta de profissionais jurídicos suficientes, causa atrasos nas audiências e julgamentos dos processos, levando à superlotação das prisões (RNV, 2019). Segundo o Ministério da Justiça, os detidos não condenados representam 21% da população prisional global (Ministério da Justiça, 2018). Em 2017, foi restabelecido o curso no Centro de Formação Jurídica e Judiciária para formar juizes, procuradores, defensores públicos para responder à escassez de recursos humanos nos tribunais. No período 2016-2020, o número de lugares de juizes preenchidos com pessoal nacional aumentou de 9 para 15, enquanto que o número de lugares de advogados preenchidos com pessoal nacional aumentou de 31 para 61.

O setor da justiça carece de capacidade suficiente em termos de alcançar áreas remotas fora da capital Díli. Os tribunais móveis provaram ser uma forma inovadora de melhorar a reação do sistema judicial em áreas onde não existem tribunais permanentes (RNV, 2019). Os tribunais móveis são altamente valorizados e resultaram numa redução significativa dos processos penais pendentes (UPR, 2016).²⁸ O número de audiências móveis nos municípios que não dispõem de tribunais físicos atingiu 3.406 em 2020. Em 2020, foram estabelecidas novas Defensorias Públicas nos Municípios de Ermera e Bobonaro para aproximar a assistência jurídica da população.

Registaram-se também progressos no período 2016-2020 com a adoção de regulamentação sobre definição de terras e propriedades e estabelecimento de Comissão de Terras e Propriedades, o que permite a emissão de títulos de terra a nacionais de Timor-Leste e facilita a resolução de disputas sobre terrenos.

Metas de 2015 e concretização

Meta: O sistema de justiça poderá abrir, conduzir e concluir todos os tipos de processos judiciais, especialmente os processos penais, de forma eficaz e dentro de um período de tempo razoável Concretização: Alguns progressos					
Instituição responsável: MINISTÉRIO DA JUSTIÇA (MJ)					
	Indicador	2016 Valor Alcançado	2020 Valor Alcançado	Ligação ao orçamento por programas	Comentários sobre Progresso, Disponibilidade de Dados, Meta e Relevância dos Indicadores, etc. (preencher quando aplicável)
1.	Estatísticas de justiça: acumulação de processos (civis/criminais); duração média dos processos civis e criminais, etc.	O número total de casos civis e criminais atendidos de 2011 a 2016, em 4 áreas de jurisdição, nomeadamente Díli, Baucau, Covalima e RAEOA, é: Total de casos criminais	De 2017 a 2020 os Defensores Públicos prestaram apoio jurídico a processos criminais e civis nas 4 áreas de jurisdição nomeadamente Díli, Baucau, Suai e RAEOA = 10.715. Audiências	Programa 392 Acesso à Justiça subprograma 39201 Acesso à justiça	Dados acumulados de 2021 a 2020, com base nos relatórios da Defensoria Pública das 4 áreas de jurisdição Em 2020, foi concluído o estabelecimento de novas Defensorias Públicas nos Municípios de Ermera e Bobonaro, para aproximar a assistência jurídica da população.

²⁸Voluntary National Review, Report on the Implementation of the Sustainable Development Goals, (2019)

		atendidos=9.994. Total de processos civis atendidos = 2.419 Total de processos civis e criminais atendidos = 12.413	móveis nos municípios que não dispõem de tribunais físicos = 3.406 em 2020.		
2.	Detidos não condenados como proporção da população prisional em geral	Os detidos em prisão preventiva entre 2011 e 2016 representaram cerca de 15% do total de detidos.	Os detidos em prisão preventiva entre 2017 e 2020 representaram cerca de 20% a 22% do total de detidos.	Programa 394 Serviço Prisional e Reinserção Social, subprograma 39401 Serviço Prisional	Dados calculados de Jan-Dez 2011-2020, com base em dados administrativos da Direção Nacional dos Serviços Prisionais abrangendo os 3 Estabelecimentos Prisionais: Becora, Gleno e Suai

Comentários:

- Socialização e divulgação das leis à comunidade, para aumentar o seu conhecimento e sensibilização sobre as mesmas
- De acordo com o Decreto-Lei Nº. 10/2017, o Estatuto dos Defensores Públicos, as principais funções e papéis dos Defensores Públicos são a prestação de assistência jurídica, judicial e extrajudicial gratuita e integrada aos cidadãos que carecem de recursos financeiros.
- Foram estabelecidos gabinetes de Defensoria Pública em todos os municípios, incluindo a RAEOA, tendo sido prestada formação e desenvolvimento de capacidades a todos os defensores:
- Patrocínio legal, judicial e extrajudicial concedido pelos Defensores Públicos com o objetivo de garantir os direitos dos cidadãos, o acesso à justiça, de acordo com o artigo 26.º da Constituições da República Democrática de Timor-Leste
 - Assistência jurídica, judicial e extrajudicial dos Defensores Públicos para assegurar uma boa administração da justiça e para reforçar o sistema de justiça em Timor-Leste.
 - O número de crimes aumenta e haverá injustiça em Timor-Leste.
 - O quadro jurídico incompleto também se torna um problema na implementação da atividade para atingir a meta.

Análise da formulação da meta: A meta não é específica e é difícil de medir; esforço contínuo a longo prazo.

Meta: O setor da justiça será capaz de identificar e preencher lugares com pessoal nacional motivado e qualificado Concretização: Alguns progressos

Instituição responsável: MINISTÉRIO DA JUSTIÇA (MJ)

	Indicador	2016 Valor Alcançado	2020 Valor Alcançado	Ligação ao orçamento por programas	Comentários sobre Progresso, Disponibilidade de Dados, Relevância do Indicador, etc. (preencher quando aplicável)
1.	Percentagem de cargos de juiz preenchidos com pessoal nacional	Juízes 9 F = 4 M = 5	Juízes 15 F = 6 M = 9	Programa 392 Desenvolvimento de Recursos Humanos em Áreas Técnicas Específicas do Setor da Justiça Subprograma 38901	O CFJJ também fornece formação a Defensores Públicos e Procuradores. Em 2018, 97 advogados concluíram a formação inicial (34 juízes, 33 procuradores e 30 defensores públicos).

				Desenvolvimento de Recursos Humanos em áreas técnicas específicas	VI cursos de formação: 13 (3 juízes, 5 procuradores e 5 defensores públicos); No total: 110, 37 juízes, 38 procuradores e 35 defensores públicos
2.	Percentagem de cargos de Advogado preenchidos com pessoal nacional	Advogados nacionais 31 F= 8, M= 23	Advogados nacionais 61 F= 13, M= 48	Programa 392 Desenvolvimento de Recursos Humanos em Áreas Técnicas Específicas do Setor da Justiça Subprograma 38901 Desenvolvimento de Recursos Humanos em áreas técnicas específicas	
Comentários: Os principais resultados incluem: formação e capacitação de juízes timorenses (24) e advogados nacionais (92)					
Os principais problemas incluem: a persistência de muitos casos pendentes nos tribunais					
Análise da formulação da meta: A meta não é específica e é difícil de medir o progresso e avaliar o seu cumprimento.					

Meta: Os princípios da não discriminação, da sensibilidade às questões de género e da proteção dos grupos vulneráveis e dos direitos humanos, serão garantidos no setor da justiça

Concretização: Progresso elevado

Instituição responsável: MINISTÉRIO DA JUSTIÇA (MJ)

	Indicador	2016 Valor Alcançado	2020 Conseguido	Ligação ao orçamento por programas	Comentários sobre Progresso, Disponibilidade de Dados, Relevância do Indicador, etc. (preencher quando aplicável)
1.	Igualdade de oportunidades para homens e mulheres em termos de poder, tomada de decisões, estatuto social, economia, política e acesso à justiça e segurança	O Ministério da Justiça também proporcionou aos funcionários públicos a oportunidade de ocuparem posições de liderança nas instituições	Entre 2017-2020: n.º de mulheres que participaram na Socialização da Lei n.º 7/2010 - Lei contra a violência doméstica, foram = 2.253. Por outro lado, também foi prestada assistência jurídica pelos defensores públicos sobre a violência doméstica e a violência sexual.	Programa 412 Implementação da Política de Género Subprograma 41205	O número agregado de casos com base no género atendidos é categorizado como se segue: Violência doméstica - 396, mau tratamento ao cônjuge 40, divórcio 22 Casos agregados = 458
Comentários: Os principais resultados incluem: Promoção e socialização de leis e prestação de formação e capacitação a homens e mulheres.					
Análise da formulação da meta: A meta não é específica e é difícil de medir. Representa um esforço contínuo e a longo prazo.					

Meta: Será criado um organismo autónomo e independente capaz de gerir o cadastro das terras e dos bens imóveis do Estado, e de aplicar a legislação que reja a propriedade e a utilização das terras em Timor-Leste.

Concretização: Progresso elevado

Instituição responsável: MINISTÉRIO DA JUSTIÇA (MJ)

	Indicador	2016 Valor Alcançado	2020 Valor Alcançado	Ligação ao orçamento por programas	Comentários sobre Progresso, Disponibilidade de Dados, Relevância do Indicador, etc. (preencher quando aplicável)
1.	Organismo autónomo estabelecido (sim/não)	Foram adotadas leis - Lei de terras e Lei de Expropriação por Utilidade Pública	1. Lei estabelecida: Lei n. 13/2017, de 5 de junho - Regime especial para a definição de terras e propriedades 2. DL n.º 5/2020 - Organização e Funcionamento da Comissão de Propriedades Terrestres	Programa 396 Gestão de Terras e Propriedades	1. Emissão de título de propriedade (certificado de terra) a cidadãos nacionais de Timor-Leste 2. Resolução de disputas de terras em Timor-Leste
2	N.º de parcelas de terra registadas	126.799	a. Durante o período do projeto SNC, de 2015 a 2020, foram registadas um total de 302.019 parcelas b. Registos esporádicos entre 2015 – 2020: total de 3.952 parcelas Total a+ b = 305.971 parcelas registadas em Timor-Leste	Programa 396 Gestão de Terras e Propriedades Subprograma 39602 Serviços Cadastrais	Os dados cadastrais obtidos a partir da recolha sistemática de dados cadastrais destinam-se a fins multifuncionais, incluindo o fornecimento de títulos aos cidadãos de Timor-Leste.
3	Sistema de registo de bens estabelecido (sim/não)	O sistema de registo de bens e bens ainda não foi estabelecido	Total dos contratos de arrendamento entre 2015 - 2020: 1.638 Receitas totais: 21.309.342,11 USD	Programa 396 Gestão de Terras e Propriedades Subprograma 39603 Gestão de terrenos e propriedades	A Direção Geral de Terras e Propriedades (DGTP) continuará a identificar a ocupação ilegal de terras e a registá-las, para aumentar as receitas para o Estado

Comentários: Os principais resultados incluem: Promoção de leis e prestação de formação e desenvolvimento de capacidades a homens e mulheres.

Análise da formulação da meta: A meta não é específica e é difícil avaliar o progresso no cumprimento da meta. Na revisão do PED, deve ser considerada a reformulação da meta e a definição de indicadores de desempenho relevantes e dos seus valores-alvo.

Meta: Os mecanismos de direito consuetudinário (direito costumeiro) e de justiça comunitária serão regulamentados e o controlo sistemático da sua conformidade com os direitos humanos será implementado.

Concretização: Alguns progressos

Instituição responsável: MINISTÉRIO DA JUSTIÇA (MJ)

	Indicador	2016 Valor Alcançado	2020 Valor Alcançado	Ligação ao orçamento por programas	Comentários sobre Progresso, Disponibilidade de Dados, Relevância do Indicador, etc. (preencher quando aplicável)
1	O direito consuetudinário (costumeiro) e os mecanismos de justiça comunitária regulamentados	Comissão de Reforma do Setor da Justiça que analisa os mecanismos de conciliação do direito consuetudinário (costumeiro) e da justiça comunitária.	Alguns progressos (ver a secção de comentários)	Programa 392 Acesso à Justiça Subprograma 39201 Atividade 3920101 Programa 395 Direitos Humanos Subprograma 39501 Direitos Humanos	Com a socialização destas leis, a comunidade tem conhecimentos básicos e consciência e, assim, reduz os conflitos e tem acesso à justiça formal O objetivo da Formação em Direitos Humanos é aumentar o conhecimento e a consciência dos cidadãos sobre os princípios e valores dos direitos humanos. Desde que o Estado ratificou Convenções Internacionais sobre Direitos Humanos, estamos empenhados em fornecer relatórios iniciais sobre o progresso da implementação dos direitos humanos no país, de acordo com os procedimentos do Comité CAT. o objetivo da socialização da recomendação do Conselho dos Direitos Humanos e do Comité CAT é que os cidadãos respeitem os direitos dos outros e conheçam os seus próprios direitos e obrigações.

Comentários:

Principais resultados: a socialização da Leis e Direito começou de 2017-2020, nas aldeias remotas, nos Postos Administrativos e nas Universidades, num total de 38 locais. Os participantes incluíram autoridades locais, membros de sucus, homens e mulheres da comunidade local, grupos de jovens, Organizações Não Governamentais (ONGs), professores e estudantes da Política Nacional de Timor-Leste (PNTL): total 4,940 M= 2,687, F = 2,253, Leis socializadas:

1. Lei n.º 7/2010 - Lei contra a violência doméstica
2. Lei n.º 2/2002 - Lei da Nacionalidade
3. Lei n.º 13/2017 - Lei de Regime Especial para a definição de propriedade imobiliária
4. Lei n.º 8/2017 - Lei da Expropriação de Utilidade Pública

- Para além disso, foi dada formação em Direitos Humanos entre 2017-2019, em 10 postos administrativos. Os participantes incluíram: autoridades locais, membros de Suco, homens e mulheres das comunidades locais, jovens, ONGs, professores e estudantes da PNTL, num total de 400 pessoas.

Material para formação: Conceitos sobre Direitos Humanos, CEDAW, KDL, Política de Utilização de Forças, Lei sobre Violência Doméstica.

- 2017 – 2018: Socialização da Lei n.º 3/2017 sobre a Prevenção e Combate ao Tráfico de Pessoas (TP) em vários municípios, como parte dos esforços para assegurar que estudantes, membros da comunidade, instituições, ONGs, organizações religiosas e líderes locais tenham acesso a informações chave sobre a prevenção da TP.

- outras atividades, tais como Relatórios do Estado sobre a Convenção contra a Tortura.

- 2017: Consulta Pública para redigir relatórios iniciais do Estado sobre o Pacto Político Internacional de Direito Civil em 6 municípios e 1 a nível nacional

- 2017: Socialização sobre a Recomendação do Conselho de Direitos Humanos sobre a Revisão Periódica Universal (RPU/UPR) em 3 Municípios com um total de 120 participantes

- 2018: Socialização sobre a Recomendação da Comissão Anti-Tortura (CAT) em 6 Municípios com um total de 240 participantes - 2019 - 2017 Consulta Pública em 6 municípios e 1 a nível nacional com um total de 280 participantes, para escrever relatórios iniciais sobre o Pacto Internacional sobre os Direitos Económicos, Sociais e Culturais - 2020 Consulta Pública com Ministérios para escrever Relatórios de Estado sobre o terceiro ciclo da Revisão Periódica Universal (RPU/UPR). Programa 392 - Acesso à Justiça, Subprograma 39201, Atividade 3920101 Programa 395 - Direitos Humanos, Subprograma - 39501 Direitos Humanos Com a promoção destas leis, a comunidade tem conhecimentos básicos e consciência e assim reduz os conflitos e tem acesso à justiça formal O objetivo da Formação em Direitos Humanos é aumentar o conhecimento e a consciência dos cidadãos sobre os princípios e valores dos direitos humanos. - Uma vez que o Estado ratificou as Convenções Internacionais de Direitos Humanos, estamos empenhados em fornecer relatórios iniciais sobre o progresso da implementação dos direitos humanos no país, de acordo com os procedimentos do Comité CAT.
Análise da formulação da meta: A meta não é específica e é difícil avaliar o progresso no cumprimento da meta. Na revisão do PED, deve ser considerada a reformulação da meta e a definição de indicadores de desempenho relevantes e dos seus valores-alvo.

Objetivo: O sistema de justiça estará em condições de iniciar, conduzir e concluir todos os tipos de processos judiciais, especialmente os processos penais, de forma eficaz e dentro de um período de tempo razoável Concretização: Alguns progressos					
Instituição responsável: MINISTÉRIO DA JUSTIÇA (MJ)					
	Indicador	2016 Valor Alcançado	2020 Valor Alcançado	Ligação ao orçamento por programas	Comentários
1.	Taxa de conclusão de casos: O número de casos finalizados (com recurso), em percentagem de casos registados / arquivados (recebidos).	Ligação ao programa 171, não é um programa do MJ porque os indicadores estão relacionados com a Procuradoria-Geral.		Programa 171	
2	Atraso de processos: % de processos com mais de 12 meses			Programa 171 Subprograma 17104	
Análise da formulação da meta: A meta não é específica e é difícil avaliar o progresso no cumprimento da meta. Na revisão do PED, deve ser considerada a reformulação da meta e a definição de indicadores de desempenho relevantes e dos seus valores-alvo.					

Metas de 2020 e concretização

Meta: Os serviços do setor da justiça estarão disponíveis em todos os distritos e todos os timorenses poderão ter acesso a justiça e serviços jurídicos eficazes e eficientes

Concretização: Progresso elevado

Instituição responsável: MINISTÉRIO DA JUSTIÇA (MJ)

	Indicador	2016 Valor Alcançado	2020 Valor Alcançado	Ligação ao orçamento por programas	Comentários sobre Progresso, Disponibilidade de Dados
1.	Número de municípios abrangidos por tribunais móveis	Gabinete de Defensores Públicos estabelecido em 12 Municípios incluindo a RAEOA, nas 4 áreas de jurisdição	Gabinete de Defensores Públicos estabelecido em 12 Municípios incluindo a RAEOA, nas 4 áreas de jurisdição	Programa 392 Acesso à Justiça Subprograma 39201 Acesso à justiça	

Comentário:

Foram lançadas diferentes atividades e foram feitos progressos em várias áreas relacionadas com a realização desta meta. A Estratégia do Setor da Justiça (2011-2030) define várias submetas e atividades relacionadas, o que facilita a compreensão da estratégia e o acompanhamento dos progressos na consecução da meta global. Estes incluem as seguintes submetas: implementar e desconcentrar os serviços de registo e notariado, garantindo a qualidade e segurança das transações e atividades jurídicas extrajudiciais. Os principais resultados incluem: número crescente de Defensores Públicos e Gabinete de Defensores Públicos estabelecido nos municípios.

Análise da formulação da meta: A meta não é específica e é difícil avaliar o progresso no seu cumprimento. Na revisão do PED, deve ser considerada a reformulação da meta e a definição de indicadores de desempenho relevantes e dos seus valores-alvo.

Gestão do Setor Público e Boa Governança

Instituições-chave

As metas deste subsector do Quadro Institucional têm responsabilidades partilhadas entre os diferentes ramos do Governo e do Estado. A sua formulação é, na maioria dos casos, muito geral, o que complica a medição do progresso na sua consecução. Numa futura atualização do PED seria recomendado melhorar a definição das metas, por um lado, favorecendo a sua mensurabilidade e, por outro, a atribuição de responsabilidades para facilitar a posterior responsabilização.

Quadro de Planeamento Estratégico

O Programa de Reforma da Administração Pública (RAP) 2019-2023 é composto por cinco componentes ou áreas de trabalho: (i) processos de prestação de serviços; (ii) responsabilização e incentivos; (iii) gestão e desenvolvimento de Recursos Humanos (RH); (iv) funções e estruturas; e (v) melhoria do ambiente de negócios. O Governo estabeleceu o Ministério da Reforma Legislativa e Assuntos Parlamentares (MRLAP) como articulador, facilitador e coordenador. Após a reestruturação do Governo, em 2020 as funções da reforma da administração pública foram transferidas para a Presidência do Conselho de Ministros (PCM).

O programa concentra-se nos aspetos mais desafiantes e de maior impacto da reforma da administração pública. Os principais implementadores incluem a Comissão da Função Pública (CFP); Instituto Nacional de Administração Pública (INAP); Unidade de Planeamento,

Monitorização e Avaliação (UPMA); a agência TIC (Tecnologia da Informação e Comunicação); e o Gabinete do Primeiro Ministro (GPM).

Quanto aos restantes objetivos do PED neste subsetor, eles não refletem inteiramente os maiores desafios enfrentados nas áreas do setor público e da boa governação. Como definido, eles não estão presentes no novo programa de RAP, mas alguns aspetos concretos das metas do PED foram tratados nesta reforma.

Progresso em relação à Visão a Longo Prazo e Comentários Gerais:

As realizações deste subsetor durante a última década incluem a adoção de legislação importante na área dos direitos civis, incluindo a Lei da Liberdade de Imprensa e a legislação que prevê um direito de acesso dos cidadãos à informação detida pelo Estado que tenha impacto sobre eles.

Foram feitos alguns progressos nas seguintes áreas: implantação de tecnologias de informação para prestar um melhor serviço governamental (iniciativa de Governo eletrónico), formação institucionalizada de funcionários públicos, e planeamento da força de trabalho. Além disso, foi adotada a Política de Reforço Institucional para orientar as otimizações na prestação do serviço público. No entanto, são necessários mais esforços em todas essas áreas, na próxima fase.

A reforma da administração pública é um processo contínuo que, através do reforço da Comissão da Função Pública, visa melhorar o recrutamento, com base no mérito e a avaliação de desempenho. Embora ainda haja muito mais trabalho a fazer em termos de reforço institucional, estas reformas são passos importantes (RNV, 2019).

Para vários objetivos transversais não foi fornecida qualquer informação sobre os progressos realizados no período 2016-2020.

Metas de 2015 e concretização

Meta : Será implementado um programa de desenvolvimento de executivos para todos os gestores de topo (2015)					
Concretização: Progresso elevado					
Instituição responsável: MINISTÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO ESTATAL (MAP), INSTITUTO NACIONAL DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA (INAP), COMISSÃO DA FUNÇÃO PÚBLICA (CFP)					
	Indicador	2016 Valor Alcançado	2020 Valor Alcançado	Ligação ao orçamento por programas	Comentários sobre Progresso, Disponibilidade de Dados, Relevância do Indicador, etc. (preencher quando aplicável)
1	Programa de desenvolvimento de executivos em vigor (sim/não)	Gestão Institucional e Parceria	Os valores alcançados são descritos no anexo, Processo de Governação do Ministério da Administração Estatal 2015-2017.	Ligação ao orçamento por programas 510: Boa governação e Gestão Institucional no relatório, ver anexo	Resultados da Governação e Gestão Institucional descritos em pormenor no Relatório do Processo de Governação do Ministério da Administração Estatal 2015-2017, ver anexo.

2	Número de gestores de topo formados	O número de quadros superiores que receberam formação é detalhado no anexo.	Os valores alcançados são descritos no anexo, Processo de Governança do Ministério 2018-2020.	Ligação ao orçamento por programas 510: Boa governação e Gestão Institucional no relatório, ver anexo.	Os progressos detalhados estão no Processo de Governança do Ministério da Administração Estatal 2018-2020, ver anexo
---	-------------------------------------	---	---	--	--

Comentários:

Os principais resultados incluem:

1. Formação em Abordagem Integrada de Género para 72 elementos em posição de liderança e 272 funcionários públicos, nos municípios.
2. Formação em administração geral e liderança para 209 funcionários, ministrada pelo INAP.
3. Indução geral para 515 funcionários públicos, pelo INAP, em 2015.
4. Bolsas de estudo para 187 funcionários públicos coordenadas pelo INAP.

Os principais problemas incluem:

- Orçamento limitado ~~que~~ é atribuído para o reforço das capacidades fornecidas pelo INAP.
- Espaço ou local limitado para realizar formação para gestores de topo.

Meta: Haverá uma cultura e prática de planeamento da mão-de-obra na função pública (2015)

Concretização: Alguns progressos

Instituição responsável: MINISTÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO ESTATAL (MAE)

	Indicador	2016 Valor Alcançado	2020 Valor Alcançado	Ligação ao orçamento por programas	Comentários sobre Progresso, Disponibilidade de Dados, Relevância do Indicador, etc.
1	Cultura e prática estabelecidas sim/não	Comissão da Função Pública em vigor, para facilitar o planeamento, recrutamento e avaliação de desempenho; contudo, o planeamento antecipado e as avaliações de desempenho ainda são frágeis.	O projeto de Decreto-Lei sobre o planeamento da mão-de-obra foi aprovado em 2019.		

Comentário de 2016:

A utilização do SIGAP - Sistema Integrado de Gestão da Administração Pública - pela Comissão, através do qual os recursos humanos são geridos, identificando promoções, mudanças de cargos, registo de novos recrutamentos, processamento de salários, etc., permite sistematizar a informação e ter dados constantemente atualizados sobre os funcionários públicos. A CFP publicou, de facto, um relatório de atividades, uma prática que é valorizada, ainda que inclua principalmente informação sobre as realizações e não sobre o impacto.

Não foi fornecida qualquer informação sobre o progresso desta meta para o período 2016-2020.

Análise da formulação da meta: A meta não é específica e é difícil avaliar o progresso no cumprimento da meta. Na revisão do PED, deve ser considerada a reformulação da meta e a definição de indicadores de desempenho relevantes e dos seus valores-alvo.

Meta: Terá sido introduzida legislação no Parlamento Nacional para proteger os denunciantes (2015) Concretização: Não iniciado					
Instituição responsável: MINISTÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO ESTATAL (MAE)					
	Indicador	2016 Valor Alcançado	2020 Valor Alcançado	Ligação ao orçamento por programas	Comentários sobre Progresso, Disponibilidade de Dados, Relevância do Indicador, etc. (preencher quando aplicável)
1	Legislação introduzida (sim/não)	Ainda não começou			Esta questão é mais relevante para o Ministério da Justiça
Não foram fornecidos comentários. Existe alguma confusão quanto ao Ministério responsável pelo indicador.					

Metas de 2020 e concretização

Meta: A legislação proporcionará aos cidadãos um direito de acesso à informação na posse do Estado que tenha impacto sobre eles (2020) Concretização: Progresso elevado					
Instituição responsável: MINISTÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO ESTATAL (MAE)					
	Indicador	2016 Valor Alcançado	2020 Valor Alcançado	Ligação ao orçamento por programas	Comentários sobre Progresso, Disponibilidade de Dados, Relevância do Indicador, etc. (preencher quando aplicável)
1.	Legislação estabelecida (sim/não)	Decreto-Lei sobre regras relativas ao acesso e classificação dos documentos oficiais aprovado 2017 - Decreto governamental sobre os atos e procedimentos administrativos relativos ao acesso aos documentos oficiais aprovado			
Não foram fornecidas informações sobre o progresso desta meta para o período 2016-2020. Não é claro se é necessário adotar legislação adicional para que o objetivo seja completado.					

Meta: Terão sido adotadas modernas tecnologias da informação pela função pública para apoiar as iniciativas conjuntas do Governo e do Governo eletrónico (2020) Concretização: Progresso elevado					
Instituição responsável: MINISTÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO ESTATAL (MAE), transversal					
	Indicador	2016 Valor Alcançado	2020 Valor Alcançado	Ligação ao orçamento por programas	Comentários sobre Progresso, Disponibilidade de Dados, Relevância do Indicador, etc.
1.	TI estabelecidas	A CFP tem um sistema de informação de gestão de pessoal e adotou em 2017 o	Os funcionários públicos podem aceder aos dados pessoais do PMIS		Em 2021, o MAE planeou introduzir o correio eletrónico oficial, para facilitar a comunicação de informação entre as direções. Além disso, o MAE também utilizou o WA, a fim de disponibilizar informações aos cargos de Direção e Chefia e aos

		módulo de recrutamento			funcionários públicos (Grupo WA).
Comentários: Houve realizações e progressos significativos com várias iniciativas de Governo eletrónico, no período 2017-2020, por exemplo, o desenvolvimento do sistema de ID Único (com o apoio da ONU). Em 2018, a UPMA estabeleceu um sistema integrado de informação de planeamento governamental (<i>Dalan ba Futuru</i> Timor-Leste - DBTL). O MAE coordenou com parceiros de desenvolvimento como a KOICA, para estabelecer linhas de Internet nos municípios, de modo que os municípios possam aceder ao sistema <i>Dalan ba Futuru</i> Timor-Leste (DBTL) e ao Ministério das Finanças. Principais problemas: As limitações orçamentais e a baixa capacidade da Internet impedem os municípios de ter acesso atempado à informação. Análise da formulação da meta: A meta não é específica e é difícil avaliar o progresso no cumprimento da meta. Na revisão do PED deve ser considerada a reformulação da meta e a definição de indicadores de desempenho relevantes e dos seus valores-alvo.					

Meta: Terá sido realizada uma revisão da estrutura do setor público para determinar se há benefícios em estabelecer autoridades estatutárias específicas para exercer certas funções públicas em nome do Estado

Concretização: Alguns progressos

Instituição responsável: MINISTÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO ESTATAL (MAE)

Comentário 2016:

Aprovada a Política de Reforço Institucional (2016)

Em curso a revisão da matriz organizacional das instituições; redigido um Decreto-Lei sobre Organização da Administração Pública e uma política de normalização sobre o programa de desenvolvimento de capacidades para todos os serviços públicos.

Não foi fornecida qualquer informação sobre o progresso desta meta para o período 2016-2020.

Implementação do PED

Metas de 2015 e concretização

Meta: À medida que a Agência de Desenvolvimento Nacional desenvolve as suas capacidades, experiência e recursos humanos, irá transformar-se na Agência de Política Económica e Investimento.

Concretização: Alguns progressos

Instituição responsável: AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO NACIONAL (ADN), transversal

Comentário:

A Agência de Desenvolvimento Nacional (ADN) foi criada como instituição principal para gerir, monitorizar e administrar a implementação do Plano Estratégico de Desenvolvimento, com responsabilidade pela avaliação das principais propostas de infraestruturas, monitorizando e produzindo relatórios sobre a execução do desenvolvimento de infraestruturas, toda a coordenação governamental, planeamento nacional e desenvolvimento de políticas baseadas em evidências e a monitorização e avaliação dos principais projetos e programas governamentais. O PED previa a transição da ADN (com aumento da capacidade) para a Agência de Política Económica e de Investimento, com funções alargadas. Contudo, a Agência de Política Económica e de Investimento nunca foi criada e de certa forma substituída por novas políticas governamentais.

Nota: Esta meta foi anteriormente marcada como concluída na Avaliação do PED 2016, devido a uma falta de informação. Foi agora ajustada para progresso elevado.

Meta: A Agência de Política Económica e Investimento desempenhará a sua função de planeamento económico nacional, um papel de supervisão e monitorização, e implementará programas e projetos governamentais importantes e complexos.

Concretização: Alguns progressos

Instituição responsável: AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO NACIONAL (ADN), transversal

Comentário:

A Agência de Desenvolvimento Nacional (ADN) foi criada como instituição principal para gerir, monitorizar e administrar a implementação de todas as infraestruturas, excluindo o PNDS, com a responsabilidade de avaliar todas as propostas de infraestruturas, monitorizar e informar sobre a execução do desenvolvimento de infraestruturas, toda a coordenação governamental, planeamento nacional e desenvolvimento de políticas baseadas em evidências, e a monitorização e avaliação dos principais projetos e programas governamentais. Na fase de monitorização, a ADN desenvolveu um sistema denominado "Sistema de Informação de Gestão de Projetos (PMU) para controlar e monitorizar todos os projetos no âmbito do Fundo de Capital de Desenvolvimento.

O PED previa a transição da ADN (com aumento da sua capacidade) para a Agência de Política Económica e Investimento, com funções alargadas. Contudo, a Agência de Política Económica e de Investimento nunca foi criada e foi de certa forma substituída por novas políticas governamentais. Com o novo decreto-lei que estabelece a ADN como instituição pública, a maior parte das responsabilidades pela Política Económica e Agência de Investimento são agora assumidas pela Unidade de Planeamento Integrado (CPI) sob a tutela do Ministério do Plano e Ordenamento (MPO).

Uma das funções do Ministério do Plano e Ordenamento (MPO) e da sua Unidade de Planeamento Integrado é melhorar o planeamento governamental integrado e a gestão de projetos. A Unidade de Planeamento Integrado está a coordenar a implementação dos projetos mais pequenos, mas não tem, até à data, pessoal suficiente para esta função. A função da ADN é verificar primeiro a documentação dos projetos apresentados por cada ministério da tutela para aprovação, em termos de razoabilidade dos custos e da qualidade da conceção dos projetos de engenharia, enquanto o MPO avalia todos os projetos e apresenta as avaliações ao Comité de Revisão Orçamental e ao CAFI para decisão de investimento. O mandato da ADN é também o de acompanhar os projetos. No entanto, com um grande número de projetos por município e com um número muito limitado de engenheiros destacados em cada município, esta tarefa é realizada com grande dificuldade. A ADN planeou atribuir 5 engenheiros por cada município e 12 funcionários administrativos, mas devido às limitações financeiras, a ADN vai fazer esse recrutamento dos novos engenheiros a afetar a cada município gradualmente.

O Ministério Coordenador dos Assuntos Económicos (MCAE) é responsável pela supervisão e coordenação da atividade económica. O papel da UPMA é a monitorização e avaliação de todas as metas, políticas, etc. do Governo. Assim, a UPMA é também responsável pela coordenação da avaliação do PED.

ANEXOS

Anexo 1: Situação das metas do PED (2015 e 2020)

SETOR – SUBSETOR/OBJETIVOS DA PED (2015 E 2020)	FASE PED (2015 OU 2020)	SITUAÇÃO NO FINAL DE 2016	SITUAÇÃO NO FINAL DE 2020
CAPITAL SOCIAL – EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO			
Pelo menos metade de todas as crianças timorenses (rapazes e raparigas) entre os três e os cinco anos de idade serão matriculadas e receberão uma educação pré-escolar de qualidade (Continuação a partir da fase I do PED)	2015	ALGUM PROGRESSO	ALGUM PROGRESSO
253 pré-escolas construídas/reabilitadas com 758 salas de aula.	2015	ALGUM PROGRESSO	ALGUM PROGRESSO
Estará disponível um ensino de qualidade para 93% das crianças timorenses.	2015	PROGRESSO ELEVADO	PROGRESSO ELEVADO
Mudança de paradigma na qualidade e relevância da escola secundária, que permite aos estudantes adquirir experiência prática e competência para o emprego posterior e alargar os conhecimentos científicos para estudos futuros a nível universitário.	2015	ALGUM PROGRESSO	PROGRESSO ELEVADO
64 Escolas Secundárias construídas/reabilitadas com 1.280 salas de aula.	2015	ALGUM PROGRESSO	ALGUM PROGRESSO
A UNTL ter-se-á expandido para sete faculdades.	2020	ALGUM PROGRESSO	FINALIZADO
Timor-Leste terá um sistema abrangente e integrado de ensino superior que (i) é regulado por normas de qualidade rigorosas para o funcionamento de instituições públicas e privadas (ii) proporciona um ensino superior relevante e de qualidade	2020	ALGUM PROGRESSO	ALGUM PROGRESSO
Desenvolvida e implementada uma política de inclusão social na educação.	2020	ALGUM PROGRESSO	PROGRESSO ELEVADO
O novo sistema nacional de normas, registo e qualificações será alargado a todos os distritos (INDMO)	2020	ALGUM PROGRESSO	PROGRESSO ELEVADO
Serão implementadas medidas abrangentes para assegurar o direito à educação a grupos que tenham sido socialmente marginalizados e para permitir a equidade de oportunidades educacionais independentemente da etnia, língua, estatuto socioeconómico, religião, género, saúde (HIV/SIDA), deficiência ou localização (urbana / rural).	2020	ALGUM PROGRESSO	ALGUM PROGRESSO

SETOR – SUBSETOR/OBJETIVOS DA PED (2015 E 2020)	FASE PED (2015 OU 2020)	SITUAÇÃO NO FINAL DE 2016	SITUAÇÃO NO FINAL DE 2020
O sistema de formação e educação profissional estará a fornecer a Timor-Leste os cidadãos qualificados de que necessitamos para continuar a construir a nossa nação	2015	PROGRESSO ELEVADO	PROGRESSO ELEVADO
Redução do analfabetismo em todas as idades e introdução de um novo Programa Nacional de Equivalências (PNE) que permita uma educação básica rápida para todos inscritos no ensino recorrente.	2015	PROGRESSO ELEVADO	PROGRESSO ELEVADO
CAPITAL SOCIAL – SAÚDE			
Sucos com população entre 1.500 a 2.000 habitantes, em áreas remotas, serão servidos por Postos de Saúde, fornecendo um pacote abrangente de serviços	2015	ALGUM PROGRESSO	ALGUM PROGRESSO
70% das mulheres grávidas receberão cuidados pré-natais pelo menos quatro vezes e 65% das mulheres serão assistidas durante o trabalho de parto.	2015	PROGRESSO ELEVADO	FINALIZADO
Grande sensibilização para o HIV/SIDA, tuberculose, malária e outras doenças transmissíveis, reforçada	2015	ALGUM PROGRESSO	ALGUM PROGRESSO
Serviços de saúde privados e associações sem fins lucrativos regulados em conformidade com a regulamentação de 2004	2015	ALGUM PROGRESSO	ALGUM PROGRESSO
90% das instalações do Ministério da Saúde têm acesso a eletricidade, água e higiene básica	2015	PROGRESSO ELEVADO	PROGRESSO ELEVADO
Todos os Postos de Saúde terão pelo menos um médico, duas enfermeiras e duas parteiras.	2020	ALGUM PROGRESSO	ALGUM PROGRESSO
Haverá um Posto de Saúde para cada 1.000 a 5.000 pessoas.	2020	ALGUM PROGRESSO	ALGUM PROGRESSO
Os centros de saúde ao nível dos subdistritos (Posto Administrativo) prestarão cuidados a entre 5.000 a 15.000 pessoas e gerem em média quatro Postos de Saúde.	2020	ALGUM PROGRESSO	PROGRESSO ELEVADO
As aldeias que ficam a mais de uma hora a pé de um Posto de Saúde terão uma parteira local da aldeia ou um profissional de saúde comunitária que tenha recebido formação do Ministério da Saúde.	2020	SEM DADOS	PROGRESSO ELEVADO
Serviços de saúde cardiovascular, renal e paliativo estarão disponíveis no Hospital Nacional.	2020	ALGUM PROGRESSO	PROGRESSO ELEVADO
O foco passará dos cuidados primários para a prestação de cuidados de saúde especializados.	2020	ALGUM PROGRESSO	ALGUM PROGRESSO

SETOR – SUBSETOR/OBJETIVOS DA PED (2015 E 2020)	FASE PED (2015 OU 2020)	SITUAÇÃO NO FINAL DE 2016	SITUAÇÃO NO FINAL DE 2020
Serão estabelecidos cinquenta e quatro centros de saúde nos cinco municípios que não possuem hospitais.- O foco passará dos cuidados primários para a prestação de cuidados de saúde especializados. (página 43)	2020	ALGUM PROGRESSO	ALGUM PROGRESSO
CAPITAL SOCIAL – INCLUSÃO SOCIAL			
Será implementada uma Lei sobre Cuidados e Adoção, juntamente com outras medidas de apoio a crianças vulneráveis	2015	ALGUM PROGRESSO	ALGUM PROGRESSO
Mais de 40% das crianças com deficiência frequentaram o ensino básico.	2015	ALGUM PROGRESSO	ALGUM PROGRESSO
Desenvolvimento de benefícios sociais para famílias vulneráveis.	2015	ALGUM PROGRESSO	ALGUM PROGRESSO
Será criado um Fundo Nacional da Juventude, que prestará apoio a projetos que apoiem os jovens e o seu desenvolvimento	2015	ALGUM PROGRESSO	ALGUM PROGRESSO
Será incorporado um currículo revisto “sensível ao género” em todos os níveis do sistema educativo de Timor-Leste.	2015	ALGUM PROGRESSO	ALGUM PROGRESSO
75% das raparigas timorenses completarão um curso completo de Educação Básica de qualidade	2020	SEM DADOS	ALGUM PROGRESSO
O Estado continuará a expandir os programas e projetos que apoiam e honram os nossos veteranos e as suas famílias	2020	PROGRESSO ELEVADO	PROGRESSO ELEVADO
Investigação extensiva da história da luta pela libertação nacional será preservada e celebrada pelo nosso povo	2020	PROGRESSO ELEVADO	PROGRESSO ELEVADO
Será construído um Centro Nacional da Juventude em Díli e estarão operacionais Centros da Juventude polivalentes nas zonas rurais	2020	NÃO INICIADO	ALGUM PROGRESSO
CAPITAL SOCIAL – AMBIENTE			
Lei Nacional da Biodiversidade e Conservação da Fauna em vigor para proteger e conservar a biodiversidade em Timor-Leste	2015	PROGRESSO ELEVADO	PROGRESSO ELEVADO
Regulamentação sobre ar, ruído, poluição do solo e emissões de gases pelos veículos, em vigor	2015	ALGUM PROGRESSO	ALGUM PROGRESSO
Haverá uma elevada sensibilização do público para a proteção do ambiente	2015	ALGUM PROGRESSO	ALGUM PROGRESSO

SETOR – SUBSETOR/OBJETIVOS DA PED (2015 E 2020)	FASE PED (2015 OU 2020)	SITUAÇÃO NO FINAL DE 2016	SITUAÇÃO NO FINAL DE 2020
70% dos Programas Nacionais de Adaptação de Ações ao abrigo da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Alterações Climáticas terão sido implementados	2020	ALGUM PROGRESSO	ALGUM PROGRESSO
Nenhuma família em Díli terá de cozinhar com lenha	2020	ALGUM PROGRESSO	ALGUM PROGRESSO
CAPITAL SOCIAL – CULTURA E PATRIMÓNIO			
Museu e Centro de Cultura de Timor-Leste; Biblioteca e Arquivo Nacional em funcionamento	2015	ALGUM PROGRESSO	ALGUM PROGRESSO
Centro Regional de Cultura estabelecido em Oé-Cusse , Liquiçá, Ermera, Maliana, Ainaro e Suai	2015	NÃO INICIADO	NÃO INICIADO
Alojamento adequado estabelecido a nível dos sucros para promover o Turismo Cultural	2015	PROGRESSO ELEVADO	PROGRESSO ELEVADO
Espetáculo regular de cinema realizado em várias localidades de Díli e acessos de cinema móvel, uma vez por mês, nos distritos.	2015	NÃO INICIADO	NÃO INICIADO
Criação da Academia de Artes e Indústrias Criativas Culturais	2015	PROGRESSO ELEVADO	ALGUM PROGRESSO
Será criada uma companhia nacional de teatro e dança, que realizará visitas regulares às regiões	2020	ALGUM PROGRESSO	ALGUM PROGRESSO
A Universidade Nacional disponibilizará uma licenciatura em Arquitetura (PED p.67)	2020	NÃO INICIADO	NÃO INICIADO
DESENVOLVIMENTO DE INFRAESTRUTURAS – ESTRADAS E PONTES			
Ligação rodoviária Dili-Manatuto-Baucau totalmente modernizada e alargada em conformidade com as normas internacionais	2015	ALGUM PROGRESSO	PROGRESSO ELEVADO
Ligação rodoviária Manututo-Natarbora totalmente melhorada e ampliada, de acordo com as normas internacionais	2015	ALGUM PROGRESSO	PROGRESSO ELEVADO
Projeto rodoviário Dili-Aileu-Maubisse-Aituto-Ainaro-Cassa: Estudo de planeamento realizado incluindo cálculo de custos antes do início do projeto em (2015)	2015	ALGUM PROGRESSO	FINALIZADO
Projeto rodoviário de Suai para Beço iniciado	2015	ALGUM PROGRESSO	FINALIZADO
Ligações rodoviárias de Pante Makassar – Oesilo – Tumin completadas.	2015	ALGUM PROGRESSO	ALGUM PROGRESSO
Todas as estradas rurais (1.270km) reabilitadas por empresas locais	2015	ALGUM PROGRESSO	ALGUM PROGRESSO

SETOR – SUBSETOR/OBJETIVOS DA PED (2015 E 2020)	FASE PED (2015 OU 2020)	SITUAÇÃO NO FINAL DE 2016	SITUAÇÃO NO FINAL DE 2020
Terão sido efetuados todos os anos inquéritos de monitorização do estado das estradas em todas as estradas que foram reabilitadas, para determinar as necessidades de manutenção	2015	ALGUM PROGRESSO	ALGUM PROGRESSO
O plano para uma Estrada Nacional Circular terá sido concluído	2015	ALGUM PROGRESSO	FINALIZADO
Todas as estradas nacionais e regionais terão sido totalmente reabilitadas de acordo com as normas internacionais	2020	ALGUM PROGRESSO	ALGUM PROGRESSO
O projeto de reabilitação Dili – Aileu – Maubisse – Aituto – Ainaro – Cassa será concluído	2020	ALGUM PROGRESSO	PROGRESSO ELEVADO
O projeto de reabilitação Suai – Cassa – Hatu Udo -Betano – Natarbora – Viqueque – Beço será concluído (PED p.76).	2020	ALGUM PROGRESSO	ALGUM PROGRESSO
DESENVOLVIMENTO DE INFRAESTRUTURAS – ÁGUA E SANEAMENTO			
O Objetivo de Desenvolvimento do Milénio de 75% da população rural de Timor-Leste ter acesso a água potável, fiável e sustentável terá sido ultrapassado (PED da fase I)	2015	ALGUM PROGRESSO	PROGRESSO ELEVADO
A melhoria do funcionamento e manutenção do sistema de drenagem de Díli resultará numa cidade mais limpa e na redução das inundações	2015	ALGUM PROGRESSO	ALGUM PROGRESSO
Todas as escolas públicas serão ligadas a água potável canalizada	2020	ALGUM PROGRESSO	ALGUM PROGRESSO
Haverá infraestruturas apropriadas, bem operadas e mantidas, sustentáveis para a recolha, tratamento e eliminação de águas residuais em Díli	2020	ALGUM PROGRESSO	ALGUM PROGRESSO
A drenagem será melhorada em todos os distritos	2020	ALGUM PROGRESSO	ALGUM PROGRESSO
DESENVOLVIMENTO DE INFRAESTRUTURAS – ELETRICIDADE			
Toda a população em Timor-Leste terá acesso a eletricidade fiável 24 horas por dia	2015	PROGRESSO ELEVADO	PROGRESSO ELEVADO
Um novo modelo de gestão energética de Timor-Leste em vigor de acordo com as melhores práticas internacionais	2015	ALGUM PROGRESSO	ALGUM PROGRESSO
Será construído o parque eólico de Lariguto	2015	ALGUM PROGRESSO	ALGUM PROGRESSO
Terão sido realizados estudos de viabilidade sobre as perspetivas a longo prazo de atrair instalações de processamento de gás para Timor-Leste; sobre potenciais mini-hídricas em	2015	NÃO INICIADO	NÃO INICIADO

SETOR – SUBSETOR/OBJETIVOS DA PED (2015 E 2020)	FASE PED (2015 OU 2020)	SITUAÇÃO NO FINAL DE 2016	SITUAÇÃO NO FINAL DE 2020
todo o território de Timor-Leste; e sobre a viabilidade da construção de uma central termoeleétrica para gerar eletricidade a partir do lixo doméstico e industrial de Díli			
Pelo menos metade das necessidades energéticas de Timor-Leste será fornecida por fontes de energia renováveis	2020	SEM DADOS	ALGUM PROGRESSO
Aproximadamente 100.000 famílias terão acesso à luz elétrica alimentada por energia solar	2020	SEM DADOS	ALGUM PROGRESSO
DESENVOLVIMENTO DE INFRAESTRUTURAS – PORTOS MARÍTIMOS			
Estará operacional um novo porto marítimo no Suai.	2015	NÃO INICIADO	NÃO INICIADO
Terão sido melhoradas as instalações portuárias em Com, Atauro, Vemasse e Oé-Cusse Ambeno	2015	ALGUM PROGRESSO	ALGUM PROGRESSO
Terá sido iniciado um novo porto em Tibar.	2015	ALGUM PROGRESSO	FINALIZADO
O Porto de Tibar estará a funcionar eficientemente como a principal instalação portuária de Timor-Leste	2020	ALGUM PROGRESSO	ALGUM PROGRESSO
Terão sido desenvolvidas instalações portuárias em Kairabela e na costa sul, perto de Beço	2020	NÃO INICIADO	NÃO INICIADO
DESENVOLVIMENTO DE INFRAESTRUTURAS – AEROPORTOS			
O Plano Diretor do Aeroporto Internacional Presidente Nicolau Lobato terá sido concluído, incluindo novas instalações de terminal e uma pista de aterragem mais longa	2015	PROGRESSO ELEVADO	FINALIZADO
Os aeroportos distritais de Maliana, Baucau e Oé-Cusse Ambeno terão sido reabilitados	2015	ALGUM PROGRESSO	ALGUM PROGRESSO
O Aeroporto Internacional Presidente Nicolau Lobato será gerido por uma autoridade aeroportuária de orientação comercial	2015	ALGUM PROGRESSO	FINALIZADO
O Plano Distrital de Aviação terá sido concluído e os trabalhos estarão em curso	2015	ALGUM PROGRESSO	ALGUM PROGRESSO
O Plano Diretor do Aeroporto Internacional Presidente Nicolau Lobato permitirá que este seja um aeroporto moderno de padrão internacional com capacidade para acolher um milhão de passageiros por ano	2020	SEM DADOS	FINALIZADO

SETOR – SUBSETOR/OBJETIVOS DA PED (2015 E 2020)	FASE PED (2015 OU 2020)	SITUAÇÃO NO FINAL DE 2016	SITUAÇÃO NO FINAL DE 2020
Timor-Leste terá uma rede de aeroportos distritais totalmente operacionais, incluindo aeroportos no Suai, Baucau, Oé-Cusse Ambeno, Lospalos, Maliana, Viqueque, Atauro e Same	2020	ALGUM PROGRESSO	ALGUM PROGRESSO
O Aeroporto de Baucau funcionará como um aeroporto alternativo ao Aeroporto Internacional Presidente Nicolau Lobato e como uma base militar	2020	NÃO INICIADO	ALGUM PROGRESSO
DESENVOLVIMENTO DE INFRAESTRUTURAS – TELECOMUNICAÇÕES			
Haverá uma cobertura telefónica móvel fiável e acessível fornecida a todos os timorenses	2015	PROGRESSO ELEVADO	PROGRESSO ELEVADO
Haverá acesso fiável, acessível e de alta velocidade à Internet disponível em todas as capitais de distrito e zonas circundantes	2015	PROGRESSO ELEVADO	PROGRESSO ELEVADO
Todas as escolas, postos de saúde e clínicas de saúde estarão ligados à Internet	2015	SEM DADOS	SEM DADOS
Todo o território de Timor-Leste terá acesso a uma Internet fiável, acessível e de alta velocidade	2020	ALGUM PROGRESSO	ALGUM PROGRESSO
Todos os estudantes e profissionais de saúde terão dispositivos portáteis de acesso à Internet	2020	SEM DADOS	SEM DADOS
Timor-Leste fará parte do mundo tecnológico	2020	ALGUM PROGRESSO	ALGUM PROGRESSO
DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO – DESENVOLVIMENTO RURAL			
Será preparado um Quadro Nacional de Planeamento para sustentar o desenvolvimento de Timor-Leste	2015	ALGUM PROGRESSO	PROGRESSO ELEVADO
Será prestado apoio a cooperativas que desenvolvem atividades do setor privado numa variedade de áreas.	2015	PROGRESSO ELEVADO	PROGRESSO ELEVADO
Será prestado um serviço de títulos a pedido aos agricultores dispostos a pagar pelo serviço.	2015	SEM DADOS	SEM DADOS
Será completado um programa de urbanização rural, proporcionando à nossa população acesso às estradas, água e saneamento, escolas, clínicas médicas, acesso aos mercados e a eletricidade	2020	ALGUM PROGRESSO	ALGUM PROGRESSO
Haverá 9.000 empresas registadas nos Centros de Desenvolvimento Empresarial	2020	SEM DADOS	PROGRESSO ELEVADO

SETOR – SUBSETOR/OBJETIVOS DA PED (2015 E 2020)	FASE PED (2015 OU 2020)	SITUAÇÃO NO FINAL DE 2016	SITUAÇÃO NO FINAL DE 2020
DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO – AGRICULTURA			
A tonelagem de arroz (ajustada às perdas) terá aumentado de 37.500 toneladas para 61.262 toneladas	2015	PROGRESSO ELEVADO	FINALIZADO
Terá sido feito um inventário exaustivo dos sistemas de irrigação	2015	ALGUM PROGRESSO	ALGUM PROGRESSO
Terão sido desenvolvidos projetos-piloto para barragens e águas subterrâneas e os resultados terão sido utilizados para o desenvolvimento	2015	ALGUM PROGRESSO	ALGUM PROGRESSO
O Conselho Consultivo Agrícola de Timor-Leste irá formular políticas nacionais para o setor e supervisionar a implementação	2015	ALGUM PROGRESSO	ALGUM PROGRESSO
O Instituto de Investigação e Desenvolvimento de Timor-Leste vai orientar e planear investimentos adicionais em investigação, desenvolvimento e extensão para todos os principais subsectores agrícolas	2015	ALGUM PROGRESSO	ALGUM PROGRESSO
Serão implementados um Plano de Gestão Florestal e uma Política Nacional de Bambu e Estratégia de Marketing	2015	ALGUM PROGRESSO	PROGRESSO ELEVADO
Viveiros de base comunitária plantarão um milhão de árvores	2015	ALGUM PROGRESSO	PROGRESSO ELEVADO
As atividades de pesca tradicional terão aumentado e a pesca terá aumentado na Zona Económica Exclusiva	2015	ALGUM PROGRESSO	ALGUM PROGRESSO
A oferta alimentar terá excedido a procura.	2020	ALGUM PROGRESSO	ALGUM PROGRESSO
A área de arroz irrigado terá aumentado 40%, de 50.000 ha para 70.000 ha	2020	ALGUM PROGRESSO	PROGRESSO ELEVADO
A produção média de milho terá aumentado para 2,5t/ha	2020	PROGRESSO ELEVADO	PROGRESSO ELEVADO
O número de cabeças de gado terá aumentado 20%	2020	ALGUM PROGRESSO	FINALIZADO
A produção de café terá duplicado após a reabilitação de 40.000 hectares de plantações de café	2020	ALGUM PROGRESSO	PROGRESSO ELEVADO
Haverá pelo menos três tipos de atividades de aquicultura para apoio às comunidades costeiras	2020	ALGUM PROGRESSO	ALGUM PROGRESSO
O setor das pescas será baseado na exportação e ter-se-á expandido para incluir a pesca oceânica	2020	ALGUM PROGRESSO	PROGRESSO ELEVADO

SETOR – SUBSETOR/OBJETIVOS DA PED (2015 E 2020)	FASE PED (2015 OU 2020)	SITUAÇÃO NO FINAL DE 2016	SITUAÇÃO NO FINAL DE 2020
DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO – PETRÓLEO			
A construção do Porto do Suai terá sido concluída	2015	ALGUM PROGRESSO	ALGUM PROGRESSO
Primeira fase do projeto da refinaria Betano iniciada	2015	ALGUM PROGRESSO	ALGUM PROGRESSO
A primeira fase da construção da estrada Suai-Betano terá começado	2015	ALGUM PROGRESSO	FINALIZADO
Novo projeto de desenvolvimento em Suai terá sido concluído.	2015	ALGUM PROGRESSO	ALGUM PROGRESSO
Primeira fase do projeto de desenvolvimento da Nova Betano iniciado	2015	ALGUM PROGRESSO	ALGUM PROGRESSO
A segunda fase da Base de Abastecimento de Suai terá sido concluída	2020	SEM DADOS	ALGUM PROGRESSO
A primeira fase do projeto da refinaria terá sido concluída.	2020	SEM DADOS	ALGUM PROGRESSO
O Porto de Beação estará concluído	2020	SEM DADOS	ALGUM PROGRESSO
DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO – TURISMO			
Estradas nas principais rotas turísticas, incluindo a Grande Estrada da Costa Norte de Com a Balibó, e de Maliana passando por Ermera até Tibar, terão sido reabilitadas e sinalizadas	2015	PROGRESSO ELEVADO	PROGRESSO ELEVADO
Serão implementados pacotes turísticos globais para cada uma das Zonas Turísticas Oriental, Central e Ocidental	2015	ALGUM PROGRESSO	ALGUM PROGRESSO
Uma estratégia de marketing turístico internacional estará a funcionar	2015	PROGRESSO ELEVADO	ALGUM PROGRESSO
Será criado um centro de formação em turismo e hospitalidade em Díli	2015	ALGUM PROGRESSO	ALGUM PROGRESSO
O Governo terá trabalhado com o setor privado para desenvolver infraestruturas turísticas de apoio às áreas vitais do turismo ecológico, marítimo, histórico, cultural, de aventura e desportivo, bem como do turismo de conferências e convenções	2015	ALGUM PROGRESSO	ALGUM PROGRESSO
Centro de informação turística será estabelecido em Díli, Lospalos e Baucau	2015	ALGUM PROGRESSO	PROGRESSO ELEVADO
Foram construídas e remodeladas infraestruturas turísticas vitais, incluindo o aeroporto de Díli, os aeroportos regionais e infraestruturas de telecomunicações melhoradas	2015	ALGUM PROGRESSO	ALGUM PROGRESSO

SETOR – SUBSETOR/OBJETIVOS DA PED (2015 E 2020)	FASE PED (2015 OU 2020)	SITUAÇÃO NO FINAL DE 2016	SITUAÇÃO NO FINAL DE 2020
Será lançado um programa de desenvolvimento de infraestruturas turísticas envolvendo o setor privado	2020	NÃO INICIADO	ALGUM PROGRESSO
Os principais destinos turísticos funcionarão com infraestruturas melhoradas, atividades e negócios locais bem estabelecidos, e materiais promocionais	2020	ALGUM PROGRESSO	ALGUM PROGRESSO
DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO – SETOR PRIVADO			
Um Banco Nacional de Desenvolvimento estará a funcionar	2015	NÃO INICIADO	NÃO INICIADO
Os resultados de uma revisão abrangente para avaliar os benefícios e riscos da aplicação de um conjunto especial de leis e regulamentos empresariais em Zonas Económicas Especiais terão sido implementados.	2015	SEM DADOS	SEM DADOS
QUADRO INSTITUCIONAL – SEGURANÇA			
A reconstrução e reforma do setor da segurança terá proporcionado os recursos humanos e o quadro institucional necessários para proporcionar uma capacidade operacional eficaz em áreas-chave, incluindo a prevenção e investigação do crime, a segurança pública e o controlo das fronteiras	2015	ALGUM PROGRESSO	ALGUM PROGRESSO
Um quadro jurídico moderno e eficaz regerá o setor da segurança	2020	PROGRESSO ELEVADO	FINALIZADO
Uma Unidade de Trânsito e Segurança Rodoviária bem formada e profissional assegurará que as nossas estradas são seguras e que as leis rodoviárias são cumpridas	2020	ALGUM PROGRESSO	PROGRESSO ELEVADO
A formação de recursos humanos e o desenvolvimento profissional proporcionarão uma PNTL competente e moderna	2020	ALGUM PROGRESSO	ALGUM PROGRESSO
Um programa de apoio à melhoria dos recursos humanos, infraestruturas e equipamento garantirá que os bombeiros possam desempenhar as suas funções de forma eficiente e eficaz	2015	ALGUM PROGRESSO	ALGUM PROGRESSO
QUADRO INSTITUCIONAL – DEFESA			
As F-FDTL estarão a operar como uma força de defesa convencional e profissional	2015	ALGUM PROGRESSO	PROGRESSO ELEVADO
Tendo transferido a perícia, conhecimentos especializados e experiência para uma nova geração de membros das F-FDTL, os veteranos das F-FDTL serão apoiados para se	2015	ALGUM PROGRESSO	ALGUM PROGRESSO

SETOR – SUBSETOR/OBJETIVOS DA PED (2015 E 2020)	FASE PED (2015 OU 2020)	SITUAÇÃO NO FINAL DE 2016	SITUAÇÃO NO FINAL DE 2020
reformatar com dignidade e assistidos nas transições de carreira e planos de restabelecimento			
Haverá quadros legais em vigor para estabelecer o controlo democrático sobre as F-FDTL	2015	PROGRESSO ELEVADO	PROGRESSO ELEVADO
Sistemas e tecnologias de informação terão sido integrados num sistema de Comando, Controlo, Comunicações, Computadores e Inteligência	2015	NÃO INICIADO	ALGUM PROGRESSO
Haverá uma coordenação e cooperação mais aproximada entre as F-FDTL e a PNTL, com papéis e responsabilidades claramente definidos	2015	PROGRESSO ELEVADO	PROGRESSO ELEVADO
As mulheres nas F-FDTL terão um papel mais importante na defesa nacional e mais oportunidades para progredir nas suas carreiras	2015	ALGUM PROGRESSO	ALGUM PROGRESSO
As F-FDTL estarão a operar como uma força de defesa credível e bem equipada, com capacidade e versatilidade para levar a cabo uma série de missões e contribuir para a segurança nacional e o desenvolvimento nacional	2020	ALGUM PROGRESSO	PROGRESSO ELEVADO
As F-FDTL serão uma força democrática e responsável, com base no respeito pelo Estado de direito e o respeito pelos direitos humanos, com elevados padrões de disciplina	2020	ALGUM PROGRESSO	ALGUM PROGRESSO
QUADRO INSTITUCIONAL – NEGÓCIOS ESTRANGEIROS			
Timor-Leste terá aderido à ASEAN, com embaixadas em todos os países da ASEAN	2015	ALGUM PROGRESSO	PROGRESSO ELEVADO
Timor-Leste será membro das instituições e organizações globais relevantes que melhor sirvam as necessidades do nosso povo	2015	ALGUM PROGRESSO	ALGUM PROGRESSO
Terá sido publicado um Livro Branco da Política Externa, definindo uma visão abrangente para a política externa de Timor-Leste	2015	ALGUM PROGRESSO	ALGUM PROGRESSO
Timor-Leste terá missões diplomáticas munidas de uma ampla gama de serviços de qualidade, incluindo a perícia em atrair comércio, investimento e turismo para dentro do país	2015	PROGRESSO ELEVADO	PROGRESSO ELEVADO
Toda a legislação diplomática necessária estará em vigor	2015	ALGUM PROGRESSO	ALGUM PROGRESSO
Timor-Leste será um dos principais membros da ASEAN, com reconhecida competência em desenvolvimento económico, gestão de pequenas nações, boa governação e eficácia e entrega de ajuda externa	2020	ALGUM PROGRESSO	ALGUM PROGRESSO

SETOR – SUBSETOR/OBJETIVOS DA PED (2015 E 2020)	FASE PED (2015 OU 2020)	SITUAÇÃO NO FINAL DE 2016	SITUAÇÃO NO FINAL DE 2020
Teremos conseguido a adesão a comissões especializadas e agências da ONU	2020	ALGUM PROGRESSO	ALGUM PROGRESSO
Timor-Leste será reconhecido como um modelo e referência na resolução de conflitos regionais e construção da paz	2020	ALGUM PROGRESSO	ALGUM PROGRESSO
O Ministério dos Negócios Estrangeiros desempenhará um papel crucial na atração de negócios, investimentos e empregos para Timor-Leste, como uma zona de serviços financeiros e tecnologia da informação	2020	ALGUM PROGRESSO	ALGUM PROGRESSO
QUADRO INSTITUCIONAL – JUSTIÇA			
O sistema de justiça será capaz de abrir, conduzir e concluir todos os tipos de processos judiciais, sobretudo os casos criminais, de forma eficaz e num período razoável de tempo	2015	ALGUM PROGRESSO	ALGUM PROGRESSO
O sector da justiça será capaz de identificar e preencher posições com funcionários nacionais motivados e qualificados	2015	ALGUM PROGRESSO	ALGUM PROGRESSO
Os princípios da não discriminação, sensibilidade às questões de género e a proteção dos grupos vulneráveis e dos direitos humanos serão garantidos no sector da Justiça	2015	PROGRESSO ELEVADO	PROGRESSO ELEVADO
Terá sido estabelecido um corpo autónomo e independente capaz de gerir o cadastro de terras e os bens imóveis do Estado, e aplicar a legislação que rege a propriedade e o uso de terra em Timor-Leste	2015	ALGUM PROGRESSO	PROGRESSO ELEVADO
Os mecanismos da lei costumeira e justiça comunitária estarão reguladas e o acompanhamento sistemático em conformidade com os direitos humanos estarão implementados	2015	ALGUM PROGRESSO	ALGUM PROGRESSO
Os serviços do sector da Justiça estarão disponíveis em todos os distritos e todos os Timorenses poderão ter acesso a uma justiça e serviços jurídicos eficazes e eficientes	2020	PROGRESSO ELEVADO	PROGRESSO ELEVADO
ENQUADRAMENTO INSTITUCIONAL – GESTÃO DO SETOR PÚBLICO E BOA GOVERNAÇÃO			
Estará em vigor um programa de desenvolvimento executivo para todos os gestores superiores	2015	PROGRESSO ELEVADO	PROGRESSO ELEVADO
Haverá uma cultura e prática de planeamento do pessoal na Função Pública	2015	ALGUM PROGRESSO	PROGRESSO ELEVADO
Terá sido apresentada ao Parlamento Nacional legislação para a proteção de Denunciantes	2015	NÃO INICIADO	NÃO INICIADO

SETOR – SUBSETOR/OBJETIVOS DA PED (2015 E 2020)	FASE PED (2015 OU 2020)	SITUAÇÃO NO FINAL DE 2016	SITUAÇÃO NO FINAL DE 2020
A legislação proporcionará um direito dos cidadãos a aceder à informação mantida pelo Estado e que tenha impacto direto sobre os mesmos	2020	PROGRESSO ELEVADO	PROGRESSO ELEVADO
Terão sido adotadas, pela Função Pública, tecnologias da informação modernas para apoiar iniciativas governamentais conjuntas e de governo eletrónico	2020	ALGUM PROGRESSO	PROGRESSO ELEVADO
Terá sido realizada a revisão da estrutura do sector público para determinar se existem benefícios no estabelecimento de autoridades legais para o exercício de determinadas funções públicas em nome do Estado	2020	ALGUM PROGRESSO	ALGUM PROGRESSO
ESTRUTURA INSTITUCIONAL – AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO NACIONAL			
À medida que a Agência de Desenvolvimento Nacional desenvolve a sua capacidade, experiência e recursos humanos, transitará para a Agência de Política Económica e Investimento	2015	ALGUM PROGRESSO	ALGUM PROGRESSO
A Agência de Planeamento Económico e Investimento estará efetivamente a levar a cabo uma função de planeamento económico nacional, um papel de supervisão e monitorização e a implementar programas e projetos do Governo de grande dimensão e complexidade	2015	ALGUM PROGRESSO	ALGUM PROGRESSO

Anexo 2 : Lista de Metas do PED concluídas no final de 2020

SUBSETOR	METAS DO PED DE 2015 E 2020 CONCLUÍDAS NO FINAL DE 2020	Fase PED (2015 ou 2020)
Educação e Formação	Terá sido desenvolvido um novo currículo nacional para o ensino pré-primário, com programas de formação de professores e manuais de aprendizagem aprovados	2015
	Terão sido construídas/reabilitadas 3.012 salas de aula do Ensino Básico	2015
	Terá sido desenvolvido um Plano Técnico e Vocacional de Educação e Formação	2020
	A UNTL terá sido alargada a sete faculdades	2020
	O novo sistema nacional de normas, registo e habilitações estará alargado a todos os distritos	2020
	Terá sido implementado um acordo nacional de formação, viabilizando novas oportunidades de formação em Timor-Leste	2020
	Estará em vigor uma Política Nacional do Trabalho, garantindo que as empresas nacionais e internacionais facultam oportunidades de formação	2020
	Terá sido feito um investimento significativo na construção de centros de formação e no desenvolvimento de recursos humanos no sector da formação profissional	2020
	Será estabelecido um Centro de Emprego e Orientação Profissional em cada distrito para prestar conselhos e serviços sobre emprego	2020
Saúde	70% das mulheres grávidas receberão cuidados pré-natais pelo menos quatro vezes e 65% das mulheres terão um parto assistido	2015
	90% das crianças serão imunizadas contra a poliomielite, sarampo, tuberculose, difteria e hepatite B	2015
	80% dos surtos de malária serão controladas	2015
Inclusão Social	Um sistema de segurança social contributivo estará estabelecido garantindo uma pensão a todos os trabalhadores Timorenses (Transitar da fase I PED)	2015
	O Estado continuará a alargar os programas e projetos que apoiam e honram os nossos veteranos e as suas famílias	2015
	A proporção de mulheres na função pública e no Parlamento Nacional terá atingido pelo menos um terço	2020
Ambiente	A Lei de Bases do Ambiente será o quadro legal para a proteção e conservação do meio ambiente	2015
	A Autoridade Nacional designada para os mecanismos do Protocolo de Quioto e o Centro Nacional para Mudanças Climáticas estará operacional	2015
Estradas e Pontes	A ligação rodoviária Díli-Liquiçá-Bobonaro estará totalmente reabilitada	2015
	Projeto rodoviário Díli-Aileu-Maubisse-Aituto-Ainaro-Cassa: Estudo de planeamento realizado, incluindo cálculo de custos antes do início do projeto em 2015.	2015
	Projeto de estrada de Suai para Beaço iniciado.	2015
	O plano para uma Estrada Nacional Circular terá sido completado	2015

SUBSETOR	METAS DO PED DE 2015 E 2020 CONCLUÍDAS NO FINAL DE 2020	Fase PED (2015 ou 2020)
Água e Saneamento	Haverá instalações sanitárias melhoradas disponíveis em 60% das áreas urbanas distritais	2015
Eletricidade	Duas novas centrais elétricas terão sido construídas em Hera e Betano, fornecendo 250 MW de eletricidade para apoiar o desenvolvimento social e económico em Timor-Leste	2015
	Um Centro Solar estará estabelecido em Díli (Hera).	2015
Portos Marítimos	Terá começado a construção do novo porto em Tibar.	2015
Aeroportos	O Plano para o Aeroporto Internacional Presidente Nicolau Lobato já estará concluído, incluindo as instalações do novo terminal e uma pista mais extensa	2015
	Uma autoridade aeroportuária de orientação comercial irá gerir o Aeroporto Internacional Presidente Nicolau Lobato	2015
	O aeroporto Internacional Presidente Nicolau Lobato será um aeroporto de padrões modernos com capacidade para gerir acima de 1 milhão de passageiros por ano.	2020
Telecomunicações	O quadro regulamentar para gerir um mercado de telecomunicações competitivo estará estabelecido	2015
Desenvolvimento Rural	55 mil casas novas terão sido construídas até 2015 para apoiar as famílias em todo o país, sob o Programa de Desenvolvimento do Milénio dos Sucos	2015
	Conselho Municipal estabelecido e pilotado em 3 a 5 Municípios como desconcentração ou descentralização gradual do exercício de governação	2015
	Terão sido desenvolvidas e executadas as campanhas estratégicas de extensão para produtos agrícolas	2015
Agricultura	A tonelagem de arroz (grãos ajustados para perdas) terá aumentado de 37.500 toneladas para 61.262 toneladas	2015
	A produtividade do milho terá aumentado 1,25 a 1,54 por ha	2015
	Terá havido um maior investimento de capital em culturas importantes tais como café e baunilha, noz-moscada e óleo de palma	2015
	Pelo menos 50% das frutas e legumes serão cultivados localmente	2020
	O número de cabeças de gado terá aumentado 20%	2020
Petróleo	O aeroporto de Suai terá sido reabilitado	2015
	A construção da primeira secção de estrada de Suai- Betano terá sido iniciada	2015
Setor Privado (Investimento)	O Código Civil estará em vigor para apoiar a execução de contratos, a Lei de Terras dará confiança sobre direitos de propriedade e certezas para o desenvolvimento e a Lei do Trabalho terá sido aprovada para definir claramente os direitos e obrigações legais dos empregadores e empregados	2015
	Os processos para registo e licenciamento de empresas e a obtenção de uma licença de construção serão eficientes	2015
	O "balcão único" para as empresas estará bem estabelecido e funcionará eficazmente	2015
	A Agência de Investimento de Timor-Leste será criada e contribuirá para a emergência de novas indústrias e para a diversificação da economia de Timor-Leste	2015

SUBSETOR	METAS DO PED DE 2015 E 2020 CONCLUÍDAS NO FINAL DE 2020	Fase PED (2015 ou 2020)
	Leis e regulamentos empresariais especiais revistos e implementados para avaliar riscos e benefícios da aplicação nas Zonas Económicas Especiais de Oé-Cusse .	2015
	O Instituto de Microfinanças de Timor-Leste terá sido transformado no Banco Comercial Nacional de Timor-Leste e estará a operar como um pequeno banco comercial, concedendo crédito e serviços bancários a pessoas em todos os distritos do país	2015
Segurança	Um quadro legal moderno e eficaz governará o sector da Segurança	2020
Defesa	As F-FDTL serão utilizadas em operações de paz das Nações Unidas com o treino e apoio logístico de parceiros no sector da defesa	2015
	Timor-Leste terá consolidado e reforçado as nossas relações com os nossos parceiros e amigos regionais e globais	2015
Negócios Estrangeiros	Terá sido conduzida e implementada uma avaliação abrangente de missões no exterior	2015
	Timor-Leste estará a desempenhar um papel de liderança na CPLP	2015
	Timor-Leste estará a apoiar o “g7+”, contribuindo para o seu financiamento e de qualquer outra forma produtiva onde seja solicitado a prestar assistência	2015
Justiça	Haverá uma coordenação sistemática e eficaz do sector da justiça em Timor-Leste e das suas instituições	2015
Gestão do Setor Público e Boa Governação	Lei da Liberdade de Imprensa apresentada ao Parlamento Nacional.	2015

Anexo 3 : Lista de metas do PED sem progresso desde o final de 2016

SUBSETOR	METAS DO PED PARA 2015 E 2020, SEM PROGRESSOS DESDE 2016	Fase PED (2015 ou 2020)
Cultura e Património	Centro Regional de Cultura estabelecido em Oé-Cusse , Liquiçá, Ermera, Maliana, Ainaro e Suai	2015
	Haverá um programa regular de cinemas ao ar livre em vários locais em Díli e cada distrito terá acesso a cinemas itinerantes pelo menos uma vez por mês	2015
	Será lecionada uma licenciatura em Arquitetura na Universidade Nacional	2020
Eletricidade	Terão sido realizados Estudos de Viabilidade sobre as perspectivas a longo prazo de atrair instalações de processamento de gás para Timor- Leste; sobre o potencial de centrais mini-hídricas em Timor-Leste, e sobre a viabilidade de construção de uma central termoelétrica para gerar energia elétrica a partir dos resíduos domésticos e industriais de Díli	2015
Portos Marítimos	O novo Porto marítimo do Suai estará operacional	2015
	Terão sido desenvolvidas as instalações portuárias em Kairabela e na costa Sul junto a Beaço	2020
Agricultura	O Conselho Consultivo Agrícola de Timor- Leste formulará políticas nacionais para o sector e supervisionará a implementação	2015
Petróleo	A construção do Porto de Suai terá sido concluída	2015
	A primeira fase do projeto de desenvolvimento de Nova Betano terá sido iniciada	2015
Turismo	As estradas em percursos turísticos fundamentais, incluindo a Grande Estrada da Costa Norte entre Com e Balibó, e de Maliana através de Ermera até Tibar, serão reabilitadas e sinalizadas	2015
	Terá sido estabelecido em Díli um centro de formação em Turismo e hotelaria	2015
Setor Privado (Investimento)	Estará em operação um Banco Nacional de Desenvolvimento	2015
Gestão do Setor Público e Boa Governação	Terá sido apresentada ao Parlamento Nacional legislação para a proteção de Denunciantes	2015

Anexo 4: Lista de Metas do PED que não são específicas/mensuráveis ou foram objeto de mudança de política ou prazo para a realização da meta

SUBSETOR	METAS PARA 2015 E 2020 DO PED QUE NÃO SEJAM ESPECÍFICAS E MENSURÁVEIS/ALTERAÇÃO DE POLÍTICA OU PRAZO	Fase PED (2015 ou 2020)
Educação e Formação	Haverá uma mudança de paradigma na qualidade e relevância do ensino secundário, permitindo aos alunos adquirir as competências práticas para obterem emprego ou aprender o conhecimento científico- humanístico de base necessário para continuar os seus estudos no ensino superior.	2015
	Timor-Leste terá um sistema de ensino superior abrangente e integrado que (i) é regulado por rigorosos padrões de qualidade para o funcionamento de instituições públicas e privadas (ii) e proporciona um ensino superior relevante e de qualidade	2020
	Terá sido desenvolvida e implementada uma política de inclusão social na educação	2020
	Serão estabelecidas medidas abrangentes para garantir o direito à educação por parte de grupos socialmente marginalizados e para permitir a igualdade de oportunidades de ensino, independentemente da etnia, formação linguística, condição socioeconómica, religião, género, saúde (HIV/SIDA), deficiência ou localização (urbana/rural)	2020
	O sistema de educação e de formação profissional estará a formar os recursos humanos qualificados que Timor-Leste necessita para continuar a construção da nossa Nação.	2015
	O analfabetismo em todas as faixas etárias da população terá sido reduzido e a introdução do Programa Nacional de Equivalências terá sido concluída, permitindo a conclusão acelerada da educação básica para todos os diplomados do ensino recorrente.	2015
Saúde	Haverá uma maior sensibilização sobre o HIV/ SIDA, tuberculose, malária e outras doenças transmitidas por vetores	2015
	Os Centros de Saúde dos subdistritos prestarão cuidados saúde a 5.000 a 15.000 pessoas e farão a gestão de cerca de quatro Postos de Saúde	2020
	A prioridade dos serviços de saúde primários mudará para a prestação de cuidados de saúde especializados	2020
Inclusão Social	Terá sido desenvolvido um conjunto de benefícios sociais para as famílias vulneráveis	2015
	Terá sido estabelecido um Fundo Nacional da Juventude que providenciará apoio a projetos que suportem os jovens e o seu desenvolvimento	2015
	O Estado continuará a alargar os programas e projetos que apoiam e honram os nossos veteranos e as suas famílias	2020
	A pesquisa extensa sobre a História da luta pela libertação nacional será preservada e celebrada pelo nosso Povo	2020
	O Centro Nacional da Juventude terá sido construído em Díli e os Centros de Juventude Polivalentes/Multiusos estarão operacionais nas áreas rurais	2020
Ambiente	70% dos Programas Nacionais de Ação para Adaptação, no âmbito da Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudança Climáticas, terão sido implementados	2020

SUBSETOR	METAS PARA 2015 E 2020 DO PED QUE NÃO SEJAM ESPECÍFICAS E MENSURÁVEIS/ALTERAÇÃO DE POLÍTICA OU PRAZO	Fase PED (2015 ou 2020)
	Nenhuma família em Díli terá de cozinhar com lenha	2020
Cultura e Património	Haverá alojamento apropriado nos sucos espalhados pelo país, para Turismo Cultural.	2015
	Estabelecida a Academia de Artes e Indústrias Criativas Culturais.	2015
Estradas e Pontes	Todas as estradas rurais (1.270km) terão sido reabilitadas por empresas locais.	2015
	Serão realizados anualmente Estudos de monitorização da condição das estradas em todas as estradas melhoradas para determinar as necessidades de manutenção	2015
	Todas as estradas nacionais e regionais terão sido totalmente reabilitadas de acordo com os padrões internacionais	2020
Água	A melhoria da operação e manutenção do sistema de drenagem de Díli resultará numa cidade mais limpa e na redução de inundações	2015
	Haverá infraestruturas sustentáveis e apropriadas, devidamente operadas e mantidas, para a recolha, tratamento e eliminação de esgotos em Díli	2020
	A drenagem será melhorada em todos os distritos	2020
Eletricidade	Todos em Timor-Leste terão acesso a eletricidade fiável 24 horas por dia	2015
	Estará em vigor um novo modelo de gestão para o sector da energia elétrica de Timor-Leste, baseado em melhores práticas internacionais	2015
	Pelo menos metade das necessidades de energia de Timor-Leste será fornecida por fontes renováveis de energia	2020
Portos Marítimos	O novo porto marítimo do Suai estará operacional.	2015
	As instalações portuárias em Com, Ataúro, Vemasse e Oé-Cusse Ambeno, terão sido melhoradas.	2015
	Terão sido desenvolvidas as instalações portuárias em Kairabela e na costa Sul junto a Beaço	2020
Aeroportos	O aeroporto de Baucau estará a operar como alternativa a Díli e como base militar	2020
Telecomunicações	Será fornecida uma cobertura de telefone móvel fiável e acessível a todos os Timorenses	2015
	Haverá acesso a uma rede de Internet de alta velocidade, fiável, acessível e disponível em todas as capitais de distrito e áreas circundantes	2015
	Todas as escolas, postos e clínicas de saúde estarão ligados à internet	2015
	Timor-Leste terá uma rede de Internet de alta velocidade, fiável e acessível em todo o território	2020
	Todos os estudantes e profissionais de saúde terão dispositivos portáteis de acesso à internet	2020
	Timor-Leste fará parte do mundo tecnológico	2020

SUBSETOR	METAS PARA 2015 E 2020 DO PED QUE NÃO SEJAM ESPECÍFICAS E MENSURÁVEIS/ALTERAÇÃO DE POLÍTICA OU PRAZO	Fase PED (2015 ou 2020)
Desenvolvimento Rural	Terá sido preparado um quadro de planeamento nacional para apoiar o desenvolvimento de Timor-Leste	2015
	Será prestado apoio às cooperativas que estejam a levar a cabo atividades do sector privado em várias áreas	2015
	Será concluído um programa de urbanização rural, oferecendo acesso a estradas, água e saneamento, escolas, clínicas médicas, acesso aos mercados e energia	2020
Agricultura	Terá sido montado um inventário completo do esquema de irrigação	2015
	Terão sido desenvolvidos projetos-piloto de barragens e águas subterrâneas e os resultados utilizados para informar o desenvolvimento futuro	2015
	As atividades de pesca tradicionais terão aumentado e a pesca terá aumentado na Zona Económica Exclusiva	2015
	Haverá pelo menos três tipos de atividades aquícolas de apoio às comunidades costeiras	2020
	O setor das pescas será baseado maioritariamente na exportação e terá expandido para incluir a pesca oceânica	2020
Turismo	As estradas em percursos turísticos fundamentais, incluindo a Grande Estrada da Costa Norte entre Com e Balibó, e de Maliana através de Ermera até Tibar, serão reabilitadas e sinalizadas	2015
	Estará a operar uma estratégia de <i>marketing</i> turístico internacional	2015
	O Governo terá trabalhado com o setor privado para desenvolver infraestruturas turísticas de apoio às áreas vitais do turismo ecológico, marítimo, histórico, cultural, de aventura e desportivo, bem como do turismo de conferências e convenções	2015
	Foram construídas e remodeladas infraestruturas turísticas vitais, incluindo o aeroporto de Díli e os aeroportos regionais e infraestruturas de telecomunicações melhoradas.	2015
	Estará em curso um programa de desenvolvimento de infraestruturas turísticas envolvendo o setor privado	2020
	Os principais destinos turísticos funcionarão com infraestruturas melhoradas, atividades e negócios locais bem estabelecidos, e materiais promocionais	2020
Segurança	A reconstrução e reforma do sector da Segurança, serão entregues os recursos humanos e o enquadramento institucional necessários para fornecer uma capacidade operacional efetiva em áreas chave, incluindo a prevenção do crime e a investigação, a segurança pública e o controlo de fronteiras	2015
	Um quadro jurídico moderno e eficaz governará o setor da Segurança	2020
	Uma Unidade de Trânsito e Segurança Rodoviária bem treinada e profissional garantirá que as nossas estradas sejam seguras e que as leis da estrada são obedecidas	2020
	A formação de recursos humanos e desenvolvimento profissional estará a fornecer elementos da PNLT qualificados e modernos	2020

SUBSETOR	METAS PARA 2015 E 2020 DO PED QUE NÃO SEJAM ESPECÍFICAS E MENSURÁVEIS/ALTERAÇÃO DE POLÍTICA OU PRAZO	Fase PED (2015 ou 2020)
	Um programa de apoio à melhoria dos recursos humanos, infraestruturas e equipamento garantirá que os bombeiros possam desempenhar as suas funções de forma eficiente e eficaz	2015
Defesa	As F-FDTL estarão a operar como uma força de defesa convencional e profissional	2015
	Tendo transferido a perícia, conhecimentos especializados e experiência para uma nova geração de membros das F-FDTL, os veteranos das F-FDTL serão apoiados para se aposentarem com dignidade e assistidos nas transições de carreira e planos de restabelecimento	2015
	Haverá quadros legais em vigor para estabelecer o controlo democrático sobre as F-FDTL	2015
	Sistemas e tecnologias de informação terão sido integrados num sistema de Comando, Controlo, Comunicações, Computadores e Inteligência	2015
	Haverá uma coordenação e cooperação mais próxima entre as F-FDTL e a PNLT, com papéis e responsabilidades claramente definidos	2015
	As mulheres nas F-FDTL terão um papel mais importante na defesa nacional e mais oportunidades para progredir nas suas carreiras	2015
	As F-FDTL estarão a operar como uma força de defesa credível e bem equipada, com capacidade e versatilidade para levar a cabo uma série de missões e contribuir para a segurança nacional e o desenvolvimento nacional	2020
	As F-FDTL serão uma força democrática e responsável, com base no respeito pelo Estado de direito e o respeito pelos direitos humanos, com elevados padrões de disciplina	2020
Negócios Estrangeiros	Timor-Leste será membro das instituições e organizações globais relevantes que melhor sirvam as necessidades do nosso povo	2015
	Timor-Leste terá missões diplomáticas munidas de uma ampla gama de serviços de qualidade, incluindo a perícia em atrair comércio, investimento e turismo para dentro do país	2015
	Toda a legislação diplomática necessária estará em vigor	2015
	Timor-Leste será um dos principais membros da ASEAN, com reconhecida competência em desenvolvimento económico, gestão de pequenas nações, boa governação e eficácia e entrega de ajuda externa	2020
	Teremos conseguido a adesão a comissões especializadas e agências da ONU	2020
	Timor-Leste será reconhecido como um modelo e referência na resolução de conflitos regionais e construção da paz	2020
	O Ministério dos Negócios Estrangeiros desempenhará um papel crucial na atração de negócios, investimentos e empregos para Timor-Leste, como uma zona de serviços financeiros e tecnologia da informação	2020
Justiça	O sistema de justiça será capaz de abrir, conduzir e concluir todos os tipos de processos judiciais, sobretudo os casos criminais, de forma eficaz e num período razoável de tempo	2015

SUBSETOR	METAS PARA 2015 E 2020 DO PED QUE NÃO SEJAM ESPECÍFICAS E MENSURÁVEIS/ALTERAÇÃO DE POLÍTICA OU PRAZO	Fase PED (2015 ou 2020)
	O sector da justiça será capaz de identificar e preencher posições com funcionários nacionais motivados e qualificados	2015
	Os princípios da não discriminação, sensibilidade às questões de género e a proteção dos grupos vulneráveis e dos direitos humanos serão garantidos no sector da justiça	2015
	Terá sido estabelecido um corpo autónomo e independente capaz de gerir o cadastro de terras e os bens imóveis do Estado, e aplicar a legislação que rege a propriedade e o uso de terra em Timor-Leste	2015
	Os mecanismos da lei costumeira e justiça comunitária estarão reguladas e o acompanhamento sistemático em conformidade com os direitos humanos estarão implementados	2015
	Os serviços do sector da justiça estarão disponíveis em todos os distritos e todos os Timorenses poderão ter acesso a uma justiça e serviços jurídicos eficazes e eficientes	2020
Gestão do Setor Público e Boa Governação	Haverá uma cultura e prática de planeamento da mão-de-obra na função pública	2015
	Terão sido adotadas, pela Função Pública, tecnologias da informação modernas para apoiar iniciativas governamentais conjuntas e de governo eletrónico	2020



VIII GOVERNO
CONSTITUCIONAL

14 de novembro de 2021